

Relatório Anual

2020

Descritivo de Respostas e Intervenções do
Plano de Ação para a Redução dos
Comportamentos Aditivos e
Dependências – Horizonte 2020

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual 2020 - Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências - Horizonte 2020

Autor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Morada: Parque da Saúde Pulido Valente, Edifício SICAD

Alameda das Linhas de Torres, N.º 117, 1750-147 Lisboa

Edição: 2022



Relatório Anual 2020

Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de
Ação para a Redução dos Comportamentos
Aditivos e Dependências – Horizonte 2020

Índice

Preâmbulo	7
Sumário executivo	9
Enquadramento.....	23
Domínio da Procura	27
Objetivo Geral 1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências	27
Domínio da Oferta.....	103
1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP.....	103
Objetivo Geral 2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e desmantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.....	104
2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes e jogo	116
Objetivo Geral 3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo.	117
2.1. Álcool	117
2.2. Medicamentos e Anabolizantes.....	121
2.3 Jogo	122
Objetivo Geral 4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo	122
Áreas Transversais	123
Objetivo Geral 5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.	123
1. Informação e Investigação	124

Objetivo Geral 5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação.	124
2. Formação e Comunicação	137
Objetivo Geral 5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção	137
2.1. Formação	137
2.2. Comunicação	144
Objetivo Geral 5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do PNRCAD, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos	144
3. Relações Internacionais e Cooperação	150
Objetivo Geral 5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.....	150
4. Qualidade	163
Objetivo Geral 5.5 Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.	163
Gestão do Plano	167
1. Coordenação.....	167
2. Orçamento	169
3. Avaliação.....	170
Considerações finais	171
Lista de siglas e abreviaturas	172
Referências bibliográficas	174

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Fases de Elaboração do PLPPDCJ	45
Gráfico 2 - Beneficiários, de processos ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito.....	60
Gráfico 3 - Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito....	61
Gráfico 4 - Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito.....	62
Gráfico 5 - Nº de projetos monitorizados distribuição por região e área lacunar (n=79)	69
Gráfico 6 - Percentagem de projetos por área lacunar	69
Gráfico 7 - Financiamento por tipo de intervenção	71
Gráfico 8 - Percentagem de financiamento por área geográfica	71
Gráfico 9 - Necessidades resolvidas/diagnosticadas na área do emprego (N=2 111)	74
Gráfico 10 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida.....	83
Gráfico 11 - Quem realiza o pedido.....	83
Gráfico 12 - Género das pessoas que recorrem à Linha Vida	84
Gráfico 13 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida.....	84
Gráfico 14 - Evolução do número de chamadas rececionadas por mês, no decorrer de 2020.....	84
Gráfico 15 - Tipo de utilizadores que fazem o pedido	84
Gráfico 16 - Tipo de pedido através do e-mail- <i>Counseling</i>	85
Gráfico 17 - Tema do contacto dos utilizadores	85
Gráfico 18 - Utentes das Estruturas e Programas socio-sanitários em Redução de Riscos e Minimização de Danos no ano de 2020	98

Índice de tabelas

Tabela 1 - Implementação dos programas de Prevenção, ARS, IP Norte/DICAD.....	29
Tabela 2 - Sistematização da distribuição regional e número total de jovens abrangidos.....	39
Tabela 3 - N.º de Atendimentos por Região.....	39
Tabela 4 - N.º de visualizações por secção/subsecção	40
Tabela 5 – Webinars realizados	41
Tabela 6 - Divulgação de vídeos no âmbito do programa Namorar com Fair Play	42
Tabela 7 - Atividades não-previstas promovidas na região do Algarve (IPDJ)	43
Tabela 8 - Webinars realizados - gestão da pandemia do ponto de vista da saúde juvenil	44
Tabela 9 - <i>Iniciativas DRLVT do IPDJ, I.P.: gestão da pandemia do ponto de vista da saúde juvenil</i>	44
Tabela 10 - DDN: Intervenção nas regiões Norte e em Lisboa e Vale do Tejo	47
Tabela 11 - Respostas sociais com acordo de cooperação, no âmbito da Portaria n.º 196-A/2015, de 01 de julho.....	51
Tabela 12 - Protocolos Alojamentos Sociais de Emergência (ASE)	52
Tabela 13 - Beneficiários, de processos familiares ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito.....	61
Tabela 14 - Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito ...	62
Tabela 15 - Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito	63
Tabela 16 - PORI: Execução de projetos.....	68
Tabela 17 - Financiamento atribuído, por região, considerando a área lacunar	70

Preâmbulo

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências* a apresentar anualmente ao Governo Português e à Assembleia da República, o qual é complementado pelo *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool* e pelo *Relatório Anual Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências PARCAD*.

O *Relatório Anual Descritivo de Respostas e Intervenções do PARCAD* agrega a informação fornecida pelos parceiros das áreas ministeriais envolvidas na operacionalização das políticas públicas na área dos comportamentos aditivos e dependências, através dos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, Toxicodependência e o Uso Nocivo do Álcool.

Permite-nos conhecer as intervenções, as respostas e a cobertura dada às necessidades dos cidadãos e comunidades, levadas a cabo pelos vários serviços nas áreas da oferta e da procura, e a implementação das ações nas áreas transversais.

Lisboa, 20 de maio de 2022,

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool



João Castel-Branco Goulão

Numa lógica de promoção da saúde e do bem-estar social, considerando os diferentes tipos de intervenção do modelo de intervenção integrada e os contextos de atuação, no âmbito do *Plano de Ação – Horizonte 2020*, este último relatório (2020) deste ciclo facilita a monitorização e avaliação da evolução dos indicadores e do cumprimento das metas do Plano.

O "Sumário Executivo" sublinha a informação mais relevante do Relatório. Muito se fez e muito há a fazer. O reforço das ações preventivas, das respostas ao nível do tratamento, da reinserção e da redução de riscos e minimização de danos, apesar da evolução e das boas praticas evidenciadas.

Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, realço o desempenho e envolvimento dos profissionais e dos serviços no desenvolvimento de ações que concorrem para a diminuição dos comportamentos aditivos e dependências.

Continuamos a investir na cooperação e no aperfeiçoamento dos dispositivos para consolidar os progressos que temos vindo a alcançar e enfrentar os novos desafios, para os quais estou certo de contar com o apoio de todos.

Sumário executivo

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD) sistematiza e reflete as grandes opções estratégicas a nível interministerial no domínio das políticas públicas em comportamentos aditivos e dependências (CAD).

Reforça a cada ano a visão Humanista, os princípios do Pragmatismo e da Centralidade no Cidadão, adotados há décadas na prática dos profissionais de intervenção, de coordenação, planeamento e avaliação.

O modelo de respostas e de Intervenções integradas e o paradigma da descriminalização do consumo são transversais aos objetivos e metas definidas nos domínios da Oferta e da Procura e operacionaliza-se, por via de Planos de Ação, a 4 anos.

Os serviços setoriais da Administração Pública responsáveis por este Plano integram nos respetivos instrumentos de gestão as orientações e as ações previstas, de acordo com as respetivas competências.

O papel das organizações não-governamentais afigura-se fundamental na operacionalização das medidas, nomeadamente através do recurso a uma das medidas estruturantes do Plano, o PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas), o qual promove o desenvolvimento de projetos locais sustentados no diagnóstico de necessidades de intervenção em territórios específicos, com identificação de áreas lacunares de intervenção.

Este relatório diz respeito à atividade desenvolvida no ano de 2020, correspondente ao quarto e último ano do Plano de Ação Horizonte 2020 (2017-2020).

As ações desenvolvidas ao longo de cada Plano de Ação concorrem para o alcance das sete metas do PNRCAD, resultado da execução das ações e do alcance dos objetivos gerais, que se relacionam entre si.

Ao longo de 2020 foi realizada a avaliação da implementação do PNRCAD 2013-2020 e do impacto do mesmo. Teve como pano de fundo os cinco Objetivos Gerais do Plano Nacional nomeadamente, prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências; reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado; garantir que a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo; proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo; e assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.

Simultaneamente, a avaliação teve em conta as metas quantificáveis definidas no Plano¹:

- Reduzir a facilidade percebida de acesso nos mercados;
- Aumentar o risco percebido de consumo de substâncias psicoativas;

¹ <https://www.sicad.pt/PT/Institucional/Coordenacao/Paginas/default.aspx>

- Retardar a idade de início do consumo de substâncias psicoativas;
- Diminuir as prevalências de consumo recente, padrões de consumo de risco e dependência de substâncias psicoativas;
- Diminuir as prevalências de jogo de risco e dependência;
- Diminuir a morbidade relacionada com CAD;
- Diminuir a mortalidade relacionada com CAD; e os resultados nestas obtidos.

No relatório serão apresentadas as ações executadas relativas a 2020, por ordem sequencial de Objetivos Específicos.

Neste sumário executivo apresenta-se uma síntese das principais ações que foram reportadas pelos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica Interministerial, para os Domínios da **Procura** e da **Oferta** e para as áreas **Transversais** de suporte ao Plano.

Domínio da Procura

Neste domínio, e de acordo com os princípios do PNRCAD 2013 - 2020, as intervenções baseiam-se no "modelo de respostas integradas, o qual pressupõe um contínuo interdependente de respostas, designadamente de prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, ao tratamento e à reinserção social. O enfoque da intervenção é nos sujeitos/grupos-alvo, tendo em conta os ciclos de vida e os contextos em que se encontram."

Prevenção

No ano 2020, marcado pela pandemia, as **intervenções preventivas em CAD** foram sendo promovidas com significativo esforço de adaptação por todos os profissionais a uma complexa realidade, bem como por um conjunto de entidades, realçando-se as ARS, IP/DICAD, que procuraram encontrar alternativas para continuar a intervir em prevenção. Praticamente em todas as ARS, IP/DICAD foram criados grupos de trabalho com profissionais das equipas de prevenção, e delineadas estratégias para criar recursos adaptados à situação de pandemia, dirigidas a diferentes populações, nomeadamente a crianças, adolescentes, jovens, e pais e encarregados de educação. Esses grupos de trabalho acabaram por criar recursos que tanto poderão ser utilizados em formato *online* como presencial.

O trabalho desenvolvido teve especial enfoque no âmbito da sensibilização, formação, implementação e acompanhamento de programas de prevenção, consultadoria e apoio técnico. Ao longo do ano procurou-se concretizar intervenções multicomponentes e devidamente estruturadas, como é exemplo o **Programa Eu e os Outros**. Os dados de 2020 revelam que foram envolvidas 61 instituições e participaram 2.876 jovens, com o suporte de 248 aplicadores formados e apoiados tecnicamente por profissionais das equipas de prevenção da saúde. Em relação a este Programa destaca-se ainda em 2020 o início do processo de adaptação das metodologias e materiais de suporte a um modelo de formação à distância. O modelo adaptado foi testado ainda nesse ano, na formação dirigida aos docentes do Colégio Militar e do Instituto dos Pupilos do Exército. No plano das parcerias, 2020 foi marcado pelo arranque do trabalho conjunto com o consórcio Centro Internet Segura/Centro Nacional de Cibersegurança, trabalho esse que proporcionou condições para o desenvolvimento de uma versão digital da narrativa do **Programa Eu e os Outros** dedicada às dependências sem substância. Destaca-se ainda a criação de uma décima narrativa dirigida aos problemas de adição em tempos de pandemia. Foi produzido um manual de suporte à aplicação da nova narrativa.

No âmbito de **outros programas ou projetos**, como por exemplo do “Riscos e Desafios”, “Trilhos”, “Pistas”, “Gerações” e “Like saúde”, foram concretizadas diversas ações de sensibilização garantidas pelas ARS, IP/DICAD.

Ao nível da **Prevenção indicada**, procurou-se manter o investimento, apesar dos constrangimentos a nível assistencial criados pela pandemia. Exemplo disso é o Gabinete de Atendimento a Jovens e Envoltentes (GAJE), do Algarve, que realizou 1004 consultas de apoio psicossocial, desenvolvidas para 204 utentes ativos, com as necessárias adaptações decorrentes do contexto pandémico. Assim, para além da manutenção da consulta presencial, sempre que possível e em cumprimento das normas DGS, realizaram-se consultas *online*. Outro exemplo é da ARS Norte, IP/DICAD que manteve o investimento, principalmente na organização das respostas assistenciais. Apesar dos constrangimentos foram realizadas 6.523 consultas junto de adolescentes, jovens e famílias. Na ARSLVT, IP/DICAD no âmbito do Programa “CAPPYC – Programa de Prevenção do Abuso de Cannabis para Jovens Consumidores”, dirigido a jovens dos 15 aos 18 anos, para os níveis de prevenção seletiva e/ou indicada foram concretizadas 5 sessões de 50/60 minutos junto dos jovens e contemplou uma avaliação de processo e de resultados. Foi implementado em 5 entidades, tendo envolvido um total de 268 adolescentes/jovens (10 adolescentes/jovens de centro educativo, 258 alunos de ensino secundário) e 21 professores.

Outras entidades, como é o caso do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), que no âmbito do **Programa “Cuida-te+”**, que visa a promoção da saúde juvenil e dos estilos de vida saudáveis, produziu diversos conteúdos que divulgou através dos seus canais de comunicação institucionais e dos seus parceiros, que fizeram parte da campanha **#SERJOVEMEMCASA**. No âmbito das diversas medidas que o constituem, e no que concerne ao dispositivo 1.2 *Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ)*, a partir de março de 2020, os serviços de aconselhamento dos gabinetes passaram a funcionar à distância tendo sido

realizados 3671 atendimentos a jovens a nível nacional. Em relação ao dispositivo 1.3 *Sexualidade em Linha* houve um total de 2.850 chamadas efetivas e de 688 questões colocadas na ferramenta “coloque aqui as suas dúvidas”, perfazendo um total de 3820 atendimentos. Para a medida 2, no dispositivo 2.1 *Saúde Juvenil em Portal*, foi criado o portal ipdj.gov.pt e nele uma secção dedicada à Saúde Juvenil.

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), em 2020, prosseguiu com a promoção do **“Projeto Adélia - mais capacitação, mais proteção, mais famílias positivas, mais inovação social”**. Face ao contexto pandémico as CPCJ desenvolveram ações preventivas específicas para proteger as crianças da vitimização em ambiente digital, concretizando 16 ações, com envolvimento de 1380 crianças, num total de 11.947 participantes.

Em relação à Direção-Geral da Educação (DGE) cerca de 215 agrupamentos de escolas desenvolveram alguma forma de projeto na área da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências.

Modelos e programas em contextos de intervenção específicos

Em relação à **sensibilização aos problemas ligados aos CAD**, devido à pandemia, em 2020 acabaram por ser convocados apenas 53.853 jovens para a **16ª Edição do Dia da Defesa Nacional**. Foram concretizados pelas equipas de saúde até o final do mês de março (altura em que a atividade foi suspensa) 66 dias de intervenção, abrangendo 8.592 jovens ao longo de 198 sessões, que perfizeram aproximadamente 100 horas de ação, dinamizadas por 25 profissionais de saúde.

Quanto ao desenvolvimento de modelos e programas em contextos de intervenção específicos, nomeadamente a **intervenção em contexto laboral**, manteve-se o trabalho de apoio à gestão e capacitação dos diversos *stakeholders*, tendo como base os documentos

de linhas orientadoras produzidos para este contexto específico. Foram apoiadas empresas e autarquias, com especial destaque para a autarquia do Seixal e Loures, bem como Município de Lousada, Famalicão, Gondomar, Felgueiras, Matosinhos e com a Empresa Municipal da cidade do Porto, através de ações de consultoria, supervisão e suporte técnico, no âmbito da implementação e avaliação de intervenções em CAD.

No que diz respeito à atividade desenvolvida no âmbito do **Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)**, em 2020 observámos a suspensão das atividades de monitorização presencial e a necessidade de redirecionar prioridades. Foram criados novos fluxos de comunicação. Em 2020, 54% dos compromissos mantiveram-se em funcionamento, com ou sem adaptações; 26% dos compromissos foram suspensos e 17% dos compromissos conseguiram ser finalizados antes da afetação da situação pandémica.

Informação e referenciação no âmbito dos CAD

Em matéria de apoio e manutenção da **Linha Vida SOS Droga**, serviço de informação e referenciação, de aconselhamento psicológico, anónimo, gratuito e confidencial na área dos CAD, foi realizado um processo de Avaliação da Satisfação. O inquérito aos utilizadores do Serviço Telefónico realizou-se durante o último trimestre de 2020, através de um questionário *online*, localizado no sítio do SICAD. Foi salientado que a Linha Vida é considerada pelos utilizadores como um Serviço de “Alta Qualidade”, “Confiável” e “Útil”. Nesse ano, o Serviço da Linha Vida atendeu 3363 chamadas. No serviço de *e-mail counselling* - **1414@sicad.min-saude.pt** - foi recebido no ano de 2020, um total de 456 *e-mails*. Estes serviços, à semelhança dos anos anteriores, foram maioritariamente procurados pelos próprios indivíduos requerentes de apoio, sendo procurados em segundo lugar por familiares.

A articulação entre os serviços é da maior relevância, tornando-se primordial em contexto pandémico, de modo a facilitar uma intervenção integrada aos diferentes níveis,

nomeadamente nas respostas de apoio às mulheres grávidas e puérperas identificadas com CAD e no acompanhamento dos recém-nascidos sujeitos a essas circunstâncias. A este nível destaca-se o **Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM)**, bem como a articulação/protocolos entre as Equipas de Tratamento das ARS, IP/DICAD e os Serviços de Obstetrícia hospitalares.

A **Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais** procurou assegurar um trabalho de articulação com as estruturas de saúde no acompanhamento clínico das reclusas e sempre que se justificou o seu encaminhamento para consultas de especialidade.

Ao nível do Instituto de Segurança Social (ISS, IP) foram asseguradas uma série de **respostas sociais**, designadamente ao nível dos Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens, Casas de Acolhimento (inclui 113 Centro de Acolhimento Temporário e 170 Lares de Infância e Juventude), Centro Comunitário, Comunidade de Inserção, Centro de Alojamento Temporário, Equipa de Intervenção Direta e Apartamento de Reinserção Social.

No ano de 2020, encontravam-se registados no Sistema de Informação da Segurança Social com processos familiares ativos, 11.546 indivíduos com problemas de toxicod dependência e 14.755 com PLA. Foram identificados 25.865 beneficiários de processos familiares ativos com problemática de Toxicod dependência e PLA.

Em relação aos Alojamentos Sociais de Emergência (ASE) que têm como objetivo “uma intervenção adequada na crise, por forma a criar uma alternativa exequível, em tempo útil, ao alojamento de emergência, tendo em vista o seu posterior encaminhamento para resposta mais adequada à sua efetiva inserção social.”. Na prossecução do objetivo estratégico que visa “a aquisição de competências, ao nível da organização de vida”, existem 7 protocolos a nível nacional facultando um total de 203 vagas.

Dissuasão

No Domínio da Procura e no âmbito da intervenção em **Dissuasão**, são várias as entidades que contribuem para uma efetiva aplicação da Lei de Descriminalização do consumo. Desde as autoridades policiais que desencadeiam o processo, às entidades que operam nas áreas sociais e da saúde, chamadas a intervir numa fase crucial do processo dissuasor, destacam-se as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), serviços com responsabilidade direta na observância da Lei nº 30/2000, de 29 de novembro.

O culminar de mais um ciclo estratégico de planeamento sobre a política nacional a adotar no domínio dos CAD (PNRCAD 2013-2020) ocorreu, coincidentemente, num ano particularmente difícil para esta área de intervenção e para o setor da saúde em termos globais.

Não obstante as inevitáveis consequências deixadas pela pandemia, verificou-se a execução de todas as iniciativas previstas, exclusivamente relacionadas com a área da Dissuasão.

Os contratempos generalizados ao setor da saúde, refletiram-se na área da Dissuasão sobretudo, ao nível da instauração de processos de contraordenação e da atividade decisória das CDT. Em termos globais, as conclusões apontam para uma inversão das principais tendências verificadas nos últimos anos. Destaca-se o decréscimo do número de ocorrências por consumo (cerca de -3.446) e conseqüentemente, uma acentuada diminuição (-34%) no número de processos de contraordenação instaurados (6.739), aliando-se o aumento da pendência processual em 14% por comparação ao ano anterior, enquanto resultado direto aos obstáculos à capacidade decisória das CDT (-44% do número de decisões proferidas no ano).

A outro nível, as repercussões causadas pelas medidas de mitigação da pandemia, designadamente, a redução dos atendimentos presenciais aos indiciados na CDT e a sua

suspensão temporária, fizeram cair para aproximadamente metade (46%) os valores da caracterização do perfil de consumo. Proporcionalmente, o número de não toxicodependentes diminuiu (-16%) e as referenciações para estruturas de tratamento à dependência registaram menos 5% de encaminhamentos efetuados.

No ciclo de vida 16-24 anos, observou-se um acentuado decréscimo para metade (49%) dos processos instaurados a indiciados não toxicodependentes, sendo esta diminuição ligeiramente mais acentuada na faixa etária dos 20-24 anos. Por consequência, evidenciou-se um decréscimo no número de não toxicodependentes encaminhados (-53%), mais acentuado na faixa etária dos 16-19 anos (-62%). Também nas situações de dependência rastreadas (entre os 20 e os 65 anos) verificou-se um decréscimo na instauração de processos (-26%) e de encaminhamentos (-39%).

Apesar da quebra nos números em dissuasão, verificou-se a manutenção do investimento em iniciativas que permitem sustentar esta intervenção em standards de qualidade. Destacam-se a este nível, a disseminação de orientações para assegurar uma intervenção harmonizada, principalmente em tempos de pandemia, a consolidação das articulações existentes com os principais *stakeholders* e as abordagens preventivas junto de jovens consumidores - mediante as respostas especializadas de prevenção indicada e a identificação de áreas prioritárias de intervenção, entre as quais, a particular atenção aos direitos das crianças e jovens e a delinquência juvenil, promovendo a proteção de crianças e jovens com problemáticas ao nível dos CAD.

Redução de Riscos e Minimização de Danos - Riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas

Em relação às intervenções de Prevenção e RRMD dirigidas aos riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas foi dada continuidade ao **Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e**

Informativos disponibilizado pela Direção Geral de Saúde (DGS) que assegura a distribuição de materiais informativos, preservativos masculinos e femininos e gel lubrificante.

Em 2020, o Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos manteve-se ativo, tendo registado uma acentuada diminuição de 47% no número total de preservativos distribuídos, comparativamente ao ano anterior, verificando-se, no entanto, um ligeiro aumento de 7,6% no número de preservativos distribuídos através do Programa Troca de Seringas.

A DGS, no âmbito das estratégias de prevenção, deu continuidade ao **Programa de Troca de Seringas**, tendo-se registado 1.116.628 seringas distribuídas/trocadas em 2020 pelas estruturas participantes, verificando-se uma diminuição de 21% face ao ano de 2019. As farmácias foram responsáveis pela distribuição de 143.334 kits, o equivalente a 286.668 seringas.

As **Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos**, no total de 52, foram responsáveis pela distribuição de 410.285 kits, correspondendo a 820.570 seringas.

No que diz respeito aos **Cuidados de Saúde Primários**, foram distribuídos 4.609 kits, o que perfazem 9.218 seringas distribuídas.

Na área do **rastreio e diagnóstico precoce do VIH**, importa destacar que o número de testes rápidos realizados pelas diferentes estruturas (Centros de Aconselhamento e Detecção Precoce – CAD, Cuidados de Saúde Primários e Organizações de base comunitária) totalizou 25.471 testes rápidos, verificando-se uma acentuada redução de 42% no número de testes comparativamente ao ano anterior.

Desde a implementação da estratégia de **realização de testes rápidos de VIH, VHB e VHC nas farmácias**, maio de 2019, já foram realizados 1.422 testes rápidos de VIH (54,9%), VHC (37,9%) e VHB (7,2%), em 21 farmácias do

concelho de Cascais, com proporções de resultados reativos de 1,0% para VIH, e 1,5% para VHC.

Em relação à disponibilização da **Profilaxia Pré-Exposição ao VIH (PrEP)**, dirigida às pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção VIH, existe desde fevereiro de 2018, em 23 hospitais de Portugal Continental e tem vindo a abranger cada vez mais beneficiários, na sua maioria do sexo masculino, cisgénero, na terceira década de vida, e em situação de risco acrescido de infeção por VIH.

Ainda no que se refere à prestação de cuidados de saúde hospitalares em **contexto prisional**, no âmbito das infeções por VIH, VHB e VHC – Protocolos Prisões, até 30 de setembro de 2020, os protocolos encontravam-se efetivamente implementados em 40 estabelecimentos prisionais, assegurando assim o tratamento das pessoas que vivem com VIH, VHB e VHC neste contexto.

Portugal mantém a estratégia de **tratar todas as pessoas diagnosticadas com VIH**, independentemente do valor de linfócitos T CD4+, contribuindo para o alcance das metas da ONUSIDA. Verifica-se que 90,3% de pessoas diagnosticadas com VIH se encontravam em tratamento e destas, 93% apresentaram carga viral suprimida.

Em 2020 deu-se continuidade à prática de monitorização do **rastreio da tuberculose** nas equipas que operam na área da RRMD.

O **Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM)**, em 2020 alargou a área geográfica de intervenção, o horário de funcionamento, bem como viu reforçada a Equipa Técnica, contando com o envolvimento dos utentes do Programa na Bolsa de Pares.

A Equipa do PCVM realizou um total de 2658 atendimentos (designados como episódios), excluindo os episódios de distribuição de material *outreach*. Foram realizados um total de 1146 consumos por 65 utilizadores diferentes, que representam 56% dos Utilizadores de Drogas Injetáveis (UDI) inscritos no programa. Foram realizados 4614

episódios de distribuição de material de consumo, na unidade móvel e nas zonas de consumo onde a equipa faz intervenção de *outreach*. Foram distribuídas 36.260 seringas e agulhas, e recolhidas 14.612, cerca de 40% do total distribuído.

Há a assinalar que no âmbito do **projeto piloto de distribuição comunitária de naloxona nasal**, a equipa do PCVM, em fevereiro de 2020, iniciou a distribuição comunitária de naloxona nasal, a alguns dos seus utentes.

Tratamento

Face ao contexto epidémico, no âmbito do Tratamento foi exigida uma reorganização no funcionamento das respostas aos cidadãos com CAD, no sentido de se assegurar e dar continuidade à abordagem de populações com características particulares, nomeadamente crianças e jovens em risco, população prisional, migrantes e cidadãos em situação de exclusão.

Ao nível das diferentes estruturas - Centro de Respostas Integradas, Unidade de alcoologia, Unidade de Desabilitação e Comunidade Terapêutica - foram colocados sérios desafios e limitações à capacidade de resposta habitual dos serviços. A necessidade de preservar o mais possível os cidadãos com CAD à exposição à COVID-19 e em especial período de restrição **priorizaram-se os Programas de Tratamento com agonista opiáceos**, com ou sem toma de observação direta (com possíveis adaptações à luz da situação clínica dos utentes), **internamentos de longa duração em comunidade terapêutica com condicionantes à admissão dos novos utentes** e a **atividade ambulatoria estritamente de natureza premente, crise ou urgente**, considerada não passível de ser adiada ou realizada na modalidade não presencial. **No ambulatório foi privilegiado o contacto não presencial** sempre que possível e adequado (por ex. realização de consulta telefónica e renovação eletrónica de receituário em utentes clinicamente estabilizados).

Reinserção

Em 2020, no âmbito da intervenção dirigida ao **emprego**, a capacidade de resposta foi de 23%, tendo sido possível proporcionar respostas de emprego a 482 pessoas que apresentaram necessidades neste âmbito. No que se refere à formação profissional, foram integradas 75 pessoas, o que representou uma capacidade de resposta de 27% face às necessidades identificadas.

No ano 2020, na área do Emprego estiveram em vigor 2.111 necessidades. A capacidade de resposta às necessidades de emprego foi de 52%.

A **redução das situações de pobreza e exclusão social** faz também parte dos objetivos das abordagens de reinserção, sendo desenvolvida em função dos diagnósticos individuais e planos individuais de inserção contratualizados com os cidadãos com CAD. Em 2020 estiveram em vigor 13.057 Planos Individuais de Inserção, correspondendo 10.880 utentes com PII.

Foram igualmente identificadas 3 388 necessidades de **proteção social**, sendo que 1.265 necessidades foram resolvidas. Em termos do **acesso a condições básicas para o exercício da cidadania**, foram identificadas 1.511 necessidades, tendo sido resolvidas 402 necessidades nesta área de intervenção.

Em 2020 estiveram em vigor 555 necessidades relacionadas com a **habitação**. Foi possível proporcionar soluções de habitação ou alojamento a 123 das necessidades identificadas.

Ainda no âmbito da Reinserção, foi dada continuidade ao **Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências**, trabalho de colaboração com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e as ARS, IP/DICAD, para a **avaliação do modelo de intervenção Linhas Orientadoras para a Mediação**.

Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) e a Rede de Referência/Articulação no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências

O PORI e a Rede de Referência/Articulação no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências são as medidas estruturantes de políticas e respostas neste domínio específico.

No que se refere ao PORI, a identificação de áreas lacunares de intervenção levou à atualização, em 2020, de **5 diagnósticos** (Gondomar, Coimbra, Portimão, Lisboa e Peniche) e subsequentemente, à abertura de **9 procedimentos concursais** para as regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Importa referir que estes procedimentos foram operacionalizados no **Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS)**.

Em 2020, estiveram em execução **79 projetos em 40 territórios identificados como prioritários**. Destes 79 projetos 8 terminaram, 31 foram renovados e foram iniciados 9 na sequência da conclusão dos procedimentos concursais.

A maioria dos projetos monitorizados em 2020 (n=79) é da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos (n=40), seguido de projetos de Reinserção (n=21), de Prevenção (N=14) e Tratamento (n=2).

O maior número de projetos está localizado na região Norte (41) seguido da região Centro (24), Lisboa e Vale do Tejo (10) e Algarve (4).

O volume de financiamento global a estes projetos foi de cinco milhões seiscentos e noventa mil e quatrocentos e trinta e oito euros e dezassete cêntimos (5.690.438,17€) em que 68% dos cofinanciamentos realizados corresponderam ao eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos, seguindo-se o eixo da Reinserção com 15%, a Prevenção que contou com 13% e por fim o Tratamento com 4%.

No que se refere à Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD, no ano de 2020, foi concretizada a **integração entre o SIM e o SClínico para disponibilização da referência de utentes com CAD pelos cuidados de saúde primários**, contribuindo assim para a interoperabilidade e uniformização do registo clínico eletrónico pelas várias instituições de saúde.

Domínio da Redução/Controlo da Oferta

No domínio da Redução/Controlo da Oferta, constituem o centro das políticas e intervenções, assentes na cooperação nacional e internacional, a diminuição da disponibilidade e do acesso às **substâncias ilícitas** tradicionais e às **novas substâncias psicoativas**, a **regulação e regulamentação do mercado** das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva **fiscalização** e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da *internet*.

Na continuação do ano anterior, constata-se que foram desenvolvidas medidas para instalar e consolidar vários sistemas de vigilância e deteção da atividade criminosa, com recurso às novas tecnologias e ferramentas tecnologicamente avançadas. Em 2020 entraram em **funcionamento** scanners de controlo de contentores nos portos de Setúbal e de Leixões. Neste âmbito, destaca-se também o reforço das redes de cooperação a nível nacional entre as diversas entidades com competências em matéria de prevenção e repressão do tráfico ilícito de drogas, bem como a nível internacional.

Substâncias ilícitas e NSP

No que se refere às substâncias ilícitas, e em particular no que diz respeito à cooperação e coordenação interinstitucionais, assistimos, por um lado, ao **reforço das mesmas** nos planos estratégicos e operacionais, no âmbito do sistema de coordenação UCIC (Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta), que integram Órgãos de Polícia Criminal e Serviços Aduaneiros de Segurança, e por outro a um aumento da capacidade de partilha de informação com outros países, organismos e agências internacionais e europeias competentes, por via da participação numa multiplicidade de projetos, operações e investigações conjuntas, grupos de trabalho e iniciativas diversas.

Pese embora a situação de pandemia tenha condicionado o tráfico de estupefacientes devido não só ao fecho de fronteiras mas também ao maior controlo na circulação de pessoas por parte das autoridades, as organizações criminosas rapidamente se adaptaram a esta nova realidade, recorrendo a novos *modus operandi* e a novas e mais criativas formas de fazerem chegar a droga aos mercados consumidores, registando-se um incremento significativo das atividades de tráfico através da internet, das redes sociais e pela via postal.

No que respeita ao combate ao tráfico ilícitos de drogas, em 2020 e de acordo com os dados constantes do Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária (SICPJ), procedeu-se à apreensão de elevadas quantidades das drogas mais consumidas e traficadas, a saber: 33,551 toneladas de haxixe; 10,066 toneladas de cocaína; 23,20 kg. de heroína e 11.112 comprimidos de ecstasy.

A intensa atividade das autoridades, apesar da situação de pandemia, possibilitou, também, a deteção e posterior desmantelamento de um significativo número de locais de produção de cannabis quer *indoor* e *outdoor*. De acordo com os dados constantes do SICPJ, em 2020 foram desmanteladas um total de 234 plantações em território nacional, tendo-se procedido à

apreensão de 28.692 plantas. Algumas dessas plantações, as de maior dimensão, eram exploradas por grupos criminosos organizados, tendo-se procedido à detenção de um número muito significativo de integrantes dessas estruturas criminosas.

Para além da apreensão da droga, que não chegou aos consumidores quer em Portugal quer noutros países europeus, no âmbito das investigações que foram sendo realizadas ao longo do ano procedeu-se, também, ao desmantelamento, nuns casos totalmente e noutros parcialmente, de elevado número de organizações criminosas dedicadas ao tráfico de drogas, identificando-se e detendo-se um elevado número de traficantes que integravam essas organizações.

À semelhança do que tem ocorrido em anos anteriores, em 2020 **não** foi colhida qualquer informação que aponte no sentido de que em território nacional se proceda ao cultivo, produção ou transformação de qualquer outro tipo de estupefaciente para além da canábis.

Comparativamente ao ano de 2019, em 2020 a **Polícia Judiciária** registou um aumento de **novas investigações** visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao tráfico de estupefacientes através da internet, em especial através da **darkweb**.

Prosseguiu-se com o esforço no sentido de se reforçarem os mecanismos e suportes operacionais destinados a **investigar no plano financeiro e patrimonial**, as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes. A este propósito e ainda de acordo com os dados do SICPJ, refira-se que em 2020, no âmbito de investigações por tráfico de estupefacientes, só em numerário foram apreendidos mais de 12,5 milhões de euros.

No que respeita ao controlo ao longo da fronteira externa da UE, durante o ano de 2020 foram desenvolvidas diversas ações específicas e operações, muitas delas em articulação e coordenação com as autoridades competentes doutros países e agências internacionais, com o objetivo de **prevenir a entrada de drogas ilícitas em território nacional e no espaço europeu**.

Em 2020 continuou o esforço que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos, em especial pela PSP e pela GNR, no que respeita à prevenção do tráfico de distribuição direta aos consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade associada através da execução de ações visando a implementação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias, tendo a PSP e a GNR reportado, respetivamente, a realização de 1043 e 788 ações nesse sentido.

No que se refere à prevenção e repressão da introdução e distribuição de drogas ilícitas em estabelecimentos prisionais e centros educativos, a DGRSP efetuou um elevado número de buscas e revistas no interior dos estabelecimentos e aos reclusos e visitantes, que resultaram na apreensão de significativas quantidades de vários tipos de drogas bem como na instauração de elevado número de processos-crime.

Álcool

No que respeita ao Álcool **a regulamentação para o setor** efetuada no anterior ciclo estratégico teve efeitos positivos no que respeita ao aumento da idade legal de consumo.

Em 2020, em resultado da situação pandémica, a política fiscal adotada pelo governo, consubstanciada na Lei nº 75-B/2020 (lei do OE/2021), foi no sentido de não alterar as taxas do imposto sobre as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes, pelo que, por via deste imposto, não ocorreram alterações nos preços dos produtos em causa.

Em 2020 a **PSP** e a **ASAE** procederam, como habitualmente, a **ações de fiscalização**². Foram fiscalizados cerca de **9.400 estabelecimentos** (menos que no ano anterior). Como infrações mais frequentes apontam-se "*Facultar, vender ou colocar à disposição em locais públicos, bebidas alcoólicas a menores*" e "*Falta de afixação de aviso de forma visível com a menção das proibições*".

De referir também as ações de fiscalização em **contexto rodoviário**, com um total de **1.215.432** condutores fiscalizados no âmbito do Controlo do Álcool.

Medicamentos

Na área dos **medicamentos e anabolizantes** a ação integrada de **fiscalização da venda de medicamentos**, sem a subjacente autorização de comercialização e do tráfico de medicamentos contrafeitos, foi reforçada por via das operações PANGEA XIII; SHIELD e STOP.

Jogo

Na última década surgiram novas formas de jogo e um tipo de recreação baseada em jogo, praticada por grupos etários cada vez mais jovens, cujas bases de regulamentação e fiscalização foi necessário estabelecer. Para o próximo ciclo estratégico recomenda-se o desenvolvimento de ações mais ambiciosas.

² No presente relatório não constam os dados da GNR

Temas Transversais

Os temas transversais constituem áreas de atuação que suportam o desenvolvimento do Plano no seu todo, contribuindo de forma indireta para o alcance das metas:

Investigação e informação

Na área transversal *Informação e Investigação*, um dos maiores desafios no contexto pandémico vivido em 2020 foi a produção célere de informação e conhecimento sobre CAD, com a necessidade de realizar estudos nacionais e europeus não previstos, reforçar a participação em grupos de trabalho/redes nacionais e internacionais e investir na diversidade de meios e suportes na transmissão do conhecimento produzido.

Por sua vez, prosseguiram os trabalhos de otimização de vários sistemas de informação face às necessidades nacionais e internacionais de informação, implementaram-se os estudos periódicos nacionais previstos e vários outros estudos, com destaque para os estudos de avaliação das políticas e intervenções e projetos de investigação com metodologias inovadoras e/ou temáticas emergentes, alguns deles de âmbito europeu e internacional.

Sendo 2020 o último ano do ciclo de ação 2016-20, importa fazer uma referência a alguns dos ganhos obtidos nesta área transversal durante este período: **1)** a otimização dos recursos, sendo exemplo disso a realização de novos estudos com vários parceiros, a produção de conhecimento a partir de múltiplos “reservatórios de dados” já disponíveis, o trabalho *pro bono* por parte de investigadores em resposta a desafios da produção de conhecimento sobre determinados CAD; **2)** o aumento da abrangência das linhas de investigação, tipo de CAD e grupos-alvo estudados, e metodologias de investigação utilizadas; **3)** o reforço da participação em projetos de investigação europeus e internacionais; **4)** o incremento da qualidade e comparabilidade da informação, resultado dos trabalhos desenvolvidos em grupos/redes nacionais, europeus e internacionais na área da

informação e investigação; **5)** uma maior celeridade e efetividade na transmissão da informação e do conhecimento, alcançada através de uma maior especificidade dos produtos e de uma maior diversidade de meios e suportes de divulgação por forma à sua adaptação a diferentes grupos-alvo.

Nesta área transversal, o reforço dos mecanismos de articulação com parceiros estratégicos nacionais, europeus e internacionais foi um dos principais fatores críticos de sucesso neste ciclo de ação, permitindo a otimização de recursos e potenciando o valor da informação e do conhecimento na área dos CAD.

Formação

Dado o contexto pandémico, a atividade formativa do SICAD e das DICAD, cuja aposta tem sido qualificar profissionais e serviços, viu uma quebra significativa. A dinâmica formativa que se conseguiu assegurar implicou a adaptação de formatos, de modo a manter e garantir a disseminação de conhecimento e a capacitação dos profissionais. O *online* assumiu uma importância capital, tendo sido dados passos significativos ao nível do recurso a tecnologias de comunicação, videoconferências, desenho de formações em modalidade *online* e misto.

A formação desenvolvida pelo SICAD e pelas DICAD, constitui o grosso da formação desenvolvida. Foram conceptualizadas **12 novas ações de formação**, número baixo quando comparado com anos anteriores. **As Bolsas de Formadores** dos serviços, aumentaram para **90** o número de formadores.

A nível nacional o SICAD e algumas ARS, IP/DICAD dinamizaram **56 ações de formação**, dirigidas a **1987 formandos**, num total de **1604 horas** (valores muito abaixo dos de anos anteriores).

No que respeita à formação em **contexto escolar**, especificamente ao *programa Eu e os Outros*, a nível nacional, finalizaram-se **8 ações** de formação de aplicadores do Programa, que abrangeram **142 aplicadores** (dados semelhantes ao ano anterior).

As **ações de sensibilização/informação**³ e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos-alvo, a pedido ou enquadrados em projetos desenvolvidos com *stakeholders*, internos e externos, fazem parte das estratégias que adotamos neste domínio. A nível nacional foram dinamizadas **142 ações de sensibilização**, que abrangeram **10.513 pessoas** (muito abaixo da dinâmica do ano anterior).

Porém, novos formatos surgiram, de que são exemplo as **videoconferências SICAD**, espaços de partilha e disseminação de conhecimento. Decorreram *online* **12 videoconferências SICAD**, num total de **18h**, que contaram com **1816 participantes**.

Em termos nacionais, francamente abaixo da dinâmica de outros anos, foram contabilizados **165 estágios académicos**, num total de **19.541 horas**.

Comunicação

A situação pandémica fez-nos agir sob pressão, em resposta ao inesperado e dentro de uma imprevisibilidade total. Isso refletiu-se, também, na **Comunicação Interna e Externa** das instituições.

Deste modo, continuamos a assistir à transformação na forma de comunicar, com particular intensidade em 2020, anos em que a comunicação, designadamente virtual, assumiu contornos impactantes. Na área da **saúde e dos CAD** verificou-se uma maior diversificação e adequação dos conteúdos informativos, suportes de informação e meios de comunicação, dirigidos a diferentes públicos-alvo e a novas necessidades na procura de informação, e às necessidades impostas pela pandemia. Esta situação

acabou por ter efeitos positivos na aproximação aos profissionais, sociedade civil e aos cidadãos, concorrendo para a **literacia em CAD**.

As **plataformas digitais** mantiveram o contato com os públicos que servimos. Regra geral, conseguimos informar e comunicar de forma bastante satisfatória. Pensamos, porém, que há pontos a melhorar: **necessidade de mais campanhas de sensibilização, mais materiais preventivos e outras informações**.

No âmbito da comunicação e informação a pandemia veio acelerar o recurso a outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico, nos serviços da administração pública em geral. Claramente os serviços estão focados em **simplificar o conhecimento tornando-o acessível e útil a todos**. Conhecimento e informação novos surgiam todos os dias e era necessário fazê-los chegar a quem precisava: cidadãos com e sem problemas de CAD e profissionais.

Relações Internacionais e Cooperação

À semelhança dos anos anteriores, em matéria de “Relações Internacionais e Cooperação”, as atividades desenvolvidas em 2020 decorrem das vertentes de intervenção definidas no PNRCAD, a saber: o cumprimento dos compromissos internacionais; a representação nacional em diversas organizações internacionais, a consolidação de relações de cooperação, a divulgação de projetos e de boas práticas nacionais e a contribuição para a Gestão Integrada de Fronteiras, assente na cooperação entre as entidades competentes de controlo.

O ano de 2020 ficou inevitavelmente marcado pela crise pandémica gerada pela COVID 19, pela resposta que esta situação nos exigiu, pelos desafios que nos colocou e pela procura de soluções, por forma a condicionar o mínimo possível a execução dos objetivos

³ Consideram-se as ações de sensibilização as ações com uma duração até 4 horas.

relativos ao tema transversal “Relações Internacionais e Cooperação”.

Assim, ainda que com as circunstâncias adversas reveladas pela pandemia, em 2020, ano que antecedeu o exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, foi desenvolvido um intenso e exigente trabalho de preparação da presidência portuguesa, pelo que os assuntos europeus assumiram particular importância na atividade das diferentes entidades intervenientes em matéria de CAD.

De salientar neste contexto, e numa perspetiva de reforço da visibilidade internacional da política portuguesa, o acompanhamento dos trabalhos do Grupo Horizontal Drogas, grupo de trabalho do Conselho da UE responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela. Merece especial destaque a negociação, no seio deste Grupo, da Estratégia da União Europeia em matéria de drogas 2021-2025, que veio a ser adotada pelo Conselho da UE em dezembro de 2020, a qual define o quadro político da UE para os próximos cinco anos, permitindo responder de forma mais eficaz aos desafios crescentes, mas também antecipá-los, tomando em consideração as lições aprendidas com a pandemia da COVID-19.

Por outro lado, todas as entidades nacionais com competência nesta matéria, não obstante as medidas de confinamento implementadas ao nível internacional, com as subseqüentes restrições de circulação, procuraram desenvolver ações de cooperação e assegurar a participação nacional em eventos internacionais, adaptando-se ao formato virtual.

Já as atividades relativas à promoção e ao intercâmbio de práticas e à partilha da experiência nacional com outros países sofreram fortes limitações na sequência da pandemia, sendo o ano de 2020 atípico em termos de visitas, tendo-se apenas concretizado 5 visitas de delegações estrangeiras.

Importa, no entanto, salientar que o interesse internacional na política portuguesa não esmoreceu, o que transparece nos inúmeros artigos/reportagens publicados no decorrer do ano em apreço.

Qualidade

Nas atividades promotoras de boas práticas destaca-se a produção de **“Recomendações para a Intervenção com Cidadãos com Comportamentos Aditivos e Dependências inseridos em Programas Assistenciais: Tratamento e Redução de Riscos e Minimização de Danos”**, adaptadas à situação criada pelo COVID-19 e à necessidade de mitigação da disseminação do vírus. Realça-se igualmente a elaboração de **“Linhas Orientadoras para a Intervenção junto dos cidadãos em situação de Sem-Abrigo com Perturbação de Uso de Álcool (PUA), inseridos em Centros de Acolhimento, durante a vigência do Estado de Emergência (CoVID-19)”**.

Foi dada continuidade à área de reflexão e de desenvolvimento para a definição do Modelo Integrado de Cuidados Especializados em CAD.

Coordenação

As Estruturas de Coordenação do Plano tiveram uma atividade para além da regular, tendo em conta o acompanhamento do processo de avaliação externa e a função de mediação entre a equipa de avaliação e as diferentes intervenientes no processo.

Enquadramento

As políticas públicas em CAD materializam-se no modelo de respostas e de intervenções integradas, no paradigma da **descriminalização**, na redução da disponibilidade e oferta de substâncias e no combate ao crime.

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD) é o instrumento estratégico interministerial para a redução dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), assente numa visão Humanista e norteado pelo princípio do Pragmatismo, que rege a intervenção nesta área no período 2013- 2020.

Este instrumento é validado por uma Estrutura de Coordenação composta por um Conselho Interministerial, um Conselho Nacional e um Coordenador Nacional, o qual, por inerência de funções é o Diretor-Geral do SICAD. O Conselho Interministerial é apoiado por uma Comissão Técnica que assegura a implementação, o acompanhamento e avaliação do Plano, nomeadamente através das Subcomissões, relacionadas com diferentes áreas de intervenção⁴.

O Plano consubstancia-se através de dois planos de ação 2013-2016 e outro que terminou em 2020, de que este relatório constitui o último reporte.

Contempla ações relacionadas com as áreas da Redução da Oferta, nomeadamente no que respeita ao controlo do tráfico de substâncias psicoativas ilícitas, através da vigilância e fiscalização de fronteiras, e da prevenção da disponibilidade e do tráfico de distribuição junto de consumidores, através da inspeção e fiscalização de espaços, bem como fiscalização e regulação do mercado de substâncias lícitas, visando a eliminação ou redução da acessibilidade e disponibilidade das substâncias.

E também ações relacionadas com as áreas de Redução da Procura, tendo em vista a redução dos CAD, através do modelo integrado português, o qual engloba:

- Mecanismos de prevenção desses comportamentos;
- Intervenção na área da dissuasão, de acordo com a lei n.º 30/2000 de 29 de novembro, que introduz a descriminalização, e que é operacionalizada pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT);
- Intervenções e respostas na área da redução de riscos, minimização de danos;
- Intervenções e respostas na área do tratamento;
- Intervenções e respostas na área da reinserção.

⁴ Existem sete (7) Subcomissões de acompanhamento da implementação dos Planos de Ação. Cinco (5) destas Subcomissões (as da área da procura e a de acompanhamento e avaliação) são coordenadas por colaboradores do SICAD, organismo de apoio às Estruturas de Coordenação. As outras duas (2), da área da oferta são coordenadas pelo representante do Ministério da Justiça na Comissão técnica - Polícia Judiciária (SRFSI) e pelos representantes do Ministério da Administração Interna (SG) e da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

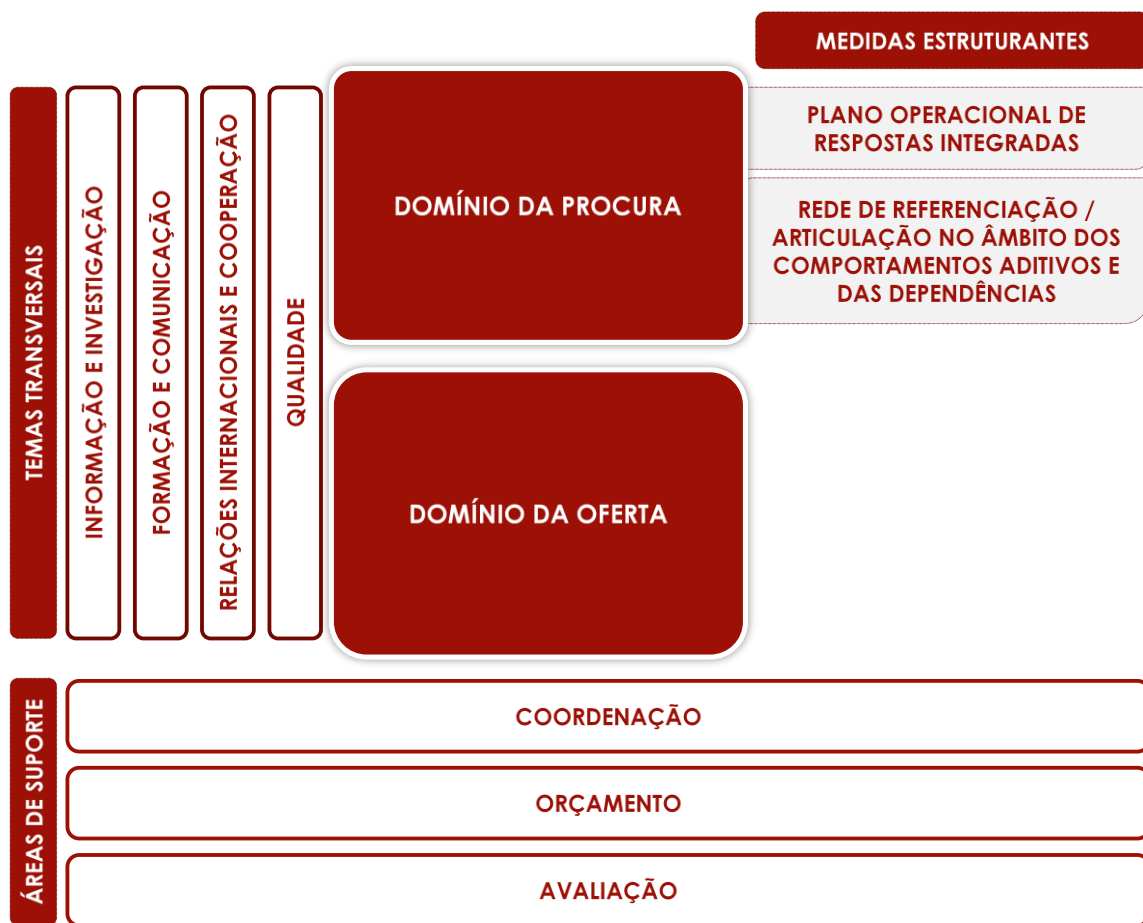
Neste Plano destacam-se, como medidas estruturantes, o Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) e a Rede de Referênciação.

As ações no domínio da Procura são planeadas por **ciclo de vida**, com metas quantificadas e definidas à partida e, sempre que se justifica, por **diferentes contextos**. Por outro lado, há ações que são desenvolvidas numa lógica de suporte transversal a todas as

outras promovendo o aprofundamento do conhecimento sobre esta área, a qualificação dos profissionais e respostas, e as formas de comunicação, sendo estes temas transversais fundamentais como base para tomadas de decisão devidamente fundamentadas.

Existem, ainda, áreas de suporte ao Plano como a **coordenação, o orçamento e a avaliação**.

Figura 1 - Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020



A partir da evidência científica e do conhecimento produzido, dos diagnósticos sistemáticos dos territórios, e da avaliação intermédia (2013-2016) do Plano Nacional, foram ajustadas as ações a desenvolver neste Plano Horizonte 2020, no qual se insere a atividade desenvolvida em 2020.

A implementação deste Plano só é possível através da cooperação interinstitucional e do modelo de respostas integradas, e com o compromisso ativo entre todas as entidades que, com competências específicas para as diferentes áreas e a diferentes níveis de coordenação das ações, garantem a sua efetividade.

Este Relatório sobre as Respostas e Intervenções das Ações previstas no Plano espelha a importância dessa colaboração e articulação de esforços que contribuem para o alcance das metas do Plano e, neste caso, para os objetivos definidos para o ano de 2020, no âmbito deste 2º ciclo do Plano Nacional, o Plano de Ação Horizonte 2020.

Sendo a planificação das ações definida a partir dos objetivos do Plano e a sua implementação acompanhada e monitorizada através das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial, são os coordenadores de cada *Subcomissão* convidados, anualmente, a apresentarem a sistematização das ações desenvolvidas pelas entidades constituintes de cada uma das subcomissões que coordenam, relacionando-as com os objetivos do Plano.

Este Relatório resulta, assim, da síntese das sistematizações apresentadas pelas Subcomissões⁵.

A apresentação do descritivo de respostas desenvolvidas pelas diferentes entidades, seguirá a estrutura do Plano de Ação, apresentando as respostas e intervenções desenvolvidas durante o ano de 2020, nos Domínios da Procura e da Redução/ Controlo da Oferta, apresentando a correspondência dessas intervenções com os objetivos e metas do Plano para as quais contribuem.

⁵ A composição das subcomissões, por entidades, e respetivas coordenações, pode ser consultada no anexo I deste Relatório.

Domínio da Procura

Na definição e operacionalização das ações relativas ao Domínio da Procura, são tidos em conta, não só os quadros normativos e legais em vigor que regulam o acesso a substâncias psicoativas lícitas, ilícitas e ao jogo, mas também a abordagem por **ciclo de vida**, e os **contextos específicos** em que os comportamentos se expressam (*familiar, comunitário, escolar - básico, secundário, ensino profissional e universitário- laboral, recreativo, desportivo, rodoviário e prisional*).

Este Relatório Anual vem, mais uma vez, reforçar a convicção de que o modelo de intervenção em Dissuasão constitui um pilar crucial das políticas públicas em CAD. Demonstra, ainda, a importância da articulação interinstitucional e do seu enquadramento pelo modelo de intervenção integrada, enquanto garante da implementação eficaz de todas as ações no âmbito da implementação do Plano de Ação.

Objetivo Geral 1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências

27

AS ações deste objetivo geral concorrem para o alcance das metas do PNRCAD:

- Meta 2.** Aumentar o risco percebido do consumo de substâncias psicoativas;
- Meta 3.** Retardar a Idade do Início do Consumo de substâncias psicoativas;
- Meta 4.** Diminuir as prevalências de consumo recente (últimos 12 meses), padrões de consumo de risco e dependência de substâncias psicoativas;
- Meta 6.** Diminuir a morbilidade relacionada com CAD;
- Meta 7.** Diminuir a mortalidade relacionada com CAD.

Na continuidade das ações previstas no anterior Plano de Ação foram consideradas as seguintes recomendações específicas, para este objetivo geral:

- A implementação da Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD em todas as componentes deve constituir-se como uma prioridade;
- Deve continuar a ser promovida uma cultura de registo das intervenções, de monitorização e avaliação. Reforçar o planeamento, a implementação e avaliação das intervenções, em todas as áreas, dirigidas as fases do ciclo de vida mais precoces, bem como para o grupo etário de mais de 65 anos;
- Impõe-se promover e divulgar o modelo de intervenção em dissuasão, otimizar o potencial preventivo das CDT, direcionando a prioridade das intervenções aos jovens em meio escolar, universitário e recreativo. Dar maior visibilidade à lei da descriminalização do consumo e ao trabalho realizado pelas CDT.

Objetivo Específico 1 e Objetivo Específico 2.⁶ Reduzir os comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, fornecendo as competências e informação necessárias para **evitar ou retardar a iniciação ao consumo de substâncias, identificando precocemente padrões de comportamento desadaptativo predisponentes ao desenvolvimento de CAD, nomeadamente padrões de consumo de substâncias psicoativas como o *binge drinking* e/ou embriaguez.

À semelhança dos anos anteriores para o alcance destes objetivos específicos contemplam-se intervenções preventivas, desenvolvidas no âmbito de programas e projetos, primordialmente com carácter de continuidade, dando relevo ao contexto escolar/universitário e recreativo e com especial enfoque na promoção da saúde e nos processos de desenvolvimento de competências socio emocionais, das crianças e dos envolventes diretos e indiretos.

Ação 1. Promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais.

- Todo o ciclo de vida (SICAD; ARS, IP; CNPCJR; DGE; DGS; IPDJ; IPSS/ONG; ISS, I.P)

No âmbito desta ação reportam-se as intervenções, de enfoque **preventivo**, desenvolvidas em 2020.

A **ARS Norte I.P./DICAD** manteve o trabalho com a comunidade no âmbito da sensibilização, formação, implementação e acompanhamento de programas de prevenção, consultadoria e apoio técnico, formação e sensibilização a grupos-alvo estratégicos, criação e/ou adaptação de materiais e atendimento de crianças e jovens no âmbito da Prevenção Indicada.

⁶ Os objetivos específicos 1* e 2** transformaram-se num único objetivo.

- Este trabalho assumiu uma maior preponderância em meio escolar com intervenções de carácter Universal e Seletivo, e paralelamente manteve o reforço das atividades focalizadas em grupos e contextos de maior risco.
- No âmbito da **Prevenção Universal e Seletiva**, destacam-se a formação, implementação e acompanhamento de programas de prevenção. Os programas desenvolvidos na Região Norte no ano 2020 foram: **Eu e os Outros** (2º ciclo ao final do secundário); **Pistas** (2º ciclo); **Trilhos** (3º ciclo) e **Riscos e Desafios** (ensino superior), **Programa Flexível de Prevenção Seletiva (PFPS)** e **Programa Estruturado de Curta Duração (PECD)**. No quadro seguinte apresenta-se o resumo da implementação dos programas, assim como o nº de grupos e de indivíduos abrangidos.

Tabela 1 - Implementação dos programas de Prevenção, ARS, IP Norte/DICAD

	Universal			Seletiva			Total		
	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos
Eu e os Outros	15	141	2709	9	17	263	24	153	2.972
Pistas	4	31	645	0	0	0	4	31	645
Trilhos	3	28	443	2	5	58	5	33	501
Riscos & Desafios	10	20	253	—	—	—	10	20	253
PFPS	—	—	—	1	1	21	1	1	24
PECD	1	2	33	—	—	—	1	2	33
TOTAL	33	223	4.083	12	23	342	45	240	4.428

Fonte: ARS, IP/DICAD Norte

- Deu-se continuidade à atividade desenvolvida no âmbito da **consultadoria e apoio técnico a instituições da comunidade**, através do planeamento, acompanhamento à implementação e avaliação de projetos de prevenção, abrangendo 62 instituições, num total de 126 eventos e 329 horas. Ainda no âmbito da consultadoria, realizou-se o acompanhamento a 45 técnicos da segurança social (EMAT), que prestam apoio a crianças e jovens em risco e famílias, em meio natural de vida ou em acolhimento institucional, ao longo de 27 sessões de supervisão.
- No âmbito da **formação e sensibilização junto de população alvo estratégica e final**, realizaram-se 25 ações de formação, que abrangeram um total de 351 formandos (técnicos, docentes, chefes escuteiros, alunos universitários e chefias e supervisores de empresas), num total de 361 horas de formação. Realizaram-se ainda 93 ações de sensibilização junto de 2.774 indivíduos (trabalhadores em meio laboral, pais/famílias, adolescentes, docentes e técnicos).
- Quanto à intervenção da DICAD/ARS Norte I.P. na **16ª edição do Dia da Defesa Nacional**, estava calendarizada e organizada para ser realizada em 6 Unidades Militares. No entanto, a situação pandémica pela COVID-19 motivou a suspensão das atividades por parte do Ministério da Defesa Nacional. Por este motivo, a intervenção ocorreu apenas na Unidade Militar Regimento de Transmissões do Porto, tendo ficando interrompida toda a intervenção nos restantes Centros de Divulgação.
- Na Unidade Militar Regimento de Transmissões do Porto foram assegurados 40 dias de intervenção dos 46 previstos, tendo sido dinamizadas 120 sessões que se estima terem abrangido 5.656 jovens. A intervenção no Regimento de Transmissões do Porto foi realizada por 6 técnicos do CRI Porto Oriental.
- Ao nível da **Prevenção indicada**, o investimento mantém-se, principalmente na organização das respostas assistenciais, tornando-as mais robustas e multidisciplinares para melhor responder às necessidades da comunidade. No entanto, no ano de 2020 os constrangimentos a nível assistencial criados pela pandemia geraram uma redução em cerca de 31% em relação ao ano anterior no número de consultas realizadas. Foram realizadas 6.523 consultas junto de

adolescentes, jovens e famílias, que correspondem a 4,1% da totalidade dos eventos assistenciais da DICAD/ARS Norte. Do total, 1.772 destas consultas foram efetuadas por psicólogos, 454 por psiquiatria da infância e da adolescência, 245 por psiquiatras, e as restantes por outros grupos profissionais, onde se incluem enfermeiros, técnicos de apoio psicossocial, entre outros. Ao longo de 2020, mantiveram-se em acompanhamento 1.116 adolescentes, jovens e famílias (redução em 24% face a 2019); destes, 433 foram novos utentes (menos 39% que no ano anterior), correspondendo a 16% da totalidade de novos utentes da DICAD. Como atrás referido, esta redução é explicada por um período de interrupção de parte das respostas assistenciais do atendimento presencial, devido ao encerramento das instalações que albergam algumas destas respostas, tendo sido mantido, nesse período, o atendimento telefónico aos adolescentes, jovens e familiares.

- Deu-se ainda continuidade à **monitorização e avaliação técnica e financeira de 3 Projetos de Prevenção, no âmbito do PORI**, que intervêm nos territórios de Braga, Castelo de Paiva e Famalicão. Estes projetos desenvolveram a sua intervenção essencialmente em contexto escolar e comunitário, através da implementação de programas de treino de competências pessoais, sociais e parentais, e através da realização de ações de sensibilização. Tal como em outras áreas de intervenção, foi visível o impacto da pandemia. Ao longo deste ano, foram intervencionados, pelos 3 projetos, um total de 4.584 novos utentes, mantendo-se em acompanhamento, em média, 340 indivíduos por mês.

A **ARS Centro, IP/DICAD** realizou intervenções de prevenção universal promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com recurso a **4 programas/projetos**:

- Em **contexto pré-escolar** foi aplicado o Projeto **“Ger@ções”**, criado em parceria entre a Saúde – DICAD, Departamento de Saúde Pública-Saúde Escolar – e a Educação – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços da Região Centro e com a participação do Ensino Superior através da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Este Projeto tem como objetivo o desenvolvimento de capacidades, atitudes e hábitos relacionados com estilos de vida saudáveis, de modo a fortalecer recursos e competências que ajudem crianças e jovens a enfrentar os desafios próprios do seu processo de desenvolvimento. Foram realizadas 4 ações de formação dirigidas a 69 Educadores de Infância num total de 42 Jardins de Infância e foram abrangidas 642 crianças dos 4 aos 6 anos de idade.
- Em **contexto escolar** foram aplicados o **Programa Eu e os Outros**, o **Programa Cuida-te** e o **Projeto Like Saúde**.

Em 2020 não se efetuaram ações de formação no **Programa Eu e os Outros**, devido à situação de pandemia. No entanto, realizaram-se Aplicações em jovens de 16 escolas e 2 instituições, tendo abrangido 472 jovens.

O **Projeto Like Saúde** desenvolveu, apesar dos constrangimentos, ações no âmbito da prevenção universal, seletiva e indicada, a alunos do 5º ano até ao 12º ano. Assim, atingiu um total de 1375 alunos, em 52 sessões, desenvolvidas em 31 escolas de 4 concelhos do distrito de Leiria, (Batalha, Leiria; Pombal e Porto de Mós). Foi realizada uma Tertúlia, em Pombal com a participação de 155 pais e em Porto de Mós foi feita uma sessão via ZOOM para 23 pais. Ainda no âmbito deste projeto em três dos municípios acima referidos, foram realizadas, 7 Ações de Formação de Educação pelos Pares, abrangendo 120 alunos. Destes, 4 desenvolveram a atividade designada por PMos Talks, via recursos digitais, sendo que abrangeu 2210 visualizações e 50 partilhas pelas redes sociais e pela plataforma da Escola. Fruto das intervenções de Educação pelos Pares na Batalha e em Porto de Mós foram atribuídos 2 prémios LeYa- Escola Amiga da Criança.

No âmbito do **programa Cuida-te**, em **contexto escolar e de formação profissional**, com um carácter mais informativo e/ou formativo, foram realizadas 4 sessões numa escola, abrangendo 66 alunos.

- Foram, também, realizadas outras intervenções estruturadas pelos CRI locais em 11 instituições/municípios e 13 escolas que envolveram 90 professores, 32 técnicos de educação e 89 pessoas da comunidade, 165 pais/famílias e um total de 1911 crianças e jovens.
- Em **contexto universitário** foram realizadas 3 ações sensibilização em parceria com a Associação Académica e Gabinete de apoio Psicológico. De âmbito recreativo, foram realizadas 2 intervenções, uma dirigida a 3 proprietários de Bares e outra dirigida a 30 pais no Projeto Roteiros da Noite. Dada a situação de pandemia que se viveu, as festas académicas (Semana do Caloiro e Queima das Fitas), foram suspensas, assim como a maioria das aulas presenciais, o que inviabilizou a realização de atividades com os próprios estudantes.
- Em **contexto Laboral** foi realizada 1 ação de formação para 35 quadros dirigentes e em paralelo foi aplicado um questionário a 729 colaboradores.
- Em **contexto comunitário**, ainda numa perspetiva de prevenção universal e informativa, explanando temas relacionados com os CAD e divulgando os serviços, foram realizadas 2 participações em eventos científicos, através de comunicações.

A **ARS, IP Lisboa e Vale do Tejo / DICAD**, numa perspetiva global sobre 2020, destaca que o ano de 2020 foi diferente de tudo o que já tínhamos vivido durante a nossa vida, pessoal e profissional. A partir de março, todas as atividades da área da prevenção tiveram de ser repensadas. A atividade agora apresentada procura refletir o esforço de adaptação que foi feito, por todos os profissionais, que encontraram alternativas para continuar a fazer prevenção.

- Houve um investimento na promoção de **trabalho conjunto entre as diferentes Equipas de Prevenção das Unidades de Intervenção Local (UIL) da DICAD**, de forma que os profissionais se sentissem apoiados tanto pela equipa de coordenação como entre si. Este movimento permitiu manter uma parte das atividades, muitas das quais passaram a ser realizadas à distância, *online*, tanto com a população estratégica como com a população alvo.

Foram criados **dois Grupos de Trabalho** constituídos por profissionais de todas as equipas de prevenção das UIL, para pensar e criar recursos adaptados à situação de pandemia, para diferentes populações, nomeadamente para crianças, adolescentes e jovens e para pais e encarregados de educação. Esses grupos de trabalho acabaram por criar recursos que tanto poderão ser utilizados em formato *online* como presencial. Assim:

- O **Grupo de Trabalho para criação/adaptação de recursos para crianças/jovens** desenvolveu um questionário de bem-estar psicossocial, para avaliação do impacto da situação de pandemia, o **jogo/quiz "What'sUP_Tu Decides"** sobre os riscos associados à internet e trabalhou um programa de treino de competências para o 1º ciclo.
- O **Grupo de trabalho para criação/adaptação de recursos pedagógicos para intervenção preventiva junto de pais/encarregados de educação** trabalhou a adaptação do **"Quem quer Comandar"** e o **"What's UP NETEducando"** a esta população.
- Desenvolveram-se atividades com objetivos de **capacitação das Equipas Técnicas de Prevenção**, as quais, por decorrerem *online*, acabaram por ter uma maior abrangência territorial. Foram realizadas ações formativas com os temas seguintes: Recursos para sessões online; Exploração da narrativa "Eu enfrento a Covid-19 com os Outros", criada no âmbito do Programa Eu & os Outros; Atualização do Projeto "Guião Procedimentos"; Ação de atualização no Programa Eu e os Outros, promovida pelo SICAD, com a participação de 16 técnicos da DICAD.
- Foi produzido um documento orientador para o atendimento a adolescentes e jovens, apresentado aos profissionais envolvidos na Prevenção Indicada em 1 de junho de 2020.
- Houve também **cooperação a nível nacional**, quando, a pedido das respetivas DICAD da ARS Norte e das ARS Alentejo e Algarve, a Equipa de Coordenação - Área da Prevenção realizou duas ações de formação sobre o **Projeto de Prevenção Ambiental** que tem sido desenvolvido na região de Lisboa e Vale do Tejo, uma para os técnicos da Prevenção da ARS Norte, com 14 horas de

formação e envolvendo 19 formandas e outra para os técnicos das ARS do Alentejo e Algarve, com 17 horas de formação, abrangendo 32 formandos.

- Foi possível manter muitas parcerias e a Área da Prevenção manteve-se ativa no âmbito das **redes comunitárias**. Técnicos das Equipas de Prevenção participaram em Grupos de Trabalho integrantes das Redes Sociais, tanto Locais (6) como Concelhios (4). Houve ainda participação na Comissão Alargada da CPCJ (1).
- Inevitavelmente, atividades programadas no terreno tiveram de ser desmarcadas, a certa altura relançada, mas de novo adiadas, na fase 2 da pandemia.
- As **intervenções preventivas, com população estratégica ou diretamente com a população alvo**, iniciadas em 2020, foram um total de 50, com 101 entidades envolvidas, 81 entidades alvo de intervenções e 20 entidades parceiras. Junto das 101 entidades envolvidas onde foram realizadas atividades diretas pelas equipas de prevenção, foram desenvolvidas 41 (82%) intervenções multicomponentes, estruturadas e de continuidade.

No entanto, devido à situação pandémica, houve 30 intervenções que foram apenas parcialmente realizadas de acordo com o previsto e 9 intervenções foram suspensas, devido essencialmente à transição para aulas online e à impossibilidade de continuidade da intervenção, quer no contexto escolar, quer no contexto comunitário.

Uma outra mudança significativa, disse respeito à parceria que tem existido com as equipas de saúde escolar dos ACES. Estas equipas, absorvidas pela situação crítica da Covid_19, estiveram menos disponíveis a partir do segundo trimestre de 2020. Para além das atividades no contexto escolar que não se puderam realizar, foi adiada uma ação de formação que estava programada pelo CRI de Lisboa Ocidental, para as equipas de Saúde Escolar de todas as UCC dos ACES de Sintra, Amadora, Oeiras e Cascais.

Ainda assim, houve alguma continuidade do **“Projeto Integrado de Prevenção no Âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências com Substâncias Psicoativas em Contexto Escolar (PIP-CAD)”**, definido em conjunto entre o Departamento de Saúde Pública (DSP) – Saúde Escolar e a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD), iniciado em 2014, com objetivos de:

- Objetivo regional: Concertar as intervenções preventivas no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com substância psicoativa, em parceria com as escolas, de forma a rentabilizar os recursos da área da saúde (DICAD e DSP-Saúde Escolar) e a diminuir o número de intervenções pontuais, não integradas em projetos estruturados de prevenção.
- Objetivo local: Reforçar a formação dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de serviço social e psicólogos) das Equipas de Saúde Escolar dos ACES, no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências.

A intervenção foi articulada em 27 projetos de intervenção preventiva que envolveram 50 escolas/entidades. Em 4 intervenções as ações foram feitas de forma integrada entre as equipas de prevenção da DICAD e as Equipas de Saúde Escolar, em co-execução, envolvendo 8 escolas. Entretanto, pela continuidade do trabalho já desenvolvido com as equipas de saúde escolar, foi possível a estas implementar projetos estruturados de componente informativa, de forma autónoma, com recurso a estratégias e instrumentos preparados em conjunto com a DICAD, envolvendo 6 escolas e 5 níveis de ensino.

Descrevem-se de seguida as atividades da área da Prevenção, entendida como eficaz quando é continuada, multidimensional e multicomponente, com disponibilização de intervenções integradas.

- **Componente da área reguladora (prevenção ambiental)**, foram desenvolvidas três linhas de trabalho:
 - Intervenção em Meio Laboral – intervenção integrada entre a área da prevenção, área do tratamento e a área da reinserção - com o objetivo de regulamentar a forma de atuação das

entidades empregadoras face aos CAD, capacitar chefias e trabalhadores para lidar com a problemática, bem como definir o circuito de referenciação de trabalhadores com consumo de substâncias psicoativas para as equipas de tratamento da DICAD. Estas intervenções são realizadas em parceria com o SICAD e uma das intervenções realizou-se no âmbito do Projeto Eurídice, que tem também parceria com a CGTP- Intersindical. Para 2020 estava prevista a continuidade de 4 projetos (Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal do Sardoal, Câmara Municipal de Coruche e Câmara Municipal de Torres Vedras), no entanto todas as ações planeadas foram canceladas.

- o Intervenção para a Venda Responsável: Tem como objetivo apoiar os comerciantes no cumprimento das leis relacionadas com a venda de álcool, tabaco e jogo, bem como promover competências facilitadoras de uma atitude preventiva. Integra projetos desenvolvidos em colaboração com diferentes entidades da comunidade, por exemplo associações empresariais, responsáveis por comércio, programas de policiamento de proximidade da PSP e GNR, autarquias, entre outras.

Nesta linha de trabalho, em 2020 houve **continuidade do Projeto Venda Responsável de Álcool e Tabaco** junto dos comerciantes do concelho de Sintra, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra, Associação Empresarial de Sintra e GNR /PSP - Programas de Policiamento de Proximidade de Sintra, que visa sensibilizar e formar os comerciantes que têm os seus estabelecimentos junto de escolas do 3º ciclo e secundárias, para desenvolverem estratégias que garantam o cumprimento das leis de proibição de venda de álcool e tabaco a menores de 18 anos (projeto iniciado em 2014). Houve **2 reuniões de parceiros para avaliação e planeamento**.

Foram realizadas **19 visitas/briefings** junto dos **comerciantes de estabelecimentos com venda de tabaco e bebidas alcoólicas**, nas zonas circundantes a estabelecimentos de ensino, com o objetivo de reforçar a informação sobre a lei e a mensagem preventiva, assim como de avaliar mudança nos indicadores registados. Foram abrangidos estabelecimentos nas zonas da Portela de Sintra (Freguesias de Stª Maria e S. Miguel), Algueirão-Mem-Martins, Rio de Mouro, Agualva-Cacém e Queluz / Monte Abraão. A realização destas visitas foi interrompida por ter iniciado a fase de pandemia por Covid 19, com obrigatoriedade de suspensão de atividades presenciais.

Foi feita a divulgação do projeto junto dos Agrupamentos de Escolas (Direção e Coordenadores de PES) e Unidades de Saúde Escolar (UCC) do ACES de Sintra, circundantes das zonas visitadas, sensibilizando-os para a importância da sua parceria. Foi ainda realizada, *online*, uma ação de sensibilização/formação, com o tema “Venda Responsável de Álcool e Tabaco - Apoio aos Comerciantes”, que contou com a presença de 13 comerciantes. O Projeto é um compromisso integrado no Fórum Álcool e Saúde (FNAS) e, em fevereiro, foram apresentados o relatório e as atualizações ao plenário deste fórum.

- **“Linhas Orientadoras para lidar com CAD em meio escolar”** (escolas e centros de formação profissional) e/ou em meio de instituições tutelares (exemplo: lares de acolhimentos, centros educativos).

Esta metodologia implica um trabalho integrado com as Equipas de Saúde Escolar dos ACES, bem como com os Agentes da Escola Segura. Envolve adaptação de Guião de linhas orientadoras, formação aos professores e técnicos e reuniões de monitorização/discussão de casos. Em 2020 foram envolvidas 13 instituições (escolas, centros de formação profissional, centros/lares de acolhimento, etc.). Nestas, foram realizadas 7 ações de formação para 101 agentes socioeducativos, 4 sessões de divulgação do guião abrangendo 72 agentes socioeducativos e ainda ações de sensibilização junto dos alunos, num total de 120 alunos. Houve 7 reuniões de monitorização do projeto com discussão de casos, tendo sido encaminhados para as consultas de atendimento a adolescentes da DICAD-ARSLVT- 13 jovens.

Foram desenvolvidas intervenções que pretendem aumentar o nível de **informação e contribuir para a literacia em saúde**, especificamente face aos comportamentos aditivos. Esta componente está sempre incluída nas ações das outras componentes, mas nesta seção reportamos aquelas especificamente informativas, que se realizaram junto de adolescente e jovens, junto de profissionais e também junto de pais e encarregados de educação. Com os adolescentes e jovens, foram utilizados instrumentos estruturados como o jogo “**Quem quer Comandar**”, a dinâmica “**Mónica**”, a dinâmica “**Labirinto**” e o programa “**Next Step**” para informação sobre substâncias psicoativas e o “**WhatsUp_TuDecides**” para informação relacionada com Internet e Jogo. Foi realizado um total de **95 sessões de sensibilização/informação**, abrangendo **2276 elementos da população alvo**, distribuídas da seguinte forma: 2089 alunos do 1º ciclo ao ensino secundário e de Escolas /Centros de formação profissional; 33 Professores e/ou outros técnicos da área da educação de Pré-Primária ao ensino secundário; 154 familiares/encarregados de educação.

- Já na **componente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais** incluiu-se a formação para desenvolvimento de programas específicos, ao nível da prevenção universal, seletiva e indicada, que envolvem formação dos aplicadores, monitorização, supervisão e avaliação de resultados:

- **Programa “Eu e os Outros”** (54 horas de formação teórico-prática, incluindo aplicação de programa e monitorização/supervisão): Foram realizadas 5 ações de formação creditadas e 3 ações de formação não creditadas. Envolveram um total de 43 entidades e 127 formandos. Houve implementação terminada junto de 303 adolescentes/jovens. Alguns dos formandos não tiveram oportunidade de fazer a aplicação em 2020 e vão fazê-lo em 2021.

No âmbito do programa Eu e os Outros foram realizadas duas sessões de sensibilização para pais/EE junto de cerca de 40 pais. A escola divulgou junto de todos os pais/EE a possibilidade de jogarem a narrativa “**Eu enfrento a Covid-19 com os Outros**”, com envio do *link* para o *site* do SICAD.

Foram ainda realizadas 2 sessões no âmbito da exploração da componente informativa - temática do álcool, desmistificar mitos e crenças, efeitos e consequências, abrangendo uma turma de 23 alunos.

- Programa “CAPPYC – Programa de Prevenção do Abuso de Cannabis para Jovens Consumidores”, dirigido a jovens dos 15 aos 18 anos, para os níveis de prevenção seletiva e/ou indicada. Aplicação junto dos jovens de 5 sessões de 50/60 minutos e envolveu avaliação de processo e de resultados. Foi implementado em 5 entidades, tendo envolvido um total de 268 adolescentes /jovens (10 adolescentes/jovens de centro educativo, 258 alunos de ensino secundário) e 21 professores.
- Outros Programas de desenvolvimento de competências:
 - **Programas de longa duração** (com pelo menos 7 sessões e dois anos letivos): Em 2020, realizaram-se em 2 entidades, 4 turmas, 2 do 1º ciclo, junto de 43 crianças e 2 de ensino profissional, abrangendo 46 adolescentes, num total de 89 participantes. Devido à situação de pandemia não foram realizadas todas as sessões previstas.
 - **Programas de curta duração**, com avaliação (com mínimo de 4 horas e máximo de 10 horas de aplicação por grupo-alvo). Em 2020, realizaram-se em 7 entidades, junto de 10 turmas/grupos, no total de 150 adolescentes, 45 prevenção seletiva e 105 prevenção universal.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** compilou os dados recolhidos da ação das equipas de prevenção dos CRI durante o ano de 2020. O período em apreço, caracterizado pela pandemia, marcou e condicionou estruturalmente as ações e estratégias pensadas. Todas as abordagens de intervenção previstas sofreram uma paragem e implicaram um esforço de adequação que ainda decorre.

- Tendo em conta a paragem de grande parte dos projetos (DDN, capacitação de agentes, ações de redução de riscos, etc.), respostas da comunidade e as restrições internas vivida em cada CRI, foi possível caracterizar este período, como um “ano zero”. Apesar desta condição, existem ilações que se podem retirar e que no futuro poderão ser tidas em conta na definição de novas linhas de atuação.
- A paragem de grande parte dos projetos e intervenções comunitárias provocadas pela pandemia, implicaram, em algumas das Equipas Prevenção, a suspensão total das atividades preventivas por períodos longos.

Na **ARS Algarve, IP/DICAD**, também decorrente do contexto pandémico, foi necessário proceder a diversas adaptações na realização das atividades inicialmente programadas. Algumas foram reduzidas, outras canceladas. Assim, foram realizadas as seguintes intervenções preventivas:

- Intervenção preventiva de carácter universal/seletiva

- Domínio da componente informativa/formativa

Realizaram-se intervenções de informação e/ou sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoativas e os riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras estruturas da ARS do Algarve e com entidades parceiras externas. Foram realizadas 51 ações em contexto educativo, que abrangeram 1100 adolescentes/jovens.

Manteve-se o **Projeto “Quem Quer Comandar”** da autora Carla Frazão. Este projeto insere-se na área da prevenção do consumo de Substâncias Psicoativas (álcool e cannabis), com vertente informativa/ambiental e é dirigido a alunos que frequentam o ensino secundário. No ano 2020, o projeto esteve implementado em 2 escolas secundárias da região algarvia (barlavento e sotavento), tendo abrangido 11 turmas, 10 professores e um total de 227 alunos.

Foram realizadas 9 ações em **contexto laboral**, que abrangeram 126 adultos.

Decorrente da pandemia COVID-19, foram canceladas várias atividades programadas, designadamente:

- No âmbito do Dia da Defesa Nacional, o Ministério da Defesa cancelou as atividades programadas em parceria com as DICAD;
- No âmbito do contexto recreativo, não foram realizadas as atividades programadas, devido ao cancelamento dos eventos.

- Componente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais

Em 2020, devido à COVID-19, não foi possível dinamizar programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, nomeadamente o programa “Eu e os Outros”. Apenas foi divulgada, via página da ARS Algarve, a narrativa “**Eu Enfrento a COVID com os Outros**” (SICAD), de modo a promover a sua implementação em contexto comunitário, no geral.

No que concerne às intervenções realizadas em **contexto laboral**, foram dinamizados 2 treinos de competências pessoais e sociais, no domínio da prevenção da desinserção, que abrangeu 30 indivíduos.

- Intervenção preventiva de carácter indicado

No domínio da intervenção preventiva indicada, manteve-se em funcionamento o **Gabinete de Atendimento a Jovens e Envoltentes (GAJE)** valência da ETEP, que funciona com duas consultas: uma na zona do Sotavento Algarvio, em Faro; outra na zona do Barlavento Algarvio, em Portimão.

No âmbito do GAJE, foram realizadas **1004 consultas** de apoio psicossocial, desenvolvidas para 204 utentes ativos. Decorrente do contexto pandémico foi necessário proceder a algumas adaptações. Assim, para além da manutenção da consulta presencial (sempre que possível e em cumprimento das normas DGS, realizaram-se consultas *online*. Ainda no mesmo domínio, como complemento à intervenção realizada com os jovens, inserindo-se na perspetiva de prevenção

em meio familiar, a DICAD da ARS Algarve utilizou o **Guia para Pais - Prevenção do Uso/Abuso de Drogas e Álcool** no trabalho individual psicoeducativo desenvolvido com as famílias/outros agentes educativos. Este Guia corresponde à tradução e adaptação do original *Family Checkup - Positive Parenting Prevents Drug Abuse*, publicado pelo *National Institute on Drug Abuse* (NIDA).

O **Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP)** referiu que o ano 2020 foi o primeiro ano em que o **Programa Cuida-te+** foi aplicado como tal, uma vez que em anos anteriores a sua dinâmica dependia ainda do seu antecessor, o Programa CUIDA-TE (Portaria n.º 655/2008 de 25 de julho). Todavia, os resultados apresentados são-no no âmbito do contexto pandémico da Covid-19 que, a partir da data de 13 de março, obrigou a mudanças drásticas de dinâmicas e funcionamento, a que o IPDJ, I.P. procurou responder de forma eficiente.



Deste modo, para além de acionar a totalidade dos dispositivos, o Programa procurou dar resposta aos destinatários/as, jovens dos 12 aos 25 anos de idade, e visar as suas necessidades, no âmbito da promoção da Saúde Juvenil e de forma concreta, face às consequências decorrentes deste inesperado acontecimento. Comprometido institucionalmente com a qualidade do serviço público, o Programa Cuida-te+ produziu diversos conteúdos que divulgou através dos seus canais de comunicação institucionais e dos seus parceiros, que fizeram parte da campanha #SERJOVEMEMCASA. Por outro lado, foram realizados diversos *webinars* dirigidos a jovens e a quem junto delas intervêm, de participação livre e gratuita, visando assuntos relacionados com a gestão pessoal da pandemia, do ponto de vista dos jovens.

Não obstante a pandemia, o trabalho no âmbito de cada um dos seis dispositivos do programa não foi negligenciado, mas sim adaptado ao novo contexto, que exigia o distanciamento social e a adoção de medidas de saúde pública. Em vários casos, o aconselhamento presencial foi substituído pelo seguimento à distância; noutros, o tamanho dos grupos de pessoas jovens foi drasticamente reduzido e as condições físicas das atividades adaptadas às necessidades inerentes aos planos de contingência das entidades beneficiárias; foram criados novos canais de atendimento interativos e promovida a sua divulgação; em todos os casos, o objetivo foi manter a proximidade aos jovens, possibilitando a autodeterminação face à promoção da sua saúde.

No âmbito das quatro áreas de intervenção do Programa (saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, alimentação e atividades física e desportiva e comportamentos aditivos e dependências) e das metodologias promovidas em cada um dos dispositivos, 2020 foi um ano especialmente desafiante para os utilizadores do Cuida-te+ (tanto no que concerne à população alvo final como à população alvo estratégica). De uma forma geral, o Programa procurou dar resposta a três núcleos de problemáticas:

- o o uso excessivo de ecrãs, que se agravou pelo facto de os comportamentos socializantes presenciais passarem a ser percecionados como uma ameaça à saúde pública e encarados como algo a evitar, e que se refletiu também em níveis mais baixos de atividade física e desportiva;
- o a ansiedade (quer face à incerteza no futuro, quer face ao risco de contaminação, quer ainda pela dificuldade de aceitação da mudança ou também o stress gerado pela sobrecarga de papéis e tarefas académicas, profissionais, familiares);
- o dificuldades de comunicação e relação com os outros inerentes às novas rotinas (o facto de se passar mais tempo em casa, a autonomia e a construção da identidade, novos tipos de relação amorosa e também a suspensão de várias tomadas de decisão, aguardando momentos de maior estabilidade).

Estas necessidades foram alvo de abordagem, quer no aconselhamento psicológico no âmbito dos GSJ (dispositivo 1.2), quer nas temáticas visadas no âmbito da Capacitação (dispositivo 2.1),

quer também no que concerne aos materiais concebidos para divulgação no Saúde Juvenil em Portal (dispositivo 2.1) e nos canais de comunicação habituais do IPDJ, I.P.

- Genericamente, o **Programa Cuida-te+**:
 - Parte de um modelo conceptual, isto é, tem por base um fundamento que define e explica em que aspetos se irá intervir e de que forma é que se intervém; está alicerçado nos modelos compreensivos e de influência social, ponderando fatores de risco e de proteção que influenciam atitudes e comportamentos. De entre eles destacam-se, a vinculação familiar e escolar, a influência dos pares e a resiliência;
 - Assenta na ideia geral de que a saúde dos jovens não pode ser definida apenas como a ausência de doença ou de risco, devendo considerar também as mais valias que os jovens já têm com eles, ou nos contextos em que estão inseridos e onde se movem;
 - É uma intervenção multicomponente, que abrange, desde a promoção de competências pessoais, até à promoção de conhecimento relacionado com a saúde, a vinculação escolar, o acompanhamento psicossocial;
 - As suas respostas são compreensivas, isto é, integram vários domínios da vida do indivíduo, nomeadamente a escola, a família e a comunidade;
 - Proporciona também respostas proactivas, que criam condições para a promoção e/ou reforço de fatores de proteção que permitam aos jovens diminuir os riscos associados ao consumo de substâncias (lícitas ou ilícitas);
 - Garante uma intensidade regular das intervenções, de forma a assegurar resultados mais efetivos e duradouros;
 - Prevê equipas técnicas multidisciplinares, constituída por profissionais com formação específica e experiência na área da promoção da saúde;
 - Faz uso do trabalho em parceria, com entidades que contribuem para a eficaz implementação do Programa.
- Os **objetivos gerais** do programa Cuida-te+ são:
 - Abordar os determinantes da saúde da população alvo final, nomeadamente o acesso aos cuidados de saúde, a literacia em saúde e os estilos de vida, a saúde mental (novo tópico face ao formato anterior), a alimentação, a atividade física e desportiva, os comportamentos aditivos e a sexualidade;
 - Promover os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco de doenças relacionadas com estilos de vida, junto da população alvo final;
 - Adotar uma perspetiva compreensiva face à saúde juvenil, visando vários domínios da vida da população alvo final, envolvendo múltiplos parceiros, nomeadamente famílias, pares, escolas e comunidades.
- Este programa prevê, em termos de **arquitetura**, três conceitos distintos:
 - As «Entidades organizadoras», que são as entidades que desenvolvem projetos em medidas do Programa e que podem ser: Estabelecimentos de ensino básico, secundário ou superior (esta é uma novidade, face ao formato anterior); Associações e federações de associações de jovens inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem; ONG; IPSS; Outras entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que prossigam os objetivos enquadrados nas áreas de intervenção do Programa e Autarquias locais (aqui também é diferente do formato anterior).
 - Outro conceito previsto é o de «População alvo estratégica», que são os intervenores intermediários que tenham um papel potencialmente influenciador, designadamente, os profissionais de saúde, profissionais de educação física e desporto, técnicos de juventude, profissionais de intervenção comunitária, dirigentes de associações de jovens e suas federações, famílias e pares como interventores.
 - Finalmente, o conceito de «População alvo final», isto é, as cidadãs e os cidadãos jovens, dos 12 aos 25 anos de idade.

Constituem **áreas de intervenção do Programa:** Alimentação e atividades física e desportiva; Comportamentos aditivos; Saúde sexual e reprodutiva e Saúde mental.

- A medida **Atendimento personalizado** dá resposta às necessidades de aconselhamento e sensibilização da população alvo final. A medida integra três dispositivos operacionais:

- O dispositivo 1.1, respeitante à disponibilização de unidades móveis, devidamente apetrechadas, tem em vista a deslocação a locais em que se preveja forte afluência juvenil, com o objetivo de sensibilizar e informar sobre o programa e referenciar para as correspondentes estruturas do SNS.
- Da mesma maneira, no dispositivo 1.2, os 19 Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ), estão equipados para dispensar aconselhamento gratuito, anónimo e confidencial nas áreas de atuação do programa (Comportamentos Aditivos, Saúde Sexual e Reprodutiva, Apoio Psicológico e Nutrição) e para prestar encaminhamento e referenciação;
- O dispositivo 1.3 refere-se ao atendimento não-presencial na área da saúde sexual e reprodutiva da Sexualidade em Linha, uma linha de atendimento telefónico e eletrónico gratuito, anónimo e confidencial, para informação e aconselhamento e referenciação na área da saúde sexual e reprodutiva.

- A medida **Promoção da Literacia em Saúde** consiste na disponibilização proativa de informação e conhecimento na área da saúde juvenil. Engloba três dispositivos operacionais:

- O dispositivo 2.1, a saúde juvenil em portal, isto é, a disponibilização de uma secção no portal do IPDJ, IP, englobando todas as valências do programa e as suas iniciativas, incluindo conteúdos informativos sobre as principais áreas de intervenção do programa a ser dinamizado pelo IPDJ e alimentado pelos parceiros do programa;
- O dispositivo 2.2, a educação para a saúde refere-se à promoção de iniciativas que utilizem diversos métodos ativos de expressão, como é o caso do teatro, da expressão plástica, da música, do desporto ou da dança, no âmbito das áreas de intervenção do programa;
- O dispositivo 2.3, a capacitação, refere-se à formação de intervenores no âmbito da intervenção preventiva, dirigidas especificamente às populações-alvo estratégicas do programa, de acordo com o levantamento de necessidades.

- Aos **dispositivos 1.1, 2.2 e 2.3** podem candidatar-se, através de plataforma informática, entidades organizadoras. Os **dispositivos 1.2, 1.3 e 2.1** são de direto acesso a todos os cidadãos e cidadãs jovens entre os 12 e os 25 anos. Particularmente no caso do dispositivo 1.2, pretende-se que todos os gabinetes tenham como oferta uma equipa multidisciplinar que dê resposta às várias valências previstas em portaria. As entidades prestadoras deverão: Assegurar as atividades de acordo com o previsto; Cumprir a metodologia de diagnóstico, monitorização e avaliação do projeto nos termos definidos no regulamento; Garantir serviços de apoio à execução das atividades previstas no projeto, quando necessário; Garantir recursos humanos para o desenvolvimento do projeto, quando necessário; Organizar e manter atualizados os registos técnico e financeiro do projeto.

- **Especificação da execução:**

- *Dispositivo 1.1 Unidades Móveis*

Após março de 2020 este dispositivo não foi acionado nem foram abertas as suas candidaturas durante o ano em apreço, por razões que se prenderam com o risco de contaminação pandémica, uma vez que as suas atividades favoreciam a grande afluência de jovens, onde seria

Figura 2 - programa CUIDA-TE+



Fonte: IPDJ, IP

diffícil manter a aconselhada distância social. Todavia, foram asseguradas ainda algumas ações, quer ainda de candidaturas da edição de 2019, quer no que concerne a eventos de sensibilização e divulgação extra-candidaturas (como no caso da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Tabela 2 - Sistematização da distribuição regional e número total de jovens abrangidos

Estrutura do IPDJ	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
N.º de Ações	2	2	1	2	2	9
N.º de Jovens	135	234	90	157	135	751

Fonte: IPDJ, IP

- *Dispositivo 1.2 Gabinetes De Saúde Juvenil (GSJ)*

Os GSJ sofreram várias alterações de funcionamento no ano descrito. Algumas decorreram também da gestão da pandemia, outras advieram da necessidade premente de robustecer a resposta dada aos jovens em tempo de crise. A partir de 13 de março os serviços de aconselhamento dos gabinetes passaram a funcionar à distância, dada a exiguidade do espaço e a pouca segurança face à contaminação. Todavia e prevendo de imediato o acréscimo de necessidade de suporte no período contíguo e posterior à pandemia, o IPDJ procurou reforçar a sua resposta, quer sublinhando a importância de formalizar e fortalecer a oferta aos jovens, junto dos parceiros do Ministério da Saúde (as cinco Direções Regionais contactaram os seus homólogos nas estruturas das ARS no sentido de concretizar os técnicos e as horas disponibilizadas ao programa), quer encetando conversações com a Ordem dos Psicólogos Portugueses para possível colaboração com o IPDJ no reforço do programa Cuida-te +, com psicólogos em estágio para a Ordem dos Psicólogos Portugueses. No que concerne às sessões asseguradas, eis a sua distribuição regional e número total de atendimentos:

Tabela 3 - N.º de Atendimentos por Região

Estrutura do IPDJ	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Sede	TOTAL
N.º de consultas	1.122	898	397	627	156	471	3671

Fonte: IPDJ, IP

- *Dispositivo 1.3 Sexualidade em Linha*

Em março do presente ano, a natureza da prestação deste serviço sofreu alterações, passando de um protocolo interinstitucional para uma contratação pública. Deste modo reportam-se os serviços prestados pela Associação para o Planeamento da Família (APF), na sequência da contratação pública com a referência DAP 2020.003, no âmbito do Dispositivo 1.3 - Atendimento não-presencial na área da saúde sexual e reprodutiva da Medida 1: Atendimento Personalizado, do Programa Cuida-te +, criado ao abrigo da Portaria n.º 258/2019, de 19 de agosto. No ano de 2020 a Sexualidade em Linha registou um total de 2.850 chamadas efetivas e de 688 questões colocadas na ferramenta “coloque aqui as suas dúvidas”, perfazendo um total de 3820 atendimentos. A população feminina foi a que mais recorreu ao Atendimento Telefónico (82,28%) sendo a faixa etária mais frequente a dos 18-25 anos representando 46,88% dos atendimentos, seguida da faixa etária + 30 com 20,32%. Comparando os registos de chamadas efetivas obtidos no ano de 2019 e 2020, observa-se um decréscimo no número de chamadas efetivas registadas em 2020, menos 11,5 pontos percentuais que em igual período de 2019. A distribuição das chamadas efetivas por dias/sábado por trimestre mostra uma tendência decrescente das chamadas registadas ao sábado ao longo do ano de 2020, com o 4º trimestre a registar menos 53 pontos percentuais de chamadas efetivas registadas ao sábado, face ao 1º trimestre, período que registou mais chamadas. O registo do total de chamadas efetivas registado nos dias úteis, mostra uma tendência crescente no 1º, 2º e 3º trimestre, à exceção do 4º trimestre em que se observa uma

diminuição acentuada no total de chamadas, com menos 29 pontos percentuais face ao 3º trimestre, período em que se registaram mais chamadas.

- *Dispositivo 2.1 Saúde Juvenil em Portal*

Em março de 2020 foi criado o portal ipdj.gov.pt e nele uma secção dedicada à Saúde Juvenil em Portal. Abaixo sistematizam-se os dados respeitantes às visualizações de cada uma das secções:

Tabela 4 - N.º de visualizações por secção/subsecção

Secções	Subsecções	Visualizações
/o-programa		3612
/sexualidade-em-linha		281
Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ)	/região-norte-gabinetes-de-saúde-juvenil-do-ipdj	68
	/região-centro-gabinetes-de-saúde-juvenil-do-ipdj	50
	/região-de-lisboa-e-vale-do-tejo-gabinetes-de-saúde-juvenil-do-ipdj	41
	/região-do-alentejo-gabinetes-de-saúde-juvenil-do-ipdj	34
	/região-do-algarve-gabinetes-de-saúde-juvenil-do-ipdj	79
/ansiedade-ataques-de-pânico-fobias-e-stress		61
/bem-estar-e-saúde-mental		153
/bullying		105
/tristeza-depressão-isolamento-e-solidão		88
/a-contraceção-de-emergência		22
/adesivo-contracetivo-método-semanal		16
/anel-vaginal-método-mensal		75
/método-injetável-trimestral		49
/métodos-contracetivos-de-longa-duração		38
/métodos-contracetivos-naturais		131
/o-preservativo		107
/outros-métodos-contracetivos		20
/pílula-contracetiva-método-diário		121
/consulta-de-planeamento-familiar		205
/cuida-te-alimentação-e-atividade-física		261
/comportamentos-aditivos		972
/fórum-nacional-Álcool-e-saúde		13
/coloca-aqui-as-tuas-duvidas		718
	Total	3427

Em 2020 também foram feitas várias propostas no sentido de melhorar o dispositivo Saúde Juvenil em Portal. Foi considerado o decréscimo de atividade e a dificuldade de acesso que a entidade prestadora do serviço Sexualidade em Linha reportou ao IPDJ, I.P. no último trimestre de 2020, igualmente a perceção técnica de grande dificuldade de uso da Secção Saúde Juvenil em Portal - por a informação relevante para os jovens não estar visível nem facilmente acessível, uma vez que não é "atractiva" nem dispõe de uma ferramenta "amigável" e facilmente consultável. Foi tido também em conta o plano de ação do IPDJ, I.P. de colocar a ferramenta à disposição do trabalho de profissionais que viessem a colaborar com o Cuida-te +, havendo necessidade de um instrumento interativo de perguntas e respostas, semelhante ao que já existe no Sexualidade em Linha, mas que abarque as restantes três áreas de intervenção do programa (saúde mental, comportamentos aditivos e dependências, alimentação e atividade física e desportiva - e não só a saúde sexual e

reprodutiva). Foi ainda considerada finalmente a intenção de reforçar os conteúdos, nomeadamente com outros tópicos atuais e relevantes e com links para informação já trabalhada e pronta para divulgar. Nesse sentido foi proposto desenvolver o referido instrumento interativo, em colaboração com a DMADO e a DIC, para além de repensar, também em colaboração com a DIC, a melhor forma de realçar, divulgar e colocar à disposição da nossa população alvo, tanto a informação disponível como as respetivas ferramentas, indo ao encontro da prioridade atualmente indicada no que concerne à Saúde Juvenil em geral e à Saúde Mental em particular. Os trabalhos foram encetados ainda em 2020 e o processo de desenvolvimento continuará em 2021.

Por outro lado, e como resposta comprometida institucionalmente com a qualidade do serviço público às necessidades da gestão pessoal, social e emocional da pandemia, foram promovidos vários conteúdos divulgados através dos canais de comunicação institucionais e dos seus parceiros, que fizeram parte da campanha #SERJOVEMEMCASA. Por outro lado, foram realizados diversos webinars dirigidos a pessoas jovens e a quem junto delas intervém, de participação livre e gratuita, visando assuntos relacionados com a gestão pessoal da pandemia do ponto de vista das pessoas jovens.

Tabela 5 – Webinars realizados

Data	Descrição	Pretelores/ Autores	Participantes	Link/imagem
abril	Publicação de 9 "dicas" Cuida-te+ nas redes sociais IPDJ (Facebook e Instagram). «Cuida-te+ e segue algumas dicas: conhece e partilha algumas recomendações para um estilo de vida mais saudável»	Natacha Torres da Silva IPDJ	Público jovem em confinamento	https://ipdj.gov.pt/saude-juvenil/
abril a junho	Produção e divulgação de 4 brochuras (Portal IPDJ e redes sociais). Cuida-te+ e segue as recomendações para a promoção da saúde juvenil em «desconfinamento»	Natacha Torres da Silva IPDJ	Público jovem em confinamento	https://ipdj.gov.pt/documents/20123/298964/brochuras_cuidate_1.pdf/4f6219ef-21b8-aaa5-6ded-d6dc66c06793?t=1589991437200/ https://ipdj.gov.pt/documents/20123/298964/brochuras_cuidate_2.pdf/0d13284a-26bf-4d36-fba6-8241bf5266b1?t=1589991437661/ https://ipdj.gov.pt/documents/20123/298964/brochuras_cuidate_3_novo+%281%29.pdf/bfb112ce-70a6-aacf-92da-b6034b9f5177?t=1592500732855/ https://ipdj.gov.pt/documents/20123/298964/brochuras_cuidate_4.pdf/26678ba1-fea9-9d97-c031-a474e54e9197?t=1589991438712/
abril a outubro	Webinars online: 28 de abril, 17h30 - «Saúde juvenil: Cuida-te+»; 19 de maio, 11h30 - «Cuida-te+ e segue as recomendações para trabalho, aulas ou estudo por via remota»; 26 de maio, 11h30 - «Cuida-te+ resolvendo e evitando conflitos em família»; 2 de junho, 11h30 - «Cuida-te+ de ti e do teu bem-estar»; 9 de junho, 11h30 - «Cuida-te+ de ti e dos outros protegendo-te do estigma e da discriminação»; 24 de outubro, 16h00 - «Cuida-Te+ de Ti e dos outros protegendo-te do estigma e da discriminação»	IPDJ Natacha Torres da Silva IPDJ Nathalie Marques	Público-alvo final e estratégico do Cuida-te +	https://ipdj.gov.pt/formacao-online-e-oficinas/

Data	Descrição	Preletores/ Autores	Participantes	Link/imagem
maio a novembro	Divulgação nos canais de comunicação IPDJ (Portal e redes sociais) do programa Cuida-te + e seus dispositivos.			https://ipdj.gov.pt/gabinetes-de-sa%C3%BAde-juvenil/ https://ipdj.gov.pt/noticia?titulo=gabinetes-de-saude-juvenil-do-programa-cuida-te-em-funcionamento-a-distancia/
dezembro	Divulgação e realização de duas sessões informativas sobre os conteúdos do Guia: Dependências Online - Orientações para a gestão saudável dos comportamentos online, da autoria da Professora Dr.ª Ivone Patrão, para agentes que acompanham e aconselham os jovens nas questões relacionadas com as dependências online, abordadas, nomeadamente no âmbito do Programa Cuida-te +.	IPDJ FC T Profª Drª Ivone Patrão	Cerca de 220 participantes por webinar: Técnicos de juventude, técnicos de saúde juvenil que colaboram nos Gabinetes de Saúde e Sexualidade Juvenil do IPDJ no âmbito do Programa Cuida-te +, professores, educadores e jovens.	https://ipdj.gov.pt/noticias/sessoes-informativas-guia-dependencias-online/

No âmbito do programa **Namorar com Fair Play**, programa de voluntariado do Agora Nós, foram desenvolvidos e divulgados alguns vídeos na região Centro, igualmente um contributo para a área da saúde juvenil na temática da prevenção da violência no namoro:

Tabela 6 - Divulgação de vídeos no âmbito do programa Namorar com Fair Play

DR/Distrito	Data	Descrição	Preletores/ Autores	Participantes	Link/imagem
Castelo Branco	24 de abril	Vídeo Namorar com Fairplay - sensibilizar e mobilizar os/as jovens para a prevenção da violência no namoro através da educação interpares.	Jovens em confinamento	278 Visualizações, 4 partilhas	https://tinyurl.com/y9rdxap9/
Coimbra	27 de abril			800 Visualizações, 12 partilhas	https://pt-facebook.com/IPDJip/videos/801280420693187/
	20 de maio			556 Visualizações, 12 partilhas	https://www.facebook.com/IPDJip/videos/687603382093548/
	22 de maio			313 Visualizações, 3 partilhas	https://www.facebook.com/IPDJip/videos/237590880671740/
	22 de junho			423 Visualizações, 7 partilhas	https://www.facebook.com/IPDJip/videos/272868734153206/

Fonte: IPDJ, I.P.

Na região do Algarve, foram ainda promovidas as seguintes atividades não-previstas:

Tabela 7 - Atividades não-previstas promovidas na região do Algarve (IPDJ)

DR/Distrito	Data	Descrição	Preletores/ Autores	Participantes
Faro	20 de novembro	ROAD SHOW – START TO TALK “Sensibilização para o abuso sexual de crianças e jovens no contexto do desporto”	António Rosado - Professor Catedrático da Universidade de Lisboa da FMH Luís Conceição - treinador da Seleção Nacional de Futsal Feminino Orieta Oliveira - Ciclista na Equipa Cinco Quinas	Público em geral
	Março a agosto de 2020	Projeto Namorar com Fair Play – 11 vídeos elaborados por voluntários, com vários temas no âmbito da violência no namoro.	9 voluntários do Algarve	Público em geral
	1 a 15 de janeiro de 2020	Exposição de pintura e desenho “Esta arte que me fala”, projeto que junta a arte, a psicologia e o empreendedorismo emocional, tudo isto estruturado de forma em que as emoções ajudam a ganhar consciência empreendedora.	Associação PAS - Projeto Ana Sanona e	Público em geral

Fonte: IPDJ, I.P.

- *Dispositivo 2.2 Educação Para A Saúde*

No âmbito do ponto 1 do Artigo 9º do Regulamento sobre a participação de outras entidades mediante a celebração de protocolos, acordos ou instrumentos de idêntica força vinculativa, foi realizado procedimento de seleção de entidades que, em colaboração com o IPDJ, I.P. e outras entidades públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos, assegurassem a implementação de atividades da Edição de 2020 do Dispositivo 2.2 Educação para a Saúde. Foi através do Aviso n.º 6259/2020 de 15 de abril, que se definiram os procedimentos de seleção da entidade promotora da Edição de 2020 para o Dispositivo 2.2 da Medida 2 do Programa Cuida-te +, tendo sido avaliadas as propostas apresentadas e os resultados apurados.

Terminado o referido procedimento, os resultados do procedimento de seleção foram comunicados publicamente e também às entidades envolvidas. Foram avaliadas 21 propostas apresentadas e foram selecionadas 5 entidades, uma para cada um dos métodos ativos de expressão, conforme o previsto na Portaria 258/2019 de 19 de agosto: para Teatro – Baal-17; para Música – Sol sem Fronteiras - Emocanção; para Dança – FNAJ; para Desporto – PAR respostas Sociais; para Expressão Plástica – ARISCO. Com base neste procedimento, o IPDJ, I.P. estabeleceu protocolo de colaboração com cada uma das entidades selecionadas (5 no total). Com as entidades promotoras tinham sido contratualizadas 130 sessões de teatro, 40 de expressão plástica, 60 de Música, 40 de Desporto e 60 de Dança, num total de 330 sessões.

Seguiu-se, conforme previsto, o período de candidaturas para entidades organizadoras para a Edição de 2020, para o qual foram submetidas em plataforma 209 candidaturas para entidades organizadoras. As Direções Regionais procederem à referida articulação com as entidades parceiras, a fim de identificarem a prioridade e viabilidade da concretização das ações.

Foram aprovados pela Direções Regionais os projetos apresentados das entidades organizadoras para receberem sessões no âmbito do Dispositivo 2.2. do Programa Cuida-te. Foram aprovadas a nível nacional 180 sessões. Dado que estavam disponíveis 330 sessões, serão abertas novas candidaturas, para suprir as quotas, no ano de 2021. A operacionalização das ações referidas passou ainda pelo planeamento local e a programação no âmbito do cronograma de 2021, asseguradas pelas Direções Regionais.

• *Dispositivo 2.3 Capacitação*

A capacitação da população alvo estratégica, tal como está definido o dispositivo 2.2 na Portaria n.º 258/2019 respeitante ao Regulamento do programa Cuida-te+, durante o ano 2020 foi totalmente remetida para o âmbito da formação à distância, quer a nível dos Serviços Centrais, quer das Direções Regionais.

No que concerne aos primeiros, foram assegurados cinco *webinars* visando tópicos relevantes para a gestão da pandemia do ponto de vista da saúde juvenil, nomeadamente da saúde mental: dependências online, competências sociais de comunicação, gestão da ansiedade foram alguns dos temas a visados:

Tabela 8 - Webinars realizados - gestão da pandemia do ponto de vista da saúde juvenil

Data	Descrição	Preletores/ Autores	Participantes	Link/Imagem
abril a outubro	<p>Webinars online:</p> <p>28 de abril, 17h30 - «Saúde juvenil: Cuida-te+», Natacha Torres da Silva;</p> <p>19 de maio, 11h30 - «Cuida-te+ e segue as recomendações para trabalho, aulas ou estudo por via remota», Natacha Torres da Silva;</p> <p>26 de maio, 11h30 - «Cuida-te+ resolvendo e evitando conflitos em família», Natacha Torres da Silva;</p> <p>2 de junho, 11h30 - «Cuida-te+ de ti e do teu bem-estar», Natacha Torres da Silva;</p> <p>9 de junho, 11h30 - «Cuida-te+ de ti e dos outros protegendo-te do estigma e da discriminação», Natacha Torres da Silva;</p> <p>24 de outubro, 16h00 - «Cuida-Te+ de Ti e dos outros protegendo-te do estigma e da discriminação», Nathalie Marques</p>	<p>IPDJ Natacha Torres da Silva Nathalie Marques</p>	<p>Público-alvo final e estratégico do Cuida-te +</p>	<p>https://ipdj.gov.pt/formacao-online-e-oficinas</p>
dezembro	<p>Divulgação e realização de duas sessões informativas sobre os conteúdos do Guia: Dependências Online - Orientações para a gestão saudável dos comportamentos online, da autoria da Professora Dr.ª Ivone Patrão, para agentes que acompanham e aconselham os jovens nas questões relacionadas com as dependências online, abordadas, nomeadamente no âmbito do Programa Cuida-te +.</p>	<p>IPDJ FC T Profª Drª Ivone Patrão</p>	<p>Cerca de 220 participantes por webinar: Técnicos de juventude, técnicos de saúde juvenil que colaboram nos Gabinetes de Saúde e Sexualidade Juvenil do IPDJ no âmbito do Programa Cuida-te +, professores, educadores e jovens.</p>	<p>https://ipdj.gov.pt/noticias/sexoes-informativas-guia-dependencias-online</p>

Fonte: IPDJ, I.P.

De igual modo, também ao nível das diversas Direções Regionais foram asseguradas as seguintes iniciativas no âmbito do dispositivo em apreço:

Tabela 9 - Iniciativas DRLVT do IPDJ, I.P.: gestão da pandemia do ponto de vista da saúde juvenil

Iniciativa	Data	Local	Participantes	Entidades Parceiras
«Cuida-Te+ de Ti e dos outros protegendo-te do estigma e da discriminação»	24 outubro	Online	Técnicos de Juventude e profissionais no trabalho para e com jovens (nº indeterminado)	Nathalie Marques, Psicóloga Clínica
«Ciclo de seis webinars «Gestão das Emoções e Burnout»	7 e 21 out.; 4 e 18 nov.; 12 e 16 dez	Online	Técnicos de Juventude e profissionais no trabalho para e com jovens (nº indeterminado)	Nathalie Marques, Psicóloga Clínica

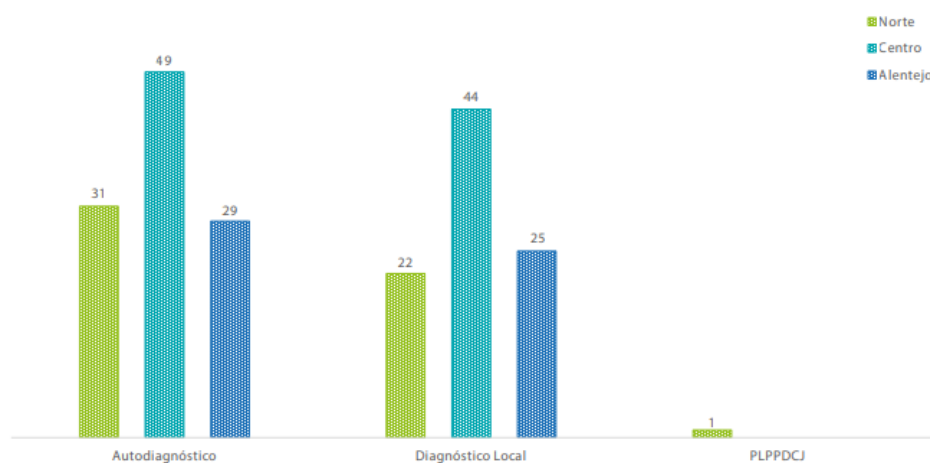
Fonte: IPDJ, I.P.

A **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ)**, em 2020, prosseguiu com a promoção do Projeto Adélia - mais capacitação, mais proteção, mais famílias positivas, mais inovação social. A elaboração dos PLPPDCJ é um processo assente numa metodologia de planeamento que implica várias fases: 1.ª autodiagnóstico – com o levantamento interno das necessidades das entidades que constituem as CPCJ; 2.ª diagnóstico local, onde são identificados fatores que facilitam a efetivação dos direitos da criança e, por outro lado, fragilidades na promoção do bem-estar, criando sinergias locais com todas as ECMIJ, permitindo uma concertação na construção do PLPPDCJ.



- No ano 2020 relativamente ao desenvolvimento do eixo I – Mais proteção, no âmbito do acompanhamento do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ) junto das CPCJ, verificou-se a evolução das suas fases nos três territórios NUTS II, Norte, Centro e Alentejo.

Gráfico 1 - Fases de Elaboração do PLPPDCJ



Fonte: Projeto de Parentalidade Positiva Adélia

- Em virtude da crise sanitária as CPCJ desenvolveram ações preventivas específicas para proteger as crianças da vitimização em ambiente digital no contexto da pandemia, que acresceram à ação protetiva habitual que continuaram a levar a cabo, apesar das limitações específicas.

Ações preventivas visando a proteção das crianças em ambiente digital no contexto da pandemia



N.º de ações
16



N.º de crianças envolvidas
1 380



N.º total de participantes
11 947

Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020

- Em 2020, as **CPCJ** reforçaram a produção e publicação de materiais para ajudar as crianças e cuidadores a conhecer e a lidar melhor com a situação pandémica. Este empenhamento das CPCJ encontrou-se patente na dinamização de **1011 ações** comemorativas dos dias europeus ou internacionais, com cobertura em todo o território nacional, alcançar um total de **1 041 292 participantes**.
- No ano atípico de 2020, a nível nacional, realizaram-se **1110 ações diversificadas**, que incluem ações de sensibilização, formação, teatro, encontros de parceiros, fóruns de discussão, atividades recreativas, desportivas e culturais e construção de materiais de divulgação e de informação, envolvendo mais de 150 100 participantes, incluindo nestes, cerca de **39 000 crianças e jovens**.

O **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)** no ano de 2020, marcado pela pandemia causada pela infeção por SARS-CoV-2 e consequentes alterações no funcionamento dos serviços, continuou a assegurar a coordenação nacional do **Programa Eu e os Outros**, mantendo as atividades de monitorização do referido Programa. Concretizou as reuniões de coordenação com as diferentes DICAD e com a região autónoma dos Açores, bem como o acompanhamento à implementação do Programa em contexto de ensino militar não profissional (6 reuniões de monitorização). Ao longo de 2020 foram envolvidas **61 instituições e dinamizados 2.876 jovens** com o suporte de 248 aplicadores formados e apoiados tecnicamente por profissionais das equipas de prevenção da saúde.

- No âmbito deste programa foram igualmente mantidos, com as adaptações necessárias, os programas formativos quer no Concelho de Odivelas, quer no âmbito da parceria com a Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional. Foi ministrado um curso de base e um curso de aprofundamento no concelho de Odivelas e um curso de base e outro de aprofundamento nos colégios pertencentes ao Ministério da Defesa Nacional. A formação no concelho de Odivelas contou com 23 participantes, tendo abrangido 122 jovens. A formação ministrada nos colégios de ensino militar não superior envolveu 27 participantes na formação e foram abrangidos 215 jovens.
- A formação de reciclagem dos profissionais das equipas de prevenção das diferentes unidades de intervenção local, realizou-se com um programa que proporcionou o aprofundamento aos conteúdos ligados à cibersegurança, envolvendo os parceiros do consórcio do Centro Internet Segura (FCT e APAV). Ainda no âmbito da formação de reciclagem, foram abordados os novos formatos formativos / modalidade de formação à distância, onde se apresentaram módulos de exploração autónoma e outros materiais de suporte, redefinindo-se o programa formativo (foram ministradas 8 horas de formação, com a presença de 50 participantes).
- Há a realçar que se iniciou, em 2020 o **processo de adaptação das metodologias e materiais de suporte a um modelo de formação à distância**. O modelo adaptado foi testado ainda em 2020, na formação dirigida aos docentes do Colégio Militar e do Instituto dos Pupilos do Exército.
- No plano das parcerias, 2020 foi marcado pelo início do **trabalho conjunto com o consórcio Centro Internet Segura / Centro Nacional de Cibersegurança**, trabalho este que proporcionou condições para o desenvolvimento de uma versão digital da narrativa dedicada às dependências sem substância.
- Em 2020, foi igualmente mantido o contacto com a **República de Cabo Verde**, ainda que o mesmo não se tenha traduzido no desenvolvimento de qualquer ação conjunta, tendo em conta as limitações impostas pela COVID-19. Neste sentido, a comunicação limitou-se à troca de mails.
- Uma outra linha de ação desenvolvida em 2020, passou pela criação de **uma décima narrativa dirigida aos problemas de adição em tempos de pandemia**.

Foi produzido um manual de suporte à aplicação da nova narrativa disponibilizado a todos os profissionais que o solicitassem junto à coordenação do Programa, tendo sido contabilizados, **186 pedidos** oriundos das diferentes partes do país. A narrativa foi lançada em abril e até dezembro foi **visitada por mais de 1.600 pessoas de todo o país** que a utilizaram nos mais diversos contextos – escolar, familiar, terapêutico, ATL.

Esta narrativa foi objeto de 3 **webinars** dirigidos a grupos-alvo variados, visando a sensibilização para as problemáticas emergentes ou agravadas pela pandemia, e a importância de abordar o impacto da mesma nos jovens.

Há a destacar que, o processo de **validação da revisão gráfica do Programa E&O teve a sua conclusão em 2020**.



No plano da produção de reportes técnicos foi produzido em 2020 um relatório de reflexão sobre os resultados obtidos a partir da implementação do Programa Eu e os Outros no decurso da vigência do PNRCAD 2013-2020.

Quanto à **16ª Edição do Dia da Defesa Nacional**, a mesma foi marcada significativamente pela pandemia. O ano de 2020 iniciou-se com a avaliação do primeiro esboço do material relacionado com o Programa Eu e os Outros elaborado pela produtora com base no guião produzido e nos conteúdos recolhidos.



- No que diz respeito à intervenção da saúde no contexto do Dia da Defesa Nacional a atividade foi muito reduzida e apenas desenvolvida no primeiro trimestre do ano nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.

Tabela 10 - DDN: Intervenção nas regiões Norte e em Lisboa e Vale do Tejo

	Dias	Sessões	Jovens	Técnicos
Norte	40	120	5.656	6
Lisboa e Vale do Tejo	26	78	2.936	19
TOTAL	66	198	8.592	25

Para o ano de 2020 estava prevista a convocatória de 113.854 jovens para o Dia da Defesa Nacional. Face aos condicionamentos impostos pela pandemia, acabaram por ser **convocados apenas 53.853 jovens**, dos quais compareceram nos diferentes núcleos de divulgação 44.728 dos mesmos. Foram concretizados pelas equipas de saúde até o final do mês de março, altura em que a atividade foi suspensa, **66 dias de intervenção, abrangendo 8.592 jovens** ao longo de **198 sessões** que perfizeram aproximadamente 100 horas de ação, dinamizadas por 25 profissionais de saúde.

- No que concerne ao desenvolvimento de modelos e programas em **contexto Meio Laboral**, o SICAD continuou-se a priorizar as "Atividades de dinamização dos SH nas diferentes áreas e contextos", quer ao nível das autarquias quer com as entidades privadas.



Embora com alguns constrangimentos, no ano 2020, manteve-se o trabalho de apoio à gestão e capacitação destes *stakeholders*, tendo como base os documentos de linhas orientadoras produzidos para este contexto específico.

Assim, durante 2020, foi desenvolvido trabalho com a **autarquia do Seixal e Loures**, através do programa de prevenção dos CAD EURIDICE, bem como com o **Município de Lousada, Famalicão, Gondomar, Felgueiras, Matosinhos** e com a **Empresa Municipal da cidade do Porto**. Estas ações tiveram o **apoio de 8 CRI**, integrantes da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e da ARS do Norte.

- A participação do **SICAD na coordenação conjunta com a DICAD/ARSLVT e a Casa Pia de Lisboa, I.P.** (CPL) no Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências na Casa Pia de Lisboa, no ano de 2020 e perante a pandemia de COVID-19 houve necessidade de reajustes nas atividades desenvolvidas. Neste sentido o trabalho conjunto foi realizado presencialmente até fevereiro e a partir de março foi concretizado no digital. Foram realizadas ao longo de 2020 um total de **cinco reuniões de trabalho** (uma presencial e quatro online) com a participação dos diferentes elementos. No primeiro trimestre de 2020 foram realizadas seis ações de formação, abrangendo 80 profissionais.



A **Direção Geral da Educação (DGE)** referiu que cerca de 215 Agrupamentos de Escolas desenvolvem alguma forma de projeto na área da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências. Realçam a intervenção preventiva universal ao nível das escolas e o trabalho desenvolvido pelas escolas, DGE e Ministério da Educação foca-se no desenvolvimento de competências socio emocionais promotoras da saúde e preventivas de comportamentos aditivos.

Ação 2. Implementação de mecanismos de referenciação e resposta ao surgimento precoce de comportamentos aditivos com ou sem substância

- Crianças até aos 9 anos e Jovens dos 10 aos 14 anos.

A **ARS Norte, IP/DICAD** disponibiliza respostas específicas para jovens no âmbito da Prevenção Indicada: 1 Programa Integrado de Apoio à Comunidade, 1 Programa Integrado de Atendimento Materno, 9 Consultas de Adolescentes e Jovens (Bragança, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Vila Real).

- Em 2020, as seguintes estruturas referenciaram crianças e jovens para as nossas respostas: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, Instituições de Saúde, Instituições Escolares, Instituições Judiciais/DGRSP, Instituto Segurança Social e Unidades Especializadas.
- Das estruturas suprarreferidas foram referenciadas 51 crianças e jovens. Para além destas fontes de referenciação, foram também acompanhadas 37 crianças e jovens que chegaram às nossas estruturas através da autorreferenciação/iniciativa própria (17 CJR), Família/Amigos (15 CJR) e outras vias não discriminadas (5).

Na **ARS Centro, IP/DICAD** existem 10 serviços com consultas de prevenção seletiva e indicada dirigida a crianças, jovens e famílias. No ano de 2020 atendeu em consulta 15 jovens com idade até aos 14 anos, sendo 12 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Referenciados pela família foram 9 jovens, 2 foram referenciados pela CPCJ, 2 pela escola e 2 por Instituição judicial.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, na **área da prevenção**, a metodologia do Guião de Procedimentos em meio escolar e na Casa Pia de Lisboa visa a referenciação precoce das situações. Abrangidas 13 entidades, envolve reuniões de discussão de casos e encaminhamento para as consultas de adolescentes da DICAD ARSLVT e/ou para outras instituições de saúde.

A **ARS Algarve, IP/DICAD**, identifica a referenciação de 15 crianças/jovens, entre os 13 e os 14 anos de idade, sinalizadas por 10 estruturas referenciadoras no âmbito da Rede Nacional de Referenciação/Articulação para crianças e jovens, designadamente: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Agrupamentos de Centros de Saúde; Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência; Serviços Regionais da Segurança Social; Tribunais de Família e Menores; Agrupamentos de Escolas do Algarve; Centro Hospitalar Universitário do Algarve; Instituições Particulares de Solidariedade Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.).

- No âmbito do circuito de sinalização, a DICAD da ARS Algarve disponibilizou às estruturas referenciadoras uma ficha de referenciação para a consulta de prevenção indicada do GAJE-ETEP.

Ação 3. Incremento da articulação e da qualidade de respostas específicas, para os diversos tipos de intervenção e contextos, englobando populações com características particulares, nomeadamente crianças e jovens em risco, população prisional, migrantes e cidadãos em situação de exclusão.

- Para todo o ciclo de vida.

Na **ARS Norte I.P. / DICAD** existem 23 respostas específicas, entre as quais se destacam o Programa Integrado de Apoio à Comunidade, o Programa Integrado de Atendimento Materno, 9 Consultas de Adolescentes e Jovens (Bragança, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Vila Real), e 7 respostas específicas para a população prisional. Foram criados/atualizados **5 protocolos** neste âmbito, designadamente:

- Protocolo entre o CRI Porto Central, o ACES Feira/Arouca e a CM Arouca, para a criação de uma consulta descentralizada em Arouca para utentes com PLA
- Protocolo entre a ARSN, o ISS, a CM do Porto e o SICAD, para a criação de um Programa de Consumo Vigiado no Município do Porto
- Protocolo entre a ARSN e a CM de Bragança, para a cedência de novas instalações do CRI de Bragança por parte do Município de Bragança
- Constituição do NPISA de Vila Nova de Gaia, sendo o CRI Porto Central uma das entidades parceiras
- Constituição do NPISA de Matosinhos, sendo o CRI Porto Ocidental uma das entidades parceiras

A **ARS Centro, IP/DICAD** mantém os 10 gabinetes de consulta de prevenção seletiva e indicada (PSI). No ano de 2020 foram atendidos nas consultas de prevenção seletiva e indicada 434 utentes, sendo que 175 utentes recorreram a estes serviços pela primeira vez. No total foram realizadas 3.801 consultas.

A **ARSLVT, I.P.**, informou que no âmbito do n.º de Protocolos criados/ atualizados (Reinserção): mantêm-se os protocolos existentes; ainda durante o ano de 2020 na Região de Lisboa e Vale do Tejo foi proposto um novo protocolo, no Concelho de Almada e revistos dois protocolos (Concelho de Oeiras e de Setúbal), no âmbito dos NPISA, conforme a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, que aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2017-2023. Em todas as UIL (CRI e ET) existem procedimentos de articulação:

- Com CT, CPCJ e/ou ECJ/EMAT/Tribunais no âmbito da sinalização e acompanhamento de Crianças e jovens em Risco e respetivas famílias;
- No âmbito das situações de pessoas sem-abrigo;
- Com o CNAIM, com o SEF e com Juntas de Freguesia no âmbito dos cidadãos migrantes;
- Com DGRSP, quer nas equipas quer com Tribunal de Pequena Criminalidade de Lisboa, no âmbito da adição.sem e taxa. zero.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** ministrou as ações de sensibilização, dinamizadas numa perspetiva de **prevenção universal**, que foram maioritariamente dirigidas aos contextos escolares e universitário, nomeadamente, alunos (2.º, 3.º ciclo, secundário e ensino superior), pais e comunidade em geral e devem ser consideradas como população alvo final. As ações realizam-se em estreita articulação com as equipas PES (Programa de Educação para a Saúde), Saúde Escolar e projetos CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) e forças de segurança. No caso do ensino superior, destaque para a articulação com o Projeto *Universidade Saudável* (Universidade de Évora). O uso das plataformas digitais permitiu obter um alcance significativo em termos dos públicos finais. Destaque para os programas de rádio, *newsletter* e *webinars*.

A **ARS Algarve, IP/DICAD**, informou:

- Tal como descrito na ação 1, a ETEP manteve em funcionamento o Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolventes (GAJE), realizando consultas no domínio da prevenção indicada (presenciais e online) a jovens dos 13 aos 21 anos, em Faro e Portimão, bem como aconselhamento a familiares e envolventes.
- Anterior ao início da pandemia COVID-19, a ETEP deu continuidade ao grupo terapêutico (11 utentes), direcionado para jovens já em acompanhamento individual, com perfil para o grupo terapêutico.
- Foi mantida e reforçada a articulação (devidamente adaptada ao longo do período de pandemia) entre a Equipa de Prevenção e as estruturas de parceria (Segurança Social, CPCJ, etc.), através da realização de reuniões/contactos de trabalho entre os serviços, com vista à elaboração de respostas específicas de qualidade para crianças e jovens em risco.
- A existência de 3 consultas das ETET nos Estabelecimentos Prisionais de Silves, Faro e Olhão (com acesso a programas de metadona e buprenorfina).
- A ETET do Barlavento deu continuidade aos Grupos Psicoeducativos para PLA para reclusos no E.P. de Silves.
- Os interlocutores designados das ETET e ETER participaram nas reuniões do NPISA de Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António. Participaram, ainda, nos Grupos de Trabalho de Intervenção para Pessoas em condição de sem abrigo, em Lagos, Portimão e Albufeira.
- A ETET do Barlavento implementou a **“Ação de Sensibilização sobre o consumo de SPA”**, com vista a responder aos pedidos de intervenção por parte do sistema judicial (DGRSP), nomeadamente, em casos de SPP (suspensão provisória de processo).
- Compromisso FNAS na área do tratamento, com especial atenção à população com 65 ou mais anos, com necessidade de intervenção mais regular e com maior foco na rede de referência (articulação com outras estruturas da rede, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde e de apoio social).

A **Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)** concretizou diversas ações de promoção e proteção da saúde promovidas pelos Estabelecimentos Prisionais ao longo do ano de 2020.

- As diversas ações realizadas incidiram, essencialmente, em sessões de sensibilização/informação visando a capacitação e consolidação de comportamentos preventivos das doenças e promotores de saúde, sessões sobre medidas de higiene e a sua importância na prevenção de doenças, sobre a importância da vacinação na prevenção de doenças e da correta administração da medicação. Foram igualmente desenvolvidas ações de sensibilização/informação sobre a infeção COVID-19.
- Quanto aos Programas e projetos no âmbito do internamento em Centro Educativo e Ligação à Comunidade a pandemia constituiu, em 2020, um forte constrangimento ao desenvolvimento daqueles.

○ Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.) referiu as seguintes respostas sociais:

Tabela 11 - Respostas sociais com acordo de cooperação, no âmbito da Portaria n.º 196-A/2015, de 01 de julho

Resposta Social	Conceito	Nº Acordos cooperação	Nº Utentes em acordo
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	<p>Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares. O CAFAP pode organizar-se e desenvolver-se através de 3 modalidades de intervenção (art.º 8º):</p> <p>1. Preservação familiar - visa prevenir a retirada da criança ou jovem do seu meio natural de vida. Focada na educação parental em programas individuais e/ou em grupo, no desenvolvimento de programas de preservação, na execução de atos materiais de MMNV bem com na intervenção especializada junto da família em contratos celebrados no âmbito do Rendimento Social de Inserção.</p> <p>2. Reunificação familiar - visa o regresso da criança ou jovem ao seu meio familiar. A intervenção é focada na execução de medidas de colocação familiar ou institucional (designadamente nos casos de acolhimento institucional ou em família de acolhimento)</p> <p>3. Ponto de encontro familiar - visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave de convivência familiar, designadamente em situações de conflito parental ou de rutura parental/conjugal</p>	173	4 470
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.	3	84
Casas de Acolhimento (inclui Centro de Acolhimento Temporário e Lar de Infância e Juventude) 113 CAT + 170 LIJ	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. A Casa de Acolhimento, de acordo com a redação que lhe é conferida pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) visa contribuir para a "criação de condições que garantam adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral"	283	7 486
Centro Comunitário	Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um Pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido	129	11 031
Comunidade de Inserção	Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social	42	2 563
Centro de Alojamento Temporário	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada	30	940
Equipa de Intervenção Direta	Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno	25	827
Apartamento de Reinserção Social	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção, social, familiar, escolar ou profissional.	24	220

Fonte: ISS, IP

- Alojamentos Sociais de Emergência (ASE)

Tendo por base a identificação da necessidade de garantir uma solução que responda à escassez de alojamentos de emergência e que, primeiro, proporcione às pessoas e às famílias que se encontrem em situação de desproteção a resposta adequada; segundo, minimize/suprima a utilização de recursos comerciais, nomeadamente alojamentos locais; por último, capitalize recursos humanos e materiais, já existentes, potenciando uma maior participação das instituições do terceiro setor.

Os ASE têm como objetivo *“uma intervenção adequada na crise, por forma a criar uma alternativa exequível, em tempo útil, ao alojamento de emergência, tendo em vista o seu posterior encaminhamento para resposta mais adequada à sua efetiva inserção social. Quanto à intervenção de acolhimento importa, também, ter como objetivo estratégico a aquisição de competências, ao nível da organização de vida”* e contratualizam os seguintes serviços indispensáveis a um adequado processo de acolhimento:

- Alojamento transitório e temporário;
- Alimentação (pequeno-almoço, almoço, jantar e eventual reforço alimentar, quando se justifique);
- Refeições pontuais para alojamentos de emergência;
- Higiene;
- Serviço de lavandaria ou disponibilização de equipamento e produtos necessários para o tratamento de roupas, sendo da responsabilidade de cada um dos utentes o cumprimento dessa tarefa;
- Os necessários serviços de acompanhamento técnico durante o período de permanência.

Estes serviços são contratualizados por celebração de Protocolo. Existem 7 Protocolos ASE:

Tabela 12 - Protocolos Alojamentos Sociais de Emergência (ASE)

Distrito	Concelho	Instituição	Vagas
Braga	Esposende	Centro Social João Paulo II (CACES)	33
Leiria	Alcobaça	Santa Casa da Misericórdia de Alfeizeirão	20
Lisboa*	Lisboa	FASL - Ponto de Luz	25
	Amadora	Associação VITAE	43
Porto	Porto	Santa Casa da Misericórdia do Porto (CAS)	40
	Vila do Conde	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde (Casa das Rosas)	24
	Vila Nova de Gaia	Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) de Vila Nova de Gaia	18
TOTAL = 7 ENTIDADES			203

Fonte: ISS, IP

Ação 4. *Desenvolvimento de Intervenções no âmbito da Redução de Riscos Minimização de Danos, com especial incidência nos Policonsumos e nas NSP.*

- Para todo o ciclo de vida.

A **ARS Norte, IP/DICAD** durante o ano de 2020, em função do contexto pandémico provocado pela SARS-Cov-2, todas as intervenções planeadas no **âmbito dos contextos festivos/ recreativos foram canceladas**.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informou que neste âmbito e nos termos da Portaria 27/2013 de 24 de janeiro, em 2020 estiveram a decorrer na Região Centro 9 projetos de RRMD – 5 Equipas de Rua, 3 Pontos de Contacto e de Informação e 1 Centro de Acolhimento.

- No total foram abrangidos por estes projetos de RRMD 7.478 indivíduos: 879 em Equipas de Rua; 6.550 em Pontos de Contacto e de Informação e 49 em Centro de Acolhimento.
- No ano 2020, os projetos mais afetados pela Pandemia Covid-19 foram os três Pontos de Contacto e de Informação (PCI) com intervenção em contextos recreativos e/ou festivos abrangendo, neste ano, apenas 6.550 indivíduos (4.093 em bares/ discotecas, 513 em festas/festivais e 1.944 em plataformas online), que se refletiu numa redução de 74% face a 2019 (em contexto de festas/festivais ocorreu uma redução de 97% e nos bares/discotecas de 37%). A partir de março 2020, devido às inerentes restrições legais, com proibição de realização de festas/festivais e encerramento de bares e discotecas, surgiu a intervenção destes projetos em Plataformas Online, como forma de contacto com a população que habitualmente procura este tipo de estrutura de RRMD.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, relativamente os dados recolhidos para esta ação dividem-se em intervenções desenvolvidas pelas Equipas da DICAD (Equipa de Coordenação e UIL) e intervenções desenvolvidas por IPSS/ONG e acompanhadas pelas Equipas da DICAD, no âmbito do PORI. A partir de março de 2020, muitas das intervenções que vinham sendo desenvolvidas em anos anteriores não se realizaram, devido á suspensão de eventos por motivos decorrentes do início do estado de emergência e das restrições impostas pelas medidas de combate à COVID-19.

- Na sequência das diretrizes da DGS para combate à pandemia por COVID-19 nos diversos contextos de intervenção em Saúde, foi feita a sua divulgação e promovida a criação de planos de contingência adaptados aos diversos contextos de intervenção. Foi ainda produzida e divulgada junto dos projetos que integram o PORI, informação de redução de riscos e minimização de danos, adaptada ao contexto pandémico, e dirigida a utilizadores de drogas e álcool.

Atividades desenvolvidas pelas Equipas da DICAD:

- **Contexto Festas Comunitárias de cariz recreativo** foi desenvolvida 1 intervenção: Carnaval Torres Vedras, neste contexto foram abrangidas 992 pessoas.
- **Contexto Académico** foi interrompida a continuidade das intervenções nas 3 Semanas Académicas de maior relevo na região de Lisboa e Vale do Tejo: SA Lisboa, SA Setúbal, SA Santarém na sequência da suspensão destes eventos por razões decorrentes da situação pandémica.
- **Festivais de Música** foram desenvolvidas 2 intervenções em contextos musicais, nomeadamente uma festa trance organizada pela Cristal Matrix e uma festa de música "revenge of the 90's" foram abrangidas 245 pessoas.

Atividades desenvolvidas por IPSS/ONG e acompanhadas pelas Equipas da DICAD, no âmbito do PORI:

- **Centro de Acolhimento de Alcântara**, em Lisboa, com capacidade para internamento de 50 indivíduos sem enquadramento socio familiar foi reduzida para 41, de acordo com o plano de contingência interno, e pelo qual passaram 146 indivíduos;
- **PSOBLE** (Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência) no concelho de Lisboa com 1.728 utentes acompanhados em Unidades Móveis;
- **PSOBLE, em instalações fixas**, do Centro de Abrigo para Sem Abrigo, no Beato, em Lisboa, que abrangeu 87 indivíduos;
- **2 Equipas de Rua em Lisboa** que abrangeram, aproximadamente, 1278 indivíduos no total;
- **1 Equipa de Rua em Setúbal** que acompanhou 185 indivíduos;

- o **1 Equipa de Rua em Peniche**, com 268 indivíduos em acompanhamento, 53 dos quais integrados em PSBLE.
- o **1 Ponto de Contacto e Informação** que garante intervenções de proximidade em contextos recreativos na Cidade de Lisboa, que contactaram com 1683 pessoas e possui 9.916 seguidores nas redes sociais, o serviço de *drug cheking* analisou 206 amostras e foram realizadas 26 consultas de RRMD.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** com a suspensão das iniciativas festivas na comunidade como a “Queima das Fitas, Receção ao Caloiro e outras atividades lúdicas concelhias não teve nenhuma atividade a reportar.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** atendendo ao contexto pandémico, informa que as intervenções específicas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) foram realizadas sobretudo junto das populações com particular vulnerabilidade social e/ou risco de exclusão social, envidando esforços para durante a fase pandémica manter a proximidade destas populações aos serviços de saúde e às Equipas de Tratamento.

- A ETE RRMD colaborou com as ETET, intensificando as ações de apoio no domicílio para os utentes que não se podiam ausentar de casa por motivo de isolamento profilático ou doença por COVID-19. Este apoio foi fundamental para a manutenção dos programas de substituição com cloridrato de metadona.
- Tal como referido anteriormente, na sequência das medidas de controlo e redução do risco de propagação da infeção por COVID-19, não foram realizadas ações de RRMD em contexto recreativo, uma vez que estes eventos foram cancelados.
- A ETERRMD prestou forte apoio às intervenções do projeto RIO, nas saídas diárias de apoio à população abrangida pelo Projeto.
- Ainda no âmbito das intervenções de RRMD desenvolvidas na região do Algarve, foram concretizadas ações pelos 2 projetos de RRMD (PORI).

A **Direção-Geral da Saúde (DGS)**, apesar do contexto pandémico, manteve ativo o Programa de distribuição gratuita de materiais preventivos e informativos às Equipas de Rua, no âmbito da intervenção em RRMD.

O **SICAD**, atendendo ao contexto pandémico, elaborou recomendações e orientações para a intervenção em CAD, adaptadas à situação criada pela infeção COVID-19 e à necessidade de mitigação da disseminação do vírus. No âmbito da participação do SICAD na ENIPSSA, foi elaborado um documento orientador para a intervenção junto de pessoas com CAD em situação de sem-abrigo.

Ação 5. Desenvolvimento de materiais de apoio que potenciem os currícula, no âmbito dos CAD, para os diferentes tipos e níveis de ensino.

- Crianças até aos 9 anos. Jovens dos 10 aos 14 anos, Jovens dos 15 aos 19 anos e Jovens dos 20 aos 24 anos.

À semelhança de anos anteriores a **Direção-Geral da Educação (DGE)** divulgou materiais previamente validados e/ou revê e adapta materiais produzidos por entidades com competências na área. Assim, em 2020 a DGE divulgou todos os materiais produzidos pelo SICAD. Referiu a produção de 8 materiais desenvolvidos e/ou adaptados.

Objetivo Específico 3. Contribuir para a prevenção da ocorrência de comportamentos de risco, associados aos CAD, promovendo uma cultura de segurança nas escolas e na comunidade, fomentando a adoção de comportamentos de saúde e bem-estar.

Ação 6. Consolidação e alargamento da articulação no âmbito das medidas de proteção de crianças e jovens em risco.

- Crianças até aos 9 anos.

A **ARS Norte I.P./DICAD** manteve a articulação com o Núcleo de Infância e Juventude (NIJ) do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social. Esta articulação desenvolveu-se através do desenho de uma intervenção preventiva em CAD especificamente dirigida às EMAT (Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais) e às Casas de Acolhimento Residencial (CAR). Esta intervenção consiste na formação e apoio técnico às EMAT e às equipas técnicas e educativas das CAR, e na supervisão da implementação do Programa Eu e os Outros, realizada junto dos jovens em acolhimento residencial. Devido aos constrangimentos provocados pela pandemia, as **ações de formação e as sessões de acompanhamento e supervisão** passaram a ocorrer em **formato online**. Ainda no âmbito desta articulação, salienta-se o **encaminhamento dos adolescentes e jovens para as respostas de prevenção indicada**, e o **apoio técnico às equipas** que as acompanham.

Na **ARS Centro, IP/DICAD**, foram acompanhados em consulta **5 crianças com idade até aos 9 anos**, uma do sexo feminino e 4 do sexo masculino. **Três foram referenciados** para consulta pela família e duas pela escola.

A **ARSLVT, I.P.** referiu que mantém as Equipas técnicas especializadas das áreas de Prevenção Indicada, Tratamento e Reinserção existindo uma prática de parceria, em algumas equipas formalizadas, com as CPCJ, no sentido de se garantir a existência de técnicos interlocutores das Equipas de Reinserção e das CPCJ em diferentes áreas geográficas da DICAD, de forma a agilizar e a garantir respostas atempadas às situações sinalizadas

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** teve a intervenção muito limitada, devido aos constrangimentos existentes com a pandemia.

A **ARS Algarve, IP/DICAD**, através da ETEP, manteve articulação com as CPCJ da região do Algarve. Saliente-se que a ETEP integra a comissão alargada da CPCJ de Faro.

Ação 7. Sinalização de crianças e jovens em risco/perigo, por parte das entidades com contacto direto com crianças, jovens ou famílias com problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, no sentido destas situações serem acompanhadas e encaminhadas para respostas adequadas às necessidades diagnosticadas.

- Crianças e Jovens até aos 14 anos.

Apesar dos consumidores menores de 16 anos serem considerados inimputáveis para efeitos da aplicação da Lei nº30/2000, de 29 de novembro, as **CDT** destacam-se pelo importante papel que desenvolvem na sinalização e intervenção precoce junto de crianças e jovens.

- Em 2020, verificou-se que dos **51 indiciados menores de idade atendidos nas CDT** (48 sinalizados no ano e 3 transitados do ano anterior) correspondendo a pouco mais de metade dos valores registados em 2019 (117), **28 foram sinalizados para estruturas específicas com base numa avaliação de risco**, sobretudo para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), consultas de prevenção indicada dos Centros de Respostas Integradas (CRI) das ARS/DICAD e consultas nos GSJ no âmbito do projeto “Cuida-te+” do IPDJ.
- Obedecendo aos requisitos legais, as intervenções são alvo do consentimento e envolvimento dos familiares e representantes legais, junto dos quais se procura também prestar apoio e aconselhamento.

Manteve-se o número e distribuição das **respostas especializadas de prevenção indicada asseguradas pelas ARS / DICAD, num total de 57**, para onde poderão ser encaminhadas crianças até aos 9 anos e jovens dos 10 aos 14 anos que necessitem de apoio face à presença de comportamentos de risco associados aos CAD. **A região de Lisboa e Vale do Tejo** continua a dispor da maior rede de respostas (um total de 26 respostas, sendo 16 espaços de consulta descentralizados e 10 **Equipas Técnicas Especializadas de Tratamento (ETET)**, seguida da **região Norte** (16 respostas, sendo 9 espaços de consulta descentralizados, Projeto Integrado de Apoio à Comunidade - PIAC e 6 ETET), da **região Centro** (10 consultas de Prevenção Indicada e Seletiva), da **região do Alentejo** (4 respostas, em Beja, Évora, Portalegre e Santo André) e a **região do Algarve**, com apenas uma resposta (consulta de Prevenção Indicada do Gabinete de Apoio a Jovens e Envoltentes - GAJE).

Conforme reportado pela **CNPDP** e de acordo com o constante no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2020, **foram avaliadas 130 situações de perigo em crianças e jovens com consumo de estupefacientes** (categoria de perigo Comportamentos de perigo na infância e juventude), sendo que o encaminhamento para as estruturas de apoio especializado no âmbito dos CAD constitui uma das medidas fundamentais com vista à sua remoção.

Por parte das **CDT**, foram dinamizadas ações de âmbito preventivo e motivacional (34) junto da maioria dos consumidores menores, contando sempre com o envolvimento dos familiares ou seus representantes legais.

A **ARS Norte I.P./DICAD**, dispõe de 17 respostas para crianças e jovens até aos 14 anos: PIAC, PIAM, 9 Consultas de Adolescentes e Jovens, e 6 ETET dos CRI dão resposta a esta população. Ao longo de 2020, foram acompanhados, nessas respostas, **211** crianças e jovens com idades até os 14 anos.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informou que até aos 14 anos de idade foram acompanhados em **consulta 15 jovens**.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, teve a intervenção muito limitada, devido aos constrangimentos existentes com a pandemia.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa a existência de 1 resposta no âmbito da sinalização de crianças e jovens em risco/perigo: Consulta de Prevenção Indicada do GAJE, valência da Equipa Técnica Especializada de Prevenção (ETEP), realizada em dois Polos – Faro e Portimão. O GAJE é dirigido à população juvenil, entre os 13 aos 21 anos, que apresente fatores de risco no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. Desenvolve essencialmente atividade de apoio psicossocial, na perspetiva da prevenção indicada. No contexto desta ação 7, foram intervencionadas **15 de crianças/ jovens**, em circunstâncias devidamente adaptadas durante o período pandémico.

Ação 8. Divulgação de informação e sensibilização das comunidades, permitindo aos cidadãos estabelecerem relações de confiança e diálogo, facilitando o desenvolvimento de um clima de segurança através dos programas Especiais.

- Jovens dos 15 aos 19 anos. Jovens dos 20 aos 24 anos. Adultos dos 25 aos 64 anos. Adultos acima dos 65 anos.

No âmbito do **Programa Escola Segura**, a **Guarda Nacional Republicana (GNR)**, desenvolveu **683 ações de sensibilização** sobre a redução dos comportamentos aditivo e das dependências, abrangendo um total de **15.116 alunos**.

A **Polícia de Segurança Pública (PSP)**, tendo sob sua responsabilidade 3.251 estabelecimentos de ensino e 922.734 alunos, no âmbito do **Programa Escola Segura** tem dedicado especial atenção à temática dos comportamentos aditivos com e sem substância praticados por parte dos jovens, motivo pelo qual no ano letivo 2019/2020 foram efetuadas **301 ações de sensibilização** abrangendo **7.948 alunos** entre os **3 e os 15 anos** e **418 ações para 7.716 alunos maiores de 15 anos** especialmente direcionadas para a temática dos CAD - álcool e drogas.

Ação 9. Estabelecimento de circuitos de articulação e de estratégias de intervenção entre os parceiros com responsabilidades em matéria de intervenção em dissuasão, tendo em vista uma resposta adequada às necessidades de crianças e jovens consumidores, não abrangidos pela Lei 30/2000 de 29 de novembro.

- Jovens dos 10 aos 14 anos (até aos 15 anos).

Neste âmbito, importa referir que 2020 foi um ano estrategicamente voltado para a **consolidação** das últimas articulações estabelecidas - **circuitos de agilização de procedimentos estabelecidos** com a **GNR, PSP e CNPDPCJ**, destacando-se neste âmbito a designação última de alguns dos interlocutores (regionais e nacionais) e a divulgação do circuito e planificação de algumas das atividades previstas.

Especificamente com a PSP e GNR, foram ainda estabelecidas articulações e consensualizados procedimentos, tendo em vista a **implementação de medidas excecionais por forma a prevenir e controlar a pandemia COVID-19**, entre os quais se destacam os seguintes:

- **Novas regras de notificação dos indiciados** dirigidas às autoridades policiais, no sentido do agendamento das audições/atendimentos passar ser efetuado sempre pela CDT, por forma a evitar a concentração de pessoas nas salas de espera das CDT sem marcação prévia.
- Reforço da medida da **adoção em exclusivo da via eletrónica** para o envio do expediente (autos de ocorrência).
- Esta última iniciativa, foi igualmente implementada junto das ETET e outras unidades de Tratamento públicas e privadas, no âmbito do envio de comprovativos de tratamento, cumprindo com as obrigações legalmente previstas.
- Ainda em relação a este indicador, para além de alguns **protocolos e acordos formais e informais estabelecidos (8)**, sobretudo com estabelecimentos de ensino, bombeiros voluntários, IPSS/ONG e autoridades policiais, foram ainda **desenvolvidas várias ações conjuntas (cerca de 75)**, designadamente e entre outros, encontros de trabalho para acompanhar casos comuns, avaliar a articulação e organizar ações de sensibilização/formação e participação em intervenções formativas, organizadas na maior parte dos casos por estabelecimentos de ensino e instituições de acolhimento de crianças e jovens. Nestas intervenções formativas as CDT procuraram fundamentalmente sensibilizar os participantes sobre o regime jurídico, o funcionamento das comissões e os riscos e consequências do uso de SPA.

Ação 10. Desenvolvimento de mecanismos, estratégias e abordagens específicas de sinalização e intervenção precoce, junto de indiciados das CDT que apresentam baixo risco ou risco moderado ao nível dos CAD.

- Jovens dos 15 aos 19 anos. Jovens dos 20 aos 24 anos.

Um importante destaque para o papel preventivo das **autoridades policiais** na deteção precoce de situações de consumo. Foram efetuadas um total de **3.383 ações de fiscalização** a estabelecimentos frequentados por jovens (3.221 em 2019), 344 pela **GNR** e 3.039 pela **PSP**. Algumas destas ações deram origem à instauração de processos de contraordenação por parte das **CDT**.

Esta **componente preventiva do trabalho das autoridades policiais** (GNR e PSP), juntamente com a **intervenção precoce promovida pelas CDT**, constituem importantes instrumentos de ação preventiva que marcam a diferença no decurso da vida de alguns jovens. Por essa razão são considerados marcos importantes de oportunidade, uma vez que possibilitam um momento, único em algumas situações, de reverter o consumo de SPA, consciencializando o consumidor para a necessidade de instruir o seu processo de decisão.

- Nesta lógica de atuação e uma vez que a intervenção precoce junto de jovens consumidores constitui uma dimensão fundamental da intervenção das **CDT**, foram dinamizadas **252 ações psicoeducacionais** a indiciados em situação de baixo risco face aos consumos, procurando informá-los sobre a Lei da Descriminalização e sensibilizá-los para os riscos do consumo de substâncias psicoativas (433 em 2019). Foram dinamizadas, na sua generalidade, em formato individual e algumas delas em articulação com os CRI das ARS.
- No ano em análise foram instaurados pelas CDT um total de **2.121 processos de contraordenação a indiciados não toxicodependentes** (faixa etária dos **16 aos 24 anos**), sendo que destes processos, **832** respeitavam a indiciados considerados **não toxicodependentes** com idades compreendidas **entre 16 e 19 anos** (1.805 em 2019) e **1.289 a indiciados** com idades compreendidas **entre os 20 e os 24 anos** (2.343 em 2019). Destes indiciados, **880 indiciados** foram **referenciados para estruturas de apoio específicas** (312 entre os 15 e os 19 anos e 568 entre os 20 e os 24 anos), sendo que a maioria beneficiou de **acompanhamento e intervenção especializada na própria CDT** (intervenções breves e motivacionais, apoio psicossocial e sessões com carácter preventivo/psicoeducacional).
- Registaram-se também encaminhamentos para outras estruturas de apoio, designadamente, com valores mais expressivos, as **ARS/DICAD** ao nível das **consultas de prevenção indicada dos CRI**, e, com valores menos acentuados, os Centros de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG), Consulta privada, CPCJ e IPDJ.

A **rede de respostas no âmbito da prevenção seletiva e indicada** disponibilizada pelas **ARS/DICAD**, abrangendo jovens nas faixas etárias dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos, é constituída pelas seguintes estruturas/projetos:

- **Região Norte (27)** - 9 espaços de consulta descentralizados, o Projeto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC), 6 ETET que recebem jovens numa lógica de prevenção indicada, a Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra (acima dos 18 anos) e 10 Comunidades Terapêuticas (CT) convencionadas (das quais 2 CT exclusivamente com programa específico para crianças e jovens e 8 CT que, além de outros programas, têm também um programa específico para crianças e jovens);
- **Região Centro (12)** - 10 consultas de prevenção seletiva e indicada e 2 CT convencionadas com programa específico para crianças e jovens;

- **Região de Lisboa e Vale do Tejo (31)** - 16 espaços de consulta descentralizados, 10 ETET que recebem jovens numa lógica de prevenção indicada e 5 CT convencionadas com programa específico para crianças e jovens (menos 1 CT que em 2019);
- **Região do Alentejo (7)** - 5 respostas de prevenção indicada em Beja, Elvas (com resposta específica para jovens entre os 20-24 anos), Évora, Portalegre e Santo André e 2 CT convencionadas (uma com programa específico para crianças e jovens e outra exclusivamente com programa específico para crianças e jovens);
- **Região do Algarve (3)** - 1 ETET de Prevenção - consulta de Prevenção Indicada do GAJE (até aos 21 anos); 1 ETET do Barlavento - Portimão; 1 ETET do Sotavento – Olhão.

Ação 11. Promoção de intervenção em dissuasão na sequência de diagnóstico psicossocial e de severidade dos consumos, em indiciados com problemas de dependência, tendo em vista a motivação para a mudança e a resposta às necessidades individuais.

- Adultos dos 20 aos 65 anos.

Foram instaurados **592 dos processos** de contraordenação instaurados a indiciados com idades compreendidas **entre os 20 e os 65 anos, avaliados como** sendo **dependentes** de substâncias psicoativas ilícitas, com base na avaliação do risco de consumo sustentada pelo modelo de Intervenção em Dissuasão.

Foram ainda **encaminhados para as estruturas da rede de referência, 416 destes consumidores**, predominantemente para as Equipas de Tratamento dos CRI das ARS/DICAD.

Contabilizaram-se **8 novas parcerias formais e informais** estabelecidas com variadas entidades que desenvolvem respostas que vão ao encontro das necessidades diagnosticadas nesta população, designadamente os CRI das ARS/DICAD, ACES, autoridades policiais e IPSS.

Objetivo Específico 4. Desenvolver abordagens específicas de intervenção em CAD, adaptadas às necessidades e características dos cidadãos

Ação 12. Harmonização de estratégias no âmbito da intervenção e respostas em comportamentos aditivos e dependências no âmbito da segurança social

- Todo o ciclo de vida.

O **ISS, I.P.** dispõe de uma rede de serviços de atendimento de ação social em todo o território nacional com largos anos de experiência de atendimento e apoio social a pessoas, famílias e grupos em situação de fragilidade social. Dirige-se a todos os/as cidadãos/ãs, que se encontrem em território nacional continental, numa situação de desproteção e vulnerabilidade e que necessitem de apoio social imediato.

- Estes serviços destinam-se a assegurar o **atendimento, apoio e acompanhamento** aos indivíduos e famílias, geralmente, em situação de pobreza e exclusão social, **com os objetivos de:**
 - Apoiar, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade e emergência social;

- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades, assegurando o acompanhamento social e definição do seu projeto de vida;
 - Reforçar a autonomia e autoestima, apoiando na agilização das suas redes afetiva, familiar, social e outros recursos pessoais;
 - Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva inserção social, e bem-estar pessoal, social e profissional.
- No entanto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto concretiza essa transferência no domínio da ação social. O mesmo subordina-se aos princípios em que assentam as bases gerais do sistema de segurança social e no âmbito do subsistema de ação social, previsto nos artigos 29.º e seguintes da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na sua redação atual, bem como aos princípios previstos no artigo 2.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Deste modo, quando concluído este processo, **a ação social passará para a competência das autarquias locais**. Não obstante esta alteração, nas **áreas relacionadas com temáticas específicas como os Comportamentos Aditivos e Dependências, a intervenção irá manter-se na responsabilidade do ISS, IP**.

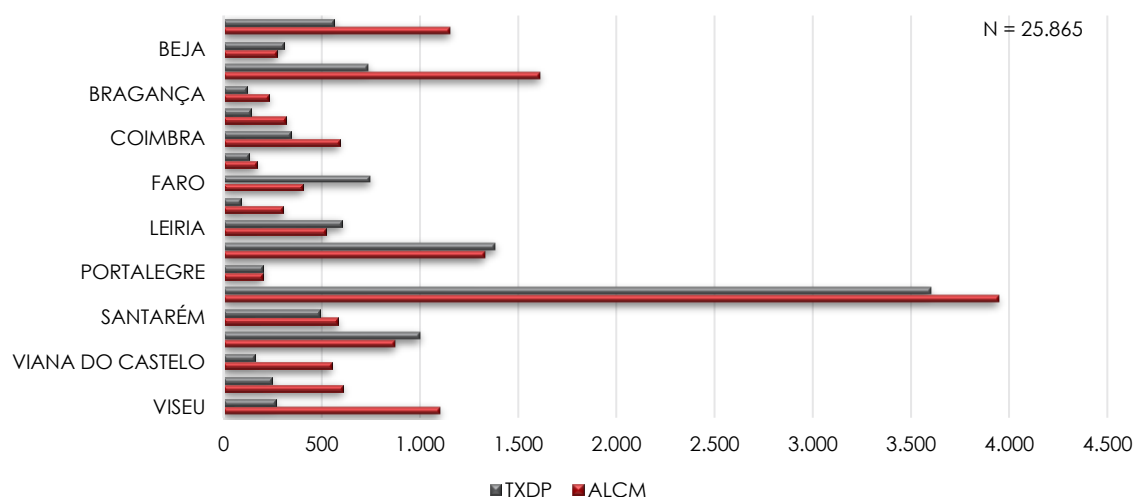
- No âmbito da reparação de situações de exclusão social dos grupos associados a **Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD)**, a intervenção, passa pelo **atendimento e acompanhamento social, a orientação, o encaminhamento e a atribuição de apoios económicos**.

Na maioria das situações, em matéria de CAD passa, também, pelo **encaminhamento para respostas sociais implementadas**, através do modelo da cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como por exemplo os **Apartamentos de Reinserção Social**, e as **Equipas de Intervenção Direta**, no caso da **Toxicodependência** e os **Grupos de Auto - ajuda**, nos **problemas ligados ao álcool (PLA)**.

Ainda no que concerne à área da toxicodependência, há a salientar o papel do ISS, I.P. no **pagamento de medicação e de mensalidades em instituições de tratamento nomeadamente Comunidades Terapêuticas** - Despacho Conjunto n.º 261 – A/99, de 24 de março, Despacho n.º 18683/2008, de 14 de julho e, mais recentemente, Despacho n.º 16938 de 31 de dezembro de 2013.

- Identifica-se um **total de 25.865 beneficiários** de processos familiares ativos com problemática de Toxicodependência e PLA, conforme se pode verificar no seguinte gráfico:

Gráfico 2 - Beneficiários, de processos ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021

- No ano de 2020, encontravam-se registados no Sistema de Informação da Segurança Social com processos familiares ativos, **11.546** indivíduos com **problemas de toxicodependência** e **14.755** com **PLA**.

Tabela 13 - Beneficiários, de processos familiares ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito

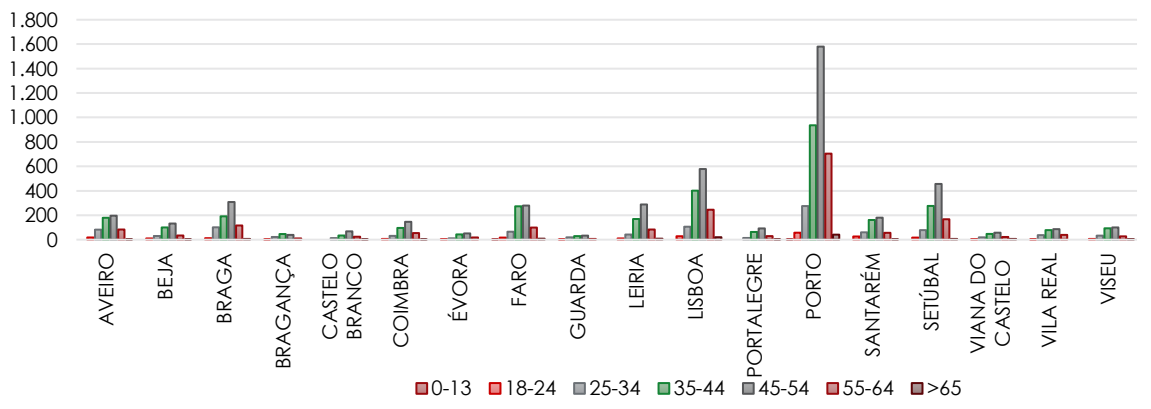
Centro Distrital	ALCM	TXDP	Total
Aveiro	1.153	562	1.715
Beja	270	308	578
Braga	1.611	736	2.347
Bragança	232	119	351
Castelo Branco	316	141	457
Coimbra	590	341	931
Évora	171	131	302
Faro	405	745	1.150
Guarda	302	88	390
Leiria	521	602	1.123
Lisboa	1.328	1.383	2.711
Portalegre	198	201	399
Porto	3.946	3.599	7.545
Santarém	582	490	1.072
Setúbal	874	1.000	1.874
Viana Castelo	549	156	705
Vila Real	606	244	850
Viseu	1.101	264	1.365
Total Geral	14.755	11.110	25.865

Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021

Por outro lado, no que se refere aos escalões etários destes beneficiários, observa-se que o escalão etário predominante se situa entre os **45 e os 54 anos**, seguido do escalão etário entre os **35 e os 44 anos de idade**, o que sugere que a problemática passa a apresentar maior incidência na chamada “idade adulta”.

Desta forma, identifica-se que **7.884** dos indivíduos com problemática de toxicodependência situam-se entre os **35 e os 54 anos**, o que perfaz **71%** do total dos indivíduos, como se pode constatar no gráfico tabela e abaixo mencionado/a:

Gráfico 3 - Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021

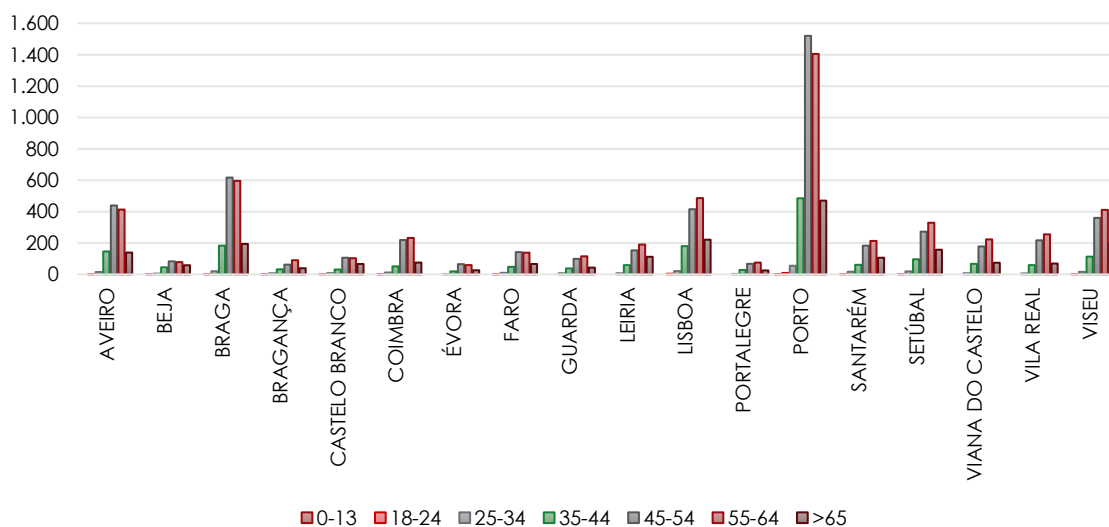
Tabela 14 - Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito

Centro Distrital	TXDP								Total
	0-13	14-17	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	>65	
AVEIRO	*	*	18	82	179	196	83	3	562
BEJA	*	*	10	30	100	132	34	*	308
BRAGA	*	*	12	101	191	308	116	6	736
BRAGANÇA	*	*	*	22	46	39	10	*	119
CASTELO BRANCO	*	*	*	13	34	68	24	*	141
COIMBRA	*	6	6	31	96	146	54	*	341
ÉVORA	*	3	5	11	43	51	18	*	131
FARO	*	3	17	65	273	279	99	8	745
GUARDA	*	*	*	19	29	33	6	*	88
LEIRIA	*	*	10	42	169	288	83	8	602
LISBOA	*	5	28	106	401	578	245	20	1383
PORTALEGRE	*	*	*	14	63	92	29	*	201
PORTO	*	*	57	275	936	1580	704	41	3599
SANTARÉM	*	4	26	60	161	180	56	3	490
SETÚBAL	*	*	17	78	276	456	167	6	1000
VIANA DO CASTELO	*	*	5	19	47	57	22	6	156
VILA REAL	*	*	3	37	78	86	39	*	244
VISEU	*	*	6	33	93	100	27	5	264
Total									11.110

Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021: *Os dados não podem ser fornecidos porque violam o Artigo 6.º - Segredo estatístico, da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008 de 13-05-2008)

Por seu lado, no que se refere aos **escalões etários**, observa-se que o escalão etário predominante se situa entre os **55 e os 64 anos**, seguido do escalão etário entre os de idade entre os **45 e os 54 anos**, o que sugere que os PLA apresentam maior incidência na chamada "idade adulta", ou seja, os indivíduos com problemas de alcoolismo situam-se entre os **45 e os 64 anos**, o que perfaz **72%** do total dos indivíduos.

Gráfico 4 - Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021

Tabela 15 - Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito

Centro Distrital	TXDP								
	0-13	14-17	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	>65	Total
AVEIRO	*	*	18	82	179	196	83	3	562
BEJA	*	*	10	30	100	132	34	*	308
BRAGA	*	*	12	101	191	308	116	6	736
BRAGANÇA	*	*	*	22	46	39	10	*	119
CASTELO BRANCO	*	*	*	13	34	68	24	*	141
COIMBRA	*	6	6	31	96	146	54	*	341
ÉVORA	*	3	5	11	43	51	18	*	131
FARO	*	3	17	65	273	279	99	8	745
GUARDA	*	*	*	19	29	33	6	*	88
LEIRIA	*	*	10	42	169	288	83	8	602
LISBOA	*	5	28	106	401	578	245	20	1.383
PORTALEGRE	*	*	*	14	63	92	29	*	201
PORTO	*	*	57	275	936	1580	704	41	3.599
SANTARÉM	*	4	26	60	161	180	56	3	490
SETÚBAL	*	*	17	78	276	456	167	6	1.000
VIANA DO CASTELO	*	*	5	19	47	57	22	6	156
VILA REAL	*	*	3	37	78	86	39	*	244
VISEU	*	*	6	33	93	100	27	5	264
								Total	11.110

Fonte: SESS, ASGB, Listagem 35326, 2021 (*Os dados não podem ser fornecidos porque violam o Artigo 6.º - Segredo estatístico, da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008 de 13-05-2008)

Os grupos mais representativos com CAD:

- **3.215 Indivíduos** com idades compreendidas entre os **35 e os 44 anos**, com problemas relacionados com toxicod dependência, e **1.741 Indivíduos** com problemas relacionados com álcool, da mesma faixa etária, acompanhados pelo ISS, IP no ano de 2020;
- **4.669 Indivíduos** com idades compreendidas entre os **45 e os 54 anos**, com problemas relacionados com toxicod dependência, e **5.197 Indivíduos** com problemas relacionados com álcool, da mesma faixa etária, acompanhados pelo ISS, IP no ano de 2020;
- **280⁷ Crianças e jovens em situação de acolhimento residencial⁸**, apresenta problemática de CAD (com maior incidência na faixa etária dos 15 aos 17 anos), verificando-se uma evolução positiva, uma vez que o número de situações decresceu face ao ano transato (414). Distribuídas pelas seguintes faixas etárias:
 - **20**, dos 12 aos 14 anos;
 - **235**, dos 15 aos 17 anos;
 - **22**, dos 18 aos 20 anos;
 - **3**, dos 21 e mais anos
- **147⁹ jovens** com medida acolhimento residencial, esteve acolhida em **Comunidade Terapêutica¹⁰**, no âmbito do seu processo de promoção e proteção, verificando-se uma diminuição face ao ano transato (163).

⁷ De acordo com os dados do Relatório Casa 2019.

⁸ Resposta social vocacionada para o acolhimento de crianças, jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

⁹ De acordo com os dados do Relatório Casa 2019.

¹⁰ Resposta de internamento prolongado às quais compete prestar cuidados a doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, com apoio psicoterapêutico e socio terapêutico, sob supervisão psiquiátrica.

Ação 13. Disponibilização e incremento da acessibilidade a serviços de intervenção em CAD, de perturbação do comportamento predisponentes a CAD, padrões de consumo de risco/nocivo de álcool, e no jogo compulsivo.

- Jovens dos 10 aos 14 anos, jovens dos 15 aos 19 anos, adultos dos 20 aos 24 anos, adultos dos 25 aos 64 anos e adultos acima dos 65 anos.

Na **ARS Norte, IP/DICAD**, mantiveram-se em funcionamento os 7 Centros de Respostas Integradas, 1 Unidade de Alcoologia, 1 Unidade de Desabitação, 1 Comunidade Terapêutica, o Programa Integrado de Atendimento Materno, o Programa Integrado e Apoio à Comunidade, e 9 Consultas de Adolescentes e Jovens. Foram acompanhados, na DICAD / ARS Norte I.P., **1.081** crianças e jovens em risco com idade superior a 10 anos.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informa:

- Entre os 10-14 anos estiveram em consulta **15 jovens**;
- Entre os 15-19 anos estiveram em consulta **238 jovens**;
- Entre os 20-24 anos estiveram em consulta **267 utentes**;
- Entre os 25-64 anos estiveram em consulta **6 279 utentes**;
- Mais de 65 anos estiveram em consulta **342 utentes**.

A **ARSLVT, I.P** mencionou no atendimento a crianças/ adolescentes/ jovens e/ou suas famílias – intervenção integrada na área da prevenção indicada, tratamento e reinserção:

- As equipas da DICAD dinamizam espaços de atendimento/consulta de adolescentes internamente (nas Equipas de Tratamento), e externamente (em parceria com outras entidades da saúde e da área da juventude). Em 2020, **na maior parte do ano estas consultas sofreram alterações, mas mantiveram-se sempre em atividade**. Verificou-se que os espaços das consultas descentralizadas não tinham condições de arejamento e possibilidade de distanciamento para poder continuar a haver atendimentos presenciais de forma segura. Assim, foi **organizada a possibilidade de acompanhamentos por telefone ou videochamada**. Nos casos em que foi imprescindível fazer atendimentos presenciais, estes foram realizados nas Equipas de Tratamento, com as condições necessárias de segurança.
- Os protocolos de parceria no atendimento a jovens, com o Programa Cuida-te+, do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), com a Câmara Municipal de Oeiras, com a UCC Cruzeiro do ACES de Sintra e com a Câmara Municipal de Torres Vedras, continuaram ativos, apenas houve mudanças nos locais de atendimento, para garantir a segurança dos utentes e dos profissionais.
- Em 2020, foi registado o atendimento, pelo menos uma vez, nestas consultas (internas e externas) de **861 crianças/adolescentes/jovens, até 24 anos**. Destas, **24 crianças/adolescentes tinham até 14 anos; 407 entre 15 e 19 anos; 430 entre 20 e 24 anos**.
- Junto desta população de 861 crianças/adolescentes/jovens, **foram realizados 5535 eventos assistenciais**. O tipo de eventos mais associado a esta área de intervenção, inclui **consulta de psicologia e consulta de psicoterapia, acolhimento, atendimento familiar/ intervenção familiar e consulta médica**, bem como a intervenção de **outras áreas especializadas como Serviço Social e Enfermagem**.
- A **referenciação destes utentes** foi feita por: **família/amigos (22,7 %), instituições de saúde e médico de família (20,7%), autorreferenciação (12,7 %), Justiça (12,2%), CPCJ e Instituto de Segurança Social (11,9 %), Escola (4%), CDT (3,8 %) e equipas de redução de RRMD (0,3%)**. Os comportamentos aditivos relacionados com substâncias psicoativas referidos para esta população foram **consumo de cannabis (339 casos); problemas ligados ao álcool (43 casos)**,

consumo de cocaína (27 casos), consumo de tabaco (20 casos) e consumo de outras substâncias (57). Com **outros comportamentos aditivos**, foram **registados 20 casos com comportamentos de jogo.**

- No âmbito deste atendimento realizam-se regularmente três grupos de supervisão, um dedicado ao acompanhamento de famílias e dois aos acompanhamentos/psicoterapias individuais, dinamizados por técnicos seniores das equipas de tratamento e um grupo de intervenção, com discussão de casos entre pares. Em 2020 realizaram-se **14 sessões de supervisão e 3 sessões de intervenção, envolvendo 27 técnicos.**

Intervenção integrada em CAD nas estruturas de Tratamento da DICAD da ARSLVT, IP

- No ano de 2020, as ETET, da DICAD – equipas multidisciplinares, constituídas por médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social, técnicos administrativos (com formação psicossocial), entre outros –, deram continuidade à prestação de cuidados de saúde na área dos CAD, bem como ao nível das patologias a eles associados, respeitando o enquadramento decorrente da situação de Pandemia da COVID-19, e cumprindo Normas e Recomendações, emanadas pela DGS, MS, bem como diretrizes produzidas pela Responsável Clínica da DICAD.
- Desta forma **foi reorganizada, mas não interrompida, a resposta da prestação de cuidados, em atendimento ambulatorio**, através de **consulta e acompanhamento médico, psicoterapia individual, tratamento com agonistas opiáceos, avaliação diagnóstica, terapia familiar, grupos terapêuticos, treino de aptidões sociais, programas de inserção laboral, assegurando a resposta especializada no tratamento e reinserção dos utentes com CAD.** Contudo, tendo em conta este contexto pandémico, e no sentido de assegurar a segurança em saúde, para os utentes e profissionais, a atividade presencial foi reduzida (embora mantendo-se os atendimentos presenciais considerados prioritários), mas **incrementou-se a resposta de atendimento online, utilizando as novas tecnologias.**
- A DICAD possui ainda três Unidades de Internamento (Unidade de Desabituação – Centro das Taipas; Unidade de Alcoologia de Lisboa e Comunidade Terapêutica do Restelo), através das quais disponibiliza respostas de desabituação de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, de desintoxicação alcoólica e uma Comunidade Terapêutica de internamento residencial mais prolongado, com a duração de 12 meses.
- Através destas unidades da DICAD foi assegurada a resposta a uma população de utentes cada vez mais envelhecida e, por força disso, apresentando um maior número de comorbilidades físicas e mentais, com necessidades e vulnerabilidades específicas, visando obter ganhos ao nível da saúde individual e da saúde pública, nomeadamente, reduzindo riscos das infeções sexualmente transmissíveis, das doenças infetocontagiosas.
- Também ao nível do apoio psicossocial foram desenvolvidas atividades de reinserção social dos utentes, promovendo a reorganização da sua vida pessoal e social, a sua inserção social e a diminuição dos fatores de risco de exclusão social e de prática de delitos/pequena criminalidade, associada a esta problemática.

Relativamente ao Movimento Clínico Geral, realizado pelas **ETET**, destacaríamos a seguinte informação:

- N.º de novos utentes, com realização de um número mínimo de 3 consultas no ano: **65%**;
- N.º de utentes em tratamento com realização de um número mínimo de 5 consultas no ano (*Forma de Cálculo*: N.º de utentes em tratamento com realização de um número mínimo de 5 consultas no ano/ N.º total de utentes em tratamento no ano: **61%**;
- N.º total de utentes ativos em ambulatório nas UIL no ano: **13.602**;

- % de atendimentos em 1.ª consulta nas Equipas de Tratamento realizados em menos de 15 dias (Forma de Cálculo: N.º de novos utentes atendidos em menos de 15 dias/ n.º total de novos utentes): **69%**;
- Taxa ocupação de internamentos em Unidade de Desabilitação, no ano (Forma de Cálculo: Dias de internamento/ lotação praticada x 365 dias): a taxa de ocupação nesta Unidade, em 2020, foi fortemente comprometida pela necessidade de adaptações do espaço das instalações, e dos recursos humanos, decorrentes dos constrangimentos da pandemia COVID-19, por forma a cumprir com todas as Normas emanadas pela DGS, pelo MS e pelas diretrizes da Responsável Clínica da DICAD. (2019: 90,95%);
- A taxa de ocupação nesta Unidade em 2020, foi também comprometida/ fortemente impactada pela necessidade de adaptações decorrentes dos constrangimentos da pandemia COVID-19 (2019: 85,3%).
- Taxa ocupação de internamentos em CT, no ano (Forma de Cálculo: Dias de internamento/ lotação praticada x 365 dias): 80,45 (2019: 76%).
- % de UIL (CRI) com consulta de apoio intensivo à cessação tabágica (CICT): **2020: 86%, 6/7.**

(Forma de Cálculo: N.º de UIL (CRI) com consulta de apoio intensivo à cessação tabágica (exceto CT)/N.º de CRI da DICAD ARSLV (exceto CT): Numerador: 6 UIL (Península de Setúbal/ CRI Ribatejo/ CRI Lx Ocidental/ UD - Centro Taipas/ CRI Lx Oriental/ UA Lisboa); Denominador: 7 (todas as UIL exceto a CT).

- **N.º de Consultas de Cessação Tabágica realizadas:**

- Em 2020, foram realizadas **1.095** Consultas de Cessação Tabágica;
- Foram realizadas em 6 das 7 UIL da DICAD consideradas para este indicador (86%, 6/7) - Península de Setúbal/ CRI Ribatejo/ CRI Lx Ocidental/ UD - Centro Taipas/ CRI Lx Oriental/ UA Lisboa. Na contabilização deste indicador, mantivemos o racional dos anteriores relatórios, isto é, às consultas com substância principal tabaco, acrescentámos as consultas feitas a outros utentes em seguimento que no decurso do seu tratamento por outra substância principal, tiveram consulta de cessação tabágica.

- Outro indicador significativo na área do Tratamento é o **número de utentes ativos em Programas farmacológicos**: com cloridrato de metadona: **6.323** e em Buprenorfina, **797** utentes.

Foi mantido e reforçado, também em 2020, o trabalho em rede com outras entidades públicas e privadas, nas áreas do Tratamento e da RRMD, visando reforçar a capacidade de resposta às patologias associadas aos CAD, e respondendo de uma forma integrada e mais abrangente aos cuidados de saúde a prestar à população toxicodependente, com cada vez mais vulnerabilidades múltiplas, aos níveis da saúde física e psiquiátrica e psicossociais, sobretudo através de intervenções adaptadas ao contexto de pandemia COVID 19, vivido ao longo deste ano.

Apesar deste contexto da pandemia, foram também mantidas as articulações com outras Unidades de Saúde, nomeadamente, Hospitais, Maternidades, Centros de Saúde, Hospitais Psiquiátricos, Centro de Diagnóstico Pulmonar, Serviços Clínicos dos Serviços Prisionais. Também se deu continuidade ao acompanhamento/ monitorização técnica pela DICAD, de projetos/programas na área do Tratamento, financiados pelo Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e implementados por entidades externas, designadamente, os Núcleos de Atendimento a Toxicodependentes (NAT) de Vila Franca de Xira, apoiando, dentro do possível, as adaptações necessárias à intervenção no contexto da pandemia.

- Manteve-se a ligação estreita com a área de RRMD: Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência da Cidade de Lisboa; Programa de Substituição Opiácea do Centro de Abrigo do Beato; duas Equipas de Rua; Centro de Acolhimento de Alcântara (a intervenção destas estruturas é desenvolvida neste relatório na parte da área da RRMD).
- Relativamente ao internamento de utentes em Comunidades Terapêuticas convencionadas, foram emitidos e reemitidos, respetivamente, **681 e 238 Termos de Responsabilidade** no quadro do Despacho N.º 16938/2013.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** no que concerne à faixa etária dos 10 aos 14 anos informou manter 1 resposta específica – Equipa Técnica Especializada de Prevenção (ETEP) – Consulta de Prevenção Indicada do GAJE. No que concerne à faixa etária dos 15 aos 19 anos, dos 20 aos 24 anos, adultos dos 25 aos 64 anos e adultos acima dos 65 anos, a DICAD informa a existência de 21 respostas específicas para os diversos tipos de intervenção e contextos:

1. 1 UDA;
2. CRI:
 - a. 1 ETEP;
 - b. 1 ETET do Barlavento (com 1 consulta no E.P. de Silves – com programa de metadona);
 - c. 1 ETET do Sotavento (com 3 consultas descentralizadas em Vila Real de Santo António, Tavira e Quarteira; 2 consultas nos E.P de Faro e Olhão – com programa de metadona);
 - d. 1 ETER;
 - e. 1 ETERRMD;
 - f. 9 postos descentralizados para administração de metadona (Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Quarteira, Loulé, Albufeira, Silves, Armação de Pêra e Lagos).

- *Caracterização do movimento clínico:*

1. ETEP/ GAJE: **204 jovens ativos; 1004 consultas realizadas;**
2. Equipas de Tratamento realizaram tratamento em ambulatório: **3356 indivíduos ativos; 529 novos utentes; 31574 consultas realizadas; 2304 pessoas integradas em programa de substituição opiácea; 440 rastreios de VIH;**
3. UDA realizou tratamento em internamento: **268 utentes; taxa de ocupação foi de 75%; taxa de retenção de 89%;**
4. Na **consulta especializada de dependências sem substância** (ETET do Barlavento) foram atendidos **2 utentes;**

Nota: Decorrente do contexto pandémico e na sequência da implementação dos planos de contingência nas diversas unidades da DICAD, foram realizadas as devidas adaptações, que tiveram impacto (prejuízo) nos indicadores do movimento clínico.

Ação 14. Implementação do PORI, promovendo o desenvolvimento de PRI, através do cofinanciamento de projetos em áreas lacunares identificadas por diagnósticos com incidência territorial.

- Todo o ciclo de vida
- SICAD; Outras entidades públicas e do setor social

O **Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)** é uma medida estruturante de âmbito nacional, ao nível da intervenção integrada na área dos CAD, que procura promover as sinergias disponíveis no território nacional, através da implementação de PRI baseados no desenvolvimento e implementação de metodologias sustentadas na Identificação e seleção de territórios de intervenção prioritária. A implementação do PORI traduziu-se em 2020 pelo desenvolvimento de um conjunto de atividades, cuja síntese se apresenta.

- Em 2020 foram atualizados na região Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo **5 diagnósticos** relativos aos seguintes territórios: **Gondomar, Coimbra, Portimão, Lisboa e Peniche**. Paralelamente foram abertos **9 procedimentos concursais para as regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo** para desenvolvimento de projetos nas áreas de intervenção de RRMD (9 projetos) e Prevenção (1 projeto). Importa referir que estes procedimentos foram **operacionalizados no Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS)**.
- No âmbito dos 9 procedimentos concursais abertos foram realizados, no ano de 2020, **8 contratos de atribuição de financiamento público e 8 planos de pagamento**.
 - *Execução do PORI*

A atribuição de apoio financeiro a projetos que constituem os PRI é efetuada nos termos da Portaria n.º 27/2013, de 24 de janeiro, que define os princípios, regras e procedimentos a que devem obedecer as condições de autorização e atribuição financiamento, pelo SICAD, a entidades promotoras de projetos que constituem os PRI.

Em 2020, estiveram em execução **79 projetos** em **40 territórios identificados como prioritários**. Destes 79 projetos **8 terminaram, 31 foram renovados** e foram **iniciados 9** na sequência da conclusão dos procedimentos concursais.

Considerando todos os projetos em execução, durante o ano de 2020, por região, chegamos à seguinte distribuição:

Tabela 16 - PORI: Execução de projetos

Região	Nº de projetos monitorizados	Nº projetos concluídos	Nº projetos Iniciados	Territórios definidos como prioritários
Norte	41	4	4	20
Centro	24	3	4	12
Lisboa	10	1	1	5
Alentejo	0	0	0	0
Algarve	4	0	0	3
Total	79	8	9	40

A maioria dos projetos monitorizados em 2020 (n=79) é da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos (n=40), seguido de projetos de Reinserção (n=21), de Prevenção (N=14) e Tratamento (n=2).

Gráfico 5 - Nº de projetos monitorizados distribuição por região e área lacunar (n=79)

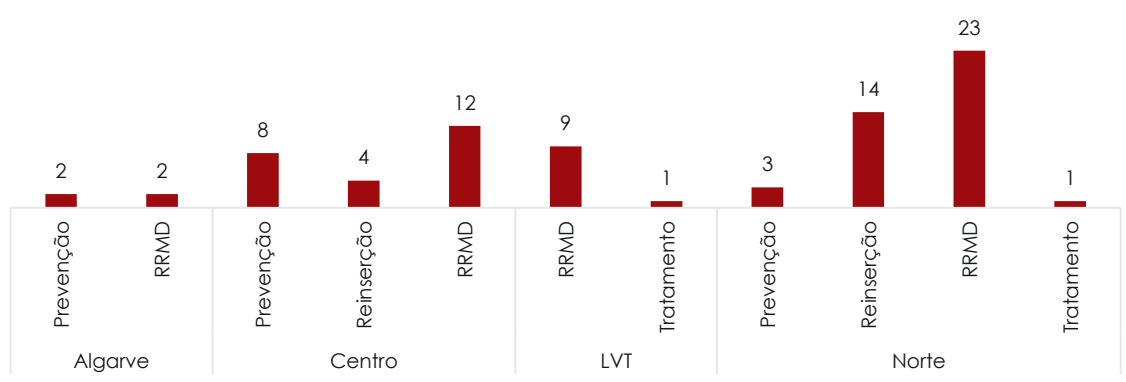
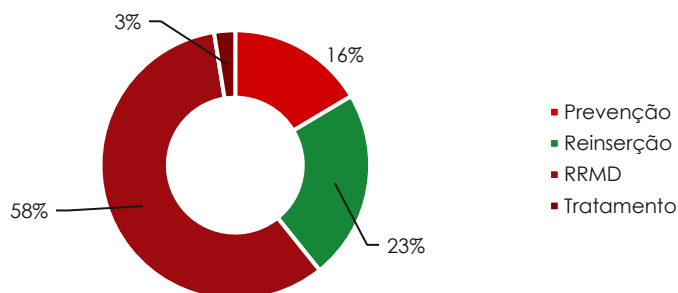


Gráfico 6 - Percentagem de projetos por área lacunar



Durante o ano de 2020, a **ARS Norte, IP / DICAD** acompanhou 37 projetos cofinanciados nas várias áreas de intervenção (3 na área da Prevenção, 23 na área da Redução de Riscos e Minimização de Danos, 1 na área do Tratamento, e 14 na área da Reinsersão), distribuídos por 20 territórios (Vila Real, Barcelos, Famalicão, Braga, Guimarães, Castelo de Paiva, Valongo, Gondomar, Paredes, Penafiel, Vila Nova de Gaia, São João da Madeira/Oliveira de Azeméis, Espinho, Porto, Matosinhos, Trofa, Maia, Vila do Conde/Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Viana do Castelo).

- A 31 de Dezembro de 2020, encontravam-se ativos 558 utentes em projetos da RRMD, cofinanciados pelo SICAD, e que são acompanhados, monitorizados e avaliados pelos CRI /DICAD ARS Norte, IP.
- A 31 de dezembro de 2020, encontravam-se ativos 1.976 utentes em projetos de Reinsersão, cofinanciados pelo SICAD, e que são acompanhados, monitorizados e avaliados pelos CRI/DICAD- ARS Norte, IP. Na região Norte existem 20 PRI implementados.
- De referir que o projeto de reinsersão "Incluir" é acompanhado e monitorizado pelos 3 CRI do Porto (Central, Ocidental e Oriental).

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informou que decorreram na Região Centro 20 Projetos com financiamento do SICAD distribuídos pelas seguintes áreas lacunares: 8 da Prevenção; 8 da Redução de Riscos e Minimização de Danos e 4 da Reinsersão.

A **ARSLVT, I.P.**, em 2020 foram acompanhados **9 (nove) projetos** realizados em parceria com entidades promotoras cujas candidaturas haviam sido previamente selecionadas no âmbito de processos de candidatura a financiamento público no âmbito do PORI.

- Estes projetos desenvolvem-se no âmbito de **4 Programas de Respostas Integradas**: Lisboa (inclui 6 projetos), Oeste (1 projeto), Setúbal (1 projeto) e Vila Franca de Xira (1 projeto).
- Dos 9 projetos, 1 desenvolve-se na área do Tratamento, desenvolvendo-se os restantes na área da RRMD.

- O acompanhamento dos **8 projetos** desenvolvidos na área da RRMD implicou reuniões de monitorização e acompanhamento com os interlocutores das UIL – Unidades de Intervenção Local da DICAD da ARSLVT, IP, e reuniões conjuntas com equipas de acompanhamento de todos os projetos da região de Lisboa e Vale do Tejo (na área de RRMD). Assim, em 2020, realizou-se um total de **37 reuniões, 2 visitas** e produziram-se **44 relatórios e pareceres técnicos** sobre o desenvolvimento da intervenção.
- Foi também aberto, com publicação pelo SICAD, um processo de candidatura a financiamento público. A equipa de coordenação da DICAD da ARSLVT, IP e algumas UIL participaram nos trabalhos previstos, designadamente: na preparação dos Avisos de Abertura, elaboração de pareceres técnicos e participação, com quatro elementos das UIL da DICAD e de outros departamentos da ARS, nos trabalhos da Comissão de Seleção (elementos efetivos e elementos suplentes), e nos trabalhos de elaboração de pareceres técnicos.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa que no âmbito do PORI, durante o ano de 2020, estiveram em execução na região do Algarve 4 projetos (2 no domínio da Prevenção e 2 no domínio da RRMD), inseridos em 3 Programas de Respostas Integradas (PRI): Portimão, Quarteira e Faro. Salienta-se, contudo, que todos os projetos tiveram as suas ações fortemente condicionadas na sequência das medidas de controlo do risco de propagação da infeção por COVID-19.

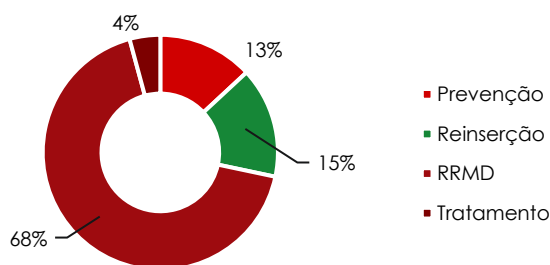
Financiamento Atribuído

- Em termos **financeiros globais** foram atribuídos, no âmbito do PORI, cinco milhões seiscientos e noventa mil e quatrocentos e trinta e oito euros e dezassete cêntimos (**5.690.438,17 €**) distribuídos conforme expresso na tabela e gráficos seguintes que apresentam a distribuição do financiamento atribuído tendo em conta a região e a área lacunar da intervenção.

Tabela 17 - Financiamento atribuído, por região, considerando a área lacunar

REGIÃO/EIXO	SUBVENÇÃO
Alentejo	5.833,18 €
Prevenção	5.833,13 €
Algarve	246.046,29 €
Prevenção	99.895,22€
RRMD	146.151,07 €
Centro	1.226.776,99 €
Prevenção	405.737,34€
Reinserção	683.022,66€
RRMD	138.016,99€
LVT	1.859.554,37 €
RRMD	1.661.518,93 €
Tratamento	139.059,60 €
Norte	2.352.227,34 €
Prevenção	174.427,30€
Reinserção	728.442,02 €
RRMD	1.348.325,68 €
Tratamento	101.032,34 €
TOTAL	5.690.438,17 €

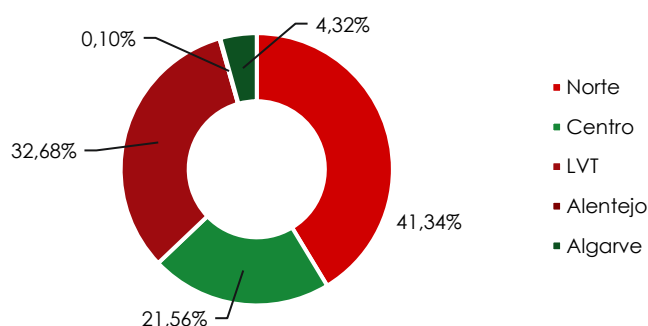
Gráfico 7 - Financiamento por tipo de intervenção



A maior parte do financiamento atribuído no âmbito do PORI, diz respeito a projetos da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos, representando 68% do total do montante de financiamento atribuído. A área lacunar Prevenção recebeu 13% do financiamento atribuído pelo SICAD, a Reinserção 15% e o Tratamento 4%.

No que se refere à distribuição do financiamento por área geográfica, a região norte recebeu 41,34% do financiamento a região de Lisboa e Vale do Tejo 32,68% a região Centro 21,56 %, a região do Alentejo 0,10% e a região do Algarve 4,32%.

Gráfico 8 - Percentagem de financiamento por área geográfica



- *Monitorização e Avaliação do PORI*

Foram elaborados pelo **SICAD** no ano de 2020, **16 relatórios finais** (compostos por 16 análises da componente técnica e 16 análises da componente financeira) e **9 intermédios** (compostos por 9 análises da componente técnica e 9 análises da componente financeira). No âmbito das renovações dos projetos foram **elaborados 25 pontos de situação** que avaliam preliminarmente a primeira fase o projeto e são um instrumento fundamental para a sua renovação.

Paralelamente são ainda desenvolvidas outras atividades de monitorização técnica e financeira, designadamente pedidos de alteração aos projetos, análise de propostas de continuidade, pareceres técnicos e financeiros sobre materiais elaborados no âmbito dos projetos e elaboração de novos contratos.

Em suma, no ano de 2020 foram analisados pelo SICAD **34 pedidos de alteração técnica e financeira**.

Devido à **situação provocada de pandemia da doença COVID-19** foi necessário **ativar procedimentos de apoio aos projetos**. Designadamente, levantamento de necessidades para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), reforço financeiro para aplicação de planos de contingência e apoio na aquisição de material de consumo fumado. Neste sentido, **foram elaboradas 61 adendas aos contratos para atribuição de apoio financeiro extra de apoio a despesas relacionadas com a mitigação da doença provocada pela COVID-19**.

O **Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.)** referiu:

- O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) baseia-se nos princípios da territorialidade, da integração, da parceria e da participação que constituem o quadro de orientação estratégica definido pela Organização Internacional do Trabalho, para o contexto da luta contra a pobreza e exclusão social.
- Estes princípios estratégicos foram-se constituindo como um património orientador das intervenções e projetos, que atuam em problemáticas de carácter multidimensional, como é o caso do uso e abuso de substâncias psicoativas, tipos e padrões de consumo.
- Por estas razões, surge a necessidade da integração das atuações, numa perspetiva de conjugação de esforços dos intervenientes, de rentabilização de recursos pelo estabelecimento de parcerias, tendo sempre em vista o interesse dos sujeitos a abranger e o conjunto da população, estimulando a sua participação.
- Algumas IPSS solicitaram intenções de parcerias com os respetivos Centros Distritais, no âmbito de projetos financiados pelo SICAD através do PRI, tendo como principais objetivos a sinalização e encaminhamento de indivíduos e suas famílias para as ações previstas (ações de informação, de sensibilização e divulgação à comunidade), articulação interinstitucional nas situações em que se trate de utilizadores comuns, nomeadamente ao nível da reinserção, articulação de respostas às necessidades da população alvo, e dinamização de ações de forma conjunta, articulada e concertada.
- Desta forma, as referidas parcerias representam uma formalização da colaboração e articulação, que em parte, já é estabelecida entre ambas as entidades neste domínio, e que decorre no âmbito das competências específicas do ISS, IP nesta matéria, pelo que a referida formalização de parceria representará o aprofundamento das metodologias de articulação já existentes, que permitirão uma agilização de procedimentos entre os vários serviços/setores intervenientes nesses mesmos concelhos.

Ação 15. Implementação da Rede de Referência/Articulação, enquanto sistema que regula as relações de complementaridade e apoio técnico, entre estruturas intervenientes no âmbito dos CAD, sustentando um sistema integrado de informação interinstitucional

- Todo o ciclo de vida
- SICAD; ARS, IP DGS; ANSR, IP IPSS/ONG; SPMT; ACT; Sociedades Científicas; CRUP, operadores da indústria; GNR; PSP; Outras entidades públicas e privadas

Da **ARS Norte, IP/DICAD** deram continuidade os seguintes **CRI**:

- O CRI Central deu continuidade à divulgação da rede de referência no seu território de intervenção.
- O CRI de Vila Real ministrou formação no âmbito da rede de referência a todas as Unidades de Saúde do ACES Alto Tâmega e Barroso.
- O CRI Porto Ocidental implementou a rede de referência nos concelhos da Trofa e Santo Tirso.

Dos **3.305 novos utentes, 2.229 foram referenciados por 15 estruturas da rede**, entre as quais se destacam as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, Grupos de Autoajuda, Instituições de Saúde/outro profissional, Instituições Escolares, Instituições Judiciais / DGRSP, ISS, I.P., IEPF, I.P., Linha VIDA, Médicos de Família/Cuidados Saúde Primários, outras Unidades Especializadas na área dos CAD.

A **ARS Centro, IP/DICAD** continuou a serem sentidas dificuldades na implementação da rede de referenciação, **dificuldades que se revelam através da inexistência de contratualização nos cuidados primários de indicadores para esta área** e da **não articulação das redes informáticas** o que impossibilita o contacto direto e rápido entre os serviços, bem como a monitorização da atividade desenvolvida.

No ano de 2020 a **ARS LVT, IP/DICAD** deu continuidade à operacionalização da Rede de Referenciação no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com o ACES da Lezíria.

- No âmbito desta Rede e em articulação com a UCC do Cartaxo, garantiu-se a **continuidade de um Programa comunitário com doentes com PLA e respetivas famílias**, com o objetivo de trabalhar a motivação e adesão ao tratamento quando referenciados para a ETET de Santarém. A dinamização deste Programa é da responsabilidade conjunta da ET de Santarém e da UCC Terra Viva do ACES da Lezíria.
- Ainda **no âmbito da implementação da Rede na área do ACES da Lezíria**, foram realizadas reuniões de informação sobre o projeto, tendo em vista o seu alargamento a todas as unidades de saúde do ACES da Lezíria.
- Foi também realizada uma reunião entre a Responsável Técnica da ETET de Abrantes e a Diretora Executiva do ACES do Médio, com o objetivo de se dar início à divulgação e implementação deste projeto nas diversas **unidades de saúde do ACES Médio Tejo**.
- Devido a condicionamentos impostos pela situação pandémica da COVID-19, não foi possível, em 2020, concretizar esta proposta, ficando suspenso o projeto.
- Ao nível de Divulgação da Rede, a **ARS Algarve, IP/DICAD** informou que decorrente do contexto pandémico algumas ações previstas em formato presencial foram suspensas e outras adaptadas para formato de reunião *online*.
- Formato Presencial e Reuniões *Online*: **35 ações de divulgação**: (Ex.: ACES; Autarquias; CLAS; NPISA; DGRSP; Seg. Social; etc.)
- Ao nível do indicador de Organização Global da Rede, a DICAD informou que devido ao contexto pandémico não foram realizadas as ações de formação nos CSP, destinadas a médicos MGF e Médicos Internos de MGF.

No ano de 2020, o **SICAD** com os **Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS, EPE)** realizaram a integração entre o SIM e o sistema informático SClínico para disponibilização da referenciação de utentes com CAD pelos cuidados de saúde primários, contribuindo assim para a interoperabilidade e uniformização do registo clínico eletrónico pelas várias instituições de saúde.

Ainda no domínio das plataformas de **apoio à gestão e ao registo clínico e da interoperabilidade de sistemas**, no ano de 2020 registaram-se avanços significativos no que diz respeito ao **desenvolvimento e implementação da Plataforma de Gestão das Entidades convencionadas, no âmbito do tratamento em Comunidade Terapêutica**, fazendo prever que o início da sua utilização se possa dar em 2021.

Ação 16. Promoção do acesso a respostas de Formação e Emprego.

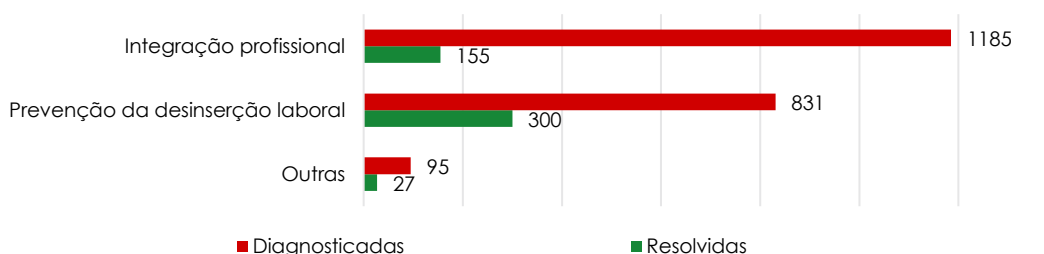
- Jovens dos 20 aos 24 anos e adultos dos 25 aos 64 anos

De acordo com o perfil do utente ativo em **reinserção nos Centros de Respostas Integradas (CRI)**, cerca de metade dos utentes estão desempregados, o que traduz a importância do desenvolvimento de intervenções promotoras da empregabilidade, que facilitem o acesso e a manutenção de empregos dignos e qualificantes.

Em 2020, no âmbito da **intervenção dirigida ao emprego**, a capacidade de resposta foi de 23%, tendo sido possível proporcionar **respostas de emprego a 482 pessoas** que apresentaram necessidades neste âmbito. No que se refere à **formação profissional, foram integradas 75 pessoas**, o que representou uma capacidade de resposta de 27% face às necessidades identificadas.

No ano 2020, na área do **Emprego** estiveram em vigor **2.111 necessidades** (2.547 em 2019), com a seguinte distribuição:

Gráfico 9 - Necessidades resolvidas/diagnosticadas na área do emprego (N=2 111)¹¹



Fonte: Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2020.

A integração profissional e a procura de emprego representam a maioria das necessidades desta área de intervenção (56%). No entanto, 39% das necessidades diagnosticadas referem-se a situações em que as pessoas estão empregadas e que se pretende intervir para prevenir a desinserção laboral. Foram resolvidas **482 necessidades** (559 em 2019). A capacidade de resposta às necessidades de emprego é de 52%, considerando apenas as necessidades que já foram alvo de avaliação (53% em 2019).

A **ARS Norte, IP / DICAD**, no âmbito do acompanhamento e avaliação social, em 2020, foram abrangidas **680 pessoas na promoção do acesso a respostas na área da formação e emprego**, necessidades que incidem na melhoria da qualificação escolar/académica, melhoria da qualificação profissional, integração profissional e respetivo follow-up, contribuindo, desta forma, para a prevenção da desinserção laboral.

- A ARS Norte, IP / DICAD está representada no Eixo do Emprego e Formação Profissional do NPISA Porto, no qual se inclui o projeto cofinanciado **“Plataforma + Emprego”**, promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde também se faz representar.

¹¹ Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2020: https://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documentos%20Partilhados/2021/Relatorio_MonitorizacaoIntervencaoReinsercao2020_pt.pdf

A **ARS Centro, IP/DICAD** tem procurado ao longo dos tempos manter as parcerias existentes com os Centros de Emprego e Formação Profissional da região centro, bem como com outras entidades promotoras de formação profissional. Todas estas parcerias são informais fruto da relação existente entre os serviços. No ano de 2020 forma abrangidos no **âmbito do emprego e formação em toda a região 525 indivíduos**.

No âmbito da intervenção social e comunitária efetuada pelos CRI da **ARS Alentejo, IP/DICAD**, realiza-se um trabalho de mediação com as estruturas locais da comunidade, ao nível das redes de suporte, através de parcerias formais e informais, nomeadamente Entidades Públicas e Privadas, IPSS e ONG, parcerias que já se efetuavam em anos anteriores, criando condições que possam dar um contributo positivo na consolidação do projeto terapêutico.

- Esta tipologia participada de intervenção e a definição conjunta e articulada ao nível do (des) envolvimento de projetos sociais válidos, concretos e adequados à problemática das dependências, facilita deste modo a redução de situações de pobreza e exclusão social, criando condições de mudança, dando lugar a novas formas de ser e de estar, com o objetivo último de desenvolver e transformar situações/problema individuais e/ou familiares, facilitar/potenciar a inclusão e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual e da cidadania, familiar, económico-laboral e cultural.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa que a ETER:

- Promoveu a **inserção laboral de 13 utentes**, através de medidas de emprego e outras medidas de integração profissional do IEFP, I.P.
- Realizou acompanhamento a 104 utentes, com vista à integração no mercado normal de trabalho. Dos 104 utentes, **15 foram inseridos profissionalmente**.
- Estabeleceu **50 parcerias informais com entidades, para promover o acesso a resposta de emprego**.

Ação 17. Facilitação do acesso a respostas que atuem na redução das situações de pobreza e exclusão social.

- Jovens dos 20 aos 24 anos, Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos.
- SICAD/CDT; ARS, IP; CNPCJR.

A **intervenção desenvolvida pelas Equipas de Reinserção dos Centros de Respostas Integradas (CRI)** visa a redução das situações de pobreza e exclusão social, sendo desenvolvida em função dos diagnósticos individuais e planos individuais de inserção elaborados em conjunto com os cidadãos com CAD. A contratualização de um **Plano Individual de Inserção (PII)** é uma estratégia que favorece o envolvimento mútuo do cidadão e do técnico que o acompanha, permitindo uma monitorização e avaliação conjunta dos resultados atingidos.

O **SICAD** em 2020, à semelhança dos anos anteriores, efetuou a monitorização e a avaliação da área da Reinserção¹², com recurso ao SIM.

¹² Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2020:

https://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documents%20Partilhados/2021/Relatorio_MonitorizacaoIntervencaoReinsercao2020_pt.pdf

- Em 2020, devido à pandemia, foram adicionados novos eventos no SIM para registo das intervenções não presenciais (Consulta/contacto não presencial; Tratamento não presencial). Assim, foram realizados **71 946 eventos assistenciais pelos técnicos da área social**.
- No ano de 2020 houve **13 057 Planos Individuais de Inserção (PII)** em vigor⁶, correspondendo **10.880 utentes com PII**. Comparativamente com o número de pessoas em acompanhamento pela reinserção (14 465 ativos), verifica-se que **75% dos utentes ativos tiveram um PII em vigor durante o ano de 2020**.
- No que se refere à avaliação destes Planos, verifica-se que **5 236 tiveram o seu plano avaliado**, ou seja, **40% do total** (35% em 2019).
- No âmbito deste trabalho individualizado com os cidadãos, são proporcionadas diversas respostas às necessidades identificadas e que, tendencialmente, contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas com CAD e possibilitam o exercício da cidadania:
 - Ao **nível da habitação**, os processos de reinserção procuram assegurar que os cidadãos possuem uma habitação condigna, que proporcione os adequados alicerces para o desenvolvimento de uma intervenção promotora da autonomia. Esta é uma área de intervenção fundamental, que se desenvolve em articulação os parceiros da comunidade, em especial com o ISS, I.P., as Autarquias e as IPSS.
 - Em 2020 estiveram em vigor **555 necessidades relacionadas com a habitação**. Foi possível proporcionar **soluções de habitação ou alojamento a 123 das necessidades identificadas**. A capacidade de resolução das necessidades nesta área de intervenção é de **44%**, considerando apenas as necessidades que já foram alvo de avaliação (45% em 2019).
 - Ao **nível da educação**, em 2020 estiveram em vigor **505 necessidades** (661 em 2019), foram resolvidas **109 necessidades**, o que representa um **rácio de 54%**, considerando apenas as necessidades que já foram alvo de avaliação (47% em 2019).
 - Ainda em 2020 foram identificadas **3 388 necessidades** no **âmbito da proteção social**, tendo sido resolvidas **1 265 necessidades**, o que representa 76% do total, considerando apenas as necessidades que já foram alvo de avaliação (79% em 2019).
 - No **âmbito do acesso às condições básicas para o exercício da cidadania**, foram identificadas **1 511 necessidades**, tendo sido resolvidas **402 necessidades** nesta área de intervenção, o que significa que a capacidade de resposta é de 62%, considerando apenas as necessidades que já foram alvo de avaliação (66% em 2019).
 - Em relação à **articulação interinstitucional** o **protocolo de articulação entre o ISS, IP e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, tem como objetivo garantir o atendimento/acompanhamento dos utentes em situação de desfavorecimento socioeconómico de forma articulada e integrada, rentabilizando os recursos existentes, procurando responder às necessidades identificadas.
- Em 2020 foram enviadas **359 fichas de ligação para os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social do ISS** (583 em 2019), tendo os CRI rececionado **16 fichas de ligação** (47 em 2019).
- O **SICAD** manteve a sua representação no âmbito da **Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo**, ENIPSSA 2017- 2023.
- Em 2020, o **SICAD** participou ativamente no **Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE)** e é **Membro do Núcleo Executivo**, órgão com responsabilidades na implementação da estratégia e que é constituído pelas entidades que, pela sua área de atuação se destacam, quer na prevenção de situações sem-abrigo, quer na intervenção junto das pessoas que já se encontram em situação de sem-abrigo. Ao longo do ano de 2020, foram contabilizadas **15 participações em reuniões no âmbito destes órgãos da ENIPSSA**.

- Ainda em 2020 deu-se continuidade ao Grupo de Trabalho criado com as cinco DICAD das ARS, constituído para promover a articulação entre estas estruturas e facilitar a identificação de constrangimentos no acesso das pessoas em situação de sem-abrigo às respostas de tratamento, procurando implementar soluções que melhorem a acessibilidade aos cuidados especializados em CAD. Foram realizadas duas reuniões que permitiram a consensualização de procedimentos de referenciação entre os NPISA e as Unidades de Intervenção Local das ARS.

No âmbito do acompanhamento e avaliação social, em 2020 a **ARS Norte, IP/DICAD**, foram abrangidas, nas Equipas de Tratamento, 3.072 pessoas com idades iguais ou superiores a 20 anos, no acesso a respostas que atuem na redução das situações de pobreza e exclusão social.

- O CRI Porto Ocidental mantém uma “via verde” de acesso a consultas nas Equipas de Tratamento para pessoas referenciadas pelas Câmaras Municipais da Trofa e de Santo Tirso, pelo ISS, IP, para utentes dos projetos cofinanciados da reinserção e RRMD do seu território, de forma a garantir a sua adesão aos cuidados de saúde.
- No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a DICAD/ARS Norte, IP deu continuidade ao processo de monitorização, acompanhamento e avaliação do plano de ação NPISA Porto 2020, designadamente:
 1. Coordenação do Eixo da Saúde;
 2. Participação nas reuniões do Núcleo Executivo do NPISA Porto;
 3. Participação em 5 dos 6 Eixos de Intervenção do NPISA Porto: Acompanhamento Social, Habitação, Emprego e Formação Profissional, Saúde, Participação e Cidadania.
 4. Reuniões regulares do Eixo da Saúde com todos os parceiros;
 5. Colaboração na elaboração do “ Guia Acessibilidade das Pessoas em Situação de Sem Abrigo com comportamentos aditivos e dependências”, promovido pelo SICAD;
 6. Otimização dos fluxogramas de referenciação das PSSA para os serviços de saúde;
 7. Continuação da elaboração de diagnóstico das PSSA que se encontram sem alta social no seio das instituições de saúde e dos CAT/CAES;

Criação e coordenação do **Gabinete de Crise para Populações Vulneráveis no âmbito do contexto pandémico**, em parceria com várias entidades públicas e do setor social, que teve como missão assumir a monitorização dos casos suspeitos e positivos COVID-19 entre as populações de difícil acesso, e assegurar a articulação entre os serviços de saúde e os serviços de intervenção social. Os objetivos específicos deste Gabinete de Crise foram os seguintes:

- Monitorização dos casos suspeitos e positivos entre as PSSA;
- Assegurar a articulação entre os serviços de saúde e os serviços de intervenção social
- Divulgação de diretrizes da DGS;
- Organização de recursos existentes;
- Fluxograma para casos suspeitos ou infeções por SARS-CoV-2 em utentes (já existe orientação da DGS, mas pode ser simplificado para divulgação, assim como completado com os contactos das respetivas entidades relevantes (ACES, hospitais, onde realizar teste, etc.);
- Colaboração na construção de um guia de recursos para que as populações mais vulneráveis e aqueles que as apoiam saibam que serviços estão abertos, a que horas, onde e com que respostas ativas;
- Divulgação de todas as iniciativas e respostas de carácter socio sanitário junto das entidades parceiras.

No âmbito deste Gabinete de Crise foram elaborados os seguintes documentos, disponibilizados às Comunidades Intermunicipais e também aos Serviços de Saúde da Região Norte:

- o Recomendações de boas práticas referentes à utilização de EPI, que pretende servir de suporte à atividade desenvolvida por estas organizações, baseadas nas orientações da DGS, de consulta rápida, garantindo uma fácil leitura e operacionalização.
- o Guia Regional de Recursos para estas populações e para aqueles que as apoiam, com informação acerca dos serviços que estão a funcionar durante a fase de pandemia, horários, local e respostas sociais, de saúde e apoio alimentar e de alojamento.
- o Modelo de abordagem para a realização do teste laboratorial para SARS CoV-2 para estas populações vulneráveis, assim como a abordagem para pessoas que não cumprem as condições de habitabilidade e exequibilidade do isolamento no domicílio, para que exista uma alternativa definida a nível regional ou local.
- o Recomendações específicas para a higienização/ desinfeção de balneários públicos, no intuito de as Autarquias/ Juntas de Freguesia e demais entidades que fazem a sua gestão possam ponderar a eventual disponibilização desta resposta para estas populações, nas condições de higiene e segurança baseadas nas orientações da DGS.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, contabiliza no ano de 2020, **4 010 utentes ativos de serviço social**, tendo sido contratualizados **1774 PII (Plano Individual de Inserção)**. Importa ressaltar a representação da DICAD nos CLAS, sobretudo nos que existem implementados projetos no âmbito do PORI: Trata-se de um território geograficamente extenso, sendo por isso difícil dar resposta a todas as solicitações de forma continuada.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, informou do seguinte:

- O contexto atual da pandemia COVID-19, conduziu a profundas alterações na vida dos cidadãos, nas organizações e na sociedade em geral, fazendo emergir uma série de situações que obrigaram a uma adaptação constante das respostas sociais, em todas as áreas, incluindo as dos CAD. A partir de março de 2020, as atividades da área da Reinserção tiveram de ser ajustadas, não só devido ao confinamento, mas também às necessidades emergentes dos utentes nesta sequência.
- Houve necessidade de alinhar procedimentos para todas as equipas de reinserção da DICAD. Elaborou-se um documento orientador dinâmico (enviado inicialmente em finais de março de 2020 e depois em maio de 2020) para todas as assistentes sociais intitulado “**Documento Orientador para as Equipas de Prevenção Indicada, Tratamento e Reinserção para Avaliação de Vulnerabilidades Biopsicossociais dos Utes**” e em paralelo **dinamizadas reuniões online** para levantamento de necessidades das equipas de reinserção e dos utentes. Foi ainda criado um **mapa de recursos sociais**, dinâmico, preenchido a nível regional por todas as equipas, espelhando os serviços/respostas criadas nesta fase pandémica, em cada local.
- Para além do exposto, a passagem para o trabalho online, permitiu maior acessibilidade a reuniões de trabalho por parte de todas as equipas/assistentes sociais da DICAD, permitindo não só agendar **sessões formativas e de intervisão**, o que permitiu a partilha de boas práticas, um trabalho de maior proximidade, e de discussão de casos/situações mais desafiadoras, tendo como meta responder forma mais célere às dificuldades dos cidadãos. É importante referir que se acentuaram os constrangimentos relacionados com a área da informática (acesso à VPN por exemplo), a redução da atividade presencial, a diminuição dos recursos humanos, o que limitou o registo dos eventos na área social.
- As equipas de reinserção continuaram a dinamizar uma significativa diversidade de iniciativas que contribuem para a inserção social, através da articulação com o Instituto de Emprego, com os Gabinetes de Inserção Profissional, com a Rede Emprega no concelho de Lisboa, na prospeção de entidades empregadoras, de atividades ocupacionais, da prevenção da recaída, entre outras.

Alguns elementos das equipas de reinserção, maioritariamente constituídas por assistentes sociais, dão apoio a outras áreas de intervenção da DICAD.

Ao longo do ano de 2020, e a partir de março, a maioria dos atendimentos passou a ser feito em formato não presencial, privilegiando-se contactos telefónicos, email e atendimento online. A **intervenção social** realizada abrangeu **3.300 utentes**, o que representa 26% dos utentes ativos nas Unidades de Intervenção Local (UIL). Relativamente aos **novos utentes**, **865** foram alvo de **avaliação social**, ou seja, 32,4% dos utentes novos iniciaram acompanhamento social nas UIL.

- Relativamente a **caraterização sociodemográfica** podemos referir que:
 - A maioria dos utentes é do género masculino (77%), sendo 22% do género feminino,
 - A média de idade é de 46,8 anos, sendo que 76,7% dos utentes tem idades compreendidas entre os 35 e 54 anos, seguindo-se o grupo etário dos 55 aos 64 anos (19,3%) e 3,7% com idade superior ou igual a 65 anos. 4,6% dos utentes tem 24 anos ou menos anos;
 - 85,7 % tem nacionalidade portuguesa e 10,5% nacionalidade estrangeira;
 - 46,1% é solteiro, seguindo-se os utentes na situação de casado/junto (25,4%) e de divorciado/separado (19,8%);
 - A maioria reside com familiares (58,7%), entre eles família ascendente, ou família nuclear e /ou só com companheiro(a). 20,4% vive sozinho;
 - 43,7% com habilitações literárias inferiores ao 3º ciclo, 23,7% tem 3º ciclo e 23,6% com habilitações superiores ao 3º ciclo;
 - Relativamente à situação profissional, 44,9% dos utentes estão desempregados e 33,5% estão empregados;
- Relativamente à **droga principal**, a maior percentagem situa-se nos problemas ligados álcool com 27,8%, seguido do consumo de heroína com 26,7%, depois a cocaína com 8,1% e a cannabis com 7,8%.

Destaca-se, ainda, que foram atendidas **136 pessoas em situação de sem-abrigo**, 10,3% do género feminino e 89,7% do género masculino. Este grupo relativamente á complexidade e multidimensionalidade, da intervenção social, envolve uma maior articulação e mobilização das diferentes entidades da rede de recursos sociais, incluindo a participação nos vários Núcleos de Planeamento e Intervenção para a pessoa em situação Sem-Abrigo (NPISA).

Ainda durante o ano de 2020, na fase pandémica **foram abertos diversos centros de abrigo/acolhimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo para responder a questões de saúde pública**. Neste âmbito foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pelo SICAD, envolvendo as 5 DICAD das ARS e a Coordenação da Estratégia Nacional para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo que visou a **elaboração do Guia de apoio à acessibilidade das pessoas em situação de sem abrigo aos cuidados de saúde especializados em comportamentos aditivos e dependências e a definição de procedimentos de articulação entre as equipas das DICAD e os NPISA**. Foi, ainda, proposto um **novo protocolo, no Concelho de Almada e revistos dois protocolos (Concelho de Oeiras e de Setúbal)**.

No concelho de Lisboa foi onde se verificou uma maior percentagem de pessoas que se encontram nesta situação, 46,3% para o género masculino e 5,1 para o género feminino (UAL, ETET de Xabregas e UD Taipas). Fora do concelho de Lisboa, surge o concelho de Almada e o concelho do Barreiro.

- Os **eventos assistenciais** implicam uma intervenção de diagnóstico, acompanhamento e mediação social face a um utente específico. Realizaram-se **16.902** eventos:
 - **9.432** Eventos Não presenciais (Ato Social Não presencial, Consulta Não Presencial);
 - **3.834** Eventos de "Consulta Social";
 - Eventos de Grupo com **1.211** presenças (Grupo de Acolhimento Terapêutico, Grupo de Familiares, Grupo de Grávidas);
 - "Acolhimentos "(797) entre outros.
- Os **eventos não assistenciais** representam todas as atividades em que não há envolvimento direto do utente, neste âmbito foram efetuados **4.890** eventos, destacando-se o acompanhamento processual telefónico (798), a organização de processos clínicos /informatização (753), as reuniões (743) e a articulação institucional (559).

O diagnóstico social pressupõe o conhecimento da realidade do utente, a identificação das suas necessidades, dos seus recursos individuais, familiares e sociais, bem como das suas potencialidades. A intervenção social coloca o cidadão no centro da ação e como ator no seu processo, baseando toda a abordagem social na especificidade e multiplicidade das suas necessidades/potencialidades. Assim para dar respostas aos diagnósticos elaborados podemos, entre outros, recorrer aos instrumentos de registo criados para o efeito no âmbito do Sistema Informático Multidisciplinar (SIM).

- Assim, foram elaboradas **1.061 fichas complementares** onde se identificam os diferentes tipos de indicadores sociais e, desta forma, contribuir para um diagnóstico mais preciso e informatizável podendo ser utilizado por todos os técnicos de reinserção.
- Foram ainda elaboradas **682 fichas de acompanhamento e avaliação social**, estas pretendem sistematizar a intervenção social que é realizada em conjunto com o utente, através da monitorização e avaliação das necessidades diagnosticadas por áreas de intervenção, as estruturas de encaminhamento contactadas para a resolução das necessidades identificadas, bem como avaliar a situação do utente face à necessidade ou não de contratualizar um Plano Individual de Inserção.
- Durante o ano de 2020, foram identificadas **1.189 necessidades** junto de **639 utentes** diferentes, com uma média de 2 necessidades por utente. As áreas de intervenção com maior destaque são: na Saúde (32%), as necessidades prendem-se com integração em UD e CT, bem como com consultas de especialidade; a da Proteção Social (21,9%), apoio económico internamento para UD e CT, apoios económicos (subsistência); na Cidadania/Justiça (10,2%), onde se destaca necessidades de regularização da documentação pessoal e de pedidos de reforma/pensão; e na área do Emprego (10%), pedido de integração profissional;
- Relativamente às necessidades identificadas (**1.189 necessidades**) e à sua avaliação, da recolha de dados do SIM, podemos concluir que 365 foram resolvidas, **171 não resolvidas e 653 foram avaliadas sem informação da sua resolução**, ou seja, não foi possível confirmar com utente se a necessidade foi ou não resolvida (devido à pandemia, pelo facto do utente já não sentir necessidade, haver mudança de prioridades, etc).
- Na região, foram elaborados **300 Planos Individuais de Inserção (PII)** que tiveram/tem períodos temporais de menos de 6 meses (66), 6 meses a 11 meses (104) e 12 meses ou mais (130).

No âmbito do **Protocolo de Articulação entre o ISS.IP e a SCM Lisboa**, que tem como objetivo garantir o atendimento/acompanhamento dos utentes em situação de desfavorecimento socioeconómico de forma articulada e integrada, foram elaboradas **147 fichas de ligação**, rentabilizando assim os recursos existentes.

Durante o ano de 2020, manteve-se o grupo de trabalho constituído pelas 5 **ARS**, pelo **SICAD** e pela **Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra** com objetivo de **aprofundar o Modelo de Intervenção em Reinserção no âmbito dos CAD**.

- No âmbito deste projeto foi realizado um estudo de investigação qualitativa que pretendeu avaliar a aplicação do Modelo de Intervenção, tendo-se terminado a recolha de dados, através das entrevistas semiestruturadas aos cidadãos, aos técnicos de reinserção das ETET, aos familiares e ou/pessoas significativas, bem como os inquéritos por questionário aos parceiros intervenientes no acompanhamento destes cidadãos e suas famílias. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, participaram na recolha de dados os assistentes sociais da ETET do Barreiro, ETET de Santarém, a UD Taipas, a UAL e a CT do Restelo.
- Participação em vários grupos de trabalho: Saúde Mental no âmbito da APSS, DGRSP, CPCJ, Fast Track Cities de Cascais, NPISA, Associação o Companheiro, entre outros.
- Participação em vários Webinar: “A diversidade e complementaridade de intervenção em CAD”, “Pessoas em situação de Sem Abrigo e Migrantes”.
- Participação na “**International virtual roundtable on Social Work in Times of Uncertainty: Discussion of Challenges & Innovative Solutions**” – organizado pelo International Federation of Social Workers – em abril de 2020, Comunicação “How Portugal is responding – addictive behaviours social intervention at Lisbon and Tagus Valley region”.

No âmbito da intervenção social e comunitária efetuada pelos CRI da **ARS Alentejo, IP/DICAD**, realizou-se um trabalho de mediação com as estruturas locais da comunidade, ao nível das redes de suporte, através de parcerias formais e informais, nomeadamente Entidades Públicas e Privadas, IPSS e ONG, parcerias que já se efetuavam em anos anteriores, criando condições que possam dar um contributo positivo na consolidação do projeto terapêutico.

Esta tipologia participada de intervenção e a definição conjunta e articulada ao nível do (des) envolvimento de projetos sociais válidos, concretos e adequados à problemática das dependências, facilita deste modo a redução de situações de pobreza e exclusão social, criando condições de mudança, dando lugar a novas formas de ser e de estar, com o objetivo último de desenvolver e transformar situações/problema individuais e/ou familiares, facilitar/potenciar a inclusão e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual e da cidadania, familiar, económico-laboral e cultural.

A da **ARS Algarve, IP/DICAD** informou:

- Manteve representação, através dos interlocutores designados nas Equipas do CRI, nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) de Vila Real de Santo António, Tavira e Loulé.
- Manteve a participação nos Grupos de Trabalho de Intervenção para Pessoas em condição de sem abrigo em Lagos, Portimão e Albufeira.
- Manteve a representação em diversas CLAS, bem como noutras redes sociais da área de influência do CRI.
- Manteve a representação no Conselho Municipal de Segurança de Lagos.
- As ETET reforçaram a identificação das necessidades e encaminhamento para CT dos indivíduos em condição de sem abrigo.

Ação 18. Desenvolvimento de estratégias de intervenção que potenciem a inserção do cidadão nas redes de suporte, com base na identificação das respostas existentes.

- Jovens dos 15 aos 19 anos, adultos dos 20 aos 24 anos, adultos dos 25 aos 64 anos e adultos acima dos 65 anos.
- SICAD/CDT; ARS, IP CNPCJR.

Tendo como objetivo potenciar a inserção do cidadão nas redes de suporte, foram desenvolvidas pelas **Equipas de Reinserção dos CRI** diversas iniciativas. A **intervenção junto da família** e a **promoção do desenvolvimento de competências sociais** através da participação em grupos, nos CRI ou na comunidade local, continuaram a ser algumas das estratégias desenvolvidas ao longo do ano de 2020. Devido à pandemia por Covid-19, os CRI sofreram constrangimentos no seu funcionamento e esta intervenção foi mais limitada, em especial no que se refere às iniciativas grupais.

No âmbito da **intervenção familiar**, foram acompanhados pelas equipas de reinserção **2.469 familiares**, valor bastante inferior aos acompanhamentos verificados no ano anterior (3.917 em 2019). Foram realizados **7.445 eventos assistenciais** referentes à **intervenção de grupo**, dos quais **1.004** foram **Grupos de Treino de Aptidões Sociais**. A **intervenção grupal** abrangeu **466 pessoas** (1.374 em 2019).

A **ARS Norte, IP/DICAD**, manteve em funcionamento consultas de serviço social nos 7 CRI, na Unidade de Alcoologia, no Programa Integrado de Atendimento Materno e na Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra.

- Foram desenvolvidas respostas na área da cidadania/justiça, Educação/formação, Emprego, Família, Habitação, Lazer/Ocupação do Tempo, Proteção Social, Saúde e Socioterapia. Foram **identificadas 5.198 necessidades nestas áreas a 3.079 utentes**.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, reportou que foram **4 010 pessoas abrangidas no âmbito da inserção social**.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, referiu que as equipas de reinserção dinamizam uma significativa diversidade de iniciativas que contribuem para a inserção social, através da realização de grupos de procura ativa de emprego, articulação com a Rede Emprega no concelho de Lisboa, prospeção de entidades empregadoras, de atividades ocupacionais, da prevenção da recaída, da monitorização de projetos na área da reinserção, entre outras. Alguns elementos das equipas de reinserção, maioritariamente constituídas por assistentes sociais, dão apoio a outras áreas de intervenção da DICAD.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa:

- A ETER desenvolveu intervenções de prevenção da desinserção em meio laboral, através da realização de **2 treinos de aptidões sociais**, para um universo de **30 indivíduos**. Esta equipa dinamizou, ainda, **9 ações de sensibilização sobre PLA** e consumos de outras substâncias psicoativas em meio laboral, em 3 entidades públicas e privadas, que abrangeram **126 indivíduos**.
- Nas Unidades da DICAD foram realizadas diversas intervenções na área de serviço social junto dos utentes, familiares e envolventes. Destas intervenções resultaram ações de articulação interinstitucional que visaram medidas específicas de apoio para os utentes.
- Nas ETET do Barlavento e do Sotavento foram abrangidos **400 indivíduos** (114 + 286) em diversas **intervenções na área do serviço social**, em articulação com outras estruturas da rede para medidas específicas de apoio.
- Ainda no âmbito do desenvolvimento de estratégias de intervenção facilitadoras da inserção dos cidadãos nas redes de suporte, foram **realizadas reuniões de articulação interinstitucionais com diversas autarquias e com o Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Faro**.

Ação 19. Apoiar a manutenção de um serviço de informação e referenciação no âmbito dos CAD e das respetivas plataformas de comunicação e informação.

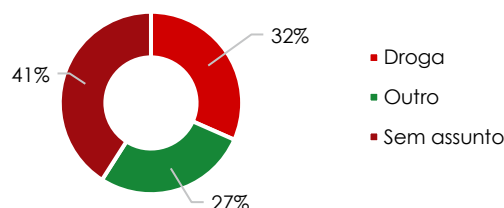
- Todo o ciclo de vida

Em 2020 o **SICAD** implementou um processo de Avaliação da Satisfação dos cidadãos com o **Serviço Linha Vida**, para análise do índice global da qualidade dos serviços prestados e de satisfação dos utilizadores, no sentido de garantir e melhorar a qualidade do atendimento.

- O inquérito aos utilizadores do Serviço Telefónico realizou-se durante o último trimestre de 2020, através de um questionário on-line, localizado no sítio do SICAD. Foi salientado que Linha Vida é considerada pelos seus utilizadores como um Serviço de “Alta Qualidade”, “Confiável” e “Útil”.
- Em 2020, e tendo em conta a pandemia por Covid 19, o serviço da Linha Vida SOS Droga foi reforçado em número de técnicos no atendimento e no horário de funcionamento do Serviço. Foi assim assegurado o serviço por mais três psicólogos clínicos a tempo parcial e um a tempo integral, num total de quatro.
- A Linha atendeu **3363 chamadas no ano de 2020**.

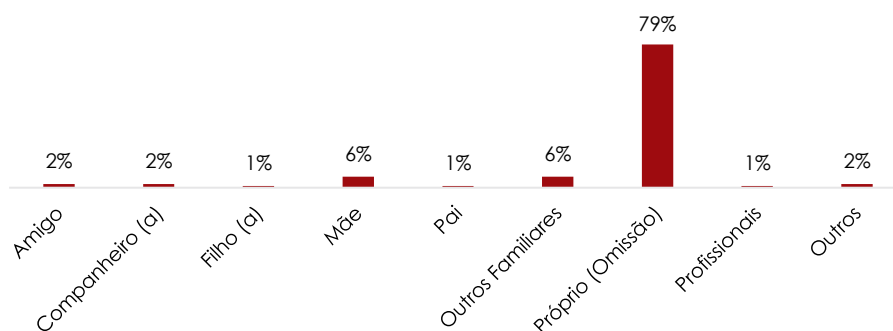


Gráfico 10 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida



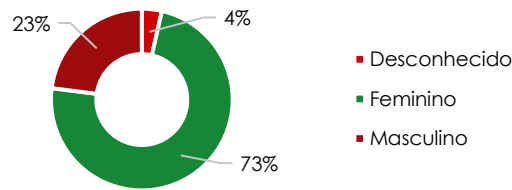
- Verifica-se que a maior percentagem de contactos telefónicos está relacionada com as “Drogas” ou substâncias psicoativas, seguindo de Outros, nos quais se inclui outros CAD como o jogo, sendo, no entanto, a maior percentagem de chamadas as “Sem assunto” (brancas e brincadeiras).

Gráfico 11 - Quem realiza o pedido



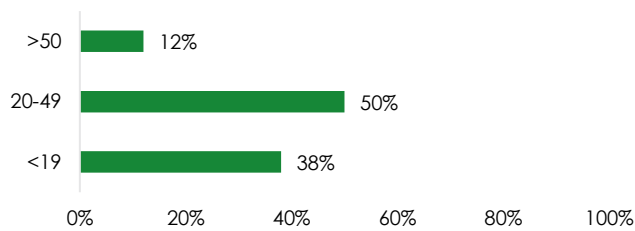
- Verifica-se uma tendência para o serviço ser maioritariamente procurado pelos próprios indivíduos requerentes de apoio, seguido das mães, outros familiares e amigos. A procura é baixa por parte de profissionais. Concluindo-se que a Linha Vida é procurada essencialmente por aqueles que detêm problemáticas relacionadas com os CAD.

Gráfico 12 - Género das pessoas que recorrem à Linha Vida



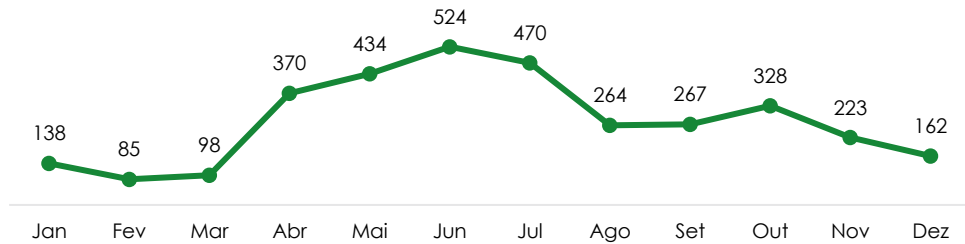
- Relativamente ao género de quem procurou os serviços da Linha Vida, é maioritariamente feminino.

Gráfico 13 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida



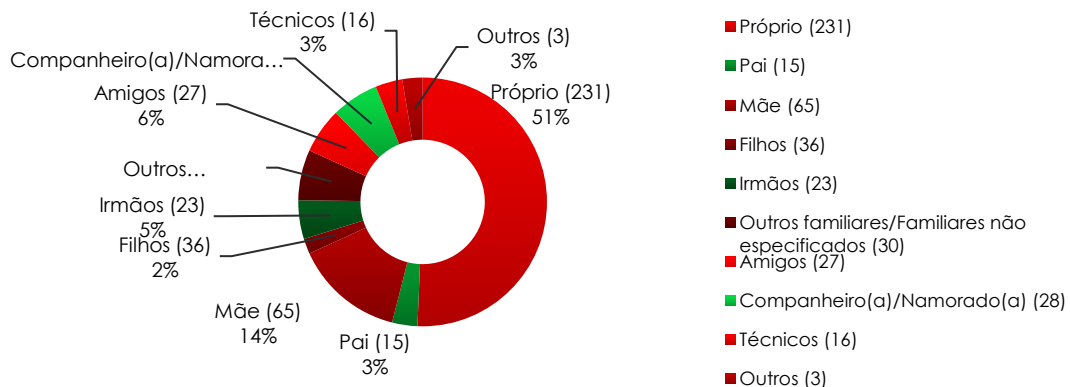
- Relativamente à idade dos utentes que procuram o serviço, verifica-se que o peso maioritário dos pedidos de apoio se situa na faixa dos 20-49 anos, seguido da faixa dos 0 aos 19 anos.

Gráfico 14 - Evolução do número de chamadas rececionadas por mês, no decorrer de 2020



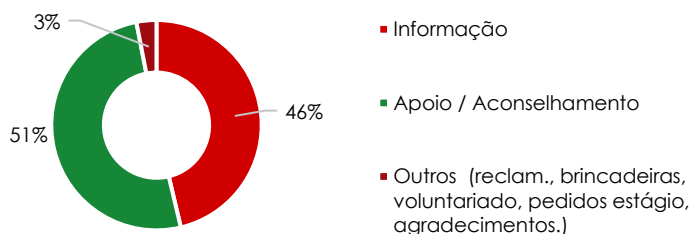
- Verifica-se que o maior volume de chamadas se situou nos meses de **maio, junho, julho**, com o maior pico em junho, o que poderá ser um reflexo do período de confinamento obrigatório e dos processos relacionados com a primeira fase da pandemia e o seu impacto nos CAD.
- No serviço de e-mail *counselling* - 1414@sicad.min-saude.pt foram recebidos no ano de 2020, um total de **456 e-mails**.

Gráfico 15 - Tipo de utilizadores que fazem o pedido



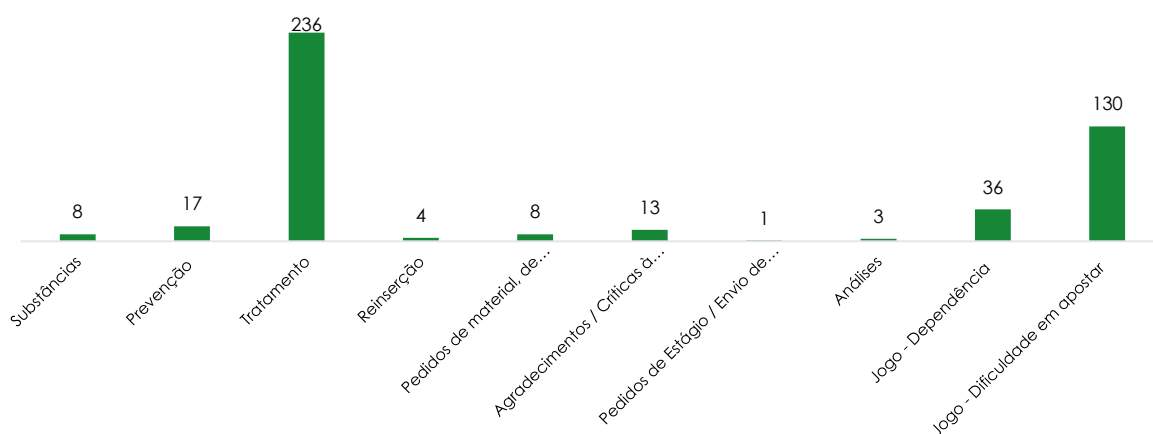
- No que se refere às pessoas que efetuaram pedidos a este serviço, verificou-se que na sua grande maioria foram os **próprios** quem colocou questões por esta via, seguindo-se respetivamente as **mães, filhos, outros familiares e o companheiro(a)/namorado(a)**.

Gráfico 16 - Tipo de pedido através do e-mail- Counseling



- Relativamente ao seu tipo, os pedidos de apoio/aconselhamento são os que motivaram a maioria dos contactos do e-mail Counseling, seguindo-se os pedidos de informação e outros.

Gráfico 17 - Tema do contacto dos utilizadores



- Relativamente às temáticas dos pedidos formulados, a maioria refere-se a questões relacionadas com o **tratamento de dependência** de substâncias, seguindo-se problemas relacionados com o **jogo** - dificuldades em apostar e dependência de jogo. A utilização do serviço para questões relacionadas com apostas de jogo, decorre de informação equivocada de que se trata de um serviço de apoio para estas questões, pelo facto de estar anunciado nos sites de apostas.

Ação 20. Dinamização do Fórum Nacional Álcool e Saúde enquanto plataforma integrada de resposta aos problemas ligados ao álcool.

- Todo o ciclo de vida e nos vários contextos
- SICAD; Outras entidades públicas e do setor social

Em 2020 a atividade regular do **FNAS** foi indubitavelmente afetada, face às limitações impostas pela pandemia de Covid-19. Assim, definiu-se um plano de contingência para garantir o funcionamento e ou adaptação dos compromissos em vigor e garantir a agregação dos Membros componentes desta plataforma de trabalho.



- Assim, observámos a suspensão das atividades de monitorização presencial e a necessidade de redirecionar prioridades. Foi, então, efetuado um questionário a todos os Membros de forma a aferir o ponto de situação dos compromissos e quais os que possuíam condições para se manterem em funcionamento. Foram **criados novos fluxos de comunicação**, para colmatar o menor contacto com os Membros e foi mantido o trabalho de retaguarda, nomeadamente na aferição dos números FNAS de 2019, no apoio específico aos Membros, reunião da Comissão Executiva e a reunião anual do Fórum que desta vez em modo digital.
- Apesar da alteração abrupta sofrida, **54% dos compromissos mantiveram-se em funcionamento**, com ou sem adaptações; **26% dos compromissos foram suspensos** e **17% dos compromissos conseguiram ser finalizados antes da afetação da situação pandémica**. Estes valores apenas foram possíveis através da adaptação dos canais e soluções inovadoras.
- O FNAS pautou, ainda, o ano de 2020 com **diversos eventos on-line com realce para a reunião anual a 2 de novembro de 2020**, que contou com o maior número de presenças de sempre.

A **ARS Norte, IP/DICAD**, manteve, em 2020, dois dos **3 compromissos de ação assinados**, designadamente:

- "Riscos e Desafios"
- "Protocolo de Colaboração STCP/UAP" - teve o seu término em março de 2020, tendo sido apresentados os seus resultados de monitorização no 19.º Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas (2019)
- "Liga para a Inclusão" - teve o seu término em maio de 2018, tendo sido apresentados os seus resultados de monitorização no 19º Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas (2019)

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informou que foi **um compromisso assinado** com o FNAS na área do álcool. No ano 2020 por motivo da pandemia por Covid-19 não se realizaram sessões.

A ARS LVT, IP/DICAD manteve ativos os **2 compromissos**:

- Intervenção integrada entre prevenção e RRMD no âmbito da intervenção no contexto académico (Festas académicas de Lisboa, Ribatejo e Setúbal) (assinado em 2014)
- Na área da prevenção ambiental, o Projeto de Apoio ao comércio e serviços no concelho de Sintra - Promoção da venda responsável de álcool em estabelecimentos localizados em proximidade de escolas (assinado em 2017)

No entanto devido à situação pandémica, o compromisso do contexto académico só envolveu planeamento. O compromisso Venda Responsável do Concelho de Sintra realizou intervenção até março de 2020.

Na **ARS Alentejo, IP/DICAD**, existem apenas **2 compromissos assinados**, um com o GIRA (Grupo de Intervenção Regional Álcool), que em 2020, esteve desativado devido à pandemia e o outro com a ARS Alentejo, que também não tem tido grande atividade, pelos mesmos motivos.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** manteve os **três compromissos** estabelecidos, nomeadamente 1 compromisso - Área de prevenção; 1 compromisso - Área de tratamento; 1 compromisso - Área de reinserção.

A **DGE**, no âmbito do FNAS, reportou que mantiveram 2 compromissos assinados.

Objetivo Específico 5. Prevenir e reduzir a incidência de anomalias e perturbações de desenvolvimento fetal causadas pelos CAD, bem como a ocorrência de patologias na grávida, decorrentes do consumo de substâncias psicoativas e medicamentos não prescritos.

A prevalência do consumo em idade fértil, nomeadamente no que concerne a padrões mais nocivos, conferem uma noção do risco de ocorrência de gravidezes expostas a substâncias psicoativas licitas e/ou ilícitas. Os dados disponíveis apontam para a necessidade de colocar um enfoque em políticas de prevenção face à ocorrência destes consumos durante a gravidez, na identificação precoce dos mesmos, de respostas de apoio às grávidas identificadas com estes consumos e de acompanhamento aos recém-nascidos sujeitos a estas circunstâncias. Neste contexto, a articulação intersectorial de políticas é igualmente fundamental, seja ao nível da saúde (articulação com as políticas de promoção da saúde materna e neonatal, por exemplo), seja noutros domínios, considerando os determinantes ambientais subjacentes ao consumo.

Ação 21. Reforço da articulação entre os serviços, de modo a permitir uma intervenção integrada aos diferentes níveis (promoção da saúde, prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos).

- Gravidez e período neonatal englobando os contextos familiar, comunitário, laboral e prisional
- SICAD; Outras entidades públicas e do setor social.

Na **ARS Norte I.P./DICAD**, existe um Programa/Unidade específica dirigida a mulheres grávidas e puérperas, o **Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM)**. Foi dada continuidade ao Protocolo de Acordo de Colaboração entre esta Unidade e o Centro Materno Infantil do Norte (Centro Hospitalar do Porto, EPE). Este protocolo visa regular os moldes de funcionamento da consulta de Saúde Sexual e Reprodutiva, garantir a prestação de cuidados pré e pós-natais adequados, bem como definir as estratégias a adotar nesta população específica.

- De forma a universalizar a resposta do PIAM à sua população alvo, a formação dos profissionais de todas as unidades da região Norte na área de conhecimento especializado do PIAM encontra-se a ser reforçada. Para o efeito, os profissionais do PIAM desenvolveram um plano de formação específica, presencial e *in loco*, que se encontra a ser implementado junto de cada uma das Unidades da DICAD. Previamente foram criadas, nas **unidades de intervenção local da DICAD, equipas específicas de apoio materno, multidisciplinares**, que estão a ser alvo desta formação teórico-prática.
- Em 2020 foram incluídas **8 mulheres grávidas em Programa de Metadona nas Unidades de Guimarães, Chaves, Vila Real e Lamego**.

A **ARS Centro, IP/DICAD** informou que existe articulação entre as Equipas de Tratamento e as Maternidades dos Centros Hospitalares da região centro.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, não efetuado em 2020, derivado ao contexto pandémico. Nos anos anteriores, sempre que necessário, existia essa articulação entre serviços. Contudo, existe um acordo formal entre o CRI do Alentejo Central e o serviço de Obstetrícia/neonatologia, do Hospital do Espírito Santo (Évora).

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa que existe articulação, sempre que necessária, entre as ETET, os cuidados saúde primários e os serviços de obstetria do Centro Hospitalar do Algarve.

A **DGRSP** referiu manter o acompanhamento clínico (médico e de enfermagem) das reclusas, maiores de 16 anos nos Estabelecimentos Prisionais, e sempre que se justifique as mesmas são encaminhadas para consulta de especialidade, de acordo com as necessidades observadas.

Ação 22. Promoção do conhecimento sobre o impacto dos CAD na evolução da gravidez.

- Gravidez e período neonatal
- SICAD; SICAD; DGS; ARS, IP; Instituições do Ensino Superior; ONG/IPSS

Na **ARS Norte, IP/DICAD**, o Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM) desenvolve a promoção do Planeamento Familiar às suas utentes em seguimento e às adolescentes em idade fértil e com vida sexual ativa, e seus filhos, de modo a diminuir a gravidez em idades precoces e o abandono escolar. Em 2020, estiveram em seguimento **207 utentes no PIAM**.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, no ano 2020 não tivemos registo de utentes grávidas.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, não teve registos de utentes grávidas.

Objetivo Específico 6. Diminuir o risco de infeção por VIH/SIDA e a vulnerabilidade a esta infeção (em colaboração com o programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA).

88

Ação 23. Desenvolvimento de Intervenções de Prevenção e RRMD dirigidas aos riscos associados, designadamente: Consumos endovenosos; Relações sexuais desprotegidas; Outros comportamentos sexuais de risco, sob a influência de SPA.

- Jovens dos 15 aos 19 anos... Com especial incidência nos contextos escolar/ Universitário e recreativo. Jovens dos 20 aos 24 anos/ Adultos dos 25 aos 64 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos, Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos... Com especial incidência nos contextos universitário, Laboral e Recreativo. Adultos acima dos 65 anos ... Com especial incidência nos contextos universitário (?), Laboral e Recreativo.
- ARS, IP; DGS; SICAD; ONG/IPSS.

A **ARS Norte, IP/DICAD** em parceria com a **Universidade do Porto** no âmbito das Universidades Promotoras de Saúde manteve-se no ano 2020. Foram desenvolvidas **4 ações de formação** junto de **45 técnicos**, e o **programa Riscos e Desafios foi implementado em 3 grupos**, abrangendo **54 estudantes universitários**. As atividades previstas no âmbito dos contextos festivos académicos e a intervenção em meio laboral continuaram suspensas, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia.

- No âmbito da estratégia "Porto Cidade Sem Sida "- enquadrado na iniciativa internacional *Fast-Track Cities*, a DICAD/ ARS Norte manteve a sua representação nos quatro eixos de intervenção (I- Epidemiologia da Infeção VIH; II-Diagnóstico, Referência e Retenção. III- Estratégias de Prevenção; IV Participação e Articulação), com participação ativa nas respetivas reuniões.

- A DICAD mantém a parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, IP no âmbito do **Programa CUIDA-TE**, através da colaboração nas suas diferentes ações, nomeadamente, dinamizando os Gabinetes de Saúde Juvenil nos distritos do Porto, Bragança e Vila Real, com a afetação de 5 psicólogos a tempo parcial.

A **ARS Centro, IP/DICAD** informou que estiveram em execução na Região Centro **9 projetos de RRMD** – 5 Equipas de Rua, 1 Centro de Acolhimento e 3 Pontos de Contacto e de Informação, que na sua totalidade **abrangeram 7.478 indivíduos**.

- As 5 Equipas de Rua abrangeram 879 Utentes, dos quais 475 foram novos utentes. A média mensal de Utentes foi de 505, o que demonstra a continuidade dos utentes ao longo do ano nos respetivos projetos. Nos valores apresentados, salienta-se o **elevado número de Utentes que consomem por via endovenosa, atingindo uma média mensal de 147**.

Os Utentes das Equipas de Rua tiveram acesso a material diverso no âmbito da RRMD e prevenção de doenças infectocontagiosas, destacando-se as **84.092 Seringas trocadas** e os **62.810 preservativos distribuídos** e, ainda, **74.388 Toalhetes, 51.421 Filtros, 39.502 Ampolas, 29.962 Carteiras de Ácido, 24.390 Clean Cups e 28.371 material diverso**, designadamente sacos, tubos e lubrificantes.

No que diz respeito à troca de seringas pelas Equipas de Rua foram entregues em **média 50 seringas por mês a cada consumidor via endovenosa**.

- O Centro de Acolhimento abrangeu **49 utentes** dos quais 34 foram novos utentes, sendo que a média mensal foi de 17 utentes abrangidos.

A nível de acesso a material de prevenção no âmbito da RRMD, nesta estrutura foram distribuídos aos Utentes 44 preservativos.

Os **três Pontos de Contacto e de Informação** contactaram **6.550 indivíduos** (4.093 em bares/discotecas, 513 em festas/festivais e 1.944 em plataformas online) sendo que, de entre estes 1.827 eram utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas (1.122 em bares/discotecas, 53 em festas/festivais e 652 em plataformas online).

Na **ARSLVT, I.P./DICAD** em 2020 as Equipas mantiveram até março todas as atividades, altura em que foi decretado o estado de emergência devido à pandemia por COVID 19, facto que implicou alterações nas atividades no âmbito da intervenção em ambientes recreativos:

- **Contexto Festas Comunitárias de cariz recreativo** foi desenvolvida 1 intervenção: Carnaval Torres Vedras, neste contexto foram abrangidas **992 pessoas e realizados 394 testes** de alcoolemia.
- **Festivais de Música** foram desenvolvidas duas intervenções em contextos musicais, nomeadamente uma festa trance organizada pela Cristal Matrix e uma festa de música “revenge of the 90’s em que foram abrangidas **245 pessoas e realizados 78 testes** de alcoolemia.
- A partir de março de 2020 as intervenções que vinham sendo desenvolvidas em anos anteriores não se realizaram, devido à suspensão de vários eventos por motivos decorrentes do início do estado de emergência e das restrições impostas pelas medidas de combate à COVID-19.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, devido à pandemia não ocorreram intervenções em 2020 em contexto recreativo e universitário. Este tema apenas foi abordado, nas escassas intervenções, no âmbito das sessões de informação/sensibilização. (Prevenção Universal).

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa:

- No desenvolvimento de intervenções de prevenção dirigidas aos riscos associados, foram realizadas 51 ações, que abrangeram 1100 indivíduos.
- No desenvolvimento de intervenções de RRMD dirigidas aos riscos associados, foram realizadas 39 ações, em parceria com o Projeto RIO, que abrangeram a população alvo do Projeto e da Equipa.

- No Algarve, ainda no domínio de intervenções de Prevenção e RRMD, no âmbito do PORI, destacam-se as ações realizadas pelos Projetos RIO, Cuida-te, GAP e Aproximar.

A **DGS** informou que em 2020, o **Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos manteve-se ativo**, tendo registado uma acentuada **diminuição de 47% no número total de preservativos distribuídos**, comparativamente ao ano anterior, verificando-se, no entanto, um **ligeiro aumento de 7,6% no número de preservativos distribuídos através do Programa Troca de Seringas**.

O **IPDJ, IP**, referiu no âmbito do **Dispositivo 1.3. – Sexualidade em Linha** que em março de 2022, a natureza da prestação deste serviço sofreu alterações, passando de um protocolo interinstitucional para uma contratação pública.

- Deste modo reportaram os serviços prestados pela **Associação para o Planeamento da Família (APF)**, na sequência da contratação pública com a referência DAP 2020.003, no âmbito do Dispositivo 1.3 - Atendimento não-presencial na área da saúde sexual e reprodutiva da Medida 1: Atendimento Personalizado, do Programa Cuida-te +, criado ao abrigo da Portaria n.º 258/2019, de 19 de agosto.
- No ano de 2020 a Sexualidade em Linha registou um **total de 2.850 chamadas efetivas** e de **688 questões** colocadas na ferramenta “coloque aqui as suas dúvidas”, perfazendo um **total de 3820 atendimentos**. A população feminina foi a que mais recorreu ao Atendimento Telefónico (82,28%) sendo a **faixa etária mais frequente a dos 18-25 anos representando 46,88% dos atendimentos**, seguida da faixa etária + 30 com 20,32%. Comparando os registos de chamadas efetivas obtidos no ano de 2019 e 2020, observa-se um **decréscimo no número de chamadas efetivas registadas em 2020**, menos 11,5 pontos percentuais que em igual período de 2019.
- A distribuição das chamadas efetivas por dias/sábado por trimestre mostra uma tendência decrescente das chamadas registadas ao sábado ao longo do ano de 2020, com o **4º trimestre** a registar menos 53 pontos percentuais de chamadas efetivas registadas ao sábado, face ao 1º trimestre, período que registou mais chamadas. O registo do total de chamadas efetivas registado nos dias úteis, mostra uma tendência crescente no 1º, 2º e 3º trimestre, à exceção do 4º trimestre em que se observa uma diminuição acentuada no total de chamadas, com menos 29 pontos percentuais face ao 3º trimestre, período em que se registaram mais chamadas.

A **DGRSP** reportou que em 2020 nos centros educativos procuraram manter o desenvolvimento de projetos e programas para jovens, dos 12 aos 16 anos. Contudo o surto pandémico de covid-19 constituiu, em 2020, um forte constrangimento ao desenvolvimento destes projetos, parte dos quais foram interrompidos e outros desenvolvidos de forma adaptada, nomeadamente o **Projeto Sexualidade e Prevenção VIH/SIDA** no Centro Educativo da Bela Vista, Programa **de Educação e Saúde Sexual** no Centro Educativo Navarro de Paiva e o **Projeto Nacional de Educação pelos Pares (PNEP)** no Centro Educativo de Santa Clara.

A **DGE e Ministério da Educação** comunicaram que o trabalho desenvolvido pelas escolas, ao longo de 2020, procurou adaptar-se ao contexto pandémico dando continuidade ao foco do desenvolvimento de competências socio emocionais promotoras da saúde e preventivas de comportamentos aditivos, designadamente na associação de outros comportamentos de risco associados a consumos.

Ação 24. *Reforço da capacidade dos serviços de Tratamento e de RRMD na implementação de medidas que visem a sensibilização e a promoção da diminuição das infeções por VIH/SIDA, nomeadamente: incremento da detenção de novas infeções; Reforço da capacidade de referenciação para serviços especializados; Contribuição para o aumento da adesão à Terapêutica Antiretroviral (TAR); Disponibilização de medidas que reduzem o risco de infeções para as populações em tratamento.*

- **Jovens** a partir dos 15 anos até adultos acima dos 65 anos... **Com especial incidência nos contextos comunitário, prisional.**

No âmbito da atividade assistencial das ETET, da **ARS Norte, IP/DICAD** foram rastreados, pela Metodologia Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação (ADR) em 2020, **3.654 utentes ativos**, num universo de 14.778 (PLA e OSPA), enquanto nas **Estruturas de RRMD** (Equipas de Rua e Gabinetes de Apoio) dos utentes acompanhados (universo que não nos é possível quantificar) foram **rastreados 575 utentes**.

- No que se refere a novos utentes, nas ETET foram rastreados 1.221 dos 2.137 novos utentes (PLA e OSPA), e nas Estruturas de RRMD (Equipas de Rua/Gabinetes de Apoio) 106 novos utentes. 3 utentes obtiveram resultado reativo após confirmação laboratorial.
- Quanto a medidas que visem a sensibilização e a promoção da diminuição das infeções por VIH / SIDA, o CRI Porto Ocidental refere manter uma relação de proximidade com os serviços de infeciologia dos Centros Hospitalares do seu território, e realiza a "terapêutica combinada", isto é, a administração da terapêutica antiretroviral no programa de substituição de metadona.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, reportou que em 2020, foram rastreados ao VIH, Teste Rápido e Elisa, **1 646 utentes**. Pelo **Teste Rápido** foram **rastreados 556 utentes**, foram **deletados três novos casos positivos**, tendo sido todos os utentes, com este resultado positivo, referenciados para os Centros hospitalares do território.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, através das suas ETET, deu continuidade, no ano de 2020, à prestação de cuidados de saúde, na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), bem como ao nível das patologias a eles associadas, num contexto particular da Pandemia da COVID 19.

- Desta forma, foi garantida a resposta às necessidades e vulnerabilidades específicas destes utentes, designadamente, reduzindo riscos das infeções sexualmente transmissíveis, das doenças infetocontagiosas, numa população cada vez mais envelhecida e apresentando maior número, e mais graves, comorbilidades físicas e psiquiátricas.
- Neste sentido, **foi mantido, e mesmo reforçado**, neste contexto da COVID 19, o **trabalho em rede com outras entidades públicas e privadas, nas áreas do Tratamento e da RRMD**, para de uma forma integrada e mais abrangente, prestar os cuidados de saúde à população toxicodependente, tendo em vista os ganhos em saúde individual e em saúde pública.
- Assim, deu-se continuidade:
 - À realização dos rastreios das doenças infecciosas, à referenciação e acesso dos utentes aos serviços de especialidade que lidam com estas doenças, desenvolvendo-se uma articulação regular com os Hospitais – Serviços de Infeciologia, Gastrenterologia, entre outros.
 - Neste âmbito do rastreio, referenciação e tratamento do VIH e Hepatites Víricas, mereceu destaque em 2020, a assinatura de protocolos com autarquias e outras entidades estatais e da sociedade civil, assumindo o compromisso de participação de algumas ETET da DICAD, no Projeto *Fast Track Cities*.
 - Registaram ao longo de 2020: **N.º de utentes ativos rastreados/ N.º de utentes ativos:** 1.181 / 12.264 e **Utentes admitidos rastreados/ Total utentes admitidos:** 355/ 1.961.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, realização de rastreios nas novas admissões e anualmente nos utentes ativos; aplicação de testes rápidos sempre que necessário e reforço da capacidade de referenciação para serviços especializados, nomeadamente, junto dos Centros Hospitalares. Mantiveram o trabalho para a contribuição do aumento da adesão à Terapêutica Antirretroviral (TAR), sempre que necessário e promoveram a toma de observação direta nas Equipas de tratamento. Preconizaram a disponibilização de preservativos.

- Face à situação de pandemia Covid- 19, a articulação com os Estabelecimentos Prisionais da área da ARS Alentejo /DICAD, concretizou-se na cedência do medicamento-cloridrato de metadona e na gestão do programa de tratamento com opióides em articulação com os Serviços Clínicos Prisionais.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informou:

- No âmbito da deteção de novas infeções; reforço da capacidade de referenciação para serviços especializados; contribuição para o aumento da adesão à Terapêutica Antirretroviral (TAR):
- Realizaram um total de **440 testes de rastreio de VIH**, nas ETET.
- Nos rastreios realizados nas ETET verificou-se a existência de **1 teste reativos na ETET do Sotavento, situação referenciada à consulta hospitalar.**
- Manutenção e reforço da via de articulação direta com o Serviço de Infeciologia do Centro Hospitalar Universitário do Algarve E.P.E. (CHUA), nas referenciações e continuidade de acompanhamento dos casos HIV+ das ETET do Barlavento e Sotavento.
- As ETET mantiveram, em estreita articulação com o CHUA, tratamento observado de TAR, aos utentes a quem foi identificada esta necessidade.
- No âmbito das medidas que reduzam os riscos de novas infeções para as populações em tratamento destaca-se a manutenção da Consulta da Mulher (nas ETET do Barlavento e Sotavento) com intervenção focada nas DST (prevenção, aconselhamento e tratamento médico), a realização regular de aconselhamento sobre prevenção de DST (integradas nas várias especialidades de consulta em ambulatório).
- A ETET do Barlavento disponibilizou na sala de espera e gabinetes de consulta cerca de **5500 preservativos**, a ETET do Sotavento disponibilizou cerca de **3500 preservativos** e o GAJE disponibilizou cerca de **750 preservativos aos jovens em acompanhamento.**

A **Direção-Geral da Saúde**, informa que em relação à disponibilização da **Profilaxia Pré-Exposição ao VIH (PrEP)**, dirigida às pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção VIH está disponível em Portugal, desde fevereiro de 2018. À data, a PrEP é **disponibilizada em 23 hospitais de Portugal Continental** e tem vindo a abranger cada vez mais beneficiários, na **sua maioria do sexo masculino, cisgénero, na terceira década de vida, e em situação de risco acrescido de infeção por VIH.**

- Prestação de cuidados de saúde hospitalares em contexto prisional, no âmbito das infeções por VIH, VHB E VHC – **Protocolos Prisões**
 - Na sequência da criação da rede de prestação de cuidados de saúde hospitalares à população reclusa que vive com as infeções VIH, VHB e/ou VHC, estabelecida através do Despacho nº 283/2018, de 5 de janeiro, dos gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, publicado no Diário da República, 2ª série, n. 4 de 5 de janeiro, foram estabelecidos protocolos entre 28 estabelecimentos de saúde e 44 estabelecimentos prisionais, em julho de 2018. Até 30 de setembro de 2020, os **protocolos encontravam-se efetivamente implementados em 40 estabelecimentos prisionais**, assegurando assim o tratamento, em contexto prisional, das pessoas que vivem com VIH, VHB e VHC. **Nos 4 estabelecimentos prisionais que ainda não utilizam o modelo, as consultas e os tratamentos dos reclusos têm-se realizado em contexto hospitalar.**

Objetivo Específico 7. Reduzir as comorbilidades associadas aos CAD.

Ação 25. Desenvolvimento das capacidades dos serviços de tratamento na implementação de medidas de diagnóstico, terapêuticas e de referenciação, que visem diminuir a ocorrência de co morbidade associada aos CAD, bem como o seu impacto negativo e a melhoria do seu prognóstico.

- Jovens dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos ... com especial incidência na redução do risco de desenvolvimento precoce e de comorbilidades associadas aos CAD
- Adultos dos 25 anos aos 64 anos, Adultos acima dos 65 anos ... com especial incidência nas doenças psiquiátricas, infecciosas (especial atenção para a hepatite C), cardiovasculares, gastrointestinais e neoplasias

A **ARS Norte I.P./DICAD**, promoveu e implementou rastreios e controlos analíticos sistemáticos, assim como a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os Centros de Respostas Integradas e demais Unidades Assistenciais, referenciando, sempre que necessário, para estruturas de cuidados específicos ou hospitalares, nomeadamente as consultas de infeciologia e os Centros de Diagnóstico Pneumológico.

- Dos novos utentes que foram admitidos nas Unidades da DICAD/ ARS Norte, IP, 360 (17%) foram rastreados para a Hepatite B, e 342 para a Hepatite C (16%).
- Em 2020, encontravam-se em tratamento 6.104 utentes com diagnóstico CID-10, sendo que 81 tinham idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, 5.572 tinham idades entre os 25 e os 64 anos, e 271 tinham 65 anos ou mais.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, reportou que foram **1815 utentes testados para o HVC**, com resultado positivo **1614** e negativos 201. Estão em **tratamento 4 883 utentes**.

A **ARS Algarve, IP/DICAD**, informa que:

- Na faixa etária dos 15 aos 19 anos, a ETEP mantém a articulação formal que prevê a realização de reuniões periódicas entre a equipa do GAJE e a Equipa de Pedopsiquiatria do CHUA, para discussão e referenciação de casos de comorbilidades associadas aos CAD.
- Na faixa etária acima dos 20 anos, no que concerne ao desenvolvimento de medidas de diagnóstico que visem diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas ao CAD, a DICAD informa:
- As ETET's têm procedimento de realizar rastreio de bioquímica e de doenças infecciosas aos novos utentes. Concomitantemente realizam rastreio periódico aos utentes em seguimento.
- Nas Unidades de Intervenção Local da DICAD foram realizadas avaliações psicológicas/neuropsicológicas.
- No que concerne ao desenvolvimento de medidas de referenciação que visem diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas ao CAD, a DICAD da ARS Algarve informa que:
- No ano de 2020, as ETET do Barlavento e Sotavento **referenciaram 61 utentes (16 + 45) para a consulta hospitalar**, para **tratamento VHC+**.
- Realização de articulação interinstitucional entre as ETET do Barlavento e ETEP com o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), designadamente com o Serviço de Psiquiatria de Portimão e com o Serviço de Psiquiatria - Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência, de Faro. Esta articulação tem subjacente a promoção de respostas integradas nas situações de comorbilidade, através da realização de reuniões de trabalho entre os serviços, com periodicidade bimestral, cujos objetivos visam a facilitação da avaliação dos casos em seguimento em ambos os serviços, bem como da referenciação entre os serviços. Considera-se

que estas reuniões de **trabalho constituem um exemplo de boas práticas**, contribuindo para uma prestação de cuidados de saúde integrados, com impactos significativos na melhoria dos cuidados prestados aos utentes.

- No âmbito do referenciado decorrente da realização de reuniões bimestrais com técnicos da ETE do Barlavento e Serviço de Psiquiatria do CHUA – Unidade de Portimão, foram **abrangidos 63 utentes**.

A **DGRSP** referiu ser assegurada a toda a população reclusa o rastreio das doenças infecciosas aquando da entrada no Estabelecimento Prisional, conforme previsto no Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional. Em 2020 realizaram ações de sensibilização sobre a vacinação específica para a Gripe, Hepatite B e Tétano.

- Em relação a alguns dados estatísticos globais¹³ disponíveis sobre doenças infecciosas (VIH, hepatite B, hepatite C), tuberculose e toxicodependências, registados em contexto prisional, no ano de 2020, o sistema prisional referiu, em 31-12-2020, um total de **1.612 reclusos com patologia infecciosa**, 1.526 homens (95%) e 86 mulheres (5%). De entre as doenças infecciosas, a **mais significativa é a hepatite C**, registando-se **965 pessoas reclusas infetadas (59,9% do total), seguindo-se a HIV (277 pessoas; 17,2%)**.
- No âmbito do tratamento das toxicodependências, encontravam-se, a 31-12-2020, inscritas em **programas de substituição e antagonistas 816 pessoas reclusas**. O programa de substituição com maior representatividade é o **programa de tratamento com Cloridrato de Metadona**, que abrange 93% das pessoas reclusas (num **total de 759 pessoas**, 732 homens e 27 mulheres).

Ação 26. Manutenção e incremento de respostas específicas, no âmbito das RRMD e da Reinserção: Disponibilização de ofertas de respostas combinadas que atendam às características da população alvo; programa Troca de Seringas; programa de vacinação específico (vacina Gripe, vacina pneumocócica, hepatite A e B e tétano); acesso prioritários a tratamentos opióides e outros; rastreio das hepatites virais, tuberculose e outras; promoção da saúde; medidas de suporte habitação, emprego e educação.

- Jovens dos 20 aos 24 anos. Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos.

.... Com especial incidência no contexto prisional, laboral e comunitário (direcionado à população sem abrigo).

A **ARS Norte, IP/DICAD** no âmbito do Programa Troca de Seringas, durante o ano de 2020 foram abrangidos **776 utentes**, tendo sido distribuídos **156.445 kits de material asséptico**.

- No que concerne ao programa de terapêutica combinada (PTC), foram abrangidos **306 utentes no cumprimento do PSBLE**.
- No âmbito do promoção da saúde, medidas de suporte habitacional, emprego e educação, além do trabalho de intervenção social efetuado pelos técnicos de reinserção das unidades da DICAD/ ARSA Norte, IP, e nos projetos de reinserção cofinanciados pelo SICAD no âmbito do PORI, realça-se o trabalho de participação e envolvimento que procura influenciar a construção e/ou alteração das políticas públicas nas áreas referidas, com vista ao incremento de respostas específicas e/ou requalificação das existentes, tendo em conta as necessidades e o bem-estar dos nossos cidadãos utentes.

¹³ Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça: Relatório de Atividades e Autoavaliação 2020 -

A **ARS Centro, IP/DICAD**, no âmbito da RRMD, enquanto respostas específicas, consideramos neste ponto as 5 Equipas de Rua e o Centro de Acolhimento que abrangeram no **Total 928 Utentes**.

- As Equipas de Rua abrangeram 879 utentes dos quais 475 foram utentes novos, sendo que a Média mensal foi de 505 utentes abrangidos. Nestas Equipas de Rua foram vacinados 73 utentes e rastreados 70 utentes. No âmbito do Programa de Troca de Seringas foram distribuídas pelas Equipas de Rua 84.092 seringas.
- O Centro de Acolhimento abrangeu 49 utentes dos quais 34 foram utentes novos, sendo que a média mensal foi de 17 utentes abrangidos. Nesta estrutura de RRMD foram vacinados 7 utentes e rastreados 29 utentes.

A **ARS LVT, IP/DICAD** manteve a integração na Comissão de Acompanhamento do Programa Nacional de Troca de Seringas, tendo sido efetuadas neste âmbito **2 reuniões**. Manteve-se enquanto parte integrante Comissão de Acompanhamento do Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM). Esta Comissão de Acompanhamento é composta por representantes da Câmara Municipal de Lisboa, do SICAD e da ARSLVT/DICAD. O PCVM é um projeto piloto que teve início em janeiro de 2019. O PCVM é coordenado por duas organizações – Médicos do Mundo (Mdm) e Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT) e no período de abril a outubro contactou com 210 **pessoas** e distribuiu **9329 kits e 26931 seringas e agulhas**.

- Pela equipa de coordenação da ARS, IP/DICAD Foi promovida uma ação formativa/sessão clínica acerca da “implementação do programa de naloxona”, junto de 48 participantes de diversas entidades parceiras com intervenção RRMD no território LVT, capacitando para o uso da naloxona nasal.
- O CRI do Ribatejo/ET de Santarém realizou algumas saídas com a equipa de rua, no âmbito de RRMD, com respostas de proximidade junto de populações identificadas com consumos aditivos e dependências, com **53 pessoas** contactadas, **68 kits** para consumo EV e **356 preservativos** externos (masculinos) distribuídos.
- O CRI do Oeste/ET de Torres Vedras manteve o PTS disponível, mas no ano de 2020 não foram efetuadas trocas.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa que no ano de 2020, devido ao contexto pandémico foi necessário realizar diversas adaptações nas respostas de RRMD e de Reinserção:

- A ETER desenvolveu intervenção junto das autarquias locais e empresas da região, constituindo-se como facilitadora do encaminhamento dos trabalhadores identificados com CAD, para acesso às respostas de Tratamento.
- As ETET do Barlavento e Sotavento disponibilizam um acesso prioritário ao Tratamento para os utentes encaminhados pelas Equipas Técnicas Especializadas de Redução de Riscos e Minimização de Danos e de Reinserção, bem como para os Projetos de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RIO e Cuida-te), inseridos no âmbito dos PRI de Portimão e Quarteira.
- Simultaneamente nas Equipas de Tratamento, os Técnicos de serviço social dinamizaram diversas intervenções com vista ao encaminhamento para medidas de suporte à habitação, saúde e educação.

A **DGS** no âmbito das estratégias de prevenção deu continuidade ao Programa de Troca de Seringas, tendo-se registado **1.116.628 seringas distribuídas/trocadas** em 2020 pelas estruturas participantes, verificando-se **uma diminuição de 21% face ao ano anterior**.

Encontravam-se registadas **1.693 farmácias aderentes ao PTS**, englobando associadas da Associação Nacional das Farmácias (ANF) e da Associação de Farmácias de Portugal (AFP). **As farmácias** foram responsáveis pela **distribuição de 143.334 kits, o equivalente a 286.668 seringas**.

As **Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos**, no total de 52, foram responsáveis pela distribuição de **410.285 kits, correspondendo a 820.570 seringas**. No que diz respeito aos **Cuidados de Saúde Primários**, foram distribuídos **4.609 kits, o que perfazem 9.218 seringas distribuídas**. Assim, em 2020, as equipas foram responsáveis pela distribuição de 73% do total seringas, as farmácias por 26% e as Unidades de Cuidados de Saúde Primários por menos de 1%.

Foram ainda distribuídos, no âmbito do PTS, **599.525 preservativos**, verificando-se assim um discreto **aumento de 7,6% no número de preservativos distribuídos**, comparativamente ao ano anterior (557.201).

Em 2020 verificou-se uma **diminuição de 21% no número de seringas distribuídas/trocadas**, comparativamente ao ano anterior. Esta diminuição poderá ser justificada pelas medidas restritivas de circulação e de segurança adotadas no contexto da pandemia COVID-19.

A Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas (CAPTS) manteve a sua atividade durante o ano de 2020, tendo sido responsável pelo acompanhamento do funcionamento do Programa nas diferentes tipologias de estruturas (Unidades de Saúde dos Agrupamentos dos Centros de Saúde/Unidades Locais de Saúde; Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos/Organizações não-governamentais; Unidade Móvel e Farmácias Comunitárias). Contudo, devido à situação provocada pela pandemia da COVID-19, das 6 reuniões regulares da CAPTS programadas ocorrerem em 2020, apenas se **realizaram 2 reuniões**.

- Testes Rápidos VIH e Hepatites Virais (VHB e VHC)
 - Na área do rastreio e diagnóstico precoce do VIH, importa destacar que o número de testes rápidos realizados pelas diferentes estruturas (Centros de Aconselhamento e Deteção Precoce – CAD, Cuidados de Saúde Primários e Organizações de base comunitária) totalizou **25.471 testes rápidos**, verificando-se uma **acentuada redução de 42% no número de testes comparativamente ao ano anterior**.
 - De assinalar ainda que foi possível assegurar o rastreio da infeção por VHB e VHC em contexto comunitário, através do financiamento de projetos, em todas as cinco regiões de Portugal Continental. Assim, em 2020, foram reportados, por **13 organizações não-governamentais**, através de **15 projetos financiados, 8.157 testes rápidos de VHB e 8.323 testes de VHC com uma proporção de 1,26% e 1,60% de reatividade**, respetivamente. Verificou-se assim **um discreto aumento de 9% e de 2% no número de testes de VHB e VHC realizados, comparativamente ao ano de 2019**.
 - Os testes abrangeram **maioritariamente populações consideradas em situação de maior vulnerabilidade**, como sejam pessoas que utilizam drogas por via injetável, populações migrantes, trabalhadores do sexo e homens que têm sexo com homens e populações transgénero.
 - Desde a implementação da estratégia de realização de testes rápidos de VIH VHB e VHC **nas farmácias**, já foram realizados **1.422 testes rápidos de VIH (54,9%), VHC (37,9%) e VHB (7,2%), em 21 farmácias do concelho de Cascais, com proporções de resultados reativos de 1,0% para VIH, e 1,5% para VHC**. O teste para **VIH, VHC e VHB foi realizado pela primeira vez**, respetivamente, em 37,9%, 40,8% e 50,9% dos utentes, sendo o principal motivo para a sua realização a ocorrência de uma relação sexual desprotegida (52,6%).
- Autoteste VIH
 - Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 79/2018 - Diário da República n.º 198/2018, Série I de 2018-10-15, da Presidência do Conselho de Ministros e da circular normativa conjunta n.º 08/DGS/ ACSS/INFARMED/INSA/SPMS de 20 de maio de 2019, que permite a disponibilização diretamente ao público dos dispositivos de autodiagnóstico das infeções por VIH, VHB e VHC, o primeiro autoteste para VIH passou a ser disponibilizado através das

farmácias comunitárias desde outubro de 2019, registando-se, até agosto de 2020, um **total de 3.292 unidades de autotestes vendidos, numa média mensal de 299 unidades.**

- Cidades na Via Rápida para Acabar com a Epidemia de VIH
 - A iniciativa internacional «*Fast Track Cities – Cidades na via rápida para acabar com a epidemia VIH*» abrange atualmente **10 municípios**, o que torna Portugal no primeiro Fast Track Country, país com mais cidades signatárias.
 - Das 10 cidades signatárias da Declaração de Paris, 5 já definiram e estabeleceram através de Protocolo, o Consórcio local, envolvendo todos os parceiros da saúde, ação social, educação, justiça, setor privado e sociedade civil, que de alguma forma contribuirão para o cumprimento dos objetivos estipulados.
 - Durante o ano de 2020, o número de cidades portuguesas signatárias da iniciativa manteve-se constante.
- Tratamento da Infecção por VIH
 - Portugal mantém a estratégia de tratar todas as pessoas diagnosticadas com VIH, independentemente do valor de linfócitos T CD4+, de acordo com a evidência científica atualizada, contribuindo assim, certamente, para o alcance das metas da ONUSIDA, nomeadamente **90,3% de pessoas diagnosticadas com VIH se encontrarem em tratamento e destas, 93% apresentarem carga viral suprimida.**
- Tratamento da Hepatite C
 - Portugal estabeleceu o objetivo de garantir que 100% dos doentes elegíveis para tratamento da hepatite C com Antivirais de Ação Direta, o iniciam e que o fazem de acordo com as Normas de Orientação Clínica. Os dados mais recentes (a 29 de janeiro de 2021) informam que já foram **autorizados 28.279 tratamentos**, dos quais **27.038 já foram iniciados**. Quando se restringe a análise ao universo de indivíduos que já concluíram o tratamento e em que se pode avaliar a resposta virológica sustentada (n= 17.385) verifica-se que 16.789 estão curados (97%) contra 596 doentes não curados (3%).

○ **Ministério da Defesa Nacional** no ano 2020 no contexto da pandemia, adequou o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), procurando dar resposta às atividades de reabilitação biopsicossocial e prevenção de recaída.

○ **SICAD** manteve ativamente o seu envolvimento na **Comissão de Acompanhamento do programa de Troca de Seringas “Diz não a uma seringa em segunda mão”**, no que respeita à participação nos trabalhos regulares da Comissão de Acompanhamento deste programa. Neste âmbito, no decorrer de 2020, o SICAD respondeu a todas as solicitações que lhe foram dirigidas pela DGS via correio eletrónico e participou nas reuniões online.

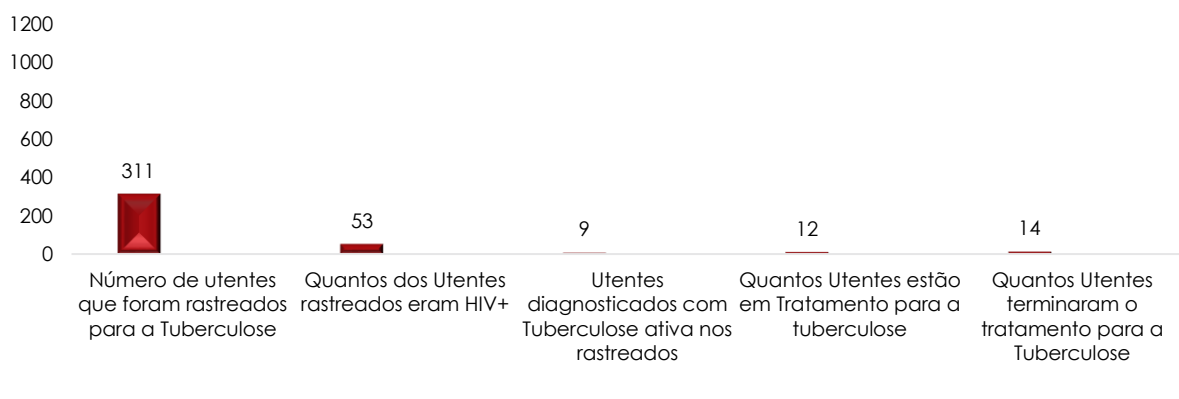
- Em 2020 o SICAD manteve-se enquanto parte integrante **da Comissão de Acompanhamento do Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM), na cidade de Lisboa**. Esta Comissão de Acompanhamento é composta por representantes da Câmara Municipal de Lisboa, da ARSLVT/DICAD e do SICAD.
 - O **PCVM**, em 2020 alargou a área geográfica de intervenção e o horário de funcionamento, bem como viu reforçada a sua Equipa Técnica e com envolvimento dos utentes do Programa na Bolsa de Pares.
 - Em 2020, a Equipa do PCVM realizou um **total de 2658 atendimentos** (designados como episódios), excluindo os episódios de distribuição de material *outreach*. Neste ano foram realizados um **total de 1146 consumos** por **65 utilizadores diferentes**, que representam 56% dos Utilizadores de Drogas Injetáveis (UDI) inscritos no programa. Foram realizados **4614 episódios de distribuição de material de consumo**, na unidade móvel e nas zonas de consumo onde a

equipa faz intervenção de *outreach*. Foram **distribuídas um total de 36260 seringas e agulhas, e recolhidas 14612**, cerca de 40% do total distribuído.

- Há a destacar que no âmbito do projeto piloto de distribuição comunitária de naloxona nasal, promovido pelo SICAD, a equipa do PCVM, em fevereiro de 2020 iniciou a **distribuição comunitária de naloxona nasal**, a alguns utentes do PCVM.
- Os rastreios às infeções por VIH, VHC, VHB e sífilis representam 8% dos atendimentos realizados, correspondendo a **212 sessões de rastreio**.

O **SICAD** no âmbito da articulação/colaboração com o **Programa Nacional para a Tuberculose**, em 2020, deu continuidade às atividades colaborativas no âmbito do protocolo estabelecido com o referido Programa, nomeadamente a monitorização do rastreio da tuberculose nas equipas que operam na área da RRMD.

Gráfico 18 - Utentes das Estruturas e Programas socio-sanitários em Redução de Riscos e Minimização de Danos no ano de 2020



Objetivo Específico 8. Reduzir as consequências tardias e o impacto das dependências com e sem substância.

Ação 27. Desenvolvimento de Intervenções que promovam a mudança de comportamentos nos cidadãos, incentivando-os a serem agentes proactivos na gestão da sua saúde, por forma a reduzir o impacto dos efeitos tardios dos CAD e (co)morbilidades associadas.

- Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos.

A **ARS Norte, IP/DICAD**, pelo CRI Porto Ocidental referiu ter desenvolvido intervenções tais como a promoção do autocuidado, o apoio psicossocial, a contratualização de Planos Individuais de Inserção, e consultas de Prevenção de Recaída.

A **ARS LVT, IP/DICAD** mantiveram algumas atividades no âmbito da intervenção em ambientes recreativos que se dividem em:

- Contexto Festas Comunitárias de cariz recreativo: Foi desenvolvida 1 intervenção: Carnaval Torres Vedras, neste contexto foram abrangidas 992 pessoas e realizados 394 testes de alcoolémia.
- Festivais de Música: Foram desenvolvidas 2 intervenções em contextos musicais, nomeadamente uma festa trance organizada pela Cristal Matrix e uma festa de música "revenge of the 90's foram abrangidas 245 pessoas e realizados 78 teste de alcoolémia

A **ARS, IP/DICAD** manteve a parceria com a DGRSP e o Tribunal de Pequena Criminalidade de Lisboa, que envolve as várias áreas de intervenção (Prevenção, Reinserção, Tratamento e Redução de Danos), numa lógica de garantir maior acessibilidade e de centralidade junto das pessoas que usam CAD e têm consequências associadas ao consumo, enquadrada no apoio à implementação das injunções da Taxa.Zero e a Adição.sem, previstas na Diretiva 1/2014, de 15 de Janeiro, da Procuradoria-Geral da República.

- No âmbito da **Taxa.zero**, que é uma atividade estruturada destinada a arguidos primários indiciados pela prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, a ARSLVT/DICAD, com o envolvimento de 5 técnicos (3 da unidade de alcoologia e 2 da equipa de coordenação), aplica as seguintes componentes:
 - Sessão de grupo de sensibilização “Álcool e Comportamento Rodoviário” – execução conjunta entre DGRSP e ARSLVT/DICAD – em 2020, realizamos **5 sessões de grupo**, com a presença de 55 arguidos;
 - Entrevista final de avaliação de saúde, pela ARSLVT/DICAD, que permite realizar uma avaliação de risco face ao álcool, partindo da aplicação do AUDIT – em 2020, realizamos 55 entrevistas individuais.
- No âmbito da **Adição.sem**, que é uma atividade estruturada destinada a arguidos indiciados pela prática do crime de posse de substância estupefaciente ou psicotrópica para consumo que excede a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias, a ARSLVT/DICAD, com o envolvimento de 11 técnicos (9 técnicos de diferentes UIL/CRI e 2 da equipa de coordenação), aplica a seguinte componente:
 - Entrevista/sessão individual de avaliação de saúde, pela ARSLVT/DICAD, nas instalações do MP-TPCL, visa avaliar o risco face aos comportamentos aditivos e dependências (partindo do instrumento ASSIST) e a necessidade de encaminhamento para consultas especializadas neste âmbito – em 2020, foram realizadas **13 entrevistas individuais**, em 3 dias de intervenção (média 4,3 pessoas por dia de intervenção)
 - Com a situação pandémica e por razões relacionadas com as condições físicas do Tribunal de Pequena Criminalidade de Lisboa houve necessidade de suspender as atividades da Taxa.zero e da Adição.Sem em início de março. Ainda em 2020, no âmbito deste Protocolo, a ARSLVT/DICAD organizou 2 ações formativas “**COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS: LIGAÇÃO ENTRE A SAÚDE-CAD E A JUSTIÇA**”, cada uma com 18 horas, com o objetivo geral de contribuir para a formação contínua dos Técnicos das Equipas de Reinserção Social, reforçando conhecimentos técnico-científicos na área dos CAD, bem como o conhecimento da rede de respostas neste domínio, que permita uma intervenção e referência precoces. Estas duas ações envolveram no total **38 participantes** da DGRSP, tendo sido envolvidos 11 técnicos da DICAD como formadores nestas 2 ações.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, informou que o **Programa Compa(d)res (ciclo de vida: 60 aos 80 anos)** – Programa de Educação pelos Pares, dirigido à 3ª idade em articulação com a Academia Sénior, UCC e Autarquia de Vendas Novas, no ano 2020 teve a sua atividade interrompida devido à pandemia.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** informa que todas as intervenções realizadas nas várias UIL procuram de forma sistemática promover a mudança de comportamento nos cidadãos, incentivando-os a serem agentes proactivos na gestão da sua saúde. No âmbito das intervenções suprarreferidas, foi destacado:

- A **consulta de dependências sem substância** (jogo) na ETET do Barlavento, bem como a sua divulgação junto de outras estruturas da ARS Algarve e dos outros parceiros na região. Nesta consulta, durante 2020, foram **atendidos 2 utentes**.

- **Na consulta de cessação tabágica da ETET do Sotavento** foram atendidos **20 novos utentes e 36 mantiveram seguimento**. Esta consulta está organizada de acordo com Orientações Programáticas do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, em estreita colaboração com o Departamento de Saúde Pública e Planeamento da ARS Algarve.
- **A consulta de cessação tabágica da ETET do Barlavento**, onde foram **atendidas 4 pessoas**. Esta consulta está organizada de acordo com Orientações Programáticas do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, em estreita colaboração com o Departamento de Saúde Pública e Planeamento da ARS Algarve.
Realização de atividades de sensibilização à cessação tabágica (divulgação de informação e folhetos na sala de espera e na consulta).
- Em contexto pré pandémico, a realização de **Grupos Psicoeducativos para Problemas Ligados ao Álcool (PLA), nas ETET do Barlavento e Sotavento**, que durante 2020 abrangeram **30 utentes (10 + 20)**.
- A realização de **Grupo Psicoeducativos para PLA no E.P. de Silves** que durante 2020 abrangeu **6 utentes**. Esta atividade foi suspensa em março
- A **ETET do Barlavento** realizou **2 sessões de Educação para a Saúde**, em grupo.
- Em período pré-pandémico, a UDA realizou 5 Ensinos de Educação para a Saúde, em grupo, junto dos utentes internados nesta unidade; A ETET do Barlavento realizou 2 sessões de Educação para a Saúde, em grupo.
- A realização de **11 ações em contexto laboral**, em 5 entidades públicas e privadas, que abrangeram 156 indivíduos;

Objetivo Específico 9. Reduzir a mortalidade associada ao consumo de substâncias psicoativas.

Ação 29. Promoção e reforço das respostas que, de acordo com evidência científica e as melhores práticas, demonstrem diminuir a mortalidade associada aos CAD, designadamente: levantamento das respostas específicas existentes e proposta de planeamento de intervenções diferenciadas a desenvolver neste âmbito, nos diferentes contextos.

- Adultos dos 25 anos aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos PARCAD 2020 ... com especial incidência nos contextos comunitário, laboral, rodoviário, prisional e recreativo.

A **ARS Centro, IP/DICAD**, informou que incentiva o rastreio para hepatite C e VIH/SIDA da população.

A **ARS LVT, IP/DICAD**, nas atividades no âmbito da intervenção em ambientes recreativos foram realizados os seguintes Testes de Alcoolemia:

- Nº total de Testes de Alcoolemia: 472
- Nº de Testes de Alcoolemia no Contexto Festas Comunitárias de cariz recreativo: 394
- Nº de Testes de Alcoolemia em Festivais de Música: 78

Também aqui, na importante diferença face ao total de testes realizados ano anterior, é claro o impacto da diminuição dos eventos realizados neste contexto na sequência da situação pandémica e das medidas adotadas após entrada em vigor do estado de emergência a 12 de março de 2020.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD**, referiu existirem vários programas que devido à situação pandémica as suas atividades foram suspensas:

- **Programa Compa(d)res (ciclo de vida: 60 aos 80 anos)** – Programa de Educação pelos Pares, dirigido à 3ª idade em articulação com a Academia Sénior, UCC, Autarquia de Vendas Novas e CRI do Alentejo Central.
- **Observatório Regional dos Consumos (30- 65 anos – Comunidade técnica)** – Projeto em parceria com a Educação, Universidade de Évora e CRI do Alentejo Central, mas que abrange toda a população escolar do Alentejo (Básico e secundário).
- **Grupo de Trabalho de Saúde Mental de Sines – Ciclo – Ciclo webinaries** diretos Mesas Redondas "Mentalmente falando...", dinamizados pelo CRI do Litoral Alentejano.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** no que concerne ao levantamento das respostas específicas existentes informou a existência de **20 respostas específicas** para adultos acima dos 25 anos:

- Unidade de Desabilitação do Algarve; Equipas do CRI Algarve: ETET do Barlavento; ETET do Sotavento; ETE de Reinserção e ETE de Redução de Riscos e Minimização de Danos; Consultas descentralizadas da ETET do Sotavento: Vila Real de Santo António, Tavira e Quarteira; Consultas nas ETET nos E.P. de Silves, Faro e Olhão (com acesso ao programa de metadona). Para além dos postos de administração de metadona das ETET, salientaram a existência de 10 postos descentralizados: Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Loulé, Quarteira, Albufeira, Silves, Armação de Pêra e Lagos.
- No que concerne a propostas de planeamento de intervenções diferenciadas a desenvolver, nos diferentes contextos foi realizada a proposta de criação da Consulta Descentralizada da ETET do Barlavento em Lagos. Esta proposta visa promover a acessibilidade ao tratamento, bem como garantir acompanhamento de proximidade aos utentes da zona identificada.

Domínio da Oferta

1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP

O sistema **de regulação e fiscalização do mercado de substâncias ilícitas** parte de um conjunto de diplomas legais que transpõem para o enquadramento legislativo nacional as *Convenções das Nações Unidas* em matéria de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e seus precursores, através da **proibição** dessas substâncias, com a **criminalização** da sua produção, comércio e colocação no mercado.

A posse de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em quantidades que excedem o limite que a *Portaria n.º 94/96, de 26 de março*, mesmo que para consumo individual, continua criminalizada, conforme o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008.

Ao longo do tempo outros diplomas têm vindo a aperfeiçoar o sistema de controlo e regulação dos mercados ilícito e lícito, destacando-se as disposições que acrescentam substâncias às tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, geralmente na sequência do Mecanismo de Alerta Rápido da União Europeia.

Especificamente, no combate ao **tráfico ilícito** de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas assim como ao tráfico de precursores, a atividade desenvolvida pelos órgãos de polícia criminal, serviços aduaneiros

e de segurança com competências em investigação criminal e fiscalização continua a assentar nos princípios resultantes do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, designadamente da **centralização e partilha de informação, da cooperação, da coordenação e da definição clara de competências e de responsabilidades**, contribuindo para a identificação e desmantelamento de múltiplas organizações criminosas em Portugal e noutros países.

Neste ciclo, entraram em pleno funcionamento os sistemas previstos de controlo do tráfico ilícito, nacionais e internacionais, de vigilância e fiscalização, com recurso às novas tecnologias e ferramentas tecnologicamente avançadas, sendo de destacar o reforço das redes de cooperação estabelecidas entre as várias forças policiais e órgãos de polícia criminal.

Atentos os resultados alcançados no Domínio da Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas e Novas Substâncias Psicoativas, as ações do *Plano de Ação-Horizonte 2020* asseguram a continuidade das que foram inscritas e executadas no *Plano de Ação 2013-2016*. As ações 34, 48 e 49 do *PARCAD 2013-2016* foram executadas e não têm continuidade neste ciclo estratégico.

Objetivo Geral 2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e desmantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.

As ações deste objetivo geral concorrem para o alcance da meta 1 do PNRCAD:

Meta 1.

Reduzir a facilidade percebida de acesso (se desejado) nos mercados.

104

Objetivo Específico 10. Reforçar a cooperação e a coordenação interinstitucionais, nos planos estratégico e operacional.

Ação 30. Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização, centralização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respetivas atribuições e competências fixadas pelo Dec. Lei n.º 81/95, de 22 de abril.

- No ano de 2020 foram recebidos e tratados na **PJ/UNCTE** um total de **3.469** pedidos de informação prévia provenientes da GNR e da PSP, o que representa um decréscimo de 6,3% comparativamente a 2019. Dentre esses pedidos, foram assinalados, e depois resolvidos, **106** conflitos. Foram ainda recebidos e tratados **2766** Autos de Notícia e **448** Relatórios Finais.
- A **PM** elaborou 17 relatórios estatísticos.

Ação 31. Desenvolvimento de projetos multidisciplinares de atuação complementar, coordenada, e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea.

- Durante o ano de 2020 a **PJ** desenvolveu um elevado número de ações de recolha de informação destinadas a apoiar as atividades de prevenção e investigação do tráfico ilícito de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea, partilhando a informação obtida com as demais entidades sempre que necessário e justificado.
- A **PM** reportou ter desenvolvido 1 projeto no âmbito desta ação.

Ação 32. Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal.

- Foram realizadas um total de 2 reuniões ordinárias das **Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC)**.
- A **PSP e GNR** reportaram ter participado em todas as reuniões ao abrigo do Protocolo UCIC.
- A **PM** reportou a realização de 6 reuniões para além da participação em todas as reuniões das UCIC.
- A **AT** reportou que colabora de modo ativo com as diversas entidades responsáveis pela Investigação Criminal, mediante solicitação concreta ou comunicando casos de movimentos de mercadorias que apresentam contornos suspeitos.

Objetivo Específico 11. Reduzir a produção, o tráfico e consequentemente a oferta de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas.

Ação 33. Aumento do número de ações de vigilância e fiscalização em mar e na zona ribeirinha.

- A **PSP** reportou a realização de 237 ações de fiscalização.
- A **GNR** reportou a realização de 23.609 ações de fiscalização.
- A **PM** reportou a realização de um total de 87.007 ações de fiscalização.

105

Ação 35. Aumento do número de ações de controlo conjunto e fiscalização de passageiros/ mercadorias tendo como destino final Portugal, em voos procedentes de países considerados de risco

- A **PJ** reportou a realização de elevado número de operações de controlo e vigilância de passageiros e análises de risco, relacionados com suspeitos de envolvimento no tráfico de droga por via aérea.
Quanto às atividades de controlo conjunto desenvolvidas em aeroportos, foi reportada a realização de 162 ações.
- Em termos de fiscalização, a **PJ** realizou ainda 135 acompanhamentos de operações de voo.
- Ainda neste âmbito, foram analisados 338 planos de voo relacionados com movimentos de aeronaves não comerciais.

Ação 36. Desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos regulares, com incidência nas zonas costeira e insular.

No quadro da participação de Portugal no MAOC-N, em 2020 a **PJ** procedeu ao tratamento de informação diversa respeitante a 355 embarcações suspeitas de estarem a ser utilizadas no tráfico

transcontinental de grandes quantidades de estupefaciente bem como à monitorização dos movimentos das embarcações que, dentre as indicadas, passaram por portos ou marinas nacionais.

- Estas ações foram desenvolvidas em coordenação com as autoridades dos demais países que integram o MAOC-N, tendo, das mesmas, resultado a apreensão de grandes quantidades de estupefacientes em vários países, incluindo Portugal.
- No quadro do MAOC-N, reporta-se ainda a participação em diversas ações bem como na implementação de 4 projetos.

A **PSP** reportou a implementação de 3 projetos específicos.

A **GNR** reportou o desenvolvimento de 8 projetos operacionais em 2020, a saber:

- SEAHORSE Mediterrâneo, com o objetivo de desenvolver a cooperação e troca de informações sobre os fluxos migratórios entre os EM, com possibilidade de ligação a países terceiros, com a finalidade de reduzir e neutralizar situações de imigração irregular;
- Operacionalização e gestão do CNC EUROSUR, sistema que permite a troca de informações próximas de tempo real de eventos, situação operacional, planeamento operacional e análise de risco nos troços de fronteira vizinhos. Em termos práticos, no ano de 2020 foram inseridos 69 eventos nacionais das diferentes FS, e produzidos 66 Relatórios de Informações/análise, bem com 42 Relatórios de "Vessel Detection Service";
- ECGFF, sobre a colaboração europeia na formação e treino, bem como, na criação de uma rede de academias e instituições de treino das Guardas Costeiras, determinando as "Sectorial Qualifications Framework" destas e introduzindo projetos pilotos, como por exemplo, o "Training Portal" and "Exchange Programme". Acresce que a GNR tem particular intervenção HUB MEDITERRÂNEO;
- AQUAPOL, trata da associação de FS com competências na navegação marítima e de rios nos EM da EU e da Suíça. A operacionalização deste fórum passa pela coordenação e desenvolvimento de ações conjuntas e de partilha de informação;
- Projeto ROBORDER, que trata de um sistema de vigilância costeira com recurso a sistemas autónomos aéreos, terrestres, aquáticos, com capacidade de operação seja conjunta, seja isolada, e integrados sobre uma mesma rede interoperável. Em 2020 decorreu a demonstração final de capacidades do projeto, que teve o planeamento e direção à responsabilidade da UCC/GNR;
- Projeto ESPIAS que visa a criação do intercâmbio, em tempo próximo do real, entre Centros de Comando e Controlo Nacionais (CCCN) de Portugal e Espanha;
- Ligação SIVE/SIVICC visa a partilha de informação tática e operacional em tempo real entre os sistemas de vigilância de ambos os países, nas áreas vizinhas, veiculada através do sistema EUROSUR, cujos CNC são operados, respetivamente, pela UCC/GNR (POR) e pela Guardia Civil (ESP).
- SIFICAP, instrumento criado no âmbito e no cumprimento das regras da Política Comum das Pescas da União Europeia, constituindo o instrumento nacional de operacionalização das obrigações de coordenação e controlo da autoridade nacional de pesca, constituindo o sistema integrado de informação e apoio à vigilância, fiscalização e controlo da atividade da pesca, constituindo a DGRM a Autoridade Nacional de Pescas, e a Marinha, Força Aérea e GNR (UCC e Comandos Territoriais da Madeira e Açores) as entidades participantes a nível operacional. Durante o ano de 2020 a UCC executou 1322 missões no âmbito SIFICAP.

A **PM** reportou a implementação de 34 projetos operacionais.

Ação 37. Aumento do número de ações de controlo, vigilância e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos.

A estrutura da **PJ/UNCTE** integra uma secção de investigação com competência especializada no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes por via aérea, que de forma regular e sistemática recolhe informação sobre a eventual utilização de estruturas aeroportuárias localizadas em território nacional naquelas atividades ilícitas.

- No que concerne aos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto, Faro, Funchal a PJ dispõe, desde há vários anos, de elementos aí destacados em permanência.

A **PSP** reportou ter executado 45 ações de controlo e fiscalização.

A **GNR** reportou ter executado 1701 ações de controlo e fiscalização

A **AT** reportou que efetua regulares ações de controlo sobre viajantes e mercadorias, classificados como de risco na área dos tráficos ilícitos, de modo sistemático e regular no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária e do território nacional

- Com o reforço das capacidades do Centro Nacional de Análise de Risco da AT passou a ser possível uma prontidão 24/7 na análise do risco inerente a cada voo comunicado a estes Serviços.
- A AT reportou que caso para tal seja solicitada, colabora ativamente em controlos com outras Entidades, no âmbito das competências próprias de cada uma

Ação 38. Identificação e desmantelamento de estruturas criminosas responsáveis pelo cultivo, produção e transformação, de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados.

A atividade das autoridades possibilitou a deteção de produções de cannabis indoor e outdoor. No ano de 2020, de acordo com os dados constantes do Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária (SICPJ), foram detetadas e desmanteladas **234** plantações em território nacional, tendo-se procedido à apreensão de **28.692** plantas. Algumas dessas plantações, as de maior dimensão, eram exploradas por grupos criminosos organizados, tendo-se procedido à detenção de um número muito significativo de integrantes dessas estruturas criminosas.

Ação 39. Identificação e desmantelamento de estruturas criminosas de cariz internacional responsáveis pela introdução em território nacional de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados.

Em 2020, de acordo com os dados constantes do **SICPJ** (que incluem os dados de todos os OPC's exceto da PSP) foram identificados um total de **1.666** intervenientes relacionados com tráfico de estupefacientes, dos quais **1.304** foram detidos, detidos estes que integravam diferentes grupos criminosos a atuar no nosso país e que, fruto da intervenção policial, foram parcial ou integralmente desarticulados. Destes detidos, **328** (19,7%) tinham nacionalidade de países estrangeiros sendo portugueses os restantes 80,3%.

Em 2020 e de acordo com os dados constantes no SICPJ, procedeu-se à apreensão das seguintes quantidades de drogas:

- cannabis – 33.551,54 kg. em 726 apreensões;
- cocaína - 10.066,34 kg. em 402 apreensões;
- heroína – 23,20 kg. em 209 apreensões;
- ecstasy – 11.112 unidades em 85 apreensões.

Além dos estupefacientes indicados foram ainda apreendidos os bens e valores:

- veículos automóveis -147 (inclui mistos e pesados);
- embarcações - 10;
- imóveis – 2;
- armas – 71;
- telemóveis - 1.075;
- dinheiro - 12 544 832,28 € (inclui os montantes apreendidos de moeda estrangeira convertidos em euros).

Ação 40. Identificação e detenção de grupos /indivíduos responsáveis pela distribuição de estupefacientes aos consumidores, apreendendo as drogas traficadas.

- No âmbito desta ação, a **PSP** reportou a detenção de 1717 suspeitos e a identificação de outros 2.382.

108

Ação 41. Reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade associada através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias.

- A **GNR** reportou ter desenvolvido neste âmbito um total de 788 ações.
- A **PSP** reportou a realização de 1043 ações de prevenção.

Ação 42. Reforço das ações inspetivas e de fiscalização aos espaços ou estabelecimentos nos quais exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, novas substâncias psicoativas que possam apresentar perigo para a vida humana ou a saúde pública.

- A **PSP** reportou a realização de 55 ações inspetivas e de fiscalização.
- A **GNR** reportou a realização 60 ações inspetivas e de fiscalização.

Ação 42.A. Aumento do número de investigações visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao tráfico de estupefacientes através da internet, em especial através da darkweb.

- Comparativamente ao ano de 2019, em 2020 a **PJ** registou um aumento do número de novas investigações visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao tráfico de estupefacientes através da internet, em especial através da *darkweb*.

Objetivo Específico 12. Contribuir para assegurar um nível elevado e equivalente de controlo ao longo da fronteira externa da UE, nomeadamente no espaço transatlântico e euroafricano, como forma de melhorar a prevenção da entrada de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas no território da União Europeia.

Ação 43. Desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as atividades de grupos criminosos.

- A **PJ/UNCTE**, através da Secção Central de Informação Criminal, desenvolve regularmente diversas ações de recolha de informação tendo em vista a identificação e avaliação da atividade de grupos criminosos. No ano de 2020 foi produzido um número não quantificado de relatórios de análise sobre as atividades de diversas organizações criminosas.
- A **PSP** reportou ter produzido um total 40 relatórios.
- A **GNR**, apesar da atividade desenvolvida neste âmbito, reportou não dispor de dados desagregados especificamente no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.
- A **PM** reportou a realização de 1 ação.
- O **SIS** e o **SIED** reportaram que mantiveram a recolha de informações sobre estruturas de criminalidade organizada transnacionais de tráfico internacional de drogas que atuam nomeadamente no eixo euro-atlântico. Este esforço resultou na elaboração de um número não quantificado de relatórios de informações sobre estas estruturas, pelo que consideram que o objetivo foi alcançado.

Ação 44. Desenvolvimento, designadamente em cooperação com as autoridades policiais de outros países sempre que se justifique, de investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos.

A **PGR** recebeu 75 pedidos de Cartas Rogatória/Decisões Europeias de Investigação (DEI), expediu 134 e participou em 2 reuniões de coordenação.

A **PJ** reportou que no decurso do ano de 2020 desenvolveu um elevado número de investigações que impuseram a articulação e coordenação de esforços com as autoridades policiais de outros países e com diferentes agências internacionais, tendo participado em diversas reuniões operacionais e de coordenação.

- No quadro específico do MAOC-N, a **PJ** participou num total de 73 reuniões (de coordenação e operacionais), participando, também, na elaboração de 5 relatórios de atividade.

Ação 45. Aumento das capacidades de deteção de mercadorias ilícitas em carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva, adquirindo e operacionalizando novos equipamentos ou incrementando o número de controlos com os já existentes.

- Em 2020, a **AT** reforçou a sua capacidade de deteção de mercadorias ilícitas através da aquisição de 2 novos equipamentos de inspeção não intrusiva (Raio-X para contentores), e instalados nos Portos de Setúbal e Leixões. Esta aquisição permitiu que, a nível nacional, tivessem sido controlados 1.389 contentores por equipamento de Raio-X.

Ação 46. Incremento das capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de carregamentos que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem produtos estupefacientes. (novo)

- Consolidação das capacidades do Centro Nacional de Análise de Risco da **Direção de Serviços Antifraude Aduaneira** que permite um funcionamento 24 horas por dia/7 dias por semana, de modo a possibilitar a identificação, tão cedo quanto possível, de carregamentos de risco elevado.

Objetivo Específico 13. Prevenir o desvio de precursores e pré-precursores de drogas ilícitas e de outras substâncias químicas associadas ao seu fabrico, importadas para a União Europeia

Ação 50. Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, e o comércio e a indústria, em matéria de produção, comercialização, importação, exportação e licenciamento de precursores. (novo)

- Nada a reportar.

Ação 51. Intensificação do controlo e da fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros, ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação.

- Participação na reunião plenária Grupo Pompidou do Conselho da Europa – Precursores: 1 participante.
- Participação em 2 Reuniões do Comité de Precursores de Droga.

Objetivo Específico 14. Reforçar a cooperação e a coordenação com os organismos e agências internacionais e europeias competentes.

Ação 52. Aumento da capacidade de partilha de informação no âmbito estratégico e operacional.

A **PJ**, no quadro do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e seus precursores, participou em diversas reuniões e conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos, nomeadamente nos seguintes:

- Prioridades EMPACT da União Europeia (prioridade *Cocaine, Heroine and Cannabis* e prioridade *Synthetic Drugs and NPS*): 6 participações;
- 4th Annual meeting of the expert working group on General Aviation (on-line) – 1 participação;
- 35th Annual Meeting of the Co-operation Group of Drug Control Services at European Airports (on-line): 1 participação;
- “13th Annual Meeting of the International Network on the Control of Precursors’ Diversion (on-line): 1 participação;
- 7th Annual Meeting of the Expert Group on Drugs Online” do Grupo Pompidou (on-line): 1 participação;
- ONU-UNODC 63^a Sessão da Comissão de Estupefacientes: 1 participação;
- Reunião extraordinária da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas: 1 participação.
- HONLEA - América Latina e Caraíbas: 1 participação;
- HONLEA - Europa: 1 participação;
- *Steering Committee Seaport Cooperation Project* - Projeto SEACOP: 1 participação;

Em 2020, a **PJ/UNCTE** tramitou **355** registos respeitantes a trocas de informação através do MAOC-N, **419** através Unidade Nacional Europol (UNE), **151** através do Gabinete Nacional Interpol, **42** através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira e **233** via Oficiais de Ligação acreditados em Portugal.

- No quadro do **MAOC-N**, a **PJ** participou ainda em 73 reuniões operacionais e de coordenação.

Objetivo Específico 15. Reforçar a cooperação judiciária no âmbito europeu.

Ação 53. Manutenção e reforço da comunicação e articulação com a Eurojust.

- A **PGR** reportou a apresentação de 11 pedidos à Eurojust/Gabinete Português para a intervenção de autoridades portuguesas.

Ação 54. Intensificação dos mecanismos de comunicação direta com os pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia.

- A **PGR** reportou que no DIAP de Lisboa foram realizados 3 contactos diretos com pontos de contacto da RJE.

Ação 55. Desenvolvimento de projeto de coordenação com as autoridades de Espanha, designadamente com a Fiscalía Especial Antidroga. (novo)

- Vêm sendo mantidos contactos regulares entre o **DCIAP** (equipa que investiga tráfico de estupefacientes) e a 1ª Secção do DIAP de Lisboa com a Fiscalía Especial Antidroga de Madrid para coordenação de investigações e troca de informações entre os dois países no âmbito da intervenção de ambos na RFAI (*Rede de Fiscales Antidroga da IberoAmérica*).

Objetivo Específico 16. Incrementar a cooperação entre os serviços de informações e outras entidades nacionais, tendo em vista a referenciação de vetores de ameaça a montante a jusante da investigação criminal.

Ação 56. Incremento da capacidade de produção e partilha de informações de âmbito estratégico e operacional que permitam referenciar vetores de ameaça e caracterizar cabalmente o fenómeno do tráfico de drogas ilícitas e fenómenos associados.

- Os **Serviços de Informações** reportaram que se manteve a produção e a partilha de informações sobre vetores de ameaça e sobre o tráfico de estupefacientes e que pese embora as dinâmicas de cooperação tenham sido condicionadas pelas medidas de contenção da Covid-19 considera-se que este objetivo foi parcialmente alcançado.

Objetivo Específico 17. Avaliar a capacidade das redes de tráfico de drogas ilícitas se consolidarem como vetores de outras atividades criminosas e/ou no quadro do apoio ao terrorismo.

Ação 57. Reforço dos mecanismos de recolha e análise tendo em vista a identificação de outras áreas de atuação das redes de tráfico ilícito de drogas.

Não obstante os condicionalismos decorrentes da situação pandémica, no decurso de 2020 a **PJ**, através da **Unidade Nacional Contra Terrorismo (UMCT)** continuou a marcar presença em reuniões de diversos grupos de trabalho de cariz internacional que decorreram em formato online. A temática do financiamento de terrorismo é considerada não só pela União Europeia, mas igualmente pela ONU, como uma das prioridades no contexto da Estratégia de Combate ao Terrorismo, pelo que continua a ser objeto de assídua discussão em diversos fóruns internacionais, a saber:

- Reunião em formato online do Comité Diretor Contra Terrorismo (CD-CT) do Conselho da Europa realizada em novembro 2020;
- Reuniões do Grupo de Trabalho de Terrorismo (GTT) do Conselho da EU, a esmagadora maioria das quais realizadas em formato online;
- Reuniões conjuntas do GTT/COTER, do Conselho da UE, a esmagadora maioria das quais realizadas em formato online.

Os **Serviços de Informações** prosseguem continuamente a avaliação das ligações entre o tráfico de droga e outros ilícitos criminais, nomeadamente atividades de apoio ao terrorismo, de modo próprio e em articulação com os seus congéneres. Houve um reforço não quantificável da capacidade de análise e produção de informações sobre estas matérias, pelo que consideram o objetivo alcançado.

Objetivo Específico 18. Aumentar a atividade de prevenção na área da criminalidade associada a droga, mormente no branqueamento de capitais.

Ação 58. Manutenção e reforço dos mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes.

Em 2020 a **PJ**, através da UIF, prestou informação em 22 casos a solicitações relativas ao levantamento de informação patrimonial e de rendimentos necessária a investigações que envolviam o crime de branqueamento tendo como subjacente o tráfico de estupefacientes.

Ainda no período em análise foram enviados 20 relatórios resultantes da análise das comunicações suspeitas recebidas na UIF e que indicaram o tráfico de estupefacientes como crime subjacente.

O Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), criado na dependência da Polícia Judiciária, desenvolveu **28 investigações patrimoniais e financeiras** visando ativos suspeitos de serem ocasionados por crimes no âmbito do **tráfico de estupefacientes**. Respondeu a **15** pedidos internacionais no âmbito do mesmo tipo de crime e intermediou, dirigindo-os a congéneres, **8** pedidos, que no foram endereçados pela investigação

A **PSP** manteve e reforçou os mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar, no plano financeiro e patrimonial, as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes, tendo apresentado 5 pedidos de intervenção do GRA.

Ação 59. Reforço das ações visando detetar cash flows de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da EU, incluindo o controlo de movimento de dinheiro líquido na fronteira.

- A **UIF/PJ**, no âmbito das suas competências em matéria de prevenção do BC/FT, recebe da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira), informação relativa às declarações de transporte de dinheiro líquido nas fronteiras. No ano de 2020 recebeu informação relativa a 413 declarações.
- A **AT** reportou o seguinte:
 - Declarações = 255;
 - Decl. Oficiosas = 13;
 - Total = 51.696.743€;
 - Total Dec. Of.= 783.453€;
 - Relatório de avaliação da ameaça =1.

Ação 60. Recolha e análise de informação, que permita a referenciação de ligações transnacionais e a caracterização dos métodos de colocação, circulação e integração de capitais dos fundos provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes.

- O ano de 2020, em resultado das restrições a deslocações e resguardo de contactos, foi um ano árido em iniciativas participadas pelo GRA, havendo apenas a assinalar, no âmbito **EUROPOL**, a reunião SOCTA, em março, e o webinar da rede Carin em novembro.
- Os **Serviços de Informações** mantiveram o trabalho de pesquisa e análise prosseguido neste âmbito, nomeadamente com referência às dinâmicas transnacionais, num esforço traduzido num número não quantificável de processos de troca documental e relatórios de informações, considerando os objetivos alcançados.

Objetivo Específico 19. Aumentar a formação e o conhecimento para os serviços de aplicação da lei.

Ação 61. Desenvolvimento e reforço do n.º de ações de formação e número de formandos, diversificando o seu objeto.

- Em 2020, a **PJ**, através do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC), desenvolveu 9 ações de formação para 147 formandos.
- A **PSP** desenvolveu as seguintes ações de formação:
 - Curso de Investigação Criminal – 1 ação – **32** formandos;
 - Curso de Análise de informações criminais – 1 ação - **12** formandos;
 - Curso de Atualização de Análise de informações criminais – 1 ação - **13** formandos.

Objetivo Específico 20. Prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas, em Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos PARCAD 2020.

Ação 62. Aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos

A **DGRSP** realizou um número total não quantificado de buscas e revistas. Em 128 dessas buscas a celas, em 199 revistas a reclusos e em 45 intervenções do GOC (realizadas no interior dos estabelecimentos prisionais) foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe – 4.517,25gr;
- Heroína – 306,69gr;
- Cocaína – 39,27gr.

Ação 63. Aumento da atividade de detecção de substâncias ilícitas, intensificando o controlo à entrada das visitas de reclusos, com intervenção de meios cinotécnicos.

A **DGRSP** realizou, nas portarias dos Estabelecimentos Prisionais, um número não quantificado de controlos aos visitantes. Em 11 desses controlos, foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe – 74,58gr;
- Heroína – 84,15gr;
- Cocaína – 1,42gr.

Ação 64. Realização de revistas aos reclusos que regressam de saídas jurisdicionais ou de licenças de curta duração, bem como revistas aos jovens internados nos termos previstos na lei.

A **DGRSP** realizou um número não quantificado de revistas a reclusos na portaria sendo que em 7 delas foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe – 216,96gr;
- Heroína – 0gr;
- Cocaína – 0gr.

2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes e jogo

O acesso dos consumidores ao mercado de substâncias lícitas, designadamente do álcool, carece de regulação inequívoca e de fiscalização forte, para que o seu uso seja feito de forma segura.

Para as bebidas alcoólicas, as medidas legislativas, regulatórias, de autorregulação dos operadores económicos e de aplicação da lei, medidas de natureza fiscal e de proibição ou limitação da produção, colocação no mercado, publicidade e uso, são recursos que o Estado pode acionar em prol defesa da saúde pública e individual dos consumidores, em particular dos mais jovens.

A par da diminuição da disponibilidade e do acesso às **substâncias ilícitas** tradicionais e às **novas substâncias psicoativas**, a **regulação e regulamentação do mercado** das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva **fiscalização** e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da *Internet*, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.

Os resultados dos estudos para esta área, em população jovem, nomeadamente os resultados do ECATD-CAD/2019 não divergem muito das principais conclusões do estudo anterior (implementado em 2015) e vão ao encontro das conclusões da maior parte dos estudos que recentemente têm sido realizados a nível nacional ou regional junto de populações jovens. Entre os alunos que participaram no presente estudo, o álcool é a principal substância psicoativa consumida, seguindo-se, num segundo plano, o tabaco. Com uma expressão bem menor, encontram-se o consumo de determinados medicamentos e o consumo de substâncias ilícitas. É de assinalar que

1 em cada 10 alunos consumiu, no último ano, bebidas alcoólicas, tabaco e drogas ilícitas.

Também a 5ª edição do inquérito nacional aos jovens de 18 anos, participantes no Dia da Defesa Nacional, vem, de uma forma geral, consolidar as conclusões dos inquéritos das edições anteriores. Entre 2015 e 2019 os consumos mais frequentes de bebidas alcoólicas têm-se mantido razoavelmente estáveis. Contudo, a prevalência de consumo *binge* e de embriaguez severa tem vindo a aumentar.

No que se refere a medicamentos, de acordo com os dados do mesmo inquérito, 7 em cada 100 jovens já tomaram tranquilizantes/sedativos sem receita médica pelo menos uma vez na vida e 5 em cada 100 nos últimos 12 meses, sendo a prevalência um pouco superior entre as raparigas. A frequência de consumo é principalmente ocasional (três quartos dos consumidores tomaram estes medicamentos em menos de 10 ocasiões no ano).

Quanto à internet, em 2015 e 2019 a prevalência de utilização de redes sociais, nomeadamente em 6 horas ou mais por dia é semelhante. Esta estabilidade é verificada em diferentes segmentos populacionais (em função do género, nível de escolaridade e situação face ao trabalho) no que diz respeito à utilização de redes sociais em geral, mas, no que toca à utilização mais intensiva, é de destacar o incremento na sua utilização entre as raparigas, jovens com menor escolaridade (até 9º ano) e que já não estudam. Por sua vez, a prevalência de jogo *online* parece estar, paulatinamente, a aumentar, aparentemente mais quanto ao jogo sem ser de apostas. Com uma ou outra exceção, este incremento é mais acentuado entre os rapazes e menos acentuado nos estudantes universitários.

Objetivo Geral 3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo.

As ações deste objetivo geral concorrem para o alcance da Meta 1 do PNRCAD:

Meta 1.

Reduzir a facilidade percebida de acesso (se desejado) nos mercados.

2.1. Álcool

Objetivo Específico 21. Garantir que a disponibilização, venda, acesso e consumo de álcool no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo, através da educação, de regulação, regulamentação e fiscalização adequadas.

117

Ação 65. Estudo e elaboração de proposta no âmbito da política de preços.

Ação 66. Análise da regulamentação existente sobre comunicação comercial e marketing das bebidas alcoólicas; Ação 67. Elaboração de proposta de regulação do acesso e das práticas de promoção de consumo de risco (ex. Happy hour); Ação 69. Estudo das práticas de distribuição/comercialização e acesso de bebidas alcoólicas e implementação de regras de oferta responsável; Ação 70.A. Investigação e diagnóstico (levantamento das práticas e de ação) do consumo de álcool não registado.

Para as Ações 65, 66, 67, 69 e 70.A não foram reportadas atividades.

Ação 68. Monitorização dos mecanismos atuais existentes relativos à fiscalização relativa às regras de publicidade.

Conforme reportado pela **Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** em 2020 procedeu-se à alteração da lei da televisão e dos serviços audiovisuais a pedido, a Lei n.º 74/2020 de 19 de novembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, alterando a Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, que

aprova a Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido, e a Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, relativa ao fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais. Passou a competir à ERC incentivar a adoção de mecanismos de correção, autorregulação e cooperação junto dos operadores de televisão, serviços audiovisuais a pedido, e fornecedores de plataformas de serviços de partilha de vídeos, que visem, entre outros, reduzir a exposição das crianças e jovens a comunicações comerciais audiovisuais relativos a tabaco, bebidas alcoólicas ou outras substâncias estimulantes [artigo 6.º, n.º 4, al. a)]. Foram adotadas novas regras específicas para as plataformas de partilha de vídeos relativas à proteção dos consumidores das comunicações comerciais audiovisuais, que devem ser facilmente reconhecíveis como tal, e que, quando respeitem a bebidas alcoólicas, não tenham como público-alvo específico as crianças e jovens e não incentivem o respetivo consumo imoderado, devendo adotar medidas adequadas para a estes fins.

- No início de 2021, a ERC decidiu realizar um estudo sobre o panorama nacional dos fornecedores de partilha de vídeo e serviços audiovisuais a pedido, rastrear as mensagens comerciais que possam violar o disposto nos articulados sobre bebidas alcoólicas, e promover acordos de correção sobre o conteúdo e exposição a mensagens comerciais, patrocínio, colocação de produto ou ajudas à produção, que tenham como objeto bebidas alcoólicas;
- A ERC publicou recentemente o "Guia para fiscalização dos serviços audiovisuais a pedido", que estabelece os requisitos legais pelos quais os serviços audiovisuais a pedido se devem reger. Pretende-se com este instrumento que os requisitos legais relativos à publicidade sejam abordados de forma mais sucinta, uma vez que a ERC divide esta competência com demais organismos, nomeadamente a Direção Geral do Consumidor em questões relacionadas com a publicidade de bebidas alcoólicas, tabaco e alimentos/bebidas nocivos para o bom desenvolvimento dos menores.

Ação 70. Monitorização da aplicação da regulamentação existente.

**Monitorização/vigilância da comercialização e avaliação dos resultados obtidos, quanto ao acompanhamento da implementação dos diplomas legais que alteram o enquadramento do álcool quer no plano do consumo e acessibilidade quer no plano do Código da Estrada, respetivo estudo de impacto e audição de parceiros.*

O Decreto-Lei n.º 50/2013 de 1 de abril, (*Regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público*) na sua redação atual, estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público. A fiscalização do seu cumprimento é da competência da **ASAE**, da **GNR** e da **PSP**. A instrução dos processos compete à ASAE, a quem as demais entidades fiscalizadoras remetem os respetivos autos e demais elementos, designadamente probatórios. Compete ao Inspetor-Geral da ASAE a aplicação das coimas e das sanções acessórias.

No que se refere à **ASAE**, durante o ano de 2020, no decurso das suas ações de fiscalização, as quais incidiram nos operadores de restauração e bebidas, nos festivais de verão, no retalho, entre outros, procedeu à instauração de processos de contraordenação, tendo verificado como infrações mais frequentes:

- Facultar, vender ou colocar à disposição bebidas alcoólicas, em locais públicos, a menores: 3.
- Falta de afixação de aviso de forma visível com a menção das proibições: 28.

Durante o ano de 2020 procedeu-se à tomada de decisão relativamente a **315 processos contraordenacionais** por incumprimento do disposto neste Decreto-Lei, **face a infrações associadas à afixação de avisos**, e a (2) **77 processos contraordenacionais por incumprimento das restrições à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas**.

O **Plano Nacional de Colheita de Amostras (PNCA)**, vem dar cumprimento, em termos de controlo oficial, ao estabelecido atualmente no Regulamento (EU) n.º 2017/625 de 15 de março. Este Plano tem como objetivo assegurar e verificar que os géneros alimentícios colocados no mercado não põem em risco a segurança e saúde humana, bem como assegurar os interesses do consumidor ao nível da correta e adequada informação de rotulagem e práticas fraudulentas, dando cumprimento às alíneas e) e f), do artigo 2.º da Portaria n.º 35/2013, de 30 de janeiro. A gestão integral do PNCA, cabe por à ASAE, sendo a Divisão de Riscos Alimentares a respetiva unidade de coordenação.

No sentido de garantir o cumprimento dos seus objetivos, o PNCA assegura a monitorização e controlo nas seguintes vertentes:

- Vertente de controlo da segurança dos géneros alimentícios (risco) – análise da conformidade dos géneros alimentícios, face ao que está estipulado nas legislações Comunitária e Nacional, em termos microbiológicos e químicos;
- Vertente de controlo da informação ao consumidor (requisitos específicos) – verificação, através de análises laboratoriais, da veracidade da informação disponibilizada ao consumidor presente na rotulagem dos géneros alimentícios e verificação do cumprimento dos requisitos legais específicos relativos a determinados géneros alimentícios.

No âmbito do PNCA em 2020, foram colhidas e analisadas 116 amostras pertencentes ao grupo das bebidas alcoólicas. Após exame pericial, constataram-se 16 não conformidades. Destas, 15 amostras apresentavam falta de requisitos específicos e em 1 concluiu tratar-se de falsificação. As principais causas das não conformidades detetadas, ao nível dos requisitos legais específicos, estavam relacionadas com o não cumprimento dos requisitos analíticos legais, erros e omissões na rotulagem correlacionados com os parâmetros analíticos e análise sensorial defeituosa.

Em 2020 a **PSP** fiscalizou 9357 estabelecimentos, tendo detetado 2380 infrações:

- Infrações ao art.º 4.º (afixação de avisos) - 80
- Infrações ao art.º 3.º - 406
- Infrações ao art.º 3.º n.º 1 a) (Facultar, vender ou colocar à disposição em locais públicos, bebidas alcoólicas a menores) - 21
- Infrações ao art.º 3.º n.º 1 c) - 5
- Infrações ao art.º 3.º n.º 4 a) a d) - 15
- Notificação de intoxicações alcoólicas por parte de menores – 14

Em resultado da situação de pandemia, a política fiscal adotada pelo governo, consubstanciada na Lei n.º 75-B/2020 (Lei do OE/2021), foi no sentido de não alterar as taxas do imposto sobre as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes, pelo que, por via deste imposto, não ocorreram alterações nos preços dos produtos em causa. Em virtude da presente situação de pandemia foram significativamente reduzidas as ações de fiscalização externas. Contudo, foram efetuadas pela Autoridade Tributária (AT) 45 ações de fiscalização, enquadráveis no presente plano de ação, que tiveram como objetivo controlar o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos operadores económicos, relativamente às bebidas alcoólicas introduzidas no consumo, isto é, existentes no mercado. Estes controlos detetaram as seguintes situações:

- Introduções irregulares no consumo, de bebidas alcoólicas, sem registo na contabilidade de existências, nem apresentação de e-DIC, e consequente falta do pagamento de IEC;
- Liquidação e pagamento de IEC em valor inferior ao devido;
- Produção e detenção de bebidas alcoólicas, fora do regime suspensivo, sem liquidação do IEC;
- Detenção e comercialização, em estabelecimentos comerciais, de bebidas espirituosas produzidas fora de EF, sem rótulos e sem a estampilha especial em vigor;
- Incumprimento das formalidades e obrigações declarativas na entrada de bebidas alcoólicas em PT, provenientes de outros Estados Membros.

Em 2020 realizaram-se as seguintes iniciativas promovidas pelo **Turismo de Portugal, IP**:

- Ações de sensibilização para os riscos do consumo de álcool nas nossas escolas, abrangendo em 6 escolas, cerca de 600 alunos
- Ações de esclarecimento sobre CAD em 3 escolas para 500 alunos

Foram também criados grupos de tratamento da dependência do tabaco e do álcool de onde referimos as seguintes ações:

- Ações de formação: "Manobra de reanimação em situações de coma alcoólico"; "Comportamentos de risco"; "Consumo de substâncias ilícitas"; "Gerir as Emoções"; "Tabagismo e álcool";
- Sinalização de crianças e jovens em risco;
- Realização de um *workshop* "Comportamentos aditivos e dependências - prevenção de riscos em contexto escolar"
- Orientação relativamente a procedimentos sobre o serviço e venda responsável de álcool para minimizar o risco de problemas ligados ao álcool como um resultado do consumo de álcool inadequado ou excessivo, nos cursos de formação profissional: - Técnico/a de Cozinha/Pastelaria; Técnico/a de Pastelaria/Padaria; Técnico/a de Restaurante/Bar; Gestão e Produção de cozinha; Gestão de Restauração e Bebidas.
- Em 2020 estas ações abrangeram cerca de 2800 alunos.

Contexto Rodoviário (Código da Estrada) - fiscalização de condutores:

- Para o ano de 2020, a PSP reportou:
 - N.º de operações de fiscalização de trânsito realizadas: 23.743.
 - N.º de Condutores fiscalizados: 1.215.432.
 - N.º de condutores fiscalizados no âmbito do controlo de álcool: 262.165
 - N.º de infrações registadas por condução sob influência do álcool:

≥0,5 e <1,2 g/l: 3.989	≥ 1,2 g/L: 5.028	Total: 9.017
------------------------	------------------	--------------
 - N.º de condutores fiscalizados no âmbito do controlo das substâncias psicotrópicas: 596.
 - Número de testes positivos por condução sob Influência de substâncias Psicotrópicas: 16.

2.2. Medicamentos e Anabolizantes

Objetivo Específico 22 (OE22): Contribuir para o uso racional dos medicamentos e anabolizantes em articulação com as entidades responsáveis.

Ação 71. Monitorização da regulação a nível das atividades do desporto de recreação; Ação 72. Análise do mercado relativo ao consumo de substâncias no âmbito da performance física e atividade desportiva recreativa-com vista à apresentação de proposta de reforço da legislação existente na regulação da comercialização destas substâncias, nomeadamente dos agentes anabolizantes; Ação 73. Monitorização da Diretiva dos falsificados.

Para as Ações 71., 72., e 73. não foram reportadas atividades.

Ação 74 Ação integrada de fiscalização.

A **Autoridade Tributária (AT)** reportou as seguintes ações realizadas no âmbito do uso racional dos medicamentos e anabolizantes:

- Operação PANGEA XIII - Medicamentos e dispositivos médicos falsificados/contrafeitos (Interpol/OMA);
- Operação SHIELD - Medicamentos falsificados/contrafeitos e "doping substances", incluindo uma TEA (Target Enforcement Action) direcionada para os medicamentos oncológicos e produtos hormonais (Europol/OLAF);
- Operação STOP – Medicamentos, incluindo suplementos alimentares, dispositivos médicos (DP) e equipamentos proteção individual (EPI), no âmbito do Covid19 (OMA).

2.3 Jogo

Objetivo Geral 4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo

Através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas, pretendem-se identificar os diferentes cenários de atuação e recolha de dados ilustrativos desta problemática e aprofundar o estudo das questões relacionadas com a comercialização deste tipo de produtos e conseguir suporte técnico e científico para a elaboração de propostas de regulamentação a desenvolver.

O cumprimento das ações deste objetivo, concorrem para a Meta 5.

Meta 5.

Diminuir as prevalências de jogo de risco e dependência

122

Objetivo Específico 23 “proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo, através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas”

Ação 75. Fiscalização e controlo do jogo profissional; Ação 76. Estudo/monitorização do jogo online; Ação 77 “revisão da regulamentação existente sobre Acessibilidade e Marketing dos jogos e elaboração de proposta de implementação da fiscalização adequada; Ação 78. Trabalhar os dados fornecidos por Grupo de Trabalho existente, em termos de oferta, em articulação com o grupo semelhante a nível da procura.

Para as ações 75, 76, 77 e 78 não foram reportadas atividades.

Áreas Transversais

Dando continuidade à estratégia preconizada nos últimos anos, a Informação e Investigação, a Formação e Comunicação, a Cooperação Internacional e a Qualidade, enquanto temas transversais aos domínios da Redução da Procura e da Oferta, garantem a produção e disseminação de conhecimento, capacitando os agentes envolvidos:

- Decisores
- Profissionais
- Cidadãos.

O objetivo geral de áreas transversais do Plano tem igualmente um contributo pulverizado para o alcance das diferentes metas previstas no PNRCAD.

Objetivo Geral 5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.

123

INFORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

QUALIDADE

1. Informação e Investigação

A área da Informação e Investigação compreende a produção de conhecimento científico, que permita a evolução qualitativa e a adequação efetiva das intervenções, bem como o apoio à decisão.

Objetivo Geral 5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação.

Objetivo Específico 24. Investir na recolha normalizada de dados e no desenvolvimento de indicadores cientificamente comprovados a nível europeu e internacional, que sejam relevantes para as políticas adotadas.

Ação 79. Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da procura, relativos a:

- Indicadores sobre o consumo de substâncias psicoativas e práticas de jogo;
- Indicadores sobre os problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo;
- Indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da procura

Em 2020 foram realizados vários estudos e disponibilizada informação relativa a vários indicadores sobre **prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas e de práticas de jogo** em diferentes populações (**etapas do ciclo de vida e contextos**) (ação 79.a).

- Destacam-se em 2020, sem prejuízo de outros estudos desenvolvidos, a disponibilização de informação relativa a **estudos na população geral e em populações jovens** (em diferentes contextos), que têm permitido o reporte de indicadores comparáveis a nível nacional, europeu e internacional, não só relativos a prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas (incluindo drogas ilícitas, NSP, álcool, medicamentos e tabaco), práticas de jogo e uso da internet, como também a problemas relacionados com estes comportamentos (ver ações 85, 86, 88 e 89).

Quanto a indicadores sobre os **problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo** (ação 79.b), para além dos provenientes dos **estudos** realizados, em 2020 deu-se continuidade à implementação de diversas medidas relacionadas com o ajustamento e a reestruturação dos **sistemas de informação** existentes, de forma a otimizar a recolha normalizada de dados no âmbito dos sistemas de informação de rotina dos Serviços com responsabilidades nestas áreas, em particular dos que integram o *Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências*.

A este respeito é de assinalar em 2020, a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo **SICAD** e as **ARS, IP (DICAD/UIIL)** no âmbito do SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar) e, pelo SICAD e as CDT, no âmbito do SGIP (Sistema de Gestão e Informação Processual), sem prejuízo do realizado a nível da melhoria da qualidade da monitorização das intervenções em outras áreas (ver ação 82).

- Ao nível do SIM, em 2020, mantiveram-se os trabalhos de incremento dos registos e da sua qualidade, nomeadamente na área da reinserção, dos campos fundamentais das Fichas Base dos novos utentes e no âmbito dos questionários de rastreio de comportamentos aditivos (AUDIT, ASSIST e SOGS). É de destacar em 2020 a integração entre o SIM e o sistema informático SCLinico para disponibilização da referenciação de utentes com CAD pelos cuidados de saúde primários, contribuindo assim para a interoperabilidade e uniformização do registo clínico eletrónico pelas várias instituições de saúde (SICAD, ARS, IP e SPMS).
- Relativamente ao SGIP e em continuidade com o trabalho desenvolvido nos últimos anos, foram emitidas orientações técnicas para assegurar uma correta e harmoniosa utilização da base de dados, zelando pela uniformização dos registos e usabilidade do sistema, tendo ainda sido elaborados e disseminados manuais digitais de utilização do SGIP. Com vista à otimização dos dados e qualidade do reporte de informação foi intensificada a monitorização dos indicadores considerados fundamentais para o registo de informação no SGIP (SICAD e CDT).
- Por sua vez, para além do investimento na implementação de estudos e da melhoria dos sistemas de informação de rotina dos Serviços, tem havido um forte investimento na triangulação dos dados provenientes das diversas fontes que integram o **Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências**, e na elaboração de informação considerada relevante para as políticas em saúde.

No que respeita ao aumento da disponibilidade de **informação económica e financeira sobre as intervenções** (ação 79.c) nas áreas da prevenção, dissuasão, RRMD, Tratamento e Reinserção, é de assinalar em 2020, a entrada em produção do **Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS) no âmbito dos concursos PORI** (ação 84). Tal será uma mais-valia na disponibilização de indicadores normalizados para a avaliação financeira dos referidos projetos (**DGS, SICAD** e as **ARS, IP**).

A este respeito é de assinalar em 2020, a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo **SICAD** e as **ARS, IP (DICAD/UIIL)** no âmbito do SIM e SIMBA (Sistema de Informação Multidisciplinar - *Business Analytics*), e, pelo **SICAD e as CDT**, no âmbito do SGIP (Sistema de Gestão e Informação Processual), sem prejuízo do realizado a nível da melhoria da qualidade da monitorização das intervenções em outras áreas (ver ação 82).

- Ao nível do **SIM**, em 2020, apesar do contexto epidémico manteve-se o acompanhamento e a tendência de melhoramento dos **registos e da sua qualidade na área da reinserção**, 2) os registos nos campos fundamentais das **Fichas Base dos novos utentes** bem como a realização de teleconsultas ; 3) a continuação dos trabalhos de integração e testes de validação dos resultados obtidos na implementação dos questionários de rastreio de comportamentos aditivos (AUDIT, ASSIST e SOGS), mantendo-se a **promoção da interoperabilidade entre os sistemas SIM e os cuidados de saúde primários**, em SCLinico (SICAD, ARS, IP e SPMS).
- Em 2020 continuou a não ser realizado o reporte da **informação económica e financeira sobre as intervenções** (ação 79.c), nas áreas da prevenção, dissuasão, RRMD, Tratamento e Reinserção,
- Em 2020 prosseguiu-se com a consolidação dos processos da **operacionalização do SIPAFS no âmbito dos concursos do PORI**.

Ação 80. Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da oferta, relativos a:

- Indicadores sobre os mercados de drogas e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da oferta;
- Indicadores sobre os mercados de bebidas alcoólicas; e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta;
- Indicadores sobre os mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta.

Nos **mercados de drogas** (ação 80.a) e na sequência dos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores na criação de mecanismos e procedimentos de melhoria das práticas de registo e comunicação de dados, e em particular os desenvolvidos entre a **PJ, SICAD** e o **OEDT**, em 2020 deu-se continuidade à disponibilização dos indicadores de acordo com os atuais critérios europeus, permitindo assim a comparabilidade da informação no quadro europeu. É de assinalar em 2020, a avaliação muito positiva feita pelo OEDT sobre o *WB Drug Markets and Crime* nacional, decidindo partilhá-lo com os outros países como um bom exemplo.

- No entanto, manteve-se ao longo deste ciclo de ação a alteração nas práticas de registo e comunicação de dados a nível nacional ocorrida em meados de 2017 – a PSP deixou de reportar a informação nos moldes habituais à PJ, entidade que centraliza os dados nesta matéria -, com prejuízo na cobertura nacional da informação disponibilizada.
- É também de assinalar que, na sequência da estratégia de reforço da recolha de indicadores dos mercados das drogas através de estudos periódicos mais abrangentes, têm vindo a ser disponibilizados cada vez mais indicadores relativos à aquisição das drogas e perceções dos mercados.

Quanto ao reforço da recolha normalizada de indicadores e melhoria da comunicação de dados sobre os **mercados de bebidas alcoólicas** (ação 80.b), no contexto das estimativas construídas a nível nacional tem-se privilegiado a informação disponibilizada pelo INE, IP (Balança Alimentar Portuguesa) sobre as disponibilidades diárias *per capita* de álcool, tendo sido consideradas desde 2019 como as estimativas nacionais para efeitos de reporte internacional.

Ao nível dos indicadores sobre os **mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta** (ação 80.c), são de mencionar os Relatórios trimestrais e anuais sobre a atividade desenvolvida no contexto dos jogos de fortuna ou azar em casinos e em salas de bingos (jogos de base territorial) e no contexto de jogos de fortuna ou azar, de apostas desportivas à cota e de apostas hípicas, mútuas e à cota, quando praticados à distância (jogos e apostas *online*), elaborados pelo **SRIJ /Turismo de Portugal, IP**.

- Continua também a ser publicado anualmente o *Relatório & Contas* do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (**DJSCML**), com informação sobre a evolução económica e financeira dos Jogos Santa Casa, bem como análises relativas ao mercado de jogo a dinheiro português e ainda algum *benchmarking* internacional. O DJSCML efetua ainda estudos de mercado regulares sobre os hábitos de jogo a dinheiro da população adulta portuguesa (último em 2017), os quais, sob confidencialidade, têm sido partilhados com o SICAD.

Ação 81. Reforço e dinamização da Rede Nacional de Serviços Fonte de Dados no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências.

Em 2020 prosseguiu a articulação entre os **parceiros da rede nacional de serviços fonte de dados do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências**, quer no âmbito das atividades relacionadas com a melhoria das práticas de registo e dos sistemas de informação, quer da disponibilização de informação para fins nacionais, europeus e internacionais.

Objetivo Específico 25. Promover uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação das intervenções, baseada em meta-informação comum e em instrumentos próprios para o diagnóstico da situação, monitorização e avaliação de intervenções, e uma cultura de partilha dos resultados, por forma a promover a maior eficácia na sua utilização.

Ação 82. Desenvolvimento e implementação de modelos de acompanhamento que permitam conhecer os principais indicadores de produção, qualidade e resultados das intervenções, programas e projetos a nível local, regional e nacional.

Em 2020 deu-se continuidade à promoção de uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação, nomeadamente através da melhoria dos modelos de acompanhamento das intervenções.

Na área da **reinserção**, é de destacar a continuidade dos trabalhos na avaliação dos resultados atingidos com a intervenção desenvolvida pelas Unidades de Intervenção Local das ARS, IP /DICAD com base nos dados do SIM, a continuidade do investimento na monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção através da recolha e análise anual de uma série de indicadores relativos à intervenção desenvolvida no âmbito dos Planos Individuais de Inserção das pessoas com CAD, e a realização neste ciclo de ação de um projeto de investigação sobre o modelo de Mediação Social e Comunitária desenvolvido nas Unidades de Intervenção Local das ARS, IP /DICAD, do qual resultaram recomendações para esta área de intervenção (**SICAD, ARS, IP, FPCE-UC**).

No que se refere ao acompanhamento, monitorização e avaliação das respostas implementadas no âmbito do **PORI**, para além de diversas atividades de monitorização técnica e financeira, foram realizadas as avaliações intermédias e finais previstas para os períodos de execução dos projetos (**SICAD e ARS, IP**).

Ao nível regional, a **ARSLVT, IP/DICAD** deu continuidade à atualização da Base de dados *Prevensis* (início em 2015), a qual tem por objetivo a monitorização sistemática das atividades realizadas pelas equipas de prevenção.

Na área da **Dissuasão**, tal como nos anos anteriores, foi feita a monitorização anual do Modelo de Intervenção em Dissuasão, o qual tem vindo a ser objeto de avaliação desde que as Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão (LOID) foram disseminadas. Por outro lado, procurando otimizar a qualidade dos dados e a eficiência do registo da intervenção das CDT no SGIP foram monitorizados os registos de alguns indicadores, considerados campos fundamentais para um efetivo reporte e conhecimento das atividades desenvolvidas. Ao nível da execução das ações que não têm lugar a registo no SGIP, mas que se destacam pela dimensão e importância que ocupam na globalidade da intervenção das CDT, foi garantida a manutenção do sistema de monitorização semestral no decorrer do ano (**SICAD e CDT**).

Quanto ao SIM (**SICAD e ARS, IP**) em 2020, assistiu-se à continuação da tendência do incremento dos registos e da sua qualidade na área da Reinserção, resultado do investimento articulado entre o **SICAD e as ARS/DICAD/UIL**, e que permitiu otimizar a avaliação da intervenção realizada nesta área. Por outro lado, e como resultado dos trabalhos em 2019 no que se refere à integração e testes de validação dos resultados obtidos na implementação dos questionários de rastreio de comportamentos aditivos (AUDIT, ASSIST e SOGS), em 2020 pode evoluir de forma significativa a promoção da interoperabilidade entre os sistemas SIM e os cuidados de saúde primários, em SClínico (SICAD, ARS, IP e SPMS), sendo de mencionar para este efeito o papel da implementação de Projetos internacionais como o Deep Seas para a alavancagem destes processos

Ainda no ano de 2020, registaram-se avanços significativos no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação da Plataforma de Gestão das Entidades convencionadas, no âmbito do tratamento em Comunidade Terapêutica, fazendo prever que o início da sua utilização se possa dar em 2021.

Ação 83. Divulgação dos dados decorrentes da aplicação do modelo, aos parceiros, através de relatórios regulares.

No âmbito da Reinserção, foi elaborado em 2020 o **Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2019**, que permitiu evidenciar as principais necessidades identificadas junto dos cidadãos em acompanhamento e a respetiva capacidade de resposta dos serviços locais a estas necessidades. Foi também elaborado o **Relatório de Avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção**, focando-se no grau de disseminação da utilização dos Planos Individuais de Inserção (PII) de pessoas com CAD, na avaliação da eficácia e eficiência das intervenções desenvolvidas, bem como na avaliação da capacidade de resposta às necessidades identificadas no âmbito de um PII (**SICAD e ARS, IP**).

Em 2020 deu-se continuidade à divulgação de indicadores regionais e locais com regularidade mensal, trimestral, semestral e anual às UIL/DICAD/ ARS, IP, relativos ao **movimento clínico** e com base na monitorização feita no SIM, permitindo assim a monitorização da capacidade de resposta destas unidades, a identificação dos desvios e a potenciação da adaptação e flexibilidade das respostas (**SICAD e ARS, IP**).

No âmbito do **Programa Eu e os Outros** foi elaborado, em 2020, um relatório sobre os resultados obtidos a partir da sua implementação no decurso da vigência do PNRCAD 2013-2020.

Na sequência da monitorização da atividade desenvolvida pelas CDT e da intervenção por estas realizada no âmbito da operacionalização da *Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro*, foi elaborado o **Relatório de Monitorização Semestral** (procedimento mantido desde 2013), traduzindo uma análise aos principais resultados alcançados no decorrer do primeiro semestre de 2020.

A avaliação da intervenção, que viabiliza o incremento da eficácia e da qualidade das respostas, foi materializada no **Relatório de Monitorização do Modelo de Intervenção em Dissuasão**, que analisa os dados relativos à atividade desenvolvida pelas CDT no ano anterior. Foi também elaborado e divulgado o relatório **Indicadores-Chave 2019, SGIP**, resultado do reforço da monitorização dos indicadores considerados fundamentais no âmbito do SGIP (**SICAD e CDT**).

Por fim, refira-se que foi mantida a capacidade de reporte de dados, sob a forma de relatórios periódicos e outros documentos de suporte produzidos a nível de todas as áreas de intervenção, em resposta aos compromissos com diversas instâncias locais, regionais, nacionais, europeias e internacionais.

Apesar de a sua implementação continuar a manifestar limitações, em 2020 foi dada continuidade à monitorização da implementação do instrumento de gestão **Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD**.

No âmbito da Reinserção, foi produzido em 2020 o **Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2019**, que permitiu evidenciar as principais necessidades identificadas junto dos cidadãos em acompanhamento e a respetiva capacidade de resposta dos serviços locais a estas necessidades. Para além da monitorização das intervenções desenvolvidas no ano pelos serviços locais das ARS, IP, foram apresentados os indicadores de avaliação do *Modelo de Intervenção em Reinserção* (MIR), que permitem evidenciar tendências sobre a intervenção desenvolvida e aferir aspetos relevantes sobre a aplicação do modelo em vigor.

Em 2020 foi dada continuidade à divulgação de indicadores regionais e locais com regularidade mensal, trimestral, semestral e anual às **UIL/DICAD/ ARS, IP**, relativos ao movimento clínico e com base na monitorização feita no SIM, permitindo assim a monitorização da capacidade de resposta destas unidades, a identificação dos desvios e a potenciação da adaptação e flexibilidade das respostas.

Em 2020 foi mantida a capacidade de reporte de dados, sob a forma de relatórios periódicos e outros documentos de suporte produzidos a nível de todas as áreas de intervenção, em resposta aos compromissos com diversas instâncias locais, regionais, nacionais, europeias e internacionais.

Ação 84. Implementação de um sistema de contabilidade por projetos, programas e intervenções, a fim de fornecer indicadores para a sua avaliação financeira.

No que respeita ao **Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS)**, um sistema de candidaturas a concursos *online* que prevê a monitorização de projetos cofinanciados pelo Ministério da Saúde a Entidades Sociais e a disponibilização de indicadores normalizados para a avaliação financeira destes projetos, e na sequência do trabalho realizado em 2019, em 2020 finalizou-se a proposta conjunta de atualização da plataforma (**DGS, SICAD e as ARS, IP**), tendo sido iniciados os trabalhos junto dos especialistas informáticos no sentido da sua implementação.

A evolução registada a este nível em 2020 faz pressupor que possa haver condições no próximo ano para in iniciar a sua fase de testagem e posterior entrada plena em produção.

Objetivo Específico 26. Promover a investigação e potenciar o intercâmbio e transferência de conhecimentos, assegurando o reforço de sinergias e evitando duplicações de recursos humanos e financeiros.

Ação 85. Aumento do conhecimento sobre os CAD, através do reforço e desenvolvimento de:

- Estudos epidemiológicos / estudos de observação e vigilância sobre os CAD;
- Estudos sobre as motivações, representações e atitudes relativas aos consumos de SPA e práticas de jogo em populações consideradas prioritárias;
- Estudos sobre os efeitos sanitários do consumo de substâncias psicoativas.

Em 2020 foram desenvolvidos diversos estudos enquadrados nas linhas de investigação previstas nas alíneas a) e b) desta ação, dos quais apenas alguns se destacarão aqui, seja porque permitem a disponibilização de informação sobre indicadores chave fundamentais para o planeamento e avaliação das políticas a nível nacional e internacional, seja porque são desenvolvidos com regularidade ao longo dos anos e possibilitam a identificação de tendências, seja ainda porque foram considerados como prioritários no âmbito da avaliação do anterior ciclo estratégico ou já no decorrer do atual ciclo.

Alguns dos estudos concluídos em 2020:

- *Inquérito Nacional sobre Comportamentos aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2019* (SICAD, ARS, IP e MDN);
- *Inquérito Nacional sobre Comportamentos aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, Regiões, 2019* (SICAD, ARS, IP e MDN);
- *Estudo sobre o Consumo Problemático de Drogas – 2018* (SICAD)
- *Padrões de Consumo de Álcool associados a Acidentes de Trabalho em Portugal* (ACES Lisboa Central, ARS LVT, IP, IHMT, SICAD)
- *Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019 - ECATD-CAD, 2019* (SICAD, DGE, SRS dos Açores/ SRS da Madeira)
- *European School Survey Project on Alcohol and other Drugs, 2019 - ESPAD, 2019* (SICAD, OEDT)

Alguns dos estudos em curso em 2020:

- *O Consumo de Álcool e outras Drogas pela População Laboral* (SICAD e CICS. Nova /FCSH/UNL)

Importa mencionar que no contexto da aplicação das medidas de confinamento no âmbito da pandemia SARS-COV-2, entendeu-se ser importante a realização de estudos que contribuíssem para o conhecimento quanto a possíveis alterações no que toca a comportamentos aditivos, tendo em consideração um conjunto de fatores de influência e procurando-se identificar os motivos atribuídos pelos próprios quanto a possíveis alterações. Os principais resultados dos estudos implementados por via de inquéritos online entre março e junho, foram divulgados ainda no decorrer de 2020:

- *Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 – Internet e videojogos* (SICAD);
- *Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 – Álcool* (SICAD).

Por sua vez, quanto à produção ao nível das **ARS, IP (DICAD/UIL)** no âmbito dos estudos incluídos nas três alíneas desta ação, a maioria dos quais com cobertura loco-regional e relacionados com os utentes alvo das intervenções das UIL, destaca-se como informação reportada para 2020:

- *Psicopatologia e Comportamentos aditivos (estudo de doutoramento em curso)* (ARS Algarve, IP/ DICAD);

- Função paterna em dependência de substâncias em tratamento de manutenção opióide (estudo de doutoramento em curso) (ARS Algarve, IP/DICAD);
- Questionário de levantamento de necessidades de Respostas de Redução de Riscos e Minimização de Danos nos consumos de Álcool (ARSLVT, IP /DICAD);
- Construção e avaliação de um programa de capacitação para a autogestão das consequências da dependência de substâncias (ARSLVT, IP /DICAD);
- Estudo das atitudes dos profissionais de saúde portugueses face ao consumo de álcool (ARSLVT, IP /DICAD);
- Quais as necessidades de conforto emocional das pessoas com adição, internadas em unidade de desabilitação e evitar possível recaída (ARSLVT, IP /DICAD).

Ação 86. Fomento da investigação aplicada na área das novas substâncias psicoativas (área farmacológica e toxicológica).

- Deu-se continuidade ao protocolo de colaboração entre o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária (**LPC/PJ**), Faculdade de Ciências de Lisboa (**FCL**) e o Instituto Nacional de Medicina Legal (**INML,IP**), tendo como um dos produtos, a seguinte publicação em 2020: *Determination of Selected Cathinones in Blood by Solid-Phase Extraction and GC-MS. J. Anal. Toxicol.*, bkaa074; <https://doi.org/10.1093/jat/bkaa074>.
- O **LPC/PJ** acolheu um Estágio Curricular da Licenciatura em Ciências Forenses e Criminais sobre o tema "Identificação de NSP presentes em material apreendido em Portugal".
- No ano de 2020 foram identificadas pela primeira vez, em Portugal, 3 NSP (**LPC/PJ**).

Ação 87. Produção de conhecimento sobre o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação, enquanto facilitadoras de práticas ilícitas, nomeadamente, comercialização, tráfico e distribuição de drogas (inclusive de novas substâncias psicoativas sob controlo) e oferta de jogo ilegal nomeadamente dos mercados em online, nas práticas ilícitas nestas áreas.

A **PJ** no âmbito das suas competências continua muito atenta relativamente a esta problemática, participando em diversos *fora* e grupos de trabalho nacionais e internacionais, designadamente na **European Cybercrime Task-Force**, um grupo de especialistas representantes da Europol, Eurojust e Comissão Europeia, que trabalham com os responsáveis das unidades de cibercrime dos vários Estados Membros da União Europeia com vista ao desenvolvimento de ações de investigação coordenadas de combate ao cibercrime e problemas causados pelo uso da cibertecnologia na prática de crimes.

Para além do anteriormente referido, importa igualmente mencionar que em 2020, à semelhança de anos anteriores, a PJ continuou a investir na capacitação dos seus profissionais assim como na aquisição de meios tecnológicos para combater eficazmente este tipo de criminalidade.

Em termos operacionais, no ano de 2020 foram desenvolvidas múltiplas investigações criminais direcionadas para a identificação de indivíduos e grupos criminosos envolvidos na venda de substâncias psicoativas através de mercados *online*, parte delas em cooperação com as autoridades policiais de outros países e com o apoio da Europol.

Ação 88. Desenvolvimento de estudos sobre a avaliação de políticas e intervenções, designadamente:

- Estudos de avaliação dos dispositivos de intervenção;
 - Estudos de avaliação de políticas.
- Em 2020 deu-se continuidade ao projeto de investigação **A Intervenção em Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências - Processos e resultados da aplicação do modelo de mediação social e comunitária (SICAD, ARS, IP (DICAD), FPCE/UC)**. Prevê-se para 2021 a disseminação dos resultados desta investigação, com a realização de um seminário e a publicação do relatório final.
 - Na área da dissuasão, pelo segundo ano consecutivo foi desenvolvida uma avaliação sobre o alcance da operacionalização da Lei, com o foco nas reincidências ocorridas no ano sobre os processos instaurados em 2019, a qual se materializou no documento **Observância da Lei- Análise às Reincidências de 2019 (SICAD e CDT)**.
 - Em 2020 foi concluído o estudo **Illicit Drug Policies and Social Outcomes: a Cross-country Analysis** no âmbito da **ERANID**, com o objetivo de medir o impacto na sociedade dos diferentes enquadramentos legais sobre drogas (participação portuguesa: **CPBS/UCP**).
 - É ainda de assinalar que, para além dos estudos específicos sobre a avaliação de políticas e intervenções, foi uma orientação estratégica neste ciclo de ação aprofundar o conhecimento sobre algumas temáticas no âmbito de estudos periódicos promovidos/realizados pelo SICAD, nomeadamente sobre a opinião/avaliação de determinadas medidas políticas em CAD por parte das populações.

Ação 89. Reforço da dinamização científica e da abertura internacional da investigação nacional, através de:

- Organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD;
- Disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional;
- Alargamento e dinamização de uma Rede Nacional de Investigadores em CAD.
- Participação em projetos de investigação internacionais.

No que respeita à **organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD (ação 89.a)**, em 2020, alguns dos Encontros, Congressos, Seminários previstos a propósito de temas relacionados com CAD não foram realizados devido à pandemia sanitária, embora outros tenham sido realizados via plataformas digitais (ver ação 101).

Quanto à **disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional (ação 89.b)**, em relação ao indicador previsto – construção de uma base de dados com informação sobre projetos de investigação realizados e em curso nestas áreas –, em 2020 foi atualizada a base de dados com a compilação da investigação científica em comportamentos aditivos relativa aos anos de 2013 a 2020 (SICAD). A listagem está disponível no site do SICAD e contempla artigos, relatórios científicos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e teses de licenciatura, contando já com 765 títulos.

Relativamente ao **alargamento e dinamização de uma Rede Nacional de Investigadores de CAD (ação 89.c)**, é de mencionar o incremento da dinamização da rede nacional de investigadores na área das substâncias psicoativas e CAD, com 10 novos investigadores a integrarem a rede em 2020 (um total de 147 investigadores).

Ao longo de 2020 foi assegurada a partilha regular de informação e de conhecimento (encontros científicos, estudos, concursos, oportunidades de financiamento, etc.) entre os membros desta Rede.

A **participação em projetos de investigação internacionais** (ação 89.d) está estreitamente relacionada com a ação anterior, na perspetiva da dinamização da Rede Nacional de Investigadores com a participação ativa em redes de investigação europeias e internacionais.

- Em 2020, no âmbito do projeto *European Research Area Network on Illicit Drugs (ERANID)*, foram concluídos os 2 projetos com a participação de investigadores portugueses da Faculdade de Psicologia, Universidade do Porto, e da Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa: **The D.U.R.E.S.S. project - Drug Use Recovery, Environment and Social Subjectivity** e **Illicit drug policies and social outcomes: a cross-country analysis**.
- No âmbito do **European School Survey Project on Alcohol and other Drugs (ESPAD)**, no qual o SICAD assegura a participação portuguesa, foram divulgados os resultados do ESPAD/2020 (OEDT).
- Também prosseguiram os trabalhos ao nível do **Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs** (MedSPAD/Grupo Pompidou/Conselho da Europa), que integra os países da bacia do Mediterrâneo e visa o intercâmbio de experiências e a transferência do conhecimento entre os países da Rede MedNET que realizam o ESPAD (o SICAD assegura a participação portuguesa).
- No âmbito do projeto **SCORE (Sewage Analysis Core Group Europe)** manteve-se a participação do INMLCF, IP e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FF/UL) na monitorização do consumo de drogas ilícitas através da análise de águas residuais de acordo com protocolo normalizado, tendo sido realizadas análises em maio, na fase final do desconfinamento, e em julho, um mês após o desconfinamento.
- No quadro da cooperação com os PALOP e no âmbito do projeto **POPMISA – População Materno-Infantil Sem Álcool**, promovido pela organização não governamental HELPO, em colaboração com o SICAD, a Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação da Universidade do Porto, e apoio do Instituto Camões, da parte de Portugal, e da Direção dos Cuidados de Saúde, Programa Nacional de Nutrição e Programa de Saúde Reprodutiva, de São Tomé e Príncipe, foram apresentados em 2020, em sessão online, os resultados do diagnóstico do consumo de bebidas alcoólicas pela população materno-infantil em São Tomé e Príncipe, um dos contributos do SICAD para este projeto.
- No âmbito do projeto **European Web Survey on Drugs** do OEDT, no qual o SICAD assegura a participação portuguesa, foram encetados em 2020 os trabalhos de preparação da implementação do inquérito *online* europeu dirigido aos consumidores destas substâncias residentes nos países participantes, nomeadamente a sua tradução, testagem e adaptação do questionário, desenvolvimento de competências, estabelecimento de parceiras nacionais e planeamento da operacionalização via digital e territorial.

É de notar que o atrás elencado não esgota a participação nacional em projetos de investigação internacionais, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

Por último, importa mencionar que a nível regional e local também tem havido um investimento na dinamização científica. No seguimento da criação do *Observatório de Consumos no Alentejo ALEMrisco* (ARS Alentejo, IP /DICAD), uma parceria entre a Universidade de Évora, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Alentejo e ARS Alentejo (CRI – AC), em 2020 deu-se continuidade à sua dinamização, com as limitações inerentes à situação da pandemia. Por sua vez, ao nível da ARS Norte/DICAD foi dada continuidade aos trabalhos no âmbito do Grupo Luso Galaico de Investigação em Adições (GLIA), cujo principal objetivo é garantir a promoção e o desenvolvimento de estudos e investigações em adições na população do Norte de Portugal e da Galiza.

Objetivo Específico 27. Melhorar a capacidade de deteção, avaliação e resposta rápida e eficaz ao aparecimento de novas substâncias psicoativas e outras tendências emergentes suscetíveis de pôr em risco a segurança e a saúde públicas, privilegiando o trabalho em rede e o estreitamento da cooperação.

Ação 90. Desenvolvimento de procedimentos potenciadores da articulação e de incentivo à partilha regular de informação a nível nacional e europeu, designadamente através de:

- Otimização da articulação nacional no contexto da Rede de Alerta Rápida (OEDT);
- Implementação de uma rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses

No âmbito desta ação, e no que se reporta à **otimização da articulação nacional no contexto da Rede de Alerta Rápida do OEDT** (ação 90.a), houve um alargamento da rede nacional com a inclusão das restantes DICAD/ARS, IP e das estruturas de RRMD pertencentes ao PORI. Em 2020 prosseguiu a dinamização desta rede, no sentido de recolher informação sobre os efeitos adversos das NSP notificadas pelo Sistema de Alerta Europeu (46 NSP identificadas em 2020).

Ao nível da implementação de uma **rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses** (ação 90.b), o Serviço de Química e Toxicologia Forenses do **INMLCF, IP** manteve em 2020 a colaboração em projetos nacionais e internacionais relacionados com esta problemática, nomeadamente no âmbito do projeto europeu **COST Action ES1307: Sewage biomarker analysis for community health assessment**, no projeto do OEDT **Euro- Foton A net-work of forensic toxicologists to report on acute drug-related harms in Europe**, e no projeto do OEDT **Trendspotter briefing I Impact of COVID-19 on drug services and help-seeking in Europe**.

- Foram publicados em 2020 **dois artigos** relacionados com a participação do **INMLCF, IP** na **análise de drogas em águas residuais** (*Monitoring psychoactive substance use at six European festivals through wastewater and pooled urine analysis*. Sci Total Environ. (2020) Jul 10; 725:138376; Spatio-temporal assessment of illicit drug use at large scale: evidence from 7 years of international wastewater monitoring. Addiction 115 1 (2020) 109-120) e aceite para publicação na Addiction, **1 artigo relacionado com mortes envolvendo MDMA** (*Trends in MDMA-related mortality across four countries*).
- O **INMLCF, IP** mantém a **recomendação à Coordenação Nacional da promoção do estabelecimento de protocolos de articulação a nível nacional entre os serviços de urgência dos Hospitais, a DGS, as universidades, os órgãos de polícia criminal e o INMLCF, IP** para que seja possível a obtenção de indicadores que contribuam para uma adequada monitorização das tendências de consumo de drogas de abuso.
- O **Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz (LCFPEM)** em colaboração com a **Kosmicare** iniciou em 2020 a análise da composição das substâncias (*Drug Checking*) no contexto de um programa de redução de riscos (www.kosmicare.org/files/kc_report_2020.pdf) prevendo-se em 2021 incluir a análise de resíduos em seringas e outros materiais utilizadas por consumidores de drogas por via IV.

Tal como previsto, concretizou-se neste ciclo de ação a criação de uma **Rede Informal de Informação Rápida com interlocutores de proximidade a subgrupos populacionais** (ação 90.c), visa complementar os mecanismos formais de recolha de informação e enriquecer e agilizar a compreensão de fenómenos específicos com a inclusão de perspetivas de diferentes tipos de peritos, tendo sido integrados até à data 11 interlocutores nesta Rede.

Ação 91. Implementação de respostas céleres no contexto de tendências emergentes.

Quanto à implementação de **respostas céleres na área dos CAD sem substância**, em 2020 prosseguiu o investimento em iniciativas com vista à:

1. Adaptação e implementação de instrumentos de avaliação de CAD sem substância (ou do risco do seu desenvolvimento), com aplicabilidade a grupos clínicos e não clínicos;
2. Capacitação dos profissionais das UIL com intervenção especializada em CAD e de outras estruturas de cuidados, nomeadamente através da produção de documentos enquadradores da problemática do jogo numa perspetiva de Saúde Pública e da formação de diferentes profissionais de saúde;
3. Reforço de redes inter-institucionais, nacionais e internacionais, que robusteçam a prática clínica e de investigação neste domínio;
4. Reforço da investigação nacional sobre as práticas de jogo e utilização da internet.

Por sua vez, face à eclosão da pandemia SARS-CoV-2 em 2020, com vista à identificação e mitigação de novas necessidades e problemas dos cidadãos com CAD foi necessário implementar respostas céleres e desenvolver mecanismos e medidas inovadoras em múltiplas áreas, tendo sido reforçados os mecanismos de articulação entre os parceiros estratégicos nacionais e internacionais. No caso concreto desta área transversal, **a produção célere de informação e conhecimento sobre CAD num contexto pandémico** foi muito desafiante, com a implementação de estudos nacionais e europeus não previstos – nomeadamente estudos sobre as alterações no que toca a comportamentos aditivos em contexto pandémico –, o reforço da participação em grupos de trabalho/redes nacionais e internacionais e, com a necessária grande rapidez e diversificação na transmissão do conhecimento produzido.

135

Objetivo Específico 28. Assegurar uma transmissão e aplicação mais efetiva da informação para o desenvolvimento de políticas em CAD e sua avaliação.

A jusante dos produtos desenvolvidos no âmbito das anteriores ações deste OG 5.1., está o **garantir a transmissão desses produtos e a sua aplicação efetiva na tomada de decisão e na orientação estratégica das intervenções, assim como aumentar o seu valor percebido entre os cidadãos em geral.**

Ação 92. Elaborar e divulgar Relatórios Nacionais Anuais sobre a situação relativa a:

- Drogas e toxicodependências;
- Álcool;
- Jogo.

Em 2020 foi elaborado o **Relatório Anual 2019 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências** e também o **Relatório Anual 2019 – A Situação do País em Matéria de Álcool**.

- Estes Relatórios, elaborados numa perspetiva de gestão integrada da informação e do conhecimento nos domínios da procura e da oferta nas áreas das drogas e do álcool (indicadores diretos e indiretos), são o resultado do trabalho em rede, e reúnem a informação nacional recolhida através do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas,

Comportamentos Aditivos e Dependências, proveniente de estudos e de dados de monitorização de uma ampla rede de Serviços Fonte, em estreita articulação com o **SICAD**.

Constituem uma referência para a monitorização e avaliação de diversos indicadores, designadamente dos relativos às metas do PNRCAD.

- Em 2020 foi atualizada a caracterização da situação do país com os mais recentes dados de monitorização (2019) e estudos epidemiológicos nacionais mais recentes, tendo-se evoluído quanto à apresentação de informação em termos infográficos.
- Foi também elaborado em 2020 o **Relatório Anual 2019 – Respostas e Intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências**, onde são apresentados alguns dos aspetos mais relevantes das respostas e intervenções implementadas em 2019 e enquadradas no PARCAD - Horizonte 2020, com base na informação proveniente dos vários Serviços e congregada pelos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.
- Anualmente estes documentos são enviados para a Comissão Parlamentar da Saúde e é apresentada, na Assembleia da República, uma caracterização da situação do país em matéria de drogas e toxicodependência e em matéria de álcool.

É de notar que neste ciclo de ação não se deu início à elaboração de um **Relatório Anual sobre o Jogo**, uma vez que, tal como previsto no PARCAD - Horizonte 2020, tal só se concretizaria no caso do alargamento do atual modelo de Coordenação Nacional à área do Jogo.

Ação 93. Promover a produção regular de brochuras e sinopses sobre os resultados das investigações realizadas.

136

- No ciclo estratégico anterior iniciou-se a prática de disponibilizar sinopses estatísticas com alguns dos principais indicadores da evolução da situação nacional em matéria de CAD. Desde então, estas sinopses são atualizadas anualmente, tendo sido contemplada a sua disponibilização também em 2020. Tal como nos últimos anos e de forma a incrementar a sua utilização, apostou-se na elaboração de 4 **sinopses estatísticas temáticas: Substâncias ilícitas, Álcool, Medicamentos, Jogo e Internet (português e inglês)**.
- Foram também elaboradas 2 **sinopses** com os principais resultados dos **estudos Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 – Internet e videojogos e Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 – Álcool**.
- Foram elaboradas **brochuras** relativas a alguns dos resultados descritos nos Dossiers Temáticos concluídos mais recentemente: **Dossier Temático 2019: Padrões de Consumo e Problemas Ligados ao Uso de Álcool - Uma Análise em Função do Género** e **Dossier Temático 2019: Padrões de Consumo e Problemas Ligados ao Uso de Drogas - Uma Análise Regional**. Neste último caso foi preparada uma brochura para cada uma das 7 regiões do país (NUT II).
- Para além das brochuras e sinopses, em 2020 deu-se continuidade a várias iniciativas com vista a aumentar o valor percebido do conhecimento produzido, nomeadamente a elaboração de sumários executivos e recomendações para a ação com base nos resultados dos estudos, assim como a divulgação dos estudos desenvolvidos, designadamente através de sessões públicas de apresentação dos resultados e de comunicados para os media enquanto canal privilegiado de acesso aos cidadãos em geral, e sob a forma de sinopses, relatórios, artigos científicos e comunicações. É de assinalar em 2020, a importância do universo digital na disseminação do conhecimento (ver ação 104).
- A maioria dos produtos aqui referidos encontra-se disponível em sicad.pt.

2. Formação e Comunicação

Objetivo Geral 5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção

2.1. Formação

O SICAD e as DICAD continuam a apostar na identificação das necessidades de formação e na dinamização de formação que responda às necessidades na área dos CAD, considerando a mobilidade do fenómeno. A atividade formativa foi desenvolvida com base no conhecimento disponível e tendo em vista qualificar profissionais e serviços, apostando na conceptualização de recursos formativos e na seleção de formadores especializados.

Porém parece que continuamos aquém do necessário. Mais recursos, mais mobilidade entre serviços, mais intercâmbio, mais articulação terá de ser a aposta para alcançarmos a missão e a visão deste Plano Nacional.

Em 2019 voltámos a assistir a uma dinâmica formativa significativa de alguns dos restantes parceiros do Plano, ao nível da redução da procura e da oferta, destacando o papel da SCML e das autoridades policiais representadas, designadamente a GNR, a PSP e a PJ. Também a ATT desenvolveu atividade formativa nesta área.

A ligação dos conteúdos formativos aos resultados das investigações realizadas e da produção de conhecimento afigura-se a estratégia ganhadores, sustentando novas abordagens.

Assistimos a um esforço de harmonização dos indicadores das ações e da recolha de dados, ao nível da formação.

Objetivo Específico 29. Promover os conhecimentos dos intervenientes em matéria de CAD através da dinamização de ações de formação tendo em consideração as diferentes etapas do ciclo de vida e contextos.

Ação 94. Identificação das necessidades de formação em CAD dos parceiros estratégicos, conceção de cursos de formação tendo em vista alargar a oferta formativa, nomeadamente na área do jogo e constituição de uma bolsa de formadores.

O Plano Nacional que tem entre os seus propósitos melhorar e alinhar as respostas existentes, na perspetiva da redução do consumo de substâncias psicoativas e dos comportamentos aditivos e dependências, tem seguido a orientação estratégica de capacitação dos profissionais e dos serviços.

A partir da identificação de novas necessidades de formação dos profissionais a ARS, IP/DICAD do Norte e o SICAD procuraram responder através da conceptualização de 12 novas ações de formação.

O **SICAD** reformulou/adaptou e conceptualizou **5 novas ações de formação**: *Estratégias de Intervenção: Dependências Sem Substância - online, ecrã e videojogos; Intervenção preventiva em CAD; Intervenção em crianças e jovens em risco com comportamentos aditivos; Uso recreativo de canábis; Modelos de Prevenção em CAD e Questões de Género.*

A **ARS Norte, IP/DICAD** destaca **7 novas ações de formação** consideradas necessárias no período em análise, sendo que algumas delas estão agendadas para 2021 e são ações propostas com uma nova conceitualização e enquadramento teórico: A questão de género, percebida como uma construção cultural e social a partir das diferenças entre homens e mulheres, tem sido ratificada e apreciada em todas as políticas e implementação de medidas públicas implicadas em fomentar o respeito pelos direitos humanos fundamentais do cidadão; O papel do sistema neuroimune na exposição às substâncias psicoativas, para uma compreensão integrada da ação das substâncias psicoativas nas diferentes regiões cerebrais e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais eficientes; Planeamento em saúde: da Teoria à prática, conceitualizar a intervenção na saúde, a partir de um olhar que se quer teórico, mas que convoca um certo número de competências transversais a diversos campos e práticas; Abordagem aos problemas relacionados com o Jogo patológico, na era do digital, onde a vida online assume um papel cada vez preponderante, torna-se fundamental aprofundar conhecimentos associados à utilização dos ecrãs de forma a melhor intervir a nível preventivo, junto das crianças, jovens, famílias e comunidade escolar, e a nível clínico quando estes comportamentos atingem dimensões ligadas às dependências; Formação no âmbito dos CAD, compreender a interação entre os fatores de risco e de proteção e seu impacto no comportamento do indivíduo; Formação Problemas relacionados com comportamentos aditivos sem substâncias, aprofundar os conhecimentos e competências assim como as estratégias de intervenção que sustentam a área dos CAD;

As **Bolsas de Formadores**, fundamentais para a dinamização das ações, são um recurso de cada serviço, que pode ser, quando se justifique, partilhado entre serviços. A nível nacional estão afetos às bolsas de formadores **90 especialistas** (SICAD – 30, ARS Norte /DICAD – 34, ARS Centro/DICAD – 16, ARS Alentejo/DICAD – 10 formadores).

Ação 95. Realização de ações de Formação na área dos CAD dirigidas a públicos-alvo das diferentes etapas do ciclo de vida, nomeadamente aos profissionais intervenientes nos contextos escolar, universitário e laboral.

Os Planos de formação são delineados tendo em conta as especificidades dos diferentes contextos de intervenção em CAD, por forma a possibilitar aos destinatários a consolidação, aquisição e a melhoria de conhecimento e competências no domínio dos CAD.

A nível nacional e considerando as seguintes entidades – SICAD, as ARS, IP/DICAD do Norte, Centro e Alentejo, a Direção Geral de Educação - foram dinamizadas mais de **56 ações de formação**, dirigidas a **mais de 1987 formandos**¹⁴ num total de mais de **1.604 horas**.



No âmbito do Plano de Formação em CAD do **SICAD**, em 2020 foram dinamizadas 5 ações de formação, 113 horas, 135 formandos (**com um volume global de formação de 2.568 horas**). Apenas uma ação de formação decorreu na modalidade presencial, por ter sido dinamizada em janeiro de 2020. As restantes decorreram em modalidade online, através da plataforma *webex meetings*.

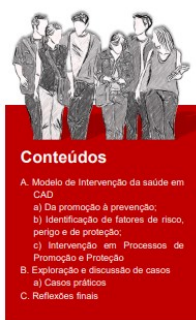
O **SICAD** dinamizou as seguintes ações de formação: **Construção de Narrativas para a prevenção. Exemplo prático Programa Eu e os Outros** (21 horas), 15 formandos e volume formativo de 315h; **Estratégias de Intervenção: Dependências Sem Substância - online, ecrã e videojogos**; (48 horas), 20 formandos e volume formativo de 960h; **Questões de género em CAD** (21 horas), 25 formandos e volume formativo de 525:00:00; **Intervenção em crianças e jovens em risco com CAD** (15 horas), 24 formandos e volume formativo de 360h; **Formação de reciclagem do Programa Eu e os Outros** (8 horas), 51 formandos e volume formativo de 408h; **Inteligência emocional** (7 horas), 20 formandos e volume formativo de 140h.



A **ARS, Norte/DICAD** dinamizou **3 ações** de formação, que abrangeram **110 formandos**, abordando os seguintes temas: **Abordagem a pessoas com comportamentos aditivos - Novas SPA e Adições Comportamentais**, num total de 18h (com esta ação pretendeu-se promover e aprofundar os conhecimentos sobre as NSP e as adições comportamentais; dotar os participantes de informação sobre a contextualização de emergência destes fenómenos; sensibilizar os participantes para a deteção precoce, e para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e encaminhamento; aumentar as competências nos profissionais em CAD e potenciar e melhorar a articulação interinstitucional, considerando a necessidade de intervenção integrada e os mecanismos de alerta rápida); **Prevenção Ambiental - Guião de procedimentos para lidar com CAD em Contexto Escolar**,

¹⁴ O número de formandos está sub reportado

num total de 12h; *Curso Problemas Ligados ao Álcool*, num total de 12h (Pretendeu-se com esta ação identificar os Problemas ligados ao Álcool (PLA) como multifatoriais e multidisciplinares; dotar os formandos de instrumentos de deteção precoce dos diferentes padrões de consumo de bebidas alcoólicas; desenvolver competências na deteção, diagnóstico e intervenção nos PLA e na Dependência Alcoólica; conhecer as estruturas da Rede de Referência e seu correto encaminhamento).



A **ARS, Centro/DICAD** dinamizou 1 ação de formação de 25h, destinada a **30 professores** do ensino básico e secundário.

A **ARS, Alentejo/DICAD** dinamizou **27** ações de formação, que envolveram **635** formandos, **9 sobre Novas Substâncias Psicoativa** e **18 sobre Prevenção e Intervenção Comunitária**.

A **Direção Geral de Educação** reporta **ações** de formação, num total de 1437 horas dinamizadas pela DGE e pelos Centros de Formação, que envolveram **1077 formandos**.

Ação 96. Desenvolvimento de projetos de formação dirigidos a públicos-alvo específicos em articulação com entidades responsáveis pela implementação de respostas e intervenções em diferentes contextos.

Nesta ação procuramos reportar a atividade formativa integrada em projetos com uma dinâmica própria, dirigidos a grupos e contextos específicos, que têm uma ação imediata e direta na aplicação da formação na intervenção.

No que respeita ao Programa Eu e os Outros, considerámos neste reporte as formações terminadas no ano. Assim, da monitorização da dinamização da formação certificada do "Programa Eu e os Outros", abaixo identificam-se os indicadores formativos e a respetiva certificação das ações e dos formandos, que foi possível apurar. Em 2020 foram finalizadas **oito ações** de formação base e **duas ações** de formação de aprofundamento do Programa Eu e os Outros, das quais quatro da responsabilidade da **DICAD/ARS Norte**, uma da **DICAD/ARS Centro** e cinco do **SICAD**.

Estavam por finalizar 6 das ações de formação do Programa Eu e os Outros, iniciadas em 2019 (três da **ARS Norte/DICAD** e três da **ARSLVT/DICAD**). Ainda em 2020 foram implementadas nove ações de formação do Programa Eu e os Outros pela **DICAD/ARS Norte** (7 ações de formação base de 54 horas e 2 ações de aprofundamento de 30 horas) e duas ações de formação pela **ARSLVT/DICAD** ainda não concluídas.

Referência do Plano de Atividades	N.º Total de Formandos	N.º Total de Ações de Formação Base	N.º Total de Ações de Formação de Aprofundamento	Total de Horas de Formação Base	Total de Horas de Formação de Aprofundamento	Volume Global de Horas Realizadas
Programa Eu e os outros						
DICAD/ ARS Norte	75	4	—	183:00:00	30:00:00	3228:00:00
DICAD/ARS Centro	15	1	—	24:00:00	—	360:00:00
DICAD/ARSLVT	—	—	—	—	—	—
SICAD/DPI	52	3	2	162:00:00	60:00:00	2181:00:00
TOTAIS	142	8	2	369:00:00	90:00:00	5769:00:00

Na **ARS Norte/DICAD** foram ainda realizadas **3 ações do Pistas e Trilhos**, 42h, 40 formandos e com um volume formativo de 1.680h (pretendeu-se dar a conhecer os conceitos e estratégias ligadas à promoção da saúde mental e à prevenção dos comportamentos de risco permitindo a reflexão ao nível da compreensão das bases conceituais e as metodologias associadas aos Programas Pistas e Trilhos) ; **4 ação Riscos e Desafios**, 36h, 53 formandos e com um volume formativo de 1908h (programa de desenvolvimento de competências de vida com formato co-curricular, da autoria da ARS, Norte – DICAD, pensado e desenvolvido para todos os estudantes a frequentar o primeiro ano do P.PORTO); **1 ação 3AS_Agir_Articular na Agressão**, 17h, 7 formandos e com um volume formativo de 119h (oficina de cocriação dinamizada por profissionais da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) conjuntamente com o Gabinete de Segurança junto do Ministério da Saúde, apresentou um Projeto Experimental de Inovação); **1 ação Prevenção dos comportamentos aditivos e dependências**, 14h, 25 formandos e com um volume formativo de 350h.

A **ARS, Centro/DICAD** promoveu **4 ações** de formação do **Programa Gerações (44h)**, dirigido 45 profissionais do ensino pré-escolar; **7 ações** formação no **Projeto Like Saúde (7h)**, dirigida a 120 formandos que intervêm com crianças e jovens.

Ação 97. Elaboração e disponibilização de módulos de sensibilização referentes aos CAD para os diferentes tipos de público e profissionais, tendo em conta o tipo de intervenção a desenvolver, o ciclo de vida e o contexto, designadamente:

- Profissionais do setor de restauração e bebidas; profissionais da área do jogo; intervenientes nos contextos recreativos, laboral, escolar e universitário; forças Armadas (Dia da Defesa Nacional) e intervenientes na área do desporto (anabolizantes).

Para além atividade formativa formal, certificada e com enquadramento técnico e específico, muitos outros formatos de formação são desenvolvidos pelas entidades que integram a dinamização desta área neste Plano de Ação.

As ações de sensibilização/informação¹⁵ e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos-alvo, a pedido ou enquadrados em projetos desenvolvidos com stakeholders, internos e externos, fazem parte das estratégias que adotamos neste domínio.

A nível nacional foram dinamizadas **142 ações de sensibilização**, que abrangeram **10.513** pessoas.¹⁶

Numa lógica de disseminação do conhecimento, o **SICAD** optou por seguir uma estratégia de proximidade, com os grupos-alvo da informação e do conhecimento a transmitir, por via da dinamização de eventos em formatos inovadores, dirigidos a parceiros estratégicos a nível nacional. É neste enquadramento que surge o Ciclo de Videoconferências SICAD, com um alcance significativo, mantendo o propósito de fazer chegar o conhecimento a quem precisa e deseja.

Surgiram num contexto de impossibilidade de eventos presenciais e, tendo alcançado grande notoriedade, revelaram-se uma estratégia ganhadora no alcance de um leque mais alargado de profissionais, alguns deles de outro modo não poderiam participar.

¹⁵ Consideram-se ações de sensibilização as ações com duração até 4 horas;

¹⁶ Estes dados estão sub reportados;

As **videoconferências** realizaram-se na plataforma *webex events*, com uma duração média de 1h30 cada, e abordaram temas diversos.



- Em 2020 decorreram **online 12 Videoconferências SICAD**, num total de **18h**, que contaram com **1816 participantes**.
- As videoconferências pretendem ser, sobretudo, um espaço de partilha e disseminação de conhecimento nas áreas de especialidade do SICAD.

O **SICAD** no âmbito do Projeto de intervenção em Contexto de **Meio Laboral** dinamizou **7 ações de sensibilização**. As CDT reportaram 24 ações de sensibilização/informação e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos-alvo enquadrados em projetos e/ou programas desenvolvidos por e/ou com *stakeholders*. Contaram com a participação de 468 formandos, num total de 48:30h.

A **ARS, Norte/DICAD** reporta a realização de **44 Ações de sensibilização** envolvendo **1.535 indivíduos** (militares, técnicos, pais/famílias, docentes e técnicos, trabalhadores e chefias, condutores e técnicos de casas de acolhimento) com a duração total de 75,6h.

- Foram ainda realizadas 3 conferências da DICAD 2020, que abrangeram 98 participantes, com os seguintes temas: *O vazio de uma satisfação (des)prazerosa: desencontro de si na ausência do outro*, apresentada pelo Prof. Dr. Carlos Farate e *A Relevância da Regulação Neuroimune no Comportamento Aditivo*, apresentada pela Prof. Doutora Teresa Summavielle.

A **ARS, Centro/DICAD** refere a dinamização de 33 em contexto **escolar** e pré-escolar (69 educadores, 90 professores, 165 pais), 5 em contexto recreativo/universitário (30 participantes), 1 em contexto comunitário (89 participantes) e 2 em contexto **laboral** (35 dirigentes).

A **ARS, Alentejo/DICAD** dinamizou ações de sensibilização que abrangeram 1561 técnicos.

A **SCML** dinamizou **ações sensibilização** sobre jogo responsável a **1.892 profissionais da área do jogo**, com um volume formativo de **1.824,5 horas**.

- Apesar da rápida adaptação dos modelos formativos ao canal on-line, a pandemia obrigou a uma pausa, que se espera temporária, na realização de ações de formação transversais destinadas a públicos-alvo alargados, nomeadamente, a colaboradores da **SCML** com intervenção na atividade de exploração dos jogos sociais do Estado (Jogos Santa Casa) e a mediadores. As ações de formação sobre jogo responsável, ou que incluem módulos de jogo responsável, limitaram-se à formação inicial de novos colaboradores e de novos mediadores.

A **GNR** reporta a realização de **8 ações** de sensibilização (2 h/cada) que envolveram **773 participantes**.

A **PJ** desenvolveu **11 ações de sensibilização/formação** (onde se incluem palestras e seminários) no âmbito da formação interna da PJ, da formação cooperação nacional e da formação cooperação europeia e internacional. Foram dinamizadas ações sobre Introdução às drogas Sintéticas, Testes Rápidos de deteção de drogas, consumos abusivos e segurança na internet, COPCAD – missão da PJ e regime jurídico aplicável, metodologias e técnicas de investigação dos crimes de tráfico de drogas, curso de investigação da polícia judiciária militar, curso de segurança militar para oficiais. Ainda de assinalar, os *CEPOL Webinar – EU Drug Markets – impact of Covid 19, Latest trends regarding the costum-made/second hand equipment used in the prodution of synthetic drugs, new trends in the area of methamphetamine prodution*.

Ação 98. Promoção do encaminhamento e acolhimento de Estágios.

A experiência de um **estágio** representa um recurso muito importante para relacionar a teoria com a prática, para uma aprendizagem em contexto real de trabalho. A área dos comportamentos aditivos e dependências globalmente precisa de cativar recursos humanos que deem continuidade ao conhecimento e experiência acumulados ao longo dos anos, de inovação e criatividade nas abordagens e respostas. É neste pressuposto que se encara o acolhimento de estágios curriculares em particular, que despertem o interesse e a motivação para trabalhar na área. É fundamental atrair novos e futuros profissionais, para uma área que carece de renovação sistemática.

Em termos nacionais contabilizam-se **165 estágios académicos**, num total de **19.541 horas**.

Em 2020 os estágios, por implicarem a presença em contexto de trabalho, foram residuais. Mesmo assim, foram acolhidos dois estágios curriculares no SICAD/DPI e CDT, e um estágio de internato médico de saúde pública, este último acompanhado pela DEI, que deu apoio técnico, no âmbito de um estágio opcional de investigação sobre o tema do "jogo a dinheiro" com base nos dados do ECATD-CAD 2015.

À semelhança de anos anteriores estava prevista a realização de um intercambio de profissionais ao abrigo do Projeto de Erasmus, protocolo entre o SICAD e o estabelecimento de ensino Askoria (Pôle d'Enseignement Supérieur da Faculté d'Askoria – Les métiers des solidarités, Bretanha França). Lamentavelmente a pandemia não permitiu concretizar o planeamento previsto para 2020.

No cômputo geral (**SICAD e CDT**) foram acolhidos **3 estágios** com um volume formativo de **1 123h** horas.

Na **ARS, Norte/DICAD** foram acolhidos **117 estagiários**, num total de **17 305 horas**: 23 estagiários nas áreas da psicologia, serviço social, terapia ocupacional, 26 enfermagem Saúde mental e comunitária, 44 internos de psiquiatria, 1 de Saúde Pública, 7 de Pedopsiquiatria e 16 de MGF.

Na **ARS, Centro/DICAD** foram acolhidos **39 estagiários** nas áreas da psiquiatria, psicologia, serviço social e enfermagem. Quanto à **ARS, Alentejo/DICAD** acolheu **9 estagiários**, de enfermagem e de serviço social. Na **ARS, Algarve/DICAD** foi acolhido um estágio de medicina geral e familiar (176 horas) e **5 estagiários** da área de enfermagem, 3 estágios de 210 horas e 2 estágios de 128 horas).

2.2. Comunicação

No âmbito da comunicação e informação é clara a aposta por parte das entidades nas redes sociais e internet, ajustando os conteúdos a estes veículos de comunicação. Importa, contudo, não descurar os mecanismos e meios de comunicação

tradicionais, pelo que se afigura interessante desenvolver materiais informativos sobre comportamentos aditivos, dependências e substâncias, materiais estes que aliás são amplamente solicitados.

Objetivo Geral 5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do PNRCAD, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos

144

Objetivo Específico 30. Promover em tempo útil informação harmonizada e coerente que contribua para a visibilidade dos resultados utilizando os instrumentos mais adequados, adaptada aos diferentes destinatários do ciclo de vida

Ação 99. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais na ótica do serviço ao cidadão, prosseguindo a qualidade da informação divulgada

Continuamos a assistir à transformação na forma de comunicar, com particular intensidade em 2020, anos em que a comunicação, designadamente virtual, assumiu contornos impactantes. Na área da saúde e dos CAD verificou-se uma maior diversificação e adequação dos conteúdos informativos e suportes de informação e meios de comunicação aos diferentes públicos-alvo e às novas necessidades da procura de informação, e às necessidades impostas pela pandemia, o que teve efeitos positivos na aproximação aos profissionais, sociedade civil e aos cidadãos, concorrendo para a literacia em CAD.

Num ano em que foi necessário incrementar a comunicação digital, o **SICAD** respondeu com conteúdos próprios sobre a atividade desenvolvida (no site), mas também de cariz interno (intranet). Inevitavelmente, a divulgação de informação sobre a COVID-19 também ocupou um espaço importante, nomeadamente no que toca a alguns cuidados específicos relacionados com os CAD. Outra área importante foi a divulgação de eventos online que assumiram um papel de relevo no ano de 2020. A página eletrónica do SICAD foi atualizada 978 vezes, entre conteúdos dinâmicos e estáticos: notícias, publicações. A intranet SICAD foi atualizada 73 vezes. De referir ainda a criação e manutenção do Micro site COVID 19 e CAD, de apoio aos cidadãos com problemas relacionados com CAD e aos profissionais, contemplando desde informações sobre cuidados a ter até orientações para o funcionamento das respostas.

O portal da **ARS, Norte/DICAD** manteve a atualização permanente da área da DICAD no Portal da ARS Norte, de forma a manter a informação o máximo possível atualizada. Colocou o foco prioritário na disponibilização de informação sobre os riscos do novo Coronavírus (COVID-19) em comportamentos aditivos e dependências (CAD), designadamente: Questionários online sobre Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19; Linhas Orientadoras para a Intervenção junto dos cidadãos em situação de Sem-Abrigo com Perturbação de Uso de Álcool, inseridos em Centros de Acolhimento, durante a vigência do Estado de Emergência (CoVID19); Recomendações para a intervenção junto de populações vulneráveis e o Guia de Recursos da Região Norte (Contactos dos Delegados de Saúde da Região Norte; Equipamento de Proteção Individual (EPI): como utilizar; Fluxograma de Intervenção: caso suspeito; Laboratórios Referenciados; Balneários Públicos; “Eu enfrento o Covid-19 com os Outros – Eu e os Outros”)

Incentivou-se a divulgação das atividades dos CRI da **ARS Alentejo/DICAD** a enviar informação, para publicação na newsletter da ARS.

Na página institucional da **ARS Algarve/DICAD** (<http://www.arsalgarve.min-saude.pt/>) atualizou-se o separador “Comportamentos Aditivos e Dependências”. Neste separador são inseridas informações sobre: áreas de intervenção; contactos das UIL; divulgação de materiais; concursos na área dos CAD (etc.). Foram inseridos os seguintes conteúdos: Videoconferência SICAD sobre consumo de substâncias e a violência sexual nos espaços de lazer noturno - <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/agenda/v-videoconferencia-sicad-sobre-consumo-de-substancias-e-a-violencia-sexual-nos-espacos-de-lazer-noturno/> Videoconferência SICAD: Crescer num mundo digital - <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/agenda/videoconferencia-sicad-crescer-num-mundo-digital/> Videoconferência SICAD: Programa de Gestão de Consumo de Álcool - [http://www.arsalgarve.min-saude.pt/agenda/videoconferencia-sicad-programa-de-gestao-de-consumo-de-alcool/SICAD cria história “Eu enfrento o Covid-19 com os Outros” - <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/sicad-cria-historia-eu-enfrento-o-covid-19-com-os-outros/>](http://www.arsalgarve.min-saude.pt/agenda/videoconferencia-sicad-programa-de-gestao-de-consumo-de-alcool/SICAD%20cria%20historia%20%E2%80%9C%20Eu%20enfrento%20o%20Covid-19%20com%20os%20outros/)

A **Direção Geral de Educação** reporta a inserção de sete conteúdos.

No site dos **Jogos Santa Casa**, foram inseridos **dois comunicados** sobre a alteração de procedimentos de envio e de entrega presencial de requerimentos **de autoexclusão do Placard, decorrentes das medidas de confinamento impostas**. Não obstante a pandemia, foi mantida a possibilidade de autoexclusão. (<https://www.jogossantacasa.pt/>)

- No microsite de **jogo responsável** e no **microsite** do Placard procedeu-se a manutenção dos conteúdos, de cariz permanente. Os **Jogos Santa Casa** disponibilizam permanentemente conteúdos informativos sobre jogo responsável – quer através dos pontos de venda, quer através da Internet – contendo um conjunto de recomendações para a manutenção de hábitos de jogo moderados. (<http://jogoresponsavel.jogossantacasa.pt/>)
<https://www.jogossantacasa.pt/web/Placard>)



Em 2020 o **Turismo de Portugal** traçou o plano para o lançamento de um novo website institucional (a ser lançado em 2021), com uma forte orientação para o Jogador e prevendo um reforço dos conteúdos e ferramentas no âmbito do jogo responsável.

- Destaca-se ainda o planeamento de uma área SOS jogador, prevendo a disponibilização de conteúdos e ferramentas relacionados, por exemplo, com autoexclusão e proibição, divulgação

de centros de tratamento, linha de apoio e conteúdos que pretendem facilitar o reconhecimento de sinais de adição e dependência ao jogo.

- Foi reforçada a divulgação de informação de análise estatística referente ao jogo em Portugal.



O **Infarmed, IP** dinamizou uma Campanha Europeia sobre segurança dos medicamentos ([MedSafetyWeek 2020](#)) e inseriu três animações no site.

Ação 100. Desenvolvimento de outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico para divulgação da informação sobre CAD

O 2020 e a pandemia vieram acelerar o recurso a outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico, nos serviços da administração pública em geral.

O **SICAD** alargou a presença nas plataformas digitais ao Instagram, em maio. Verificámos que era a rede social com maior impacto e alcance a um maior número de pessoas. Foram efetuadas **222 publicações**. No Facebook suplantámos o número médio de uma publicação diária. As redes sociais usadas por milhões de pessoas são uma plataforma de grande utilidade na disseminação de informação. A página de Facebook **SICAD** é a rede social mais trabalhada e é atualizada numa base diária, exceto fins-de-semana. Em 2020 foram efetuadas **347 atualizações** de estado. Pode acontecer, caso se justifique, publicar-se mais do que uma informação num só dia. Os conteúdos partilhados variam entre próprios, partilhas de parceiros ou de notícias de OCS fidedignos. O SICAD produziu 202 tweets próprios, alguns partilhados com o Facebook, outros tendo como fonte outras páginas. Fizeram-se os *uploads* de **16 vídeos** para o Youtube, alguns produzidos pelo SICAD especialmente para os eventos realizados.

Editámos todas as três newsletters do **SICAD**, externa mensal (12 números); externa diária do Centro de Documentação (238 números) e interna semanal (50 números), esta última, durante os confinamentos, foi um instrumento de união entre os trabalhadores do SICAD e CDT.

Ainda no âmbito da Comunicação Interna foram dinamizadas várias iniciativas de partilha entre colegas, de saudação motivacional semanal a todos os profissionais (todas as semanas - 52) e um postal de aniversário na data correspondente (cerca de 160).

Cada CRI da **ARS, IP Alentejo/DICAD** criou uma página no Facebook, que vai mantendo, com informação genérica sobre CAD e noticiário informativo das atividades. O CRI do Litoral Alentejano, tem uma participação mais ou menos regular na rádio local.

Quanto à utilização de outras plataformas, a **SCML** assegurou manutenção da informação dos conteúdos relativos a jogo responsável, de cariz permanente, existente no visor dos terminais de jogo dos Mediadores dos Jogos Santa Casa direcionado para os Apostadores e no visor dos terminais de jogo direcionado para os Mediadores, abrangendo cerca de 5 mil pontos de venda. Periodicamente, foram inseridos conteúdos de jogo responsável na página de Instagram dos Jogos Santa Casa e nas Apps dos Jogos Santa Casa e do Placard. (<https://www.instagram.com/jogossantacasa/?hl=pt>)

O **Turismo de Portugal** manteve ativa uma plataforma online de submissão do formulário de autoexclusão da prática de jogos e apostas online, com o intuito de simplificar e tornar mais acessível um processo muitas vezes desafiante para os jogadores.

A **ANSR** produziu 257 publicações no Facebook, 139 no Instagram, 65 no Twitter, 33 no *Linkedin* e 15 no YouTube, no âmbito dos CAD.

A **GNR** reporta publicações nas várias redes sociais da Guarda (Facebook, Instagram, *Linkedin*, Twitter, Youtube) 56 sobre consumo de álcool e uma sobre jogo online.

Ação 101. Realização de eventos técnico-científicos relativos aos CAD.

Na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) a realização de eventos de e para especialistas é uma prática frequente, porém ao abrigo das normas de confinamento, os eventos presenciais foram suspensos.

Assim, para além das videoconferências **SICAD**, promoveram-se 2 eventos online: Em 26 de junho, a apresentação dos resultados da 5ª edição do Inquérito Nacional com Jovens de 18 anos participantes no Dia da Defesa Nacional e nos dias 24, 25 e 26 de novembro, o Encontro Nacional de Profissionais de Comportamentos Aditivos e de Dependências (CAD), em formato totalmente online.



A **ARS Norte, IP/DICAD** dinamizou o workshop “Riscos & Desafios – Programa para implementação no ensino superior”, promovido pela RESAPES, nov./2020.

Ação 102. Campanhas de comunicação e ações de sensibilização sobre CAD.



O **SICAD** realizou uma grande campanha de divulgação e promoção de estudos que desenvolveu no âmbito da COVID e dos CAD, motivando à participação e preenchimento dos inquéritos online, nas plataformas digitais. O estudo sobre o álcool e a internet e vídeo jogos.

A **GNR** reportou campanhas lançadas por comunicados de imprensa e publicações nas redes sociais da GNR, no âmbito de operações, comportamentos aditivos e suas possíveis consequências, sobre o álcool e jogo online.

O **Turismo de Portugal** iniciou a programação de uma campanha nacional de jogo responsável, que se prevê executar durante o período de 2021-2023, com os seguintes objetivos:

- Informar sobre os riscos do jogo, nomeadamente o risco de adição e de interferência do mesmo na vida pessoal e profissional;



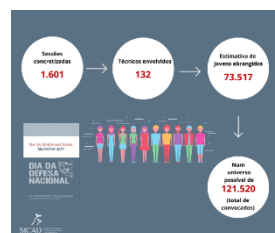
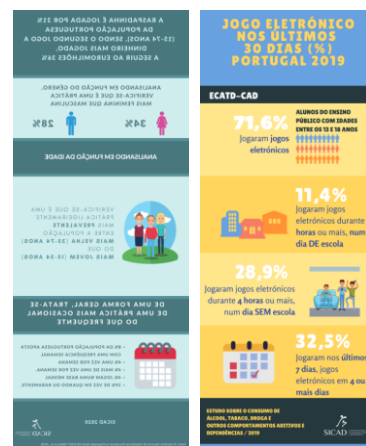
- Sensibilizar os jogadores online para a necessidade de manterem o controlo sobre o jogo;
- Captar a atenção dos familiares dos jogadores e da sociedade em geral para a causa do jogo responsável: realçar a importância crucial que a família, os educadores e tutores em especial poderão ter na deteção da prática de jogo online pelos menores de idade e maiores acompanhados;
- Informar a sociedade em geral da existência do SICAD e da sua linha de apoio: possibilitando ao círculo de pessoas próximas, dos jogadores em risco, incentivarem o recurso a este Serviço;
- Sensibilizar o público para a proteção dos grupos de risco, nomeadamente menores;
- Sensibilizar o público para o que deve ser uma atividade recreativa e não um meio de obtenção de rendimento;
- Educar os jogadores sobre os perigos do jogo em sites ilegais;
- Sensibilizar os jogadores para as vantagens do jogo em sites licenciados;
- Informar sobre os recursos que estão disponíveis para jogadores em risco, nomeadamente linhas de apoio e sistemas de proibição e autoexclusão.

O planeamento prevê a utilização de vários meios com vista à divulgação da campanha, nomeadamente com recurso aos meios digitais (publicidades online, redes sociais, divulgação no site institucional), assim como recorrendo a meios mais tradicionais como a televisão e o rádio.

A **ANSR** dinamizou a campanha **Este Carnaval, se beber não conduza**, com um alcance de 36.300 nas redes sociais e visualização da mensagem nos Painéis de Mensagem Variável por mais de 40 milhões de pessoas; a campanha A segurança na estrada na estrada não tira férias, com um alcance de 5.172.656 pessoas na rádio e 63.151 pessoas nas redes sociais e a campanha Sécure'été, com 100.000 exemplares do flyer distribuídos junto dos emigrantes portugueses de regresso a Portugal no período de férias.

Ação 103. Criar e divulgar materiais em CAD que sustentem a qualidade da intervenção.

A área da comunicação do **SICAD** tem vindo a priorizar a simplificação dos conteúdos a disseminar junto da população em geral. É neste âmbito que procedeu à conceção e publicação de 18 infografias, depois divulgadas em todas as plataformas **SICAD** foi importante no sentido da sistematização de algumas informações relacionadas com os CAD. São uma desconstrução da linguagem técnica e científica que se junta à imagem e envia mensagens simples aos destinatários. As infografias dirigem-se mais ao público em geral e menos aos profissionais, pelo que os temas também são escolhidos de acordo com esse princípio.



Na **SCML** efetuou-se a reposição de stocks, junto da Rede de Mediadores dos Jogos Santa Casa, dos **folhetos informativos sobre jogo responsável**, um material destinado aos apostadores e público em geral, mantido em permanência nos pontos de venda. Foram distribuídos pelos cerca de **5 mil pontos de venda** um total de **500 mil folhetos**. Quanto a manuais destinados a públicos-alvo internos, em 2020, efetuou-se a manutenção dos conteúdos, de cariz permanente, nomeadamente, do Guia do Mediador, que inclui informação sobre as medidas, práticas e ferramentas de jogo responsável dos Jogos Santa Casa.



Jogo Responsável: folheto de ponto de venda (díptico)

A **DGE** assegurou a divulgação de 8 documentos.

A **ANSR** reporta o folheto desenvolvido no âmbito da campanha **Sécur,été 2020**, distribuído junto dos emigrantes portugueses de férias em Portugal, no qual é abordada, entre outras, a temática do álcool e das drogas.

Ação 104. Divulgação da investigação e outros conhecimentos técnico-científicos produzidos na área dos CAD.

Disseminar a informação e conhecimento produzidos, por via da diversificação dos suportes de divulgação constitui-se como uma estratégia para chegar mais perto de diferentes públicos-alvo, para a promoção da literacia em saúde.

- Foi neste espírito que o **SICAD** manteve a sua política de comunicação, tendo editado/publicado, em 2020, diversos produtos nas plataformas digitais, tornando acessível informação e conhecimento necessários e úteis: *Relatório Anual 2019 - A Situação do País em Matéria de Álcool; Relatório Anual 2019 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências; Relatório anual 2019 - descritivo de respostas e intervenções do plano de ação para a redução dos comportamentos aditivos e dependências - horizonte 2020; Dia da Defesa Nacional – Relatório 2019; Guia de Apoio à acessibilidade das pessoas em Situação de Sem Abrigo aos cuidados de saúde especializados em comportamentos aditivos e dependências; Comportamentos Aditivos aos 18 anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional. Regiões 2015/2019; Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 - Álcool - alguns resultados 2020; Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19 - Internet e videojogos – Alguns resultados 2020; Estimativa do Consumo de Opiáceos – Portugal Continental 2018 – edição 2020; ESPAD Report 2019 - Results from the European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs; ECATD-CAD 2019. Estudo sobre os Comportamentos de Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências: Portugal 2019. Relatório Nacional; Açores - ECATD 2019; Centro ECATD 2019; Norte ECATD 2019; Lisboa ECATD 2019; Algarve ECATD 2019; Madeira ECATD 2019; Alentejo ECATD 2019; Síntese ECATD 2019; ECATD Regional 2019; Padrões de Consumo de Álcool Associados a Acidentes de Trabalho em Portugal;*
- A **ARS Algarve/DICAD** reporta a apresentação das seguintes "**Dificuldades no Diagnóstico de Patologia Dual**". Maria Quintero, Psicóloga Clínica, ETET do Sotavento. 22º Congresso de Patologia Dual (online), 16 a 20 de novembro, Sevilha; "**À conversa sobre a COVID-19 e os CAD**", Cláudia Maia, Coordenadora da DICAD da ARS Algarve, IP Encontro Nacional de Profissionais de CAD (online), 25 e 26 de novembro, SICAD.

3. Relações Internacionais e Cooperação

As Relações Internacionais e a Cooperação continuam a assumir especial importância na problemática dos CAD, fenómeno complexo e multifacetado, que não é passível de uma abordagem estritamente nacional, exigindo uma resposta concertada da comunidade internacional. É um fenómeno global, que exige uma resposta global.

No âmbito internacional, o PNRCAD 2013-2020 visa consolidar todos os esforços levados a cabo até ao presente, reforçando a visibilidade internacional alcançada e procurando dar resposta a novas necessidades e desafios que possam surgir.

Objetivo Geral 5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.

Objetivo Específico 31. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais no domínio dos CAD e a aumentar a capacidade nacional de influenciar as decisões tomadas nas instâncias europeias, internacionais e regionais de cooperação

Ação 105. Articulação de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades em matéria de CAD

O **Diretor Geral do SICAD** é, por inerência de funções, o *Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool* e nesta qualidade, procura potenciar a intervenção nacional nos diversos fóruns internacionais que abordam a temática dos comportamentos aditivos e das dependências.

Neste sentido, no decorrer de 2020, o SICAD assegurou, a coordenação com os vários Ministérios/Serviços envolvidos na matéria, promovendo a eficaz colaboração e articulação. Este exercício revestiu-se de particular importância, numa perspetiva reforçada de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, que Portugal viria a assumir no primeiro semestre de 2021.

Com efeito, o ano de 2020 foi marcado pela preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE), que se iniciou a 1 de janeiro de 2021 e durante a qual o SICAD assegurou a Presidência do Grupo Horizontal "Drogas", juntamente com o MNE.

No segundo semestre de 2020, Portugal integrou o TRIO de Presidências (Alemanha, Portugal e Eslovénia), pelo que foram estabelecidos diversos contatos com estes dois países, em particular com a Presidência Alemã, procurando assegurar uma abordagem coerente da agenda europeia em matéria de drogas. Estes contatos estenderam-se igualmente ao Secretariado-Geral do Conselho, ao Serviço Europeu de Ação Externa, à Comissão Europeia, bem como às duas agências europeias com atribuições em matéria de drogas, a saber, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e a Europol.

Ao nível da coordenação nacional, foram reforçados os contatos com os serviços envolvidos nos trabalhos do GHD durante a PPUE, designadamente **MNE, DGS, PJ e INFARMED, I.P.**

Ainda nesta ótica, foram estabelecidos contatos regulares com a Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER), bem como com a Missão de Portugal junto das Organizações Internacionais em Viena. Também se articulou, sempre que pertinente, com a Missão Permanente de Portugal em Genebra e a Missão Permanente de Portugal junto do Conselho da Europa.

Ação 106. Resposta às solicitações dos diversos organismos internacionais.

Em 2020, o **SICAD** continuou a assegurar, à semelhança dos anos anteriores, a coordenação das respostas às solicitações que são dirigidas a Portugal por organismos internacionais. Quando são solicitadas matérias específicas de uma única área de competência a resposta é assegurada diretamente pelos Ministério/Serviços em causa. Para este exercício de coordenação, o SICAD diligencia um conjunto de iniciativas tais como a recolha, a análise e a disseminação da informação, a elaboração de relatórios de implementação, a resposta a questionários e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos, por forma a assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português junto dos diversos organismos internacionais, em estreita articulação com o MNE.

Objetivo Específico 32. Assegurar a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional

Ação 108. Representação nacional nos grupos de trabalho/reuniões/Conferências, no âmbito da EU

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo impacto da pandemia de COVID-19 e pelas medidas restritivas em matéria de saúde pública implementadas um pouco por todo o mundo, que implicaram, num primeiro momento, o cancelamento de diversas reuniões e eventos de cariz internacional. No entanto, após este primeiro impacto, o formato virtual ganhou expressão e a grande maioria das reuniões acabaram por se realizar de forma remota, com as devidas limitações.

Apesar deste cenário pandémico que vivemos, Portugal logrou manter um elevado nível de participação e de envolvimento nas instâncias internacionais mais relevantes, nomeadamente na União Europeia (UE), no Conselho da Europa e nas Nações Unidas.

Ao nível da União Europeia, o **SICAD**, juntamente com o MNE e com o apoio da Representação Permanente junto da União Europeia (REPER), continuou a assegurar a representação nacional, nas reuniões do GHD.

Este grupo de trabalho do Conselho da UE é responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela. Realiza um trabalho tanto de carácter legislativo como de política geral em todos os domínios que envolvem o tema “drogas”. A sua Presidência é assumida pelas presidências rotativas do Conselho da União Europeia, pelo que em 2020, ano que antecedeu o exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, o acompanhamento dos trabalhos deste Grupo se revestiu de particular importância.

Em 2020, as Presidências do Grupo foram asseguradas pela Croácia e pela Alemanha. Fruto da situação pandémica que vivemos, para além das reuniões presenciais de janeiro e fevereiro, a Presidência Croata só voltou a presidir ao GHD de junho, que teve lugar em formato virtual. Esta nova formato de reunião, foi, de resto a que se manteve ao longo do resto do ano, também com a Presidência Alemã.

Os trabalhos do GHD estiveram, portanto, muito condicionados no primeiro semestre. A preparação da 63ª Sessão da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas ainda foi concretizada nas reuniões presenciais que tiveram lugar em janeiro e fevereiro.

No segundo semestre, sob Presidência Alemã, o GHD retomou a sua dinâmica, adaptando-se ao formato virtual, tendo a Alemanha conseguido concretizar o programa de trabalho a que se propôs.

O principal tema das ordens de trabalho do GHD neste segundo semestre consistiu na elaboração da Estratégia da União Europeia em matéria de drogas 2021-2025, que veio a ser adotada pelo Conselho da UE em dezembro de 2020.

Na sequência desta adoção, coube a Portugal, no exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021, negociar a proposta de Plano de Ação da UE em matéria de Drogas 2021-2025, o qual veio a ser adotado pelo Conselho de UE em junho de 2021, estabelecendo ações concretas que serão implementadas para alcançar as prioridades da UE estabelecidas na Estratégia. Ambos os documentos irão definir o quadro político da UE para os próximos cinco anos, permitindo responder de forma mais eficaz aos desafios crescentes, mas também antecipá-los, tomando em consideração as lições aprendidas com a pandemia da COVID-19.

Atendendo à situação sem precedentes que se vive, o tema do impacto da COVID-19 na situação da droga na União Europeia foi abordado de forma recorrente nas reuniões do GHD, ainda com a Presidência Croata e depois ao longo da Presidência Alemã.

Outro tema habitual nas agendas do GHD em 2020 foram as recomendações da OMS relativas ao controlo internacional de canábis e das substâncias relacionadas com a canábis e a negociação da posição comum sobre o assunto, culminando com a adoção em Novembro de 2020 da Decisão do Conselho relativa à posição a tomar em nome da União Europeia na 63ª sessão retomada da Comissão de Estupefacientes sobre a inclusão da canábis e das substâncias relacionadas com a

canábis nas listas da Convenção Única sobre os Estupefacientes de 1961, alterada pelo Protocolo de 1972, e da Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971.

No plano normativo, é de referir a transposição da Diretiva Delegada (UE) 2020/1687, da Comissão, de 2 de setembro de 2020, que altera o anexo da Decisão-Quadro 2004/757/JAI do Conselho no respeitante à inclusão da nova substância psicoativa N,N-dietil-2-[[4-(1-metiletoxi)fenil]metil]-5-nitro-1H-benzimidazole-1-etanamina (isotonitazeno) na definição de «droga». O SICAD e a DGPJ foram responsáveis por este exercício tendo, no plano nacional, a Diretiva sido transposta pela Lei nº 25/2021, de 11 de maio. A transposição foi comunicada à Comissão Europeia em junho de 2021.

As Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais "Droga", organizadas pelas Presidências rotativas do Conselho da União Europeia e que constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de droga, foram também afetadas pela situação causada pela pandemia de COVID-19, tendo a reunião sob Presidência Croata, prevista para abril de 2020, sido cancelada.

Assim, em 2020, apenas teve lugar a reunião organizada pela Presidência Alemã, realizada em outubro em formato virtual, e que teve como tema principal "Aspetos de uma política de drogas moderna com particular enfoque nos grupos vulneráveis – prevenção, intervenção precoce e redução de danos".

O Diretor-Geral do SICAD, e por inerência de funções também Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool assegurou a representação nacional nesta reunião, tendo sido convidado pela sua congénere alemã, a ser um dos oradores do encontro, no painel dedicado às intervenções precoces, fazendo uma intervenção sobre as respostas dirigidas a populações vulneráveis, disponíveis em Portugal, e o papel que o dispositivo da Dissuasão tem na referenciação dessas populações vulneráveis, nomeadamente os jovens, para as respostas adequadas da comunidade.

A **PJ/UNCTE** participou, no âmbito das suas competências de prevenção e investigação do tráfico internacional de drogas, em várias reuniões internacionais, Conferências e grupos de trabalho de projetos internacionais, designadamente no âmbito das prioridades da EMPACT (*European multidisciplinary platform against criminal threats*) da UE.

Em matéria de política de álcool, importa referir que no âmbito do Terceiro Programa de Ação no domínio da Saúde (2014-2020), a Comissão Europeia lançou, no decorrer de 2018, um conjunto de iniciativas (*Tenders*) relativas à prevenção de danos associados ao consumo nocivo de álcool. Assim, atendendo à necessidade de se assegurar a continuidade dos esforços realizados ao nível nacional e da UE e ainda, considerando os resultados alcançados com a Ação Comum RARHA – *Reducing Alcohol Related Harm*, terminada em 2016 e coordenada por Portugal, o SICAD continuou a participar como parceiro nos projetos "*UE Dimension of Alcohol Related Harm – Piloting Brief Interventions to Reduce the Risk – DEEP SEAS Project*" e "*Projeto FAR SEAS (Fetal Alcohol Syndrome/Fetal Alcohol Spectrum Disorders)*", cuja implementação teve início em 2019 e decorrerá até 2022.

Em fevereiro de 2020, o **SICAD** apresentou a candidatura para outro projeto na sequência dos anteriores e obteve a aprovação de novo financiamento, constituindo-se como coordenador deste novo Projeto designado *AlHaMBRA (Alcohol Harm Measuring and Building Capacity for Policy Response and Action)*, que teve o seu início em setembro de 2020 e decorrerá até 2022.

O Projeto *AlHaMBRA* irá trabalhar na prevenção de danos relacionados com o consumo nocivo de álcool, suportando os Estados Membros no recolher das boas práticas e no empoderamento da política do álcool.

De referir ainda a participação do SICAD no evento “Europe’s Beating Cancer Plan- le’s strive for more” organizado pela Comissão Europeia, que lançou o debate sobre o Plano Europeu de Luta contra o Cancro e que teve lugar em fevereiro, num formato virtual.

Igualmente a convite da Comissão Europeia, o SICAD participou no Workshop “on cross border acquisitions by private individuals of excise goods”, que se realizou também em fevereiro de 2020, assunto que no passado tinha sido objeto de discussão pelos EM da UE, no âmbito das reuniões do *Committee on National Alcohol Policy and Action (CNAPA)*.

Ação 109. Promoção da participação nacional em iniciativas dos órgãos e agências especializadas das Nações Unidas, nomeadamente UNODC e OMS.

No contexto das Nações Unidas, e em particular no que respeita a Comissão de Estupefacientes (CND), estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência, a realização da sua sessão ordinária, que teve lugar no início de março, sofreu já as consequências da iminência da declaração de situação pandémica pela doença COVID-19. Não obstante a reunião ter decorrido no seu formato habitual, muitos Estados Membros decidiram não enviar delegados das capitais, com as inevitáveis consequências na condução dos trabalhos. Portugal foi um dos países que tomou a decisão de não deslocar delegados, pelo que a representação nacional foi assegurada pela nossa Missão Permanente em Viena, tendo o Senhor Embaixador proferido a intervenção nacional na sessão de abertura desta 63ª Sessão da CND.

Uma das questões a ser discutida, que se aguardava com mais expectativa, acabou ela própria por não ser abordada, fruto um pouco da situação atípica que se vivia. Referimo-nos às recomendações da OMS relativas à alteração no controlo internacional da canábis e das substâncias relacionadas com a canábis. A votação acabou por ter lugar só em dezembro, durante a 63ª Sessão Retomada da Comissão de Estupefacientes (CND) das Nações Unidas.

No que se refere à política do álcool no quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, importa referir a participação do **SICAD** na consulta técnica regional online com os Estados Membros, sobre o documento de trabalho elaborado pela OMS para o desenvolvimento do Plano de Ação (2022-2030) para implementar a Estratégia Global de Redução do Uso Nocivo de Álcool como prioridade de saúde pública. A participação do SICAD neste exercício, a par do seu contributo técnico, tem em vista o objetivo de fortalecer as redes regionais de contrapartes nacionais da OMS responsáveis pelas políticas e planos de ação do álcool ao nível nacional.

De mencionar igualmente, em matéria de álcool, a participação do SICAD, em formato virtual, no 28º Comité da Saúde da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De realçar a apresentação do Relatório “*Preventing Harmful Alcohol Use*”, para o qual o SICAD forneceu contributos e que veio a ser publicado em 2021.

No decorrer do ano 2020, a temática do álcool foi abordada em sede da OMS sob o ponto da agenda relativo à prevenção e controlo das doenças não transmissíveis, na 73ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde (maio e novembro de 2020) e na 70ª sessão do Comité Regional para a Europa (setembro de 2020), no ponto da agenda dedicado aos relatórios de progresso.

Ação 110. Promoção da participação nacional no Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, o principal destaque no decorrer do ano em apreço, prende-se com o fato de o SICAD ter presidido às reuniões de Correspondentes Permanentes e do Bureau, na sequência de Portugal ter assumido a 1 de janeiro de 2019 a Presidência do Grupo para o quadriénio 2019-2022. O SICAD continuou também a assumir a representação nacional enquanto Correspondente Permanente de Portugal.

As prioridades da Presidência Portuguesa centraram-se na implementação do Programa de Trabalho, no processo de revisão da Resolução Estatutária do Grupo e na discussão em torno do impacto da pandemia COVID-19 nos países participantes.

Em 2020, devido à situação pandémica, a quase totalidade das atividades do Grupo Pompidou decorreu por videoconferência, designadamente as reuniões de Correspondentes Permanentes de Junho e de novembro.

O ano de 2020 foi marcado pela discussão da revisão da Resolução Constitutiva, uma das prioridades da Presidência Portuguesa. O objetivo deste exercício visava atualizar o mandato, os procedimentos e métodos de trabalho do Grupo, para que melhor correspondessem à evolução da política de drogas e adições e os seus desafios nacionais e internacionais, e à promoção dos direitos humanos. Um longo processo de 20 meses, envolvendo discussões aprofundadas entre os 41 países membros do Grupo Pompidou, bem como variadas consultas com os principais parceiros e que culminou com a adoção do novo estatuto do Grupo Pompidou, em junho de 2021, pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa.

No dia 26 de junho, Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, foi divulgada a mensagem do Dr. João Goulão em nome da Presidência Portuguesa do Grupo Pompidou e foi também apresentada a plataforma online *Save Lives – Protect People*, criada pelo Grupo Pompidou, em colaboração com a *Correlation Harm Reduction Network* e a *European Federation of Therapeutic Communities*, a qual visa recolher e disseminar ideias inovadoras, projetos e ações concretas para conter a disseminação da COVID-19 e prevenir danos nas pessoas que consomem drogas. A nova história dedicada à COVID, elaborada pelo SICAD no âmbito do Programa de prevenção "Eu e os Outros", foi divulgada pela plataforma.

De entre as atividades desenvolvidas no âmbito da implementação do programa de trabalho 2019-2022 e, em particular no enfoque à promoção dos direitos humanos, é de salientar o Grupo de Peritos em Políticas de Drogas e Direitos Humanos, criado por proposta de Portugal. Os termos de referência desta atividade *ad hoc*, a decorrer num período de dois anos, definem como objetivo contribuir para a discussão internacional sobre o desenvolvimento de indicadores de direitos humanos nas políticas de drogas; analisar o impacto dos direitos humanos nas políticas de drogas e de que forma podem ser instrumentais na redução de efeitos indesejados e consequências adversas das respostas ao fenómeno das drogas; propor orientação aos Estados Membros quanto às implicações da dimensão "direitos humanos" na definição e implementação de políticas de drogas, à luz dos instrumentos jurídicos internacionais.

Tendo em conta as responsabilidades acrescidas assumidas como Presidência, o SICAD efetuou no final de 2020 uma contribuição voluntária para o orçamento do Grupo Pompidou, no valor de 15.000€, destinada a financiar atividades no âmbito do exercício da Presidência Portuguesa.

Representantes da **PJ/UNCTE** e da **AT** participaram na Reunião Anual do Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes nos Aeroportos Europeus, importante fórum de intercâmbio de informação operacional, tendo em vista o desenvolvimento e a harmonização de instrumentos para melhorar a deteção de droga nos aeroportos, bem como na Reunião Anual da Rede Internacional sobre o Controlo do Desvio de Precursores, plataforma multidisciplinar que visa aprofundar a cooperação entre todos os *stakeholders* envolvidos na prevenção do desvio de precursores para fins ilícitos.

A PJ/UNCTE participou ainda na Reunião Anual sobre Aviação Geral, que se dedica às questões relativas ao controlo e investigação do tráfico ilícito de drogas e da criminalidade organizada associada à aviação geral, bem como na Reunião Anual do Grupo de Peritos “drugs online”, que promove a cooperação no combate ao aumento do fenómeno da cibercriminalidade relacionada com a droga na Internet.

Ação 111. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da rede REITOX do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, mediante a implementação do Acordo Anual de “Subvenção Reitox”.

No que diz respeito ao cumprimento das obrigações do Estado português junto do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), no período em avaliação, o **SICAD** enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX junto do OEDT assegurou a execução das tarefas definidas no Acordo de Subvenção, designadamente a submissão de informação atualizada, estatística e qualitativa, sobre a situação nacional em matéria de droga nas suas diferentes dimensões.

Das atividades executadas em 2020 é de salientar, enquanto contribuição nacional para o “*European Drug Report*”, a elaboração de dez *Workbooks* sobre os seguintes temas: políticas de droga, legislação, investigação, mercados de droga e crime, prisões, drogas, prevenção, tratamento, boas práticas, redução de riscos e de danos. Estes *Workbooks* contêm informação atualizada sobre a situação nacional em matéria de drogas e CAD e a sua elaboração resulta de uma estreita colaboração com todos os parceiros relevantes que recolhem, produzem ou analisam dados na área da droga, bem como do contributo das diferentes unidades orgânicas do SICAD.

Importa ainda referir que, fruto desta colaboração com parceiros internos e externos, em 2020, foram preenchidas e submetidas todas as tabelas standardizadas sobre os diferentes indicadores relacionados com esta área na aplicação FONTE do OEDT.

Ainda no âmbito das atividades da REITOX, de assinalar a contribuição do Ponto Focal para as seguintes publicações do OEDT:

- European Drug Report 2020;
- Trendspotter briefing impact of COVID-19 on patterns of drug use and drug-related harms in Europe;
- European Drug Markets — Impact of COVID-19;
- EMCDDA trendspotter briefing - Impact of COVID-19 on drug services and help-seeking in Europe;
- EMCDDA special report: COVID-19 and drugs – Drug supply via darknet markets;
- EMCDDA update on the implications of COVID-19 for people who use drugs and drug service providers.

Merece especial destaque a contribuição do SICAD para a publicação “*EMCDDA national focal points’ activities during the COVID-19 pandemic*”, divulgada pelo OEDT em novembro de 2020, a qual

apresenta as respostas desenvolvidas pela rede de Pontos Focais Nacionais da REITOX para fazer face à COVID-19 e inclui várias referências a Portugal.

O SICAD assegurou a representação nacional nas reuniões semestrais do Conselho de Administração do OEDT, que decorreram em formato virtual, em junho e dezembro, principal órgão de decisão e gestão desta agência europeia.

A reunião de junho foi marcada pelo intercâmbio de informação sobre os novos desenvolvimentos nos Estados Membros e as implicações da pandemia COVID-19 no consumo de substâncias psicoativas e nos serviços prestados às pessoas que usam drogas. O Diretor-Geral do SICAD apresentou o trabalho de aproximação e coordenação entre os parceiros CAD através de reuniões virtuais com representantes de Municípios, das DICAD/ARS.IP, as Comunidades Terapêuticas e entidades que intervêm junto de grupos vulneráveis, nomeadamente pessoas que usam drogas, sem-abrigo e migrantes.

O Diretor-Geral do SICAD informou os membros do Conselho de Administração da decisão, tomada pelo "*Programme Committee*" da *Lisbon Addictions*, de adiar a próxima conferência para 23-25 de novembro de 2022, devido à situação de pandemia.

A segunda reunião virtual do Conselho de Administração foi marcada pelo debate em torno do tema "*Developing capacity building on prevention in the EU*", na qual o Diretor-Geral do SICAD informou os parceiros das atividades desenvolvidas em Portugal no âmbito dos projetos financiados pelo PORI em parceria com ONGs e outras estruturas de terreno. Foi ainda apresentado o Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da EU, a desenvolver no âmbito do Grupo Horizontal Drogas

O SICAD assegurou a representação nacional nas duas reuniões (maio e novembro) de Chefes dos Pontos Focais Nacionais junto do OEDT, nas quais se discutem e aprovam instrumentos de recolha de dados, bem como os requisitos de reporte para o ano seguinte.

A reunião de maio foi marcada pela discussão sobre a situação da COVID-19, assim como o seu impacto a longo prazo, tendo o SICAD apresentado as iniciativas nacionais dirigidas às pessoas que usam drogas, as medidas de coordenação e reforço do apoio às estruturas de tratamento e de redução de danos.

Na reunião de novembro, o SICAD apresentou o Programa da Presidência do Conselho da UE, a desenvolver no âmbito do Grupo Horizontal Drogas.

Enquanto Ponto Focal, o SICAD é ainda responsável pela implementação nacional da Decisão do Conselho relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas, coordenando para o efeito o Mecanismo Nacional de Alerta Rápido, no âmbito do qual se procede ao intercâmbio de informações sobre novas substâncias psicoativas ou novas tendências de utilização, que possam representar um risco potencial para a saúde pública. Para o efeito, o SICAD é responsável pela divulgação dos alertas emitidos pelo OEDT a todos os parceiros que integram a rede do Mecanismo Nacional de Alerta Rápido.

De mencionar que se verificou um alargamento das entidades que integram a rede nacional com a inclusão das restantes DICAD e das estruturas de Redução de Riscos e Danos pertencentes ao PORI.

Ação 112. Colaboração com organismos comunitários e internacionais, designadamente Europol, INTERPOL, OMA, World Lottery Association, European Lotteries e Corporación Iberoamericana de Loterías de Estado.

Em 2020, a **PJ/UNCTE e a AT**, no âmbito das respetivas competências, colaboraram com organismos comunitários e internacionais, designadamente a Europol, a Interpol e a OMA no âmbito da redução da oferta de drogas ilícitas.

No quadro da UE, a PJ/UNCTE tem estado envolvida na definição e implementação do “Ciclo político da UE: prioridade da criminalidade em matéria de tráfico de droga”, participando em diversas iniciativas no âmbito das sub-prioridades: cocaína, canábis e heroína; drogas sintéticas e novas substâncias psicoativas.

No âmbito das suas competências, os Serviços de Informações (SIED E SIS) participaram em reuniões, fora e grupos de trabalho específicos das informações, de âmbito comunitário e regional sobre tráfico de estupefacientes, embora num quadro globalmente condicionado pelas medidas gerais de prevenção e controlo da COVID-19.

As atividades correntes da **SCML** no âmbito das Associações Mundial, Europeia e Ibero-americana de Lotarias (WLA, EL e CIBELAE, respetivamente) são muito importantes para a implementação de medidas e práticas corporativas de jogo responsável, e para a sua melhoria contínua. Em 2020 alargou-se a participação de colaboradores da SCML em diversos eventos sobre jogo responsável.

Assim, o DJ/SCML continuou a integrar a Comissão de Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável da CIBELAE (*Corporación Iberoamericana de Loterías de Estado*) e, nesse contexto, manteve o intercâmbio regular com outras Lotarias de Estado e participou num conjunto de atividades que visam promover, junto dos membros desta Associação, o desenvolvimento dos respetivos programas de jogo responsável.

Objetivo Específico 33. Desenvolver e consolidar relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral, em matéria de CAD

Ação 113. Realização de ações de cooperação e de divulgação de boas práticas.

No que diz respeito a ações de cooperação e intercâmbio com outros países, o **SICAD**, através da ASSOCIAÇÃO HELPO, foi parceiro num projeto desenvolvido em São Tomé e Príncipe, intitulado “População materno infantil sem álcool em São Tomé e Príncipe”, cujos objetivos gerais visavam contribuir para a diminuição do consumo de bebidas alcoólicas em São Tomé e Príncipe e, deste modo, proporcionar uma melhoria da saúde e do estado nutricional da população materno infantil naquele país. Os outros parceiros do projeto foram o Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe e a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, sendo o projeto financiado pelo Instituto Camões, pela Direção-Geral da Saúde e pela Associação Helpo. No decorrer de 2020, e após realizado o diagnóstico da situação, o SICAD proferiu uma comunicação na sessão de apresentação oficial dos resultados desse diagnóstico, que teve lugar em formato virtual, no Centro Cultural Português em São Tomé e Príncipe.

Por outro lado, foi dada continuidade à colaboração iniciada com Cabo Verde em 2015, relativa ao Programa “Eu e os Outros” - Programa de prevenção universal dos problemas ligados ao consumo de substâncias, colaboração que em 2020 se traduziu na criação de uma nova narrativa dirigida aos problemas de adição em tempos de pandemia.

No âmbito da cooperação transfronteiriça, há que mencionar a manutenção da colaboração entre a **ARS/DICAD Norte** e a Galiza no âmbito do Grupo Luso Galaico de Investigação em Adições (GLIA) cujo objetivo é garantir a promoção e o desenvolvimento de estudos e investigações em adições na população do Norte de Portugal e da Galiza.

No que respeita ao intercâmbio de experiências com vista à divulgação de boas práticas, o SICAD participou em várias conferências e encontros virtuais nos quais apresentou a experiência portuguesa de descriminalização do consumo de drogas e as respostas nacionais em matérias de comportamentos aditivos e dependências.

O MNE e as Embaixadas e Missões portuguesas no estrangeiro prestaram apoio ao SICAD nas diversas ações informativas realizadas internacionalmente sobre a política nacional em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

Ação 114. Reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas:

- Coordenação da participação nacional no programa COPOLAD (programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de droga);
- Representação nacional no Mecanismo de Coordenação e cooperação sobre Drogas entre os países da UE e da América Latina e Caraíbas.

O **SICAD** deu continuidade às relações com a América Latina e as Caraíbas através da sua participação no Programa COPOLAD II - Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra droga, que visa reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga, nas suas diferentes etapas, nos países da América Latina e das Caraíbas, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas. Os principais objetivos do Programa são: o reforço dos observatórios nacionais em matéria de droga; a adoção de critérios de qualidade baseados em evidência; a adoção de abordagens sustentáveis para o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio bi-regional de boas práticas e o reforço do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE - CELAC sobre Drogas – instrumento fundamental para o diálogo e progresso sobre as políticas de drogas públicas em ambas as regiões.

O SICAD integra o consórcio de países que lidera a 2ª fase do Programa e assegura a representação nacional no Conselho Permanente, órgão com funções de aconselhamento e acompanhamento, contribuindo assim para a definição e implementação do Programa de Trabalho Anual, participando na conceção e execução das ações, incluindo a definição de objetivos e conteúdos dos diversos grupos de trabalho. A coordenação nacional no Programa é assegurada pelo SICAD.

Em 2020, importa mencionar as seguintes atividades realizadas no âmbito do COPOLAD:

- *Webinar on Alternative Measures to Imprisonment in times of COVID-19 and future challenges:* a representação nacional foi assegurada pelo SICAD e o *Webinar* visou dar seguimento à Declaração de Montevideu adotada por 150 representantes de mais de 30 países da América

Latina, Caraíbas e UE, no Uruguai, em 2019, durante a Conferência Bi-regional sobre Medidas Alternativas à Privação de Liberdade, na qual o SICAD também tinha participado.

- Reunião Virtual de Encerramento do COPOLAD II: Resultados e Prioridades para o futuro: a representação nacional foi assegurada pelo SICAD, que afirmou o reconhecimento pelos progressos e realizações alcançados durante a implementação da segunda fase da COPOLAD II (2016-2020) e manifestou o interesse de Portugal em continuar a participar no Programa.

O COPOLAD II encerrou as suas atividades, após quatro anos e meio de trabalho, numa reunião virtual que reuniu os 33 países beneficiários na América Latina e Caraíbas, Estados Membros da União Europeia e organizações supranacionais e agências regionais e multilaterais membros do consórcio, para além das instituições da UE que participaram no Programa. Durante a segunda fase (de janeiro de 2016 a junho de 2020), o programa implementou o seu plano de trabalho para reforçar os Observatórios Nacionais de Drogas e adotar critérios de qualidade e baseados em evidências, tanto em termos de estratégias de redução da procura como de redução da oferta. O programa foi bem-sucedido na troca de informações, experiências e boas práticas, com o objetivo de consolidar políticas cada vez mais eficazes, sempre baseadas em evidência científica e com a garantia de sustentabilidade. Em matéria de redução da oferta de Drogas, também foram alcançados resultados significativos na área do desenvolvimento alternativo, controlo de precursores químicos e no desenvolvimento de alternativas a sanções coercivas.

O Programa introduziu também abordagens sustentáveis através do desenvolvimento de capacidades e intercâmbio bi-regional das melhores práticas, reforçando o Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE-CELAC sobre Drogas, um instrumento chave para o diálogo e o progresso no desenvolvimento e implementação de políticas públicas sobre drogas em ambas as regiões.

Ainda no que diz respeito ao reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e das Caraíbas, importa mencionar que a PJ/UNCTE deu continuidade ao Projeto CARAVELA – projeto de cooperação bilateral Portugal-Brasil que visa intensificar a cooperação no combate à criminalidade transnacional grave e organizada e participou na Reunião da HONLEA - América Latina e Caraíbas.

De referir também a participação da PJ/UNCTE no consórcio de implementação do projeto SEACOP (*Seaport Cooperation Project*), que tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das capacidades de diversos países da América Latina, das Caraíbas e da África Ocidental no combate ao tráfico de cocaína por via marítima, em especial através de portos e zonas costeiras sensíveis.

Objetivo Específico 34. Promover a divulgação de projetos e de boas práticas nacionais em matéria de CAD junto de outros países e organizações internacionais.

No final da 3ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências, que teve lugar em Lisboa, em outubro de 2019, organizada pelo SICAD, conjuntamente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), a revista *Addiction/Society for the Study of Addiction* (SSA) e a *International Society of Addiction Journal Editors* (ISAJE), foi decidido dar continuidade e agendar nova edição em 2021. No entanto, no contexto atual de pandemia e não sendo possível prever o impacto da COVID-19 a nível global, o *Programme Committee*, da Lisbon Addictions decidiu adiar a realização da próxima Conferência para os dias 23, 24 e 25 de novembro de 2022.

Assim, no decorrer de 2020, a par das discussões inerentes a esta tomada de decisão, iniciaram-se os trabalhos preparatórios de organização da edição de 2022, com a realização de reuniões do *Programme Committee*, o qual é responsável pelos conteúdos científicos da Conferência, bem como reuniões do *Organising Committee* (composto por representantes do SICAD e do OEDT), incumbido de todos os aspetos organizativos e logísticos da Conferência.

Ação 116. Organização, acompanhamento e apoio às visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal.

Em 2020, o intercâmbio com outros países e a partilha de conhecimento em matéria de CAD, sofreu fortes limitações em virtude das medidas restritivas em matéria de saúde pública para contenção de pandemia da COVID-19, implementadas um pouco por todo o mundo.

A pandemia e o seu impacto nas economias e sociedades a nível mundial, com a interdição de deslocações, fez igualmente de 2020 um ano atípico em termos de visitas de delegações internacionais, tendo o **SICAD** suspenso todas as visitas presenciais a partir de março de 2020.

No entanto, foi dada continuidade por correio eletrónico aos pedidos visando o intercâmbio de experiências e de informação sobre a política portuguesa por parte de peritos, investigadores e ONG de outros países, articulando a resposta com outros parceiros como a **CDT de Lisboa**, a **DICAD da ARSLVT**, a **PJ**, a **PSP**, a **Associação Ares de Pinhal**, **GAT/Médicos do Mundo** e o **MNE**.

Ação 117. Divulgação da participação de Portugal em grupos e trabalho, comités europeus e internacionais assim como em fora/ eventos/ reuniões/ conferências/ outros, europeus e internacionais relacionadas com comportamentos aditivos e dependências.

O **SICAD** divulga no seu sítio internet e nas redes sociais, as atividades de representação internacional, conferências e outros eventos europeus e internacionais relacionados com os comportamentos aditivos e as dependências.

A **DGS**, por sua vez divulga no seu sítio internet as notícias e os eventos de âmbito internacional no domínio da saúde.

Objetivo Específico 35. Contribuir de forma decisiva para a Gestão Integrada de Fronteiras assente na cooperação entre as entidades competentes de controlo.

Ação 118. Cooperação plena com organismos comunitários e internacionais, de forma a responder a pedidos de assistência mútua administrativa/policial e da regular troca de informações.

Verificou-se por parte da **PJ/UNCTE** a troca e partilha de informação policial permanente com entidades e agências internacionais e com autoridades estrangeiras, designadamente com a

INTERPOL e com a EUROPOL, dando resposta a um número significativo de solicitações destas instituições e de Oficiais de Ligação estrangeiros sediados no nosso país.

A PJ/UNCTE realizou várias ações policiais específicas e direcionadas, por solicitação de autoridades de polícia estrangeiras, bem como numerosas operações policiais internacionais em coordenação com a Europol e as polícias de outros países.

De mencionar a efetivação de 845 pedidos de cooperação internacional, e a cooperação operacional e troca de informação com o MAOC-N relativamente a 355 embarcações suspeitas no âmbito do tráfico de estupefacientes.

No âmbito dos sistemas informáticos existentes, a **AT** efetuou a troca regular de informações com Serviços congéneres. Em 2020, verificaram-se 135 pedidos concretos no quadro da Assistência Mútua Administrativa e 38 pedidos no âmbito da cooperação policial internacional.

Ação 119. Organização e execução de ações de controlo da fronteira externa comunitária em conjunto com outros EM da UE, quer a nível operacional quer na troca de informações, sob os auspícios quer do Grupo de Cooperação Aduaneira, EUROPOL, OMA, quer de qualquer administração aduaneira.

A **PJ/UNCTE** realizou um elevado número de operações de controlo e vigilância de passageiros e análises de risco, relacionados com suspeitas de envolvimento no tráfico de droga por via aérea. Quanto às atividades de controlo conjunto desenvolvidas em aeroportos, foram realizadas 162 ações. Em termos de fiscalização, a PJ/UNCTE realizou ainda 135 acompanhamentos de operações de voo.

A PJ/UNCTE esteve igualmente empenhada num número elevado de ações de prevenção em Portos bem como na monitorização de um número muito considerável de embarcações suspeitas.

É ainda de assinalar a participação da AT em “Operações Aduaneiras Conjuntas e Operações Policiais Conjuntas” de controlo da fronteira externa, organizadas ao nível da UE para interditar a entrada de drogas ilícitas no espaço europeu.

A GNR participou em diversas operações policiais conjuntas de controlo da fronteira externa comunitária, em conjunto com outros Estados Membros e também no âmbito da Frontex, a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas.

Ação 121. Desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com países terceiros ao nível do controlo da fronteira.

Tanto a **PJ/UNCTE** como a **AT** dinamizaram os canais de troca de informação, comunicação e cooperação institucional com autoridades estrangeiras e participaram em atividades de intercâmbio com outros países ao nível do controlo da fronteira externa da UE.

A AT realizou troca de informações no âmbito do Memorando de Entendimento Antifraude entre as Administrações Aduaneiras dos países da CPLP.

4. Qualidade

No âmbito do Tema Transversal Qualidade, a avaliação intermédia do Plano Nacional expressa que deve ser dada continuidade ao trabalho desenvolvido no quadriénio 2013 - 2016, apontando-se a necessidade de assegurar a interoperabilidade dos programas e a avaliação das intervenções.

neste âmbito, visando já não apenas a inventariação e validação de programas de intervenção, a definição e planeamento e aplicação dos requisitos necessários, a definição dos níveis de competência e implementação de um conjunto de medidas, passando os objetivos a alcançar a centrar-se no acompanhamento e avaliação dos programas, requisitos, competências e linhas de orientação criadas ou definidas em todas as ações.

Neste relatório, o reporte efetuado tem em consideração a nova redação das ações

Objetivo Geral 5.5 Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.

Objetivo Específico 36. Assegurar a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, com base em modelos e referenciais técnicos e científicos validados

Ação 125. Acompanhamento e avaliação do conjunto de medidas criadas ou consolidadas no decurso da implementação do PARCAD relativas aos diferentes tipos de intervenção que permita o seu desenvolvimento com base em standards de qualidade, tendo em conta o ciclo de vida e os contextos.

As ações a este nível em 2020 ficam indelévelmente marcadas pelo surgimento da pandemia Covid 19, o que determinou por parte do **SICAD** um esforço permanente de produção e atualização de orientações técnicas que permitissem orientar a intervenção das entidades privadas que operam no âmbito dos CAD (sobretudo na área do tratamento- Comunidades Terapêuticas, e RRMD), bem como no desenvolvimento de referenciais orientadores no que diz respeito às respostas às populações com CAD que revelam maiores vulnerabilidades biopsicossociais.

Assim, considerando o referido contexto pandémico que caracterizou o ano de 2020, houve necessidade de **elaborar Recomendações e orientações para a intervenção em CAD inseridos em Programas Assistenciais – Tratamento e Redução de Riscos e Minimização de Danos, adaptadas à situação criada pelo COVID-19 e à necessidade de mitigação da disseminação do vírus.**

A abrangência a diferentes áreas de intervenção e contextos teve em conta os cidadãos com Problemas Ligados ao Álcool (PLA) em situação de sem abrigo, que estavam inseridos em estruturas de acolhimento e com elevada exposição a riscos biopsicossociais. Foram elaboradas **“Linhas Orientadoras para a Intervenção junto dos cidadãos em situação de Sem-Abrigo com Perturbação de Uso de Álcool (PUA), inseridos em Centros de Acolhimento, durante a vigência do Estado de Emergência (CoVID-19)”**, validado e consensualizado por um grupo alargado de peritos em CAD provenientes das diferentes **DICAD/ARS, IP** a partir de um trabalho inicial realizado por profissionais da UA Lisboa.

No ano de 2020 desenvolveu-se uma versão preliminar do documento técnico-normativo **Linhas de Orientação Técnica – Intervenção em Crianças e Jovens com Processos de Promoção e Proteção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências**.

- Projeto de investigação para avaliação das Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária.

No âmbito do trabalho desenvolvido em conjunto com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC) e as ARS, do qual resultou a publicação, das **“Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências”**, foi terminado o projeto de investigação que tem como principal objetivo a avaliação das linhas orientadoras criadas e a compreensão das práticas dos profissionais da área da reinserção, prevendo-se para 2021 a difusão das suas conclusões.

No âmbito da participação do **SICAD** na ENIPSSA, foi elaborado um **documento orientador para a intervenção junto de pessoas com CAD em situação de sem-abrigo no contexto COVID-19, no formato pergunta-resposta, que foi divulgado na página da internet do SICAD e da ENIPSSA**.

O SICAD que integra a **Comissão Setorial da Saúde CS09 do Instituto Português da Qualidade** em 2020 manteve no âmbito do Plano Estratégico da Comissão Sectorial da Saúde do IPQ- 2018-2020, a sua atividade no grupo de trabalho GT4 – Saúde Mental e Bem-estar no âmbito dos CAD. Ao longo de 2020, e apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, foi possível a continuação do desenvolvimento de conteúdos para o documento final “Modelo Integrado de Cuidados especializados em CAD”, bem como a realização de 5 reuniões com os membros do Grupo de Trabalho (SICAD, **ARS, IP/DICAD, OM, OE, OP** e ainda com representante da sociedade civil, designadamente a Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental).

As atividades desenvolvidas ao longo de 2020 em torno do **Programa Eu e os Outros**, necessitaram de reajuste face à situação pandémica, no sentido de prosseguir as suas diferentes ações:

- Processos de monitorização do programa;
- A produção de documentos orientadores;
- **Consolidação dos processos formativos** tendo sido possível preservar a formação de reciclagem dos profissionais das equipas de prevenção das diferentes unidades de intervenção local;
- O desenvolvimento de projetos-piloto visando o ensaio de novos conteúdos e metodologias nomeadamente a **produção de uma narrativa dedicada a COVID-19 disponibilizada no sítio do SICAD**;
- **Aplicação experimental da narrativa Consagrada à COVID 19**;
- Parcerias facilitadoras da implementação do Programa nomeadamente a **colaboração com o consórcio Centro Internet Segura / Centro Nacional de Cibersegurança**, trabalho este que proporcionou condições para o **desenvolvimento de uma versão digital da narrativa dedicada às dependências sem substância**;

- o processo de validação da revisão gráfica do Programa Eu e os Outros¹⁷
- A continuidade da parceria com Cabo Verde, com especial enfoque na adaptação da narrativa dedicada a COVID-19.

Em 2020 deu-se continuidade às atividades ligadas à **Promoção Do Uso Devido Do Medicamento** com a construção do desenho para a definição de linhas de ação.

Relativamente à área da Dissuasão:

Da parte da EMCAD e das CDT, foram desenvolvidas ações várias visando a melhoria da qualidade da intervenção nesta área específica, entre as quais se destacam:

- **Análise sobre a dimensão específica da operacionalização da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro**, relacionada com as **reincidências ocorridas em 2019**. Esta iniciativa teve como objetivo principal, perceber de que forma os recursos disponíveis à responsabilização do consumidor pela prática de um ato ilícito, permitiram identificar fragilidades ou boas práticas na aplicação da Lei, perante uma legislação que primazia o apoio e tratamento do consumidor em detrimento da sua punição. De entre as principais conclusões, destaca-se o **aumento na percentagem de cumprimento de sanções não pecuniárias e pecuniárias, situado nos 73% e 62% respetivamente**, em comparação com o ano anterior.
- **Disseminação de iniciativas inovadoras em Dissuasão** e incentivo à sua implementação alargada pelas 22 CDT, assente numa lógica de promoção da qualidade das abordagens. Este ano foram disseminadas duas importantes iniciativas, face ao contexto vivenciado no âmbito da emergência de saúde pública provocada pelo COVID-19, que implicou um reajustamento ao nível da intervenção, mas também preocupações acrescidas com o bem-estar das populações mais vulneráveis, entre elas, os cidadãos com comportamentos aditivos e dependências. Contribuindo para a prevenção da emergência de um maior risco socio-sanitário entre a população consumidora de SPA e um eventual aumento dos comportamentos de risco, normalmente associados a estes consumos, a CDT do Porto organizou-se, no sentido de desenvolver materiais específicos a distribuir junto dos indiciados com processo de contraordenação. Foi produzido um guia, baseado na associação entre as recomendações da DGS sobre COVID-19 e informação pertinente ao nível da prevenção e redução de danos. Uma outra iniciativa para fazer frente às contingências decorrentes da pandemia, que implicou, entre outras medidas, a suspensão do atendimento presencial ao indiciado, foi implementada pela CDT de Aveiro. Foi elaborado um documento sobre intervenção à distância, enquanto medida alternativa de funcionamento das CDT, sob a forma de guia de intervenção, com requisitos e regras básicas da intervenção à distância ajustadas a este contexto.
- Iniciativas de **alinhamento harmonização das intervenções em Dissuasão** em tempos de pandemia, assegurando uma intervenção harmonizada entre CDT, em que os princípios da equidade das respostas dirigidas ao cidadão se sobrepõem às diferenças geográficas e/ou dimensionais dos serviços. Nesse sentido, foram **disseminadas várias orientações de procedimento assegurando o alinhamento nacional entre CDT**, reajustando o funcionamento dos serviços, mantendo a qualidade do atendimento e assistência no acompanhamento das situações.
- A **monitorização da implementação dos circuitos de agilização de procedimentos estabelecidos entre o SICAD e o IPDJ (2º ano), e o CNPDPCJ, PSP e GNR, através das CDT (1º ano)**, permitiu evidenciar que as estratégias implementadas até ao momento, entre outras, a indicação de interlocutores a nível nacional e regional responsáveis pela condução dos trabalhos e realização de reuniões com as estruturas nacionais e regionais, permitiram o incremento dos contactos, os

¹⁷ <http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/Documents/2021/GuiaAcessibilidadeCAD.pdf>

quais têm decorrido de forma mais ágil e eficaz, permitindo a rápida resolução de obstáculos de articulação, a planificação de ações e a implementação de medidas excecionais, como forma de prevenir e mitigar consequências da pandemia COVID - 19 (PSP e GNR).

- Numa lógica de **promoção de uma cultura de registo das intervenções em CAD**, foram **disseminadas orientações técnicas** que estimulassem o alinhamento dos registos e foi promovida a uniformização e usabilidade do sistema, mediante a **disseminação de Manuais Digitais de apoio ao registo da informação na base de dados**, enquanto investimento na qualidade dos inputs no sistema. Foi ainda estimulado o registo de intervenção realizada e **intensificada a monitorização dos indicadores considerados fundamentais** para o registo de informação no SGIP, numa lógica de otimização dos dados e qualidade do reporte de informação.
- Tendo em vista a sistematização e harmonização de práticas e procedimentos entre CDT, procedeu-se à **2ª atualização das Linhas de Orientações para os Procedimentos Administrativos em Dissuasão (LOPAD)**, aprovadas em 2017, integrando novas orientações e práticas normalizadas (p.e. normas, orientações, modelos, recomendações e operacionalização de procedimentos) entretanto produzidas.

Relativamente às restantes entidades, foram assinaladas pelas entidades participantes as seguintes medidas:

- **PSP** – Continuação da constituição de equipas e definição de diferentes abordagens no âmbito do programa Escola Segura, adequadas às características da população alvo.
- **ARS, IP ALENTEJO/DICAD** – Manutenção das Linhas Gerais de Orientação da Intervenção Preventiva em CAD (SICAD/Direção de Planeamento e Intervenção), pela ARS/DICAD Alentejo (criadas em 2017);
- Continuação da **promoção de respostas preventivas precoces**, que fomentem a resiliência, que reforcem os processos de vinculação e suportem os processos de autonomização e promoção de competências, funcionando fora dos serviços de saúde.

Gestão do Plano

1. Coordenação

A Estrutura de Coordenação reformulada pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de abril, foi considerada um elemento determinante, quer pela avaliação interna, quer pela avaliação externa no que respeita à execução dos planos do anterior ciclo estratégico.

As atividades desenvolvidas, no âmbito da **Coordenação Nacional** decorrem da proposta do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – Horizonte 2020, que foi apresentado para apreciação na 36ª reunião da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga e das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, no dia 25 de maio de 2018.

Em 2020 acompanhou-se o processo de **avaliação externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD)**, que teve como objetivo central a análise crítica do ciclo 2013-2020, através da avaliação da implementação do PNRCAD 2013-2020 e do impacto do mesmo, obtendo simultaneamente indicações e recomendações que permitam delinear o planeamento estratégico do ciclo seguinte.

A avaliação teve como pano de fundo os cinco Objetivos Gerais do Plano Nacional nomeadamente, prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências; reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado; garantir que a disponibilização,

venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo; proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo; e assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.

A avaliação teve simultaneamente em conta as metas quantificáveis definidas no Plano: Reduzir a facilidade percebida de acesso nos mercados; Aumentar o risco percebido de consumo de substâncias psicoativas; Retardar a idade de início do consumo de substâncias psicoativas; Diminuir as prevalências de consumo recente, padrões de consumo de risco e dependência de substâncias psicoativas; Diminuir as prevalências de jogo de risco e dependência; Diminuir a morbilidade relacionada com CAD; Diminuir a mortalidade relacionada com CAD; e os resultados nestas obtidos.

Pretendeu-se igualmente com base nas conclusões, sistematizar um conjunto de recomendações para futuros exercícios de planeamento.

De salientar o grau de participação neste processo de todos os envolvidos, nomeadamente os dirigentes do SICAD, os coordenadores das Subcomissões, o OEDT, bem como a validação por parte da Comissão Técnica do Conselho Interministerial e do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool

Objetivo Específico 37. Garantir a coordenação das políticas relacionadas com os comportamentos aditivos e dependências (CAD) abrangidos pelo PNRCAD, através do alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Nocivo Uso do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes.

Ação 126. Apoio ao funcionamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool alargada ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes.

Voltou a ser apresentada **proposta de alteração** do Decreto-Lei n.º 1/2003 de 6 janeiro e do Decreto-Lei n.º 40/2010 de 28 de abril, com vista ao alargamento das competências da Estrutura de Coordenação aos comportamentos aditivos e dependências nas áreas do jogo, medicamentos e anabolizantes (atualmente, para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool).

Ação 127. Inscrição nos Planos de Atividade das entidades competentes das ações concretas que concorrem para o cumprimento do compromisso assumido em sede do Plano de Ação, com uma referência explícita para as respetivas ações do Plano.

Continuou a verificar-se uma fraca ou **ausência de identificação**, nos planos de ação das entidades parceiras, das ações concretas, inscritas no PARCAD, e das quais constam como responsáveis.

Embora sejam realizadas algumas das atividades previstas no Plano Nacional, as mesmas continuam a não estar inscritas na maioria dos planos e relatórios de atividades das entidades, enquanto contributo e participação no âmbito do PNRCAD. Essa ausência de correlação tem tido algumas implicações na monitorização e avaliação das ações no âmbito da Estrutura de Coordenação.

Existem, no entanto, algumas exceções, onde se destaca o esforço de algumas entidades em corresponder a este propósito, designadamente, a ARS/DICAD Centro, LVT e Alentejo fazem referência, à semelhança do ano anterior, da inscrição de ações concretas relacionadas com o PNRCAD 2013-2020 nos seus Planos/Relatórios de Atividades 2020.

Ação 128. Execução do Plano de Ação através da reformulação do formato e composição das Subcomissões, otimizando a sua eficácia.

Nada a reportar, considerando a não aprovação das alterações propostas para as estruturas de coordenação.

2. Orçamento

Objetivo Específico 38. Garantir a adequada orçamentação dos organismos da Administração Central nas áreas do PNRCAD e respetivos Planos de Ação, incluindo a coparticipação em programas relevantes da EU.

Ação 129. Identificação das verbas oriundas do OGE atribuídas às entidades competentes para as atividades relacionadas com o PNRCAD e respetivos Planos de Ação.

O financiamento da política na área dos comportamentos aditivos e dependências encontra-se inscrito, ao nível do **Orçamento Geral do Estado**, maioritariamente, no organismo central com responsabilidade direta nesta matéria - o **SICAD** e nas **ARS, IP**, ao nível das **DICAD**. As entidades públicas que participam na implementação do PNRCAD utilizam os próprios recursos para o desenvolvimento das respetivas atividades e as entidades privadas são financiadas através de programas específicos como o PORI ou outros. No que respeita ao SICAD, o PORI é financiado por receitas próprias, provenientes dos resultados líquidos de exploração dos Jogos Sociais, evidenciando-se, na Tabela seguinte, o valor do orçamento disponível com reserva e a despesa realizada:

Tabela 16 Orçamento aprovado disponível e Despesa a 31/12/2020

	OE Disponível c/Reserva	Despesa Realizada	
		€	%
Orçamento de Estado	8 583 214,80 €	7 599 259,44 €	89%
Receitas Próprias	7 555 743,66 €	7 117 184,39 €	94%
TOTAL	16 138 958,46 €	14 716 443,83 €	91%

Fonte: SICAD

169

Ação 130. Identificação e sinalização de oportunidades de fundos comunitários ou outros fundos disponíveis, de origem nacional ou internacional para o desenvolvimento de atividades inscritas no PNRCAD e respetivos Planos de Ação.

Relativamente aos projetos comunitários a verba disponível foi de 396.934,25€, representando 2% do orçamento disponível. Os subsídios relativos aos **Jogos Sociais** para financiamento do PORI representaram 39% do orçamento, num montante de 6.248.769,03€.

Tabela 17 – Orçamento aprovado Vs. Orçamento disponível para o ano 2020

	OE Aprovado c/ Reserva	OE Disponível C/reserva	%
Subsídio de Exploração - OE	8 796 260,00 €	8 583 214,80 €	53%
Subtotal	8 796 260,00 €	8 583 214,80 €	53%
Receita Própria			
Sub. Jogos Sociais	6 680 000,00 €	6 248 769,03 €	39%
Outras Receitas	1 119 845,00 €	910 040,38 €	6%
Projetos Comunitários	591 140,00 €	396 934,25 €	2%
SubTotal	8 390 985,00 €	7 555 743,66 €	47%
TOTAL	17 187 245,00 €	16 138 958,46 €	100%

Fonte: SICAD

3. Avaliação

Objetivo Específico 39. Realizar a avaliação interna e externa do PNRCAD 2013-2020.

Ação 132. Implementação do modelo de acompanhamento anual e monitorização contínua do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências - Horizonte 2020.

A monitorização contínua do **Plano de Ação** foi realizada através da recolha de informação no âmbito do funcionamento das *Subcomissões*, onde se encontram representadas as diferentes entidades públicas e privadas com responsabilidades na implementação, acompanhamento e monitorização do Plano. Cinco das *Subcomissões* são coordenadas pelo SICAD, as outras duas, *Redução da oferta de substâncias ilícitas* e *Regulação e fiscalização da oferta de substâncias lícitas*, são coordenadas por entidades externas, respetivamente a PJ no primeiro caso e a SG-MAI e ASAE, em conjunto, no segundo caso.

Ação 133. Avaliação interna do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências- Horizonte 2020.

A **avaliação interna do PARCAD** é realizada através da recolha de informação no âmbito do funcionamento das *Subcomissões*, e plasmada, em cada ano, no relatório descritivo de intervenções e respostas do Plano de ação, bem como através da recolha de dados das fontes de informações estatísticas. Como nota sobre o funcionamento das *Subcomissões*, e nomeadamente no caso da *Subcomissão de Regulação e fiscalização da oferta de substâncias lícitas*.

Ação 134. Elaboração do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências- Horizonte 2020.

Nada a reportar. Com o presente relatório fecha-se este ciclo de ação.

Considerações finais

Em resumo, tendo o ano 2020 sido fortemente marcado pela situação pandémica, com as restrições de circulação a refletirem-se na capacidade executora dos serviços, assistimos ao surgimento de novos formatos e práticas, para identificar necessidades de intervenção, sobretudo junto da população com comportamentos aditivos mais fragilizada e desorganizada, com uma eficaz concertação de esforços entre os parceiros. Simultaneamente assistimos a um expectável desinvestimento nas práticas menos prioritárias como sejam as atividades preventivas, formativas e outras.

Os serviços procuraram posicionar-se e adaptar-se à nova realidade, conseguindo, apesar de tudo, dar continuidade a grande parte das ações previstas para o último ano deste ciclo estratégico, por via do recurso às tecnologias de comunicação que viabilizaram as dinâmicas entre serviços e entre serviços e os cidadãos.

Ao longo de 2020 foi realizada a avaliação externa da implementação do PNRCAD 2013-2020 e do impacto do mesmo, com o envolvimento ativo dos parceiros do Plano, tendo fornecido pistas e recomendações para os ciclos estratégicos subsequentes. Muito trabalho foi feito e consolidado, com resultados, e o investimento na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências mantém-se uma prioridade, uma vez que os dados epidemiológicos e o conhecimento produzido assim indicam.

Lista de siglas e abreviaturas

AA	• Alcoólicos Anónimos
ACES	• Agrupamentos de Centros de Saúde
ACT	• Autoridade para as Condições do Trabalho
ADR	• Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
AFP	• Associação de Farmácias de Portugal
AMN	• Autoridade Marítima Nacional
ANEBE	• Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
ANSR	• Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APF	• Associação para o Planeamento da Família
ARS, IP	• Administração Regional de Saúde, I.P.
ASAE	• Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASSIST	• <i>The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test</i>
AT	• Autoridade Tributária e Aduaneira
BIDA	• Biblioteca Ibero-Americana sobre Drogas e Dependências
CAAP	• Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial
CAD	• Comportamentos Aditivos e Dependências
CAOJ	• Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens
CAPTS	• Comissão de Acompanhamento do <i>programa</i> Troca de Seringas
CDC	• Convenção sobre os Direitos da Criança
CDSS	• Centro Distrital de Segurança Social
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CEB	• Ciclo Ensino Básico
CED	• Centros de Educação e Desenvolvimento
CEF	• Cursos de Educação e Formação
CND	• <i>Commission on Narcotics Drugs</i>
CNPDP CJ	• Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COPATD	• Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência
COPOLAD	• <i>Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga</i>
CPCJ	• Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPL, IP	• Casa Pia de Lisboa, I.P.
CPLP	• Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	• Centro de Respostas Integradas
CSP	• Cuidados de Saúde Primários
CT	• Comunidade Terapêutica
DDN	• Dia da Defesa Nacional
DGE	• Direção-Geral da Educação
DGPRM	• Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGRSP	• Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	• Direção Geral da Saúde
DICAD	• Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
DPIP	• <i>Drug Prevention and Information Program</i>
DST	• Doenças Sexualmente Transmissíveis

EDDRA	• Exchange on Drug Demand Reduction Action
ENIPSSA	• Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
EP	• Estabelecimento Prisional
ERANID	• <i>European Research Area Network on Illicit Drugs</i>
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
ESSM	• Escola do Serviço de Saúde Militar
ET	• Equipa de Tratamento
ETEP	• Equipa Técnica Especializada de Prevenção
ETER	• Equipa Técnica Especializada de Reinserção
ETET	• Equipa Técnica Especializada de Tratamento
EUA	• Estados Unidos da América
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUST	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FA	• Forças Armadas
FNAS	• Fórum Nacional Álcool e Saúde
GAJE	• Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvertes
GCPCTFA	• Grupo Coordenador do programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo
GHD	• Grupo Horizontal Drogas
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GRA	• Gabinete de Recuperação de Ativos
GSJ	• Gabinete de Saúde Juvenil
GT	• Grupo de Trabalho
HFAR	• Hospital das Forças Armadas
HIV	• <i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IDT, IP	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.
IEFP, IP	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
INFARMED, I. P.	• Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P.
INMLCF, IP	• Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPDJ, IP	• Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
IPSS	• Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS, IP	• Instituto de Segurança Social, I. P.
UNCT	• Unidade Nacional Contrate-terrorismo

Referências bibliográficas

SICAD (2019). Questionário de Satisfação dos parceiros com as CDT. Lisboa. SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/Dissuasao/Documents/FINAL_RAvaliacao_Stakeholders_2019.pdf

SICAD (2019). Análise aos resultados do questionário de avaliação sobre o grau de satisfação dos indiciados das CDT. Lisboa. SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/Dissuasao/Documents/REL_SATISFACAO_INDICIADOS_2019.pdf

SICAD (2019). As Intervenções Breves & Aplicação do ASSIS no âmbito da Intervenção das CDT. Lisboa. SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/Dissuasao/Documents/IB_E_ASSIST_2019.pdf

SICAD (2019). Guidelines for the Intervention in Dissuasion. Lisboa. SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/160/LOID_EN.pdf

